

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

GUSTAVO CARBONARO RODRIGUES

**Narrativas brasileiras:
os presidentes e a identidade nacional na Nova República**

São Paulo
2020

GUSTAVO CARBONARO RODRIGUES

**Narrativas brasileiras:
os presidentes e a identidade nacional na Nova República**

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Ciências da Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação: Interfaces e Institucionalidades.

Orientação: Professor Dr. Paulo Nassar.

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Rodrigues, Gustavo Carbonaro
Narrativas brasileiras: os presidentes e a identidade nacional na Nova República / Gustavo Carbonaro Rodrigues ; orientador, Paulo Nassar. -- São Paulo, 2020.
192 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Comunicação Pública 2. Identidade Nacional 3. Novas Narrativas 4. Narrativa de país 5. Estudos Brasileiros I. Nassar, Paulo II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

RODRIGUES, Gustavo Carbonaro. **Narrativas brasileiras:** os presidentes e a identidade nacional na Nova República. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidades de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Aprovado em: 26 / 05 / 2020

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Paulo Nassar
Instituição: ECA-USP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: Vinicius Mariano de Carvalho
Instituição: King's College London
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: Emiliana Pomarico Ribeiro
Instituição: Escola Aberje de Comunicação
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: Luiz Alberto de Farias
Instituição: ECA-USP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: Janina Onuki
Instituição: IRI-USP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao dr. Kleber e dona Cris, meus queridos pais, por terem me formado um curioso do conhecimento, por sempre instigarem meu senso crítico e por terem me dado a segurança de questionar, ainda que isso tenha atrapalhado alguns almoços de domingo. Amo muito vocês, obrigado por sempre estarem ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

À **Universidade de São Paulo**, pública, gratuita e sempre acolhedora, que promove o conhecimento em tempos de alegria e de tristeza.

À **ECA-USP**, instituição que me acolheu em 2002 e que acompanhou toda minha carreira acadêmica até este momento, minha segunda casa. Aos diversos professores, funcionários e colegas que tive a honra de compartilhar bons momentos, meu muito obrigado.

Ao meu orientador, **Paulo Nassar**, com quem dividi não só debates acadêmicos, mas também muitas horas de conversas profissionais e pessoais. Um grande amigo, de enorme generosidade com seu vasto conhecimento.

À **Capes**, pelo suporte financeiro a esta pesquisa em seu último ano, sem o qual certamente teria que continuar dividindo minhas horas de estudo com o mercado de trabalho, o que prejudicaria o andamento da pesquisa. Vida longa!

Aos **colegas de pós-graduação**, espaço privilegiado para dúvidas urgentes, acolhimentos necessários e avisos das datas de matrícula. Uma menção especial ao **Prof. Erick Roza**, amigo querido que nunca negou uma leitura ou uma cerveja para debater o tema.

Ao **Grupo de Estudos de Novas Narrativas** (GENN), que me apresentou o fantástico mundo das narrativas e autores como Paul Ricouer, Genette, Propp e tantos outros que, hoje, constituem um dos pilares da minha pesquisa.

Aos queridos amigos do King's College London, especialmente ao **Prof. Vinicius Mariano de Carvalho** e **Anthony Pereira**, com quem dividi muitas horas de trabalho e com quem estou aprendendo a navegar pelos Estudos Brasileiros.

Aos professores **Janina Onuki** e **Amâncio Oliveira**, do Instituto de Relações Internacionais da USP, pelas oportunidades de compartilhar momentos de aprendizado e conhecimento em projetos em Diplomacia da Ciência e da Inovação.

Não poderia deixar de agradecer à **Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – Aberje**, em especial ao **Hamilton dos Santos**, que me acolheu profissionalmente e me instigou academicamente ao longo desses anos de doutoramento.

Um agradecimento especial aos amigos e amigas da **Cerca Frango**, encontro étlico semanal que sempre se mostrou acolhedor nas horas amargas, instigante nos debates e um refúgio para a vida real. Cróvis, Thomaz, Paulão, Tristinho, Miguelito, Nati... sem vocês, certamente o caminho teria sido mais difícil!

Como não lembrar do grande amigo **Dudu Piagge**, de coração enorme e talento inestimável no violão, companheiro de muitas conversas e que abriu as portas de sua casa para me receber na reta final deste doutorado.

Gostaria de agradecer também à **Carolina Baliviera**. Companheira de vida, com quem casei e me separei ao longo deste doutorado, mas que seu amor, trabalho e apoio foram decisivos para a construção desta tese.

Por fim, mas não menos importante, à minha querida família, especialmente aos meus irmãos e melhores amigos, **André e Marcelo**, e à minha tia e madrinha **Juçara Carbonaro**. Vocês são minha inspiração de vida. Espero sempre ter vocês por perto.

Se o povo, portanto, promete simplesmente obedecer, dissolve-se em consequência desse ato, perde sua qualidade de povo; no instante em que houver um senhor, não mais haverá soberano, e a partir de então o corpo político estará destruído.

(Jean-Jacques Rousseau)

RODRIGUES, Gustavo Carbonaro. **Narrativas brasileiras:** os presidentes e a identidade nacional na Nova República. 2020. 192 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

Este trabalho propõe uma proposta teórico-metodológica para a reflexão sobre como o discurso presidencial estabelece um enredo para a identidade nacional e colabora para a construção de uma narrativa de país. No momento em que o pacto social cristalizado na Constituição Federal de 1988 acaba de completar 30 anos, novamente as questões nacionais estão em debate. A partir de uma visão narrativa da realidade e do estudo dos mitos da nacionalidade brasileira, estabelecemos quatro categorias de análise: *economia e desenvolvimento*, *cidadania*, *Brasil no mundo* e *autoestima*, para depois analisarmos os discursos presidenciais na Nova República (1990-2020). Quase todos os presidentes analisados possuíam projetos de alteração de algumas figuras narrativas da rede simbólica da identidade nacional, valorizando mais uma ou outra categoria para superar as contradições nacionais, sempre amparados pelo texto constitucional. O único identificado com um projeto de alteração do núcleo figurativo de nossa identidade coletiva para além do acordo proposto na Constituição de 1988 é o governo Jair Bolsonaro, com uma seletividade dos grupos incluídos em seu projeto nacional. A partir da análise dos discursos, estabeleceu-se um percurso teórico interdisciplinar para demonstrar a formação da narrativa de país e sua manifestação na realidade brasileira, tentando revelar a estrutura dos mitos nacionais brasileiros.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Novas narrativas. Identidade nacional. Narrativa de país. Estudos brasileiros.

ABSTRACT

This research proposes a theoretical-methodological proposal for the reflection on how the presidential discourse establishes a plot to national identity and contributes to build a country narrative. Right after the celebration of the 30th anniversary of the social pact that led to Brazilian Federal Constitution, signed in 1988, national identity are again under debate. This thesis established four categories of analysis based on the narrative view of reality and the study of the myths of Brazilian nationality: *economy and development*, *citizenship*, *Brazil in the world* and *self-esteem*. These categories were used to analyse the presidential discourses of the so-called New Republic (1990-2020). Almost all the presidents analysed had projects to change some narrative figures of the symbolic network of national identity, shedding light on one or another category to overcome national contradictions, always supported by the constitutional text. The only project that proposes to go beyond the agreement established at the Constitution was the project of Bolsonaro, which intends to change the figurative core of Brazilian collective identity with a selectivity of groups to be included in its national project. Starting with the analysis of the presidential discourse, we propose an interdisciplinary theoretical path to demonstrate the conformation of the country narrative and how it emerges in reality, trying to reveal the structure of the Brazilian national myths.

Keywords: Public Communication. New narratives. National identity. Country narrative. Brazilian studies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A formação do mito de Barthes em seu sistema semiológico segundo

Tabela 2 – Exemplos de trechos categorizados como *economia e desenvolvimento*

Tabela 3 – Exemplos de trechos categorizados como *cidadania*

Tabela 4 – Exemplos de trechos categorizados como *Brasil no mundo*

Tabela 5 – Exemplos de trechos categorizados como *autoestima*

Tabela 6 – Porcentagem de referências por categoria

Tabela 7 – Quantidade e percentual de cada categoria dividida por governo

Tabela 8 – Quantidade e percentual de cada categoria dividida por tipo de discurso

Tabela 9 – Trechos em que os discursos citam a oposição ou se referem ao governo anterior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA REALIDADE	19
2.1 A narrativa	23
2.2 A narrativização da História	30
2.3 Mecanismos mentais de interpretação do real: a teoria das Representações Sociais	32
3 PERTENCIMENTO E A FORMAÇÃO DA NARRATIVA DO ESTADO	40
3.1 O debate teórico sobre as identidades coletivas	41
3.2 Narrativa e pertencimento	47
3.3 Fronteiras do pertencimento: a formação do Estado Moderno	50
3.3.1 As fundações do pensamento político moderno.....	50
3.3.2 A formação do Estado Moderno	61
3.4 A rede simbólica da identidade nacional	77
3.4.1 Pertencimento e o mito nacional	80
3.5 O mundo do Estado-nação	93
4 A INVENÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA	99
4.1 Os nacionalismos brasileiros	102
4.2 A rede simbólica da identidade nacional brasileira	107
4.2.1 Estado e nação na rede simbólica da identidade nacional.....	113
4.2.2 A formação da elite brasileira	121
4.2.3 A cidadania precarizada no Brasil.....	135
4.3 Figuras narrativas da brasilidade	139
5 A NARRATIVA BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DA NOVA REPÚBLICA	142
5.1 Enfoque de pesquisa	144
5.2 Metodologia de pesquisa	147
5.2.1 Seleção dos discursos e caracterização da amostra	148
5.2.2 Técnica de análise de dados	150
5.2.3 Categorias de análise.....	150
5.3 Análise e interpretação dos resultados	162
5.3.1 Resultados das análises	162
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICE	187

1 INTRODUÇÃO

Vivemos um momento de disputa de narrativas identitárias no país. Pouco tempo depois da celebração dos trinta anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, novamente o acordo social coletivo em torno da narrativa nacional está em debate. Dividido por um processo conturbado, que une crise política, econômica e social, com escândalos de corrupção dominando o cenário midiático e denúncias de seletividade da justiça na condenação de parte da classe política, o cenário que se impõe parece bastante revelador da essência do que é ser brasileiro. Este é o contexto que instigou esta tese em seu princípio, sem que pudéssemos imaginar que os rumos do país acentuariam ainda mais a necessidade de reflexão sobre o caráter nacional e o pacto coletivo que nos mantém unidos sob a égide do mito nacional brasileiro¹.

O que está nas linhas desta tese é o resultado de um pesquisador em formação constante e que tem, neste trabalho, não o fim, mas o começo de seu percurso como acadêmico. Para responder à questão central aqui proposta – como se estabelece a relação intrínseca entre identidade e discurso institucional, de forma geral, e da identidade nacional com o discurso presidencial, especificamente –, buscou-se um estudo interdisciplinar, que flerta com diversas áreas de conhecimento, mas sempre de um ponto de vista narrativo, compreendido como um processo comunicacional. A interdisciplinaridade, no entanto, expõe também os limites da pesquisa, que passa por diversos campos teóricos para tentar englobar a complexidade da relação estudada, exigindo um cuidadoso diálogo entre autores que, à primeira vista, não dialogam entre si. Reconhece-se que alguns dos campos com os quais se estabelece conexões não foram explorados em toda sua complexidade teórica, o que também é um espaço para o desenvolvimento de novas pesquisas a partir do que aqui está apresentado. O elemento de coesão do trabalho é a narrativa ou a visão narrativa da realidade que, como pressuposto deste trabalho, estabelece as pontes entre os signos da cultura nacional e os discursos dos presidentes.

Em busca de tentar compreender o papel da comunicação na determinação de uma narrativa de país e como o discurso institucional age para atualizar o mito nacional, este trabalho se desenvolveu em duas etapas distintas, mas interconectadas: em primeiro lugar, estabeleceu

¹ Este projeto de pesquisa de doutorado foi aprovado em 2015, para início em 2016, antes da ascensão da direita radical ao poder no Brasil.

uma proposta teórico-metodológica para, a partir da visão narrativa da realidade, pensar o Estado, suas relações de pertencimento e as relações com o discurso nacional; em segundo lugar, propõe-se uma breve análise dos projetos identitários dos dez presidentes que assumiram o posto após a promulgação da Constituição de 1988, que consolidou o pacto social pretendido pela sociedade brasileira após os anos da Ditadura Militar. A partir de uma cuidadosa construção teórica, analisamos os discursos do primeiro ano de governo dos mandatários para verificar as propostas de modificação que cada presidente trazia consigo, ainda que sutil, de da autopercepção que o brasileiro tem de si próprio.

Para chegar a esta análise, fez-se necessário estabelecer um percurso teórico que refletisse sobre o arco dramático da narrativa de país e, com isso, pudéssemos olhar com maior propriedade para as diversas narrativas que compõem o Brasil. Assim, partimos do pressuposto estabelecido por uma visão narrativa da realidade, em que a própria noção de tempo só pode ser apreendida por meio de estruturas narrativas, como proposto por Paul Ricoeur (1984), e de um estudo das narrativas e suas figuras, como na teoria de Genette (1966), para depois tentar compreender a narrativização da História (WHITE, 1980) e sua relação com a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2012). Em um mundo dominado pelas representações sociais, que só é apreendido por meio das estruturas narrativas, tentamos identificar os fios que conduzem a construção de uma história a partir do presente e que formam o enredo do que percebemos como realidade. Tais relações nos apresentam os caminhos para a compreensão da rede simbólica das identidades, em geral, e também para a identidade nacional, especificamente.

Aplicamos a visão narrativa da realidade para tentar elucidar o percurso narrativo que criou os elementos que viriam a constituir o Estado-nação no século XIX. A partir do trabalho de Quentin Skinner (1996) e Francisco Weffort (2001), observamos como o conceito de República, soberania, jurisdição e pertencimento foram articulados em torno do embate entre liberdade e segurança, do século XIII ao XIX. O entendimento da formação da Europa moderna é central também para os Estudos Brasileiros, já que “a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso” (PRADO JR, 2008, p. 18). Inserido em um contexto de consolidação e expansão da Europa como centro de poder, o processo de formação nacional no Brasil é consequência de um

movimento global de conquista de novos territórios e do estabelecimento de redes de comunicação e comércio que determinariam que tipo de desenvolvimento nossa narrativa de país poderia seguir.

O modelo de Estado europeu, criado para responder a uma situação específica daquele continente, é transferido para diversas regiões do mundo e, com suas narrativas rearranjadas e adaptadas, passa a ser a principal força organizadora da sociedade. Cria-se, assim, o mito do Estado nacional, que se apropria de uma narrativa comunitária para propor a coincidência da comunidade cultural com as fronteiras políticas, reforçando a ideia de destino comum de todos aqueles que estão dentro de sua comunidade expandida. Naturalizado como tal, o Estado-nação se apoia na burocracia e na identidade para se legitimar como única forma possível de organização política, ancorando-se na rede simbólica e materializando-se em diversos símbolos, ritos e rituais que só colaboram para reforçar ainda mais sua legitimidade.

Em território brasileiro, a narrativa nacional só teve liberdade imaginativa após a independência, em 1822, quando Portugal deixa de ser uma referência de pertencimento. A partir de situação muito específica do Brasil, o único Império escravagista das Américas naquele momento, a elite nacional domina completamente a narrativa de país, propondo um nacionalismo coletivista cívico relativamente inclusivo, para os brancos, e um nacionalismo étnico, racista e violento, para os negros escravizados. Assim, o Estado brasileiro, em sua busca por também se tornar nação, nasce fragmentado e marcado por uma comunidade cultural e política branca, que se relaciona sobretudo pelo favor, e uma comunidade de escravizados excluídos do mito nacional, submetidos a relações de violência física e simbólica a todo momento. Com o fim da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889), opera-se a fusão dos dois nacionalismos em busca de incluir o Brasil no rol de países “civilizados”. Novamente em um modelo imposto pela elite, que só conhecia formas patriarcalistas e patrimonialistas de relação social, o novo mito nacional criado segue autoritário, violento e excludente, mas com um renovado frescor narrativo, cuja grande expressão talvez seja a ideia de democracia racial. Assim se desenvolve a narrativa nacional brasileira, apropriada por uma elite que trabalha para garantir seus privilégios, perpetuando o mandonismo e o clientelismo, operando modernizações conservadoras quando exigida e devolvendo à sociedade civil uma cidadania irregular e precarizada.

Após mais uma experiência em que o autoritarismo brasileiro se manifesta de maneira clara e notória, o fim da Ditadura Militar (1964-1985) instigou a sociedade brasileira a propor um pacto ambicioso, ainda que incompleto, para garantir uma cidadania menos precária aos brasileiros. Assim, o texto constitucional de 1988, conhecido como a Constituição Cidadã, consolidou uma ideia do que o Brasil gostaria de ser no final dos anos 1980. O texto significou um amplo pacto social em torno dos direitos humanos, da inclusão das minorias e de transformação em algumas estruturas sociais que haviam predominado por anos na sociedade brasileira, ainda que não tenha atacado substancialmente todos os problemas que foram levantados pela Constituinte.

A partir deste momento, com as primeiras eleições livres após a redemocratização em 1989, analisamos todos os presidentes que passaram pelo posto mais alto na República: Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e o atual presidente, Jair Bolsonaro, que assumiu o posto em 1º de janeiro de 2019. Foram escolhidos três discursos do primeiro ano de cada um dos presidentes, em busca de suas relações com o pacto de 1988 e seus projetos de identidade para o país. Quatro temas centrais foram selecionados para categorização e análise do conteúdo dos discursos: *economia e desenvolvimento*, *cidadania*, *Brasil no mundo* e *autoestima*. Cada um contribuiu, de alguma forma, para a construção da narrativa de país pretendida pelos brasileiros ao longo desses 30 anos desde a posse de Collor. Para verificar esta conexão, buscamos elencar os principais temas levantados pelos *intérpretes do Brasil*, aqueles autores que tentaram mapear o Brasil de forma sistemática e totalizante.

Havia, no início deste trabalho, inúmeras categorias possíveis de serem analisadas. As selecionadas são, no entanto, as que mais expressam algo sobre a percepção simbólica de quem são os brasileiros dentro do acordo pretendido na Constituição de 1988 e do debate presente nos intérpretes. Sem se ter uma teoria previamente escolhida, optou-se pela construção teórica a partir das evidências empíricas, o que aproxima este trabalho da *grounded theory*², como explicitado por autores como Glaser e Strauss (1967). Para identificar e analisar as relações

² A tradução mais usada para o termo é *Teoria Fundamentada em Dados*. Porém, a maioria dos trabalhos publicados no país preferem a aplicação do nome em inglês.

entre o discurso presidencial e a identidade nacional na formação de uma narrativa de país, realizou-se uma pesquisa qualitativa, baseada na análise de conteúdo, inspirada nas teorias desenvolvidas pela pesquisadora Laurence Bardin (2011). A partir dos discursos selecionados, foi feita uma categorização, dentro dos quatro temas propostos, com a ajuda do programa de suporte à pesquisa MAXQDA, que é um facilitador do processo, mas que não elimina a análise minuciosa do pesquisador.

Para chegar aos discursos presidenciais, iniciamos a tese com uma reflexão sobre a construção narrativa da realidade no **Capítulo 2**, dividido em dois temas principais. O primeiro é uma reflexão sobre a narrativa, seus componentes e como ela determina nossa percepção da realidade, determinando um enredo para a interpretação do mundo objetivo. Para melhor compreender esta visão narrativa da realidade, passamos à teoria das representações sociais de Moscovici, que são justamente os filtros entre o “deserto do real” e nossa percepção da realidade. No **Capítulo 3**, tem-se uma discussão sobre pertencimento e a formação do Estado-nação. A partir de um debate teórico-metodológico sobre a identidade, vemos como o pertencimento é também parte de uma narrativa, que determina nossa percepção temporal e se enraíza em determinados territórios. A territorialização das narrativas dá permanência para os laços de pertencimento e ajudam a consolidar as identidades. Neste ponto, passamos a uma reflexão sobre como se formam os Estados, que determinam uma das principais fronteiras do pertencimento coletivo, com a expansão de pequenas comunidades até a comunidade ampliada do Estado-nação, consolidado por meio da formação do mito nacional e da rede simbólica da identidade ligada a ele.

Este é o arcabouço teórico interdisciplinar que propomos para, no **Capítulo 4**, podermos olhar mais de perto a invenção da nação brasileira. A partir da formação do Brasil como Estado e, posteriormente, como nação, debatemos a presença dos nacionalismos coletivistas cívico e étnico no Império e a refundação do mito nacional com a Proclamação da República. Para melhor compreender as estruturas da brasilidade, passamos a uma análise dos *intérpretes do Brasil* e das teorias sobre esses intérpretes, propondo um debate sobre a burocracia e o imaginário coletivo brasileiro, para depois analisarmos a formação das elites nacionais – que sempre predominaram como grupo de poder – e da difícil cidadania brasileira.

São esses debates sobre as contradições da formação nacional, da moléstia de Nabuco ao homem cordial, passando por estruturas de mando como o clientelismo e um breve histórico da conquista de direitos no país que nos levam às quatro categorias escolhidas para análise – *economia e desenvolvimento, cidadania, Brasil no mundo e autoestima* –, aplicadas no **Capítulo 5**. Neste capítulo, observamos a narrativa brasileira presente nos discursos presidenciais ao longo da Nova República³, entre 1990 e 2019. Após a apresentação do enfoque e da metodologia de pesquisa, chegamos à forma como foram selecionados os trinta discursos dos dez presidentes e à técnica de aferição dos dados, por meio de uma análise temática de organização categorial. Passamos, assim, a uma descrição de cada uma das categorias e, ao final, para a análise dos dados em si. Encontramos em nove dos dez presidentes analisados apenas pequenos direcionamentos identitários, com projetos bastante fiéis ao quadro simbólico proposto pelo texto constitucional. O único presidente que propõe uma mudança fora deste quadro e destoa dentro do corpus estudado é o governo de Jair Bolsonaro, com um projeto que tenta alterar o próprio núcleo figurativo da identidade nacional e mudar os valores até então identificados como centrais da brasilidade.

Propõe-se, nas **Considerações finais**, uma reflexão sobre os objetivos teóricos e práticos apresentados pelo trabalho na busca por demonstrar o papel da narrativa na construção da rede simbólica da identidade nacional, expandindo a análise para englobar, ao menos em parte, o atual debate sobre as questões identitárias contemporâneas. Se o Estado-nação é imaginado e a identidade nacional é um núcleo figurativo formado por representações sociais compartilhadas por um determinado grupo, então ambos são passíveis de mudanças. Não radicalmente, porque estão fortemente ancorados no imaginário coletivo, mas definitivamente não são estáticos e se atualizam no tempo – em alguns casos, também se atualizam no espaço – por meio da comunicação, da construção de uma narrativa. Cabe ao coletivo da população decidir quais os acordos que serão consolidados e quais projetos que serão aceitos como realidade no futuro.

³ Apesar da Nova República compreender, também, o governo de José Sarney (1985-1989), optamos por não o incluir neste trabalho por ele ser anterior ao pacto coletivo da Constituição de 1988.

2 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA REALIDADE

A narrativa dá sentido e significado a nossa interpretação do real. Apesar do fascínio que sempre tivemos pela busca do que é de fato “verdadeiro”, o real não está ao nosso alcance e só pode ser percebido por meio de filtros individuais e coletivos que distorcem e transformam o mundo, criando o que se convencionou chamar de realidade. Essa apreensão do real só é possível por meio da criação de um enredo que dê sentido aos múltiplos fatos e acontecimentos que vivenciamos, por meio de uma narrativa – ou uma situação de comunicação narrativa⁴ (RIMMON-KENAN, 1983, p. 91) – que possibilite a familiarização dos objetos, mesmo que estranhos, para então fazer parte de um mundo menos perturbador do que o “deserto do real” (ZIZEK, 2011)⁵.

O sistema coletivo de apreensão da realidade que criamos segue, historicamente, uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 1996). O próprio estudo da mente humana, tanto pelos empiristas – centrados na interação da mente humana com o mundo externo e a natureza – quanto pelos racionalistas – que procuravam nas faculdades mentais os princípios da razão –, sempre foi muito focado na busca por um suposto “verdadeiro” conhecimento do mundo, em “como nós adquirimos a perfeita convicção no mundo, um mundo que é, como sempre foi, entendido como imutável e que está, como sempre esteve, lá para ser observado” (BRUNER, 1991, p. 1). Essas duas visões dominaram a concepção de como desenvolvemos e adquirimos nosso apego por esse suposto mundo “real”. Para Foucault, no entanto, essa vontade de verdade, além de mutante e instável, exerce também “uma espécie de pressão e certo poder de constrangimento” (1996, p. 17). O que lemos como real e o que desejamos buscar como explicações para o mundo concreto são direcionados por nossa vontade de verdade. E,

⁴ Shlomith Rimmon-Kenan (1983) usa o termo, em inglês, “narrative communication situation” em diversos momentos de seu livro. Ainda que ele não se refira especificamente à interpretação da realidade, acreditamos que seja possível, dentro das teorias apresentadas, fazer essa aproximação.

⁵ O título do livro de Zizek, *Bem-vindo ao deserto do real* (2011), faz alusão ao diálogo entre dois personagens do filme *Matrix* (1999), Morpheus, o líder da resistência interpretado pelo ator Laurence Fishburne, e Neo, herói da saga interpretado por Keanu Reeves. Morpheus apresenta a a “realidade real” da cidade de Chicago, toda destruída após uma guerra global, para Neo e, ao chegar, dá-lhe as boas vindas com a frase: “bem-vindo ao deserto do real”. No livro, Zizek compara a cena do filme à realidade de Nova Iorque após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Nesta tese, usamos a alegoria para representar a ideia de que toda realidade é narrativamente construída e, portanto, nada é apreendido sem filtros mentais que, como veremos adiante, são representações sociais acumuladas pelos indivíduos e coletivos de indivíduos. A comparação deve ficar mais clara ao longo do texto.

geralmente, queremos ver o que foi acordado como tendo valor de riqueza, fecundidade e alegria. Não está no horizonte, apesar de acontecer o tempo todo, que essa vontade de verdade também possa ser destinada à exclusão de todas as outras formas possíveis de ver o mundo.

A maior parte do conhecimento humano e sua reflexão sobre a construção da realidade foi direcionado para o mundo físico, das coisas concretas e não no mundo simbólico. “É curioso como se fez pouco esforço para descobrir como os humanos constroem o mundo social e as coisas que decorrem dele”, afirma Jerome Bruner (1991), em artigo publicado na revista estadunidense *Critical Inquiry*. Há um claro domínio lógico-científico em nossa percepção da realidade, imposto pela modernidade na sociedade ocidental, e que predomina em nossa construção do conhecimento. “Os seres humanos”, como afirma o antropólogo francês Maurice Godelier (2001), “não apenas vivem em sociedade, eles *produzem a sociedade para viver*” (p. 1, tradução nossa, destaque do autor). Claro que o domínio lógico-científico possibilitou maior objetividade e clareza do conhecimento humano, que esteve muito direcionado para a subjetividade ou o obscurantismo em determinados momentos de nossa história⁶. Ele também permitiu o grande avanço tecnológico dos últimos séculos, com o desenvolvimento de um incrível conjunto de ferramentas e aparatos, de “novos sistemas de engenharia”⁷ (SANTOS, 2008, p. 81) capazes de mudar completamente nossa forma de habitar o planeta, além de ter sido essencial para a implementação de uma sociedade democrática, com o fim dos privilégios feudais.

Raciocínio parecido aparece também na teoria de Jean Baudrillard. No livro *Simulacros e simulação* (1991), ao analisar a sociedade capitalista, o autor coloca em debate nossa percepção do real e o que entendemos como realidade afirmando que, muitas vezes, a desenfreada reprodução material – e sua conseqüente hiper abundância de imagens e percepções – seria, na verdade, uma busca por “ressuscitar o real que lhe escapa” (p. 14). Assim, o que percebemos é apenas uma realidade construída, que o autor chama de hiper-realidade. Essa

⁶ Isto não quer dizer que todos os conhecimentos que não são técnico-científicos serão, automaticamente, obscuros e subjetivos. Como nos mostra Pierre Clastres (1978), as sociedades desenvolvem técnicas diferentes para sociedades e necessidades diferentes, sem que deva existir necessariamente uma hierarquia entre elas.

⁷ Milton Santos utiliza o termo “sistemas de engenharia” como sinônimo para um conjunto de instrumentos de trabalho e forças produtivas em geral (que incluem o homem) – os “fixos” –, que são cada vez mais interligados e interdependentes, o que tornaria a divisão do trabalho geograficamente estendida e complexa, servindo de base para “fluxos” cada vez mais globalizados.

sociedade, para Baudrillard, “conserva todas as características do discurso da produção tradicional, mas não é mais do que a sua refração desmultiplicada. Assim, em toda parte, o hiper-realismo da simulação traduz-se pela alucinante semelhança do real consigo próprio” (p. 14). Esse hiper-realismo da simulação nos conduz ao simulacro que, diferente da simulação – quando ainda conseguimos perceber que estamos, de alguma forma, em uma situação induzida –, faz com que tomemos aquela percepção como sendo objetivamente real, sem a ideia de que ela já chega para nós como uma distorção ou simulação. “Imensas energias são gastas para manter esse simulacro, para evitar a dissimulação brutal que nos confrontaria com a evidente realidade de uma perda radical do sentido” (p. 105).

A hiper-realidade de Baudrillard é um exemplo da exacerbação do domínio técnico-científico, que passa a ser reaplicado de maneira bastante distanciada do humano. Quando colocado a serviço da evolução puramente técnica, retira-se o humano do centro da abstração racional coletiva da sociedade, criando uma sensação de que os avanços tecnológicos levariam logicamente a uma evolução da humanidade. Assim, cria-se uma fronteira fixa e intransponível entre natureza e homem, como se este não fosse produto daquele, seguindo a lógica da “racionalidade técnica” (ADORNO & HORKHEIMER, 1997). Este pensamento, proposto pela Escola de Frankfurt⁸, expulsa o humano da reflexão sobre o mundo e o conhecimento, estabelecendo, no caso das sociedades capitalistas contemporâneas, o lucro monetário como objetivo coletivo último. Tem-se, portanto, uma racionalidade desumanizada, que cria e fomenta a cultura de massas e exacerba as virtudes de um sistema em que a prioridade está longe de ser o bem-estar da humanidade. A racionalidade técnica, assim, desconecta o homem com sua experiência humana (BRUNER, 1991).

O ser humano é sempre um contador de histórias, cercado por suas próprias narrativas e pelas histórias de outras pessoas, vivendo tudo o que acontece não só com base nessas histórias, mas sobretudo como se ele estivesse as recontando, como afirma Jean-Paul Sartre

⁸ A Escola de Frankfurt surgiu no início do século XX, na Universidade de Frankfurt, como uma escola de pensamento filosófico, sociológico e político que propunha uma reinterpretação do marxismo, introduzindo conceitos que se tornariam clássicos na interpretação do capitalismo daí em diante, como “indústria cultural”, “propaganda ideológica”, “cultura de massa” etc. Uma das principais ideias de pensadores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin era que o capitalismo levava à reprodução acelerada de formas de vida e consumo, expulsando o humano da racionalidade que, assim, se tornaria apenas técnica, interessada na reprodução dela mesma. Essas ideias estão expressas sobretudo no texto *Dialética do esclarecimento* (1997), de Adorno e Horkheimer.

(1964) em sua autobiografia. Em contraste com a racionalidade técnica, o humano⁹ vivencia e experimenta o mundo o tempo todo, sempre por meio de estruturas narrativas. “Mais do que saber construir e contar as suas histórias, o ser humano construiu a si e as suas sociedades pela permanência no tempo milenar de suas narrativas”, escrevem Nassar, Farias e Pomarico (2019). O domínio técnico-científico, seja ele exacerbado pela racionalidade técnica ou não, é apenas uma das narrativas às quais o homem recorre para contar sua própria história e a história daqueles que o cercam.

Pode-se dizer, portanto, que a narrativa cria a História, reforça nossos mitos, organiza nossa experiência e dá caminhos para nossas memórias, estando sempre na base de nossa tomada de decisão. Essa visão narrativa é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, transmitida culturalmente e absorvida nas experiências cotidianas. Sua aceitação independe de uma verdade dos fatos, como pretendem os procedimentos lógicos e científicos, recorrendo apenas a uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 1996) e uma “necessidade narrativa” (BRUNER, 1991, p. 4). Como afirma Fisher (1985), é como se fôssemos “*homo narrans*”¹⁰, buscando padrões narrativos em todas as situações que vivenciamos (BARUSCH, 2012).

Como ensina Manuel Castells (2002), citando Barthes e Baudrillard, todas formas de comunicação – incluindo as narrativas – são baseadas na produção e consumo de “sinais” (p. 459), o que implica que não há separação entre “realidade” e representação simbólica. O homem atua e existe, como sempre atuou e existiu, em um ambiente simbólico e, portanto, narrativamente construído. Castells, indo mais adiante no argumento, afirma que a ideia de que as novas tecnologias de comunicação criariam um ambiente simbólico que não representaria a realidade se refere “a uma absurda ideia primitiva de experiência real ‘não codificada’ que nunca existiu” (p. 459), já que todas as realidades são comunicadas por meio de símbolos. Essa capacidade que os sistemas de linguagem têm de abarcar a ambiguidade e recepcionar a diversidade de interpretações que separa as expressões culturais do raciocínio lógico-científico,

⁹ É importante ressaltar, neste momento, que falamos do Homem como sinônimo do homem ocidental. Ainda que impreciso, é o conceito ocidental de homem e de ser humano que se cristaliza e evolui junto com a formação do Estado e do Estado-nação, por isso esta opção ontológica. Isso não quer dizer que desprezemos ou imaginamos menos legítimas outras ontologias sobre o humano.

¹⁰ O autor faz um paralelo com o *Homo Sapiens* (homem do conhecimento), dizendo que seríamos como *Homo Narrans* (homem narrador), tendo a narrativa como grande diferencial de nossa espécie.

indica como a vontade de verdade de nosso tempo criará a narrativa que aceitaremos como “realidade”.

Este padrão narrativo de interpretação da realidade é, ao mesmo tempo, libertador – na medida em que destrói as barreiras impostas pelo coletivo sobre as ações individuais das pessoas – e perigoso, podendo servir de pretexto para justificar qualquer reinterpretação da realidade, sobretudo os fatos históricos. Em uma época em que debatemos sobre o poder das notícias falsas sobre os rumos sociais, é importante ressaltar que, embora a visão narrativa permita múltiplas formas de construção da realidade, manipular a opinião por meio da total desconexão com os fatos¹¹, é tentar criar caminhos interpretativos irracionais em nome de um projeto de poder por meio da desinformação calculada para potencializar os efeitos de um ambiente de “obesidade informacional” (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019).

2.1 A narrativa

Neste ponto, faz-se necessária uma reflexão sobre o que é a narrativa e quais os elementos narrativos que constroem o enredo para nossa compreensão do real. Vale ressaltar, no entanto, que nossa preocupação não é com o texto narrativo, como a maioria dos estudos que tratam do tema, mas com a narrativa como processo comunicacional, em como ela “opera como instrumento mental de construção da realidade”, nos termos colocados por Jerome Bruner (1991, p. 5). Recorremos, no entanto, a diversos estudiosos do texto literário para, a partir deles, expandir suas teorias para uma teoria narrativa de leitura da realidade.

Ao longo da história, as narrativas foram essenciais para a transmissão de conhecimentos, o que justifica o fato de que o estudo das narrativas sempre acompanhou as reflexões sobre o pensamento humano. Barthes, em seu livro *Análise Estrutural da Narrativa* (2011)¹², cita Aristóteles como pioneiro do interesse pela “forma narrativa” (p. 20), mas

¹¹ Os fatos e os fatos históricos também são parte de uma narrativa e, portanto, passíveis de reinterpretações. Isso não nos dá a liberdade, porém, de inventar ou distorcer os fatos. Apenas permite reinterpretações a partir do fato apresentado, o que é bastante diferente.

¹² Livro foi publicado pela primeira vez em 1971.

poderíamos situar o início da sistematização do estudo narrativo nos formalistas russos¹³, sobretudo com os estudos de Vladimir Propp em *As raízes históricas do conto maravilhoso*¹⁴ (2014). Os estudos de Propp anteciparam diversos métodos absorvidos pela narratologia¹⁵ francesa, como a divisão estrutural da narrativa e a grande importância dada à forma apresentada no texto. Estes métodos foram aprimorados e desenvolvidos nos anos 1960 e 1970, criando a narratologia como ciência (RUDRUM, 2002). Dois autores se destacam nos estudos franceses da narrativa: Roland Barthes, que vai além da proposta inicial dos estruturalistas, voltando-se para a ênfase no papel do leitor na geração do significado da narrativa; e Gérard Genette, que descreve a narrativa como uma relação estruturada entre os elementos da narrativa: acontecimentos, sequência histórica, sequência temporal, narrador e público (EDGAR; SEDGWICK, 2003).

Como apresentado em minha dissertação de mestrado (CARBONARO, 2015), o crítico e teórico literário francês Gerard Genette, em seu livro *Discurso da Narrativa*¹⁶ (1996), propõe uma inovação na divisão dicotômica da narrativa até então predominante entre os estruturalistas, sugerindo três significações para a palavra narrativa. Primeiramente, o autor retoma a narrativa como *história*, que é a organização funcional e sequencial do texto e estaria relacionada ao que é narrado, aos fatos dispostos cronologicamente; e como *discurso* (ou narração), com foco em como são narrados os fatos em seus aspectos de ordenação, duração, frequência, modo e voz¹⁷, relacionados ao processo de estruturação da narrativa. Logo depois,

¹³ É importante notar que, nesta tese, adotamos a teoria eurocêntrica da narrativa, que é a que teve mais impacto na formação do Brasil como narrativa. Isso não exclui, de modo algum, outros caminhos de estudos narrativos realizados em outras partes do mundo.

¹⁴ Sua primeira publicação data de 1928.

¹⁵ O professor David Rudrum, da Universidade de Huddersfield (Reino Unido), assim define a narratologia: “Narratology is perhaps best understood as a term with a stricter and a looser sense. Broadly speaking, it is the name given to the critical and theoretical study of the numerous forms of narrative discourse, especially in literary and film studies. More precisely, however, it designates a theoretical movement with its origins in the French structuralist thought of the 1960s and 70s, to which most subsequent analyses of narrative have been indebted - hence the extension of the term” (2002, p.1).

¹⁶ Primeira publicação em 1979.

¹⁷ Genette fala de: aspectos de ordenação (não em termos de definição de encadeamentos, mas em termos da percepção do *sentido* desses encadeamentos, por outras palavras, o estudo da articulação *temporal*, e já não *lógica*, da narrativa), aspectos de duração (o tempo encarado, não em função do sentido do seu encadeamento, mas em função da tentativa de estabelecimento de um *ritmo* da narrativa, de uma alternância entre situações de relato que poderíamos apelidar de tônicas e átonas através dos meios de discurso que as formulam), aspectos de frequência (relações entre a narrativa e a *diegese*, consideração dos meios de escrita que homologam a história na narrativa ou, pelo contrário, a distendem ou condensam, a pulverizam, a repetem, a entrecortam ou simplesmente a transcrevem a partir duma idealidade que funciona como modelo e que apenas em função desses

propõe uma terceira definição, que seria *a narrativa propriamente dita*, uma “categoria adicional” que acrescenta uma reflexão sobre quem está narrando (RUDRUM, 2002), relacionando *história* e os aspectos da *narração*, que são “duas metonímias da *narrativa propriamente dita*, a primeira referindo-se ao seu conteúdo narrativo, a segunda, à sua produção” (RIMMON-KENAN, 1983, p. 4)¹⁸.

História e narração só existem para nós, pois, por intermédio da narrativa. Mas, reciprocamente, a narrativa, o discurso narrativo não pode sê-lo senão enquanto conta uma história, sem o que não seria narrativo (...) e porque é proferido por alguém, sem o que (...) não seria, em si mesmo, um discurso. Enquanto narrativo, vive da sua relação com a história que conta; enquanto discurso, vive da sua relação com a narração que o profere. A análise do discurso narrativo será, pois, para nós, essencialmente o estudo das relações entre narrativa e história, entre narrativa e narração, e (enquanto se inscrevem no discurso da narrativa) entre história e narração (GENETTE, 1996, p. 27).

A categorização de Genette nos ajuda a compreender melhor o que ele chama de “realidade narrativa” (1972, p. 12), que nada mais é do que a interação entre os três elementos propostos em sua teoria. Como nos alerta Shlomith (RIMMON-KENAN, 1983), dos três aspectos da narrativa, apenas *a narrativa propriamente dita* está disponível para o leitor: “é por meio do texto que ele ou ela adquirem conhecimento da *história* (seu objeto) e da *narração* (o processo de produção)” (p. 4, destaque do autor), já que são “níveis de consideração de um mesmo objeto” (POMARICO, 2014, p. 69).

A crítica literária e professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Maria Alzira Seixo, em prefácio do livro *Categorias da Narrativa*, de Françoise Rossum-Guyon (1986), fala sobre a complexidade da narrativa

Mas a narrativa não corresponde só, ou essencialmente, à necessidade ou desejo de contar (de informar, seriando logicamente); esse é o prazer da história (resumo abstrato do que acontece, intriga), dividido entre a carência tantas vezes hipócrita do ouvinte e a despesa complacente ou interessada do locutor (simbologia de uma troca); a narrativa traz sobretudo o prazer do discurso, e por isso a criança pergunta “e depois?” com muito mais ansiedade se previamente conhece o encadeamento funcional da história que lhe contam (p. 14 e 15).

meios de escrita é perceptível), aspectos de modo (desenvolvimento e sistematização das questões levantadas pelo problema do *ponto de vista* do condutor) e de voz (assunção das condições de enunciação pela instância narrativa).

¹⁸ No original: “two metonymies of the text, the first evoking it through its narrative content, the second through its production” (tradução nossa).

Os estudos dos estruturalistas franceses e sua compreensão do texto literário foram base para diversas pesquisas em diferentes áreas. O antropólogo Claude Lévi-Staruss, por exemplo, desenvolveu uma metodologia de estudo do mito em populações ao redor do mundo com base em uma estrutura gramatical mitológica que é essencialmente narrativa. Já Christian Metz parte de uma narratologia do cinema para desenvolver sua semiologia cinematográfica (RUDRUM, 2002). Essa disseminação das narrativas como metodologia de pesquisa ficou conhecida como “a virada narrativa”¹⁹ e é vista como o enfraquecimento das posições positivistas nas pesquisas de ciências humanas (Goodson; Gill, 2011). Para Jerome Bruner (1991), o marco da consolidação da virada narrativa foi o congresso *Narrativa: a ilusão da sequência*²⁰, que aconteceu na Universidade de Chicago em outubro de 1979, e a publicação de um número da revista *Critical Inquiry*²¹, da mesma universidade, um ano depois, com o título *On Narrative*²² (1980), que traz o conteúdo apresentado no congresso por grandes nomes dos estudos narrativos, como Paul Ricoeur, Robert Scholes, Jacques Derrida, Hayden White e outros.

É interessante notar que o título do congresso que consolidou a narrativa como possibilidade metodológica destaca justamente a “ilusão da sequência”. Essa relação entre narratividade e temporalidade marca o debate sobre a narrativa nos anos 1980, sobretudo após a publicação, em 1983, de *Tempo e narrativa* (1994), obra de Paul Ricoeur que se tornaria um clássico dos estudos narrativos. Esta relação é, também, central para o argumento que apresentamos neste capítulo, já que a relação entre narrativa e temporalidade extrapola a criação ficcional e contamina nossa percepção da realidade. O termo “ilusão da sequência” está relacionado com a sensação, criada pela narrativa, de que os fatos são naturalmente encadeados em uma ordem cronológica: narrados um após o outro, temos a percepção de um encadeamento temporal que não necessariamente existe, por isso a ilusão da sequência.

Paul Ricoeur (1980), no entanto, ressalta outro aspecto da relação entre tempo e narrativa. Para o autor francês, a própria percepção do tempo só pode ser apreendida por meio

¹⁹ Convencionou-se chamar de “virada narrativa”, ou *narrative turn*, em inglês, a tendência, nas ciências sociais, de relativizar os estudos identitários e contextuais feitos apenas de maneira objetiva, baseados unicamente em dados. A partir deste momento, reconhece-se o pesquisador como um ator social que influencia e direciona a coleta de informações, sendo ele próprio um agente ativo na construção do corpus que viria a ser posteriormente analisado.

²⁰ O título em inglês foi *Narrative: the illusion of Sequence*.

²¹ Revista disponível em: <https://www.jstor.org/journal/criticalinquiry> (acessado em 25/07/2020).

²² Número da revista disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i257724> (acessado em 25/07/2020).

de estruturas narrativas, sendo ela cronológica ou não. “Toda narrativa (história ou ficção)”, ensina a professora Marialva Barbosa (2006) sobre Ricoeur, “articula em discurso o caráter temporal da experiência humana. Fazendo isso, figura o mundo sobre a forma da obra e transforma o tempo em algo intrinsecamente da esfera humana” (p. 147 e 148). Partindo da ilusão da sequência, Ricoeur (1980) busca, a partir de três pressupostos de trabalho, “uma reflexão mais autêntica sobre o tempo narrativo”, tentando “elucidar uma experiência mais profunda do tempo, que escape à dicotomia entre sequência cronológica e os modelos a-cronológicos” (p. 169).

O primeiro pressuposto apresentado é a relação recíproca entre temporalidade e narratividade. Apesar da insistência de filósofos, historiadores e críticos literários tomarem o tempo linear como um dado e, assim, manterem a função narrativa estranha à natureza humana, Ricoeur toma “a temporalidade como a estrutura da existência que alcança sua expressão na narrativa, sendo a narrativa a estrutura da linguagem que tem a temporalidade como seu referente final”²³ (1980, p. 169). Estabelecida esta relação, o autor recorre criticamente ao trabalho de Heidegger, em *O ser e o tempo* (2012), para, primeiramente, concordar com o autor alemão que “a representação ordinária do tempo como uma sequência linear de ‘agoras’ esconde a verdadeira construção do tempo”²⁴ (1980, p. 170); e, logo depois, demonstrar que existem pelo menos três diferentes níveis de organização temporal. O que Paul Ricoeur (1980) busca é a “contribuição que a teoria da narrativa pode oferecer para a experiência fenomenológica do tempo”²⁵ (p. 171 e 172).

Segundo Ricoeur, retomando Heidegger, as três dimensões do tempo seriam: o tempo vivido subjetivamente, denominado “ser-no-tempo” (*within-time-ness*), que seria o tempo fenomenológico, mais próximo da representação ordinária e linear tradicional; o tempo histórico ou a “historicidade” (*historicality*), que dá maior peso ao passado e tem o poder de recuperar a extensão do tempo entre o nascimento e a morte; e, em um nível ainda mais

²³ No texto original, em inglês, o autor escreve: “I take temporality to be that structure of existence that reaches language in narrativity and narrativity to be the language structure that has temporality as its ultimate referent” (tradução nossa).

²⁴ No original: “I agree with Heidegger that the ordinary representation of time as a linear series of ‘nows’ hides the true construction of time” (tradução nossa).

²⁵ No original: “for the contribution that the theory of narrative could offer to a phenomenology of time experience” (tradução nossa).

profundo, a “temporalidade” (*temporality*), que é o tempo vivido objetivamente, em uma perspectiva abrangente, e onde o autor enraíza sua análise do tempo (RICOEUR, 1980; BARBOSA, 2006). Essa diferenciação é importante para Ricoeur pois “a dimensão narrativa é que opera a mediação entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico, num tempo de natureza histórica, isto é, vivido e percebido numa espécie de arquitetura temporal de cada época” (BARBOSA, 2006, p. 143). Esta temporalidade narrativa, histórica, é a temporalidade para a qual estamos olhando ao tentar justificar a construção narrativa da realidade. Ela é determinante na forma de perceber o mundo objetivo, o real, por meio de uma estrutura narrativa que é determinante da forma como percebemos o tempo.

Para que a operação intermediadora da dimensão narrativa possa ocorrer e, assim, construirmos a “realidade narrativa” proposta por Genette (1972), com a articulação entre história e narração, faz-se necessário reconhecer o papel do enredo. Este enredo seria um “todo inteligível que governa uma sucessão de eventos em qualquer história” (RICOEUR, 1980, p. 171), no qual está contida a relação entre temporalidade e narratividade pretendida por Ricoeur. Ele tem a função de dar o caráter singular que define a narrativa, sua particularidade, mas também definir seu gênero, que fornece “modelos confortáveis e convencionais para limitar a tarefa hermenêutica de atribuir sentido aos acontecimentos humanos”, funcionando “como um modo de construir situações humanas mas também como um guia para usar a mente” (BRUNER, 1991, p. 13). É o enredo que nos dá a ideia de “acréscimo narrativo” (BRUNER, 1991, p. 17), estabelecendo vínculos histórico-causais (nem sempre verdadeiros²⁶) e estabelecendo certa coerência por contemporaneidade, a partir da ideia de o que acontece ao mesmo tempo deve necessariamente estar correlacionado.

Apesar de seu foco na interpretação e criação de textos, Ricoeur traça uma linha argumentativa bastante interessante para demonstrar como nossa interpretação da realidade é sempre narrativa. Ele começa mostrando a relação entre narratividade e temporalidade, o papel das estruturas narrativas em nossa percepção do tempo e como elas estão articuladas. Em seguida, passa a uma análise do papel do enredo, como a organização dos fatos narrados dão ao leitor uma percepção de uma linha temporal dentro da história. Neste ponto, para demonstrar

²⁶ Bruner (1991) dá o exemplo do assassinado do Duque Ferdinand em Sarajevo, que estabelecemos como causa da IGM. Uma relação causal difícil de ser feita, já que este foi apenas um fator marginal nas motivações da guerra.

que a temporalidade escapa à noção ordinária de tempo de uma sucessão de acontecimentos encadeados em uma linha abstrata orientada a uma única direção, ele escreve

Seguir uma história, de forma correlata, é entender as sucessivas ações, pensamentos e sentimentos em questão, na medida em que apresentam certa direção. Com isso, quero dizer que somos direcionados por esse desenvolvimento e que respondemos ao seu ímpeto com expectativas em relação ao resultado e à conclusão de todo o processo. Nesse sentido, a conclusão da história é o polo de atração de todo o desenvolvimento. Mas uma conclusão narrativa não pode ser deduzida nem prevista. Não há história se nossa atenção não é levada adiante por milhares de contingências. É por isso que uma história deve ser seguida até sua conclusão. Portanto, mais do que ser previsível, uma conclusão deve ser aceitável. Olhando para trás a partir da conclusão, para os episódios que levaram a ela, devemos ser capazes de dizer que esse final exigiu esse tipo de evento e esse encadeamento de ações. Mas esse olhar para trás só é possível pelo movimento teleológico dirigido por nossas expectativas quando seguimos a história. Esse é o paradoxo da contingência, julgado "aceitável, no final das contas", que caracteriza a compreensão de qualquer história contada²⁷ (RICOEUR, 1980, p. 174, grifo nosso).

A leitura reversa do enredo da narrativa, como apresenta Ricoeur, permite a articulação entre os três tempos de Heidegger, nos dá a ideia de cronologicidade – que pode ou não existir – e facilita a nossa apreensão de uma determinada realidade como sendo a única possível. É a percepção do tempo, dentro de um espaço delimitado²⁸, que nos dá a chave de leitura do real. Retomando Ricoeur (1980), podemos dizer que “é a nossa preocupação, não as coisas com que nos preocupamos, que determina nossa percepção do tempo” (p. 173). Assim, podemos afirmar que, ao ler o mundo a partir do final de sua narrativa (o presente), interpretamos os fatos históricos (o passado) como se fossem causa e consequência, como se nosso destino fosse estar

²⁷ No texto original, em inglês: Following a story, correlatively, is understanding the successive actions, thoughts, and feelings in question insofar as they present a certain directedness. By this I mean that we are pushed ahead by this development and that we reply to its impetus with expectations concerning the outcome and the completion of the entire process. In this sense, the story's conclusion is the pole of attraction of the entire development. But a narrative conclusion can be neither deduced nor predicted. There is no story if our attention is not moved along by a thousand contingencies. This is why a story has to be followed to its conclusion. So rather than being predictable, a conclusion must be acceptable. Looking back from the conclusion to the episodes leading up to it, we have to be able to say that this ending required these sorts of events and this chain of actions. But this backward look is made possible by the teleological movement directed by our expectations when we follow the story. This is the paradox of contingency, judged "acceptable after all," that characterizes the comprehension of any story told (tradução nossa).

²⁸ No caso da narrativa de país e do Estado-nação, este espaço seriam as próprias fronteiras nacionais, que delimitam o espaço de coincidência da comunidade política e cultural, determinando a narrativa que dará sentido e significado para aquele conjunto de pessoas dentro das fronteiras.

aqui e agora, desta forma determinada e só seria possível desta maneira; quando, na verdade, os fatos são aleatórios e os múltiplos caminhos escolhidos foram também selecionados ao acaso. Eles só fazem sentido dentro de uma estrutura narrativa, que constrói um enredo para nossa própria história a partir de um presente consolidado.

Este presente, no entanto, se atualiza a cada instante, refazendo o ponto final de leitura da narrativa. Um trauma, o fim de relacionamento, uma demissão inesperada, uma mudança do grupo de poder após uma eleição, uma revolução ou qualquer fato que altere a percepção do presente, necessariamente vai mudar a interpretação do passado, dando novo significado para a narrativa que trouxe o indivíduo até o momento em que a reflexão é feita. Essa maleabilidade do passado só é possível dentro de uma estrutura que, se não é totalmente falsa, também não é exatamente coincidente com os acontecimentos do real, uma vez que podem ser narrativamente rearranjados para criar um novo sentido, capaz de justificar o novo enredo colocado a partir de um fato inesperado.

2.2 A narrativização da História

Pensar a estrutura narrativa a partir de seu final, como vimos acima, não é privilégio da narrativa de ficção e pode ser expandida, também, para a compreensão coletiva da realidade e, portanto, de nossa realidade histórica. O que fazem os historiadores é contar, com base em análises documentais, as narrativas predominantes em cada um dos momentos que pretendem descrever. Podemos dizer, com base no argumento de Ricoeur, que a História é a descrição do passado a partir do presente, de onde observamos os fatos ocorridos e tentamos dar validade a eles por meio da comprovação documental.

A objetividade pretendida pelos historiadores é, portanto, apenas parte da narrativa construída, a partir do presente e com base no que chamamos acima de domínio técnico-científico moderno, para o conjunto político, social e econômico da sociedade que pretendem descrever. É claro que, como ciência acadêmica que é, o acúmulo de conhecimento produzido pela disciplina ao longo dos anos tem lastro em documentos e registros que devem ser parâmetro para os estudos e moldar essa narrativa. No entanto, a própria seleção dos fatos e a forma como ele foi encadeado – seu enredo – já determinam como essa história deverá ser lida.

Até mesmo a forma como a disciplina foi concebida, sem um narrador aparente e com os fatos “falando por si só”, já são o indicativo do percurso pretendido pelo conjunto de autores que contam a história. Dentre as múltiplas possibilidades que foram apresentadas aos homens e mulheres em cada dia da história humana, selecionamos alguns fatos para serem contados e outros para serem esquecidos, criando nossa percepção do que somos como humanidade.

O professor de história da consciência Hayden White, da Universidade da Califórnia (EUA), defende que apenas os fatos narrativizados são passíveis de serem compreendidos em sua complexidade de sentidos e adiciona que

A historiografia é um terreno especialmente bom para considerar a natureza da narração e da narratividade, porque é aqui que nosso desejo pelo imaginário, o possível, deve contestar os imperativos do real, do verdadeiro. Se considerarmos a narração e a narratividade como os instrumentos pelos quais as reivindicações conflitantes do imaginário e do real são mediadas, arbitradas ou resolvidas em um discurso, começamos a compreender tanto o apelo da narrativa quanto os motivos para recusá-lo. Se eventos supostamente reais são representados de forma não-narrativa, que tipo de realidade é essa que se oferece, ou é concebida para se oferecer à percepção? Como seria uma representação não-narrativa da realidade histórica?²⁹ (WHITE, 1980, p. 8 e 9).

A representação do que White chama de realidade histórica sem a forma narrativa seria apenas uma sucessão de fatos desconexos, impossíveis de serem lidos para quem não está inserido no exato contexto em que esses fatos foram registrados. O passado já não está diante de nós e é reconstruído na forma de um discurso histórico. O historiador também “configura intrigas que os documentos autorizam ou proíbem, combinando sempre coerência narrativa e conformidade aos documentos. É também essa combinação que faz da história interpretação” (BARBOSA, 2006, 142). Nesse sentido, os argumentos do historiador estadunidense vão ao encontro do que Ricoeur propõe em *Tempo e Narrativa* (1994), quando afirma que “reconstruir os laços indiretos da história com a narrativa é finalmente trazer à luz a intencionalidade do pensamento histórico pela qual a história continua a visar obliquamente ao campo da ação humana e à sua temporalidade de base” (p. 138). Assim, podemos ver o papel decisivo da

²⁹ No texto original, em inglês: Historiography is an especially good ground on which to consider the nature of narration and narrativity because it is here that our desire for the imaginary, the possible, must contest with the imperatives of the real, the actual. If we view narration and narrativity as the instruments by which the conflicting claims of the imaginary and the real are mediated, arbitrated, or resolved in a discourse, we begin to comprehend both the appeal of narrative and the grounds for refusing it. If putatively real events are represented in a non-narrative form, what kind of reality is it that offers itself, or is conceived to offer itself, to perception? What would a non-narrative representation of historical reality look like? (tradução nossa).

narrativa em nossa percepção temporal, como apresenta Ricoeur, e, conseqüentemente, de nossa apreensão da História, do passado, presente e futuro, o que é determinante para a construção de uma narrativa de país.

2.3 Mecanismos mentais de interpretação do real: a teoria das Representações Sociais

A partir desta visão narrativa da realidade, em que um enredo é criado para nos situar temporalmente no mundo e justificar nossa história no presente, podemos tentar compreender os mecanismos que nos ajudam a dar naturalidade e familiaridade aos fatos estranhos que acontecem a todos os momentos em nossas vidas. Para tanto, recorremos a outro campo de estudo: a psicologia social do professor Serge Moscovici. Por meio de sua teoria das representações sociais, Moscovici (2012) apresentou uma inovadora maneira de olharmos para a formação de mecanismos mentais que condicionam nossa leitura do real, criando um diálogo íntimo com a visão narrativa da realidade proposta até aqui.

O autor assim apresenta o que seriam as representações sociais

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI, 2012, p. 40)

Tais representações sociais, portanto, são tanto parte de um mundo simbólico, ancoradas no imaginário coletivo, quanto do mundo material, materializadas – ou objetivadas – em objetos e ideias que se tornam, então, parte da realidade. São esses mecanismos que, para Moscovici, permitem a naturalização de ideias antes estranhas e sua transformação em realidades tangíveis, que aparecem para nós com a certeza do mundo material. Para o autor, nós “nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações ‘superimpostas’ aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis” (MOSCOVICI, 2010, p. 33). Essas representações formam o enredo com o qual vamos ler o

mundo, criando uma cadeia de elementos que nos direcionam para determinados tipos de leitura da realidade.

Para explicar as origens de sua teoria das representações sociais, Moscovici parte de uma reflexão sobre o pensamento pré-moderno – em que há um poder ilimitado da mente em criar a realidade segundo preceitos totalmente abstratos, sobretudo aqueles propostos pela religião – e o pensamento moderno – em que o poder de conformar a realidade é depositado nos objetos. Moscovici (2010) escreve

No primeiro caso, o pensamento é visto como agindo sobre a realidade; no segundo, como uma reação à realidade; numa, o objeto emerge como uma réplica do pensamento; na outra, o pensamento é uma réplica do objeto; e se, para o primeiro, nossos desejos se tornam realidade – ou ‘whishful thinking’ – então, para o segundo, pensar passa a ser transformar a realidade em nossos desejos, despersonalizá-los (p. 29).

Logo em seguida, Moscovici (2010) passa a negar a fórmula do pensamento moderno, propondo três argumentos distintos: primeiro, afirmando que não conseguimos ver nem o que está diante dos nossos olhos, usando os tipos sociais invisíveis como exemplo; logo depois, defende que distinguimos apenas a aparência da realidade das coisas, como o debate sobre a terra ser redonda ou plana (no passado, mais do que atualmente); e, por fim, o tipo de resposta que damos às situações, que estão sempre relacionadas às comunidades às quais pertencemos, como se colocássemos tais situações em moldes narrativos que condicionam nossas respostas, em um argumento que dialoga diretamente com os modelos narrativos que Bruner (1991) apresenta. Assim, podemos notar em cada um desses pontos levantados a “intervenção de representações que tanto nos orientam em direção ao que é visível, como àquilo a que nós temos de responder; ou que relacionam a aparência à realidade; ou de novo aquilo que define essa realidade” (MOSCOVICI, 2010, p. 31).

O próprio Moscovici (2012), no entanto, não nega ser parte desse pensamento moderno e reconhece sua influência sobre ele, sobretudo por meio de Emile Durkheim e a teoria das representações coletivas, presentes no livro *As regras do método sociológico* (1978), publicado pela primeira vez em 1895. Durkheim, diferente de Moscovici, não concebia que um fenômeno social pudesse ser explicado por um fenômeno psicológico. Há, no pensamento durkheimiano, uma clara oposição entre o racional e o emocional, típico do domínio técnico-científico que, à época da publicação de sua teoria, o pensador não poderia se furtar a fazer, sobretudo pelo

embate de consolidação das ciências sociais como campo de estudo. Podemos dizer, portanto, que o conceito de representações coletivas possui uma relação ambígua com a psicologia social, sendo seu precursor e, ao mesmo tempo, negando sua possibilidade de existência. Gerard Duveen, na introdução do livro *Representações sociais: investigações em psicologia social*, de Moscovici (2010), afirma que “o esforço para estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma levou Durkheim a defender uma separação radical entre representações individuais e coletivas e a sugerir que as primeiras deveriam ser o campo da psicologia, enquanto as últimas formariam o objeto da sociologia” (p. 13). Poderíamos acrescentar, também, outra diferenciação que está no cerne das duas teorias. Enquanto Durkheim tenta explicar como as sociedades se mantêm coesas, colaborando para a ancoragem das sociedades nacionais que se consolidavam no final do século XIX, Moscovici tenta entender como as sociedades se transformam. Foi justamente este o motivo pelo qual o pensador da psicologia social decidiu trocar o termo “coletivo” por “social”, buscando dar maior dinamicidade ao termo.

A importância de reconhecer e estudar as representações sociais e suas origens está, justamente, em tentar encontrar as falhas narrativas no enredo com o qual lemos o mundo, em buscar o estranho que foi naturalizado para então poder compreender quais mecanismos utilizamos para torná-lo familiar. Estamos, assim, “varrendo a história a contrapelo”, para usar uma expressão de Walter Benjamin (1985), para encontrar os pontos de inflexão da narrativa da realidade e, assim, sermos capazes de tornar conscientes as escolhas que fizemos – e fazemos – automaticamente quando vivenciamos tais momentos

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal. Ao criá-los, porém, não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não-usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá uma impressão segura de algo “já visto” (*déjà vu*) e já conhecido (*déjà connu*) (MOSCOVICI, 2010, p. 58).

Os responsáveis por essa tarefa de familiarizar o não-familiar são os mecanismos de ancoragem e objetivação (ou materialização), apresentados por Moscovici (2012). Com isso podemos enquadrar o desconhecido em esquemas interpretativos – modelos narrativos confortáveis, para retomar Bruner (1991) – e os transferir para nossa esfera particular, onde podemos compará-lo e interpretá-lo com outros acontecimentos presentes em nossa memória e, assim, passar a reproduzi-los como se sempre tivessem existido para nós.

Para colocar de forma mais clara, Moscovici (2010) define a *ancoragem* como um processo “que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (p. 61). Encontrando a categoria que aceite aquele estranho, automaticamente associamos todo um arcabouço memorial a ela, naturalizando o que antes era perturbador. O primeiro passo, segundo o autor, é nomear este novo objeto, o que permite que possamos avaliá-lo e comunicá-lo. “De fato”, escreve Moscovici (2010)

Representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. A neutralidade é proibida, pela lógica mesma do sistema, onde cada objeto e ser devem possuir um valor positivo ou negativo e assumir um determinado lugar em uma clara escala hierárquica (p. 62).

Já a objetivação tem como função unir a ideia de não-familiaridade com a realidade, tornar algo abstrato em algo quase concreto, transformar o que está apenas na mente em algo que exista no mundo material. Por isso que Moscovici também dá à objetivação o nome de materialização, já que objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem, e adiciona

Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, física e acessível. Sob esse aspecto, estamos legitimados ao afirmar, com Lewin, que toda representação torna real – realiza, no sentido próprio do termo – um nível diferente da realidade. Esses níveis são criados e mantidos pela coletividade e se esvaem com ela, não tendo existência por si mesmos; por exemplo, o nível sobrenatural, que em certo tempo era quase onipresente, é agora praticamente inexistente. Entre a ilusão total e a realidade total existe uma infinidade de graduações que devem ser levadas em consideração, pois nós as criamos, mas a ilusão e a realidade são conseguidas exatamente do mesmo modo (MOSCOVICI, 2010, p. 71).

A compreensão desses mecanismos nos ajuda a entender como selecionamos e naturalizamos os diversos fatos que vão construir o enredo narrativo da realidade. “Se as

imagens *devem* ter uma realidade, nós *encontramos* uma para elas, seja qual for. Então, como por uma espécie de imperativo lógico, as imagens se tornam elementos da realidade, em vez de elementos do pensamento”, afirma Moscovici (2010, p. 74, destaque do autor).

Podemos dizer, assim, que tanto para a visão narrativa da realidade quanto para a teoria da psicologia social de Moscovici, não existe um real objetivo *a priori*. As representações sociais são como uma rede simbólica que se sobrepõe ao real e isola nossos campos de sentido. O real, portanto, só é percebido por meio de símbolos e, já distorcido, passa a representar uma determinada realidade. A representação social seria a formação mental de uma ideia, que parte de um processo que é comunicacional e discursivo para consolidar-se em um conjunto de narrativas, sintetizadas em um grupo de imagens que reproduzem um complexo de ideias, formando assim o que Moscovici (2010, p. 73) chama de “núcleo figurativo” (CARBONARO, 2015).

Uma vez que uma sociedade tenha aceito tal paradigma, ou núcleo figurativo, ela acha fácil falar sobre tudo o que se relacione com esse paradigma e devido a essa facilidade as palavras que se referem ao paradigma são usadas mais frequentemente. Surgem, então, fórmulas e clichês que o sintetizam e imagens, que eram antes distintas, aglomeram-se ao seu redor. Não somente se fala dele, mas ele passa a ser usado, em várias situações sociais, como um meio de compreender outros e a si mesmo, de escolher e decidir (MOSCOVICI, 2010, p. 73).

O núcleo figurativo é, por conseguinte, a parte mais estável da representação e que garante sua perenidade em momentos de instabilidade (ABRIC, 2001). Na discussão proposta neste trabalho, a maioria das propostas identitárias dos presidentes brasileiros preserva o núcleo figurativo da identidade nacional, que discutiremos nos próximos capítulos, propondo apenas atualizações nas representações que o circulam³⁰.

Serge Moscovici apresenta um mundo que é percebido por meio das representações sociais, distorcido e transformado para formar o que poderíamos chamar de realidade. Esta seria, assim, uma forma de compreender, também, os mecanismos da formação narrativa da realidade, já que são as representações sociais que definem quais fatos serão selecionados para que sejam ancorados e objetivados no imaginário coletivo, formando assim o enredo que definirá nossa visão sobre o mundo material.

³⁰ A exceção é o governo Bolsonaro, como será apresentado no Capítulo 5.

Apesar de estarem em campos epistemológicos distintos, parece-nos pertinente estabelecer um paralelo entre a hermenêutica de Ricoeur e a teoria de Moscovici. Ao contrário do que sugeria a fenomenologia clássica de Husserl – que propunha a retirada das camadas de sentido que se sobrepõem às coisas para poder chegar a sua essência e, a partir daí, tentar explicá-las –, Ricoeur reconhece que todo acesso a essas mesmas coisas é mediado pela sedimentação das experiências que temos no mundo. Não tendo acesso direto ao objeto, podemos apenas prolongar as interpretações que já existem sobre ele no mundo, complementando e modificando as estruturas narrativas que já o definem (NALLI, 2006). As experiências sedimentadas, atualizadas em suas narrativas, formam, para Moscovici, as representações sociais. E, ao revés, o conjunto de representações sociais formam o enredo que vai percorrer as estruturas narrativas da realidade. O estudo das representações sociais é bastante elucidativo para compreendermos os mecanismos de naturalização de diversos comportamentos sociais que, hoje, aparecem para nós como dados da realidade, totalmente incluídos na realidade narrativa em que estamos imersos.

Essas representações materializadas em discursos, no entanto, não são espontâneas na sociedade e dependem da forma como são contadas e lidas para adquirirem seu sentido completo. Toda narrativa “requer uma estória e um contator de estórias”, como escrevem Kellogg e Scholles (1977, p. 169). Quem detém o poder de direcionar a narrativa orienta os laços de pertencimento “manipulando” as representações sociais, rearranjando os fatos – de forma consciente ou não – para que produzam os significados desejados e propondo o que será ancorado no imaginário coletivo. Ainda mais do que pretende a narrativa ficcional³¹, a narrativa do cotidiano está sempre em um embate de narrativas, com conflitos de versões que se sobrepõem para depois, depuradas no tempo, consolidar o que será considerado “verdadeiro”.

O tempo todo somos bombardeados por narrativas que têm por objetivo mudar nossa percepção sobre algo, seja com para criar um desejo de posse (e incentivar um ato de compra), obter apoio a um polêmico projeto de lei ou para nos incentivar a reciclar o lixo. O narrador da realidade é, portanto, quase sempre pragmático o que, para Walter Benjamin (1996), “esclarece a natureza da verdadeira narrativa”, já que “ela tem sempre em si, às vezes de forma latente,

³¹ Nem mesmo as narrativas ficcionais escapam à interpretação do leitor e, por isso, seu sentido também só se completa quando interpretado pelo leitor da narrativa, apesar de sua pretensão – na maioria das vezes – de direcionar a percepção de quem a absorve.

uma dimensão utilitária” (p. 200). Além de utilitário, os projetos narrativos servem também a um princípio moral, a um modo de narrar a vida ou a um desejo de preponderância de uma narrativa que garanta determinado projeto de poder, como no caso dos projetos identitários dos presidentes brasileiros que estudaremos no capítulo 5 deste trabalho. A realidade que nos é apresentada está sempre em constante disputa narrativa e selecionamos, a partir dos estímulos e nem sempre conscientemente, quais grupos de representações sociais serão ancorados e objetivados em nossas narrativas.

Dentre todos os estímulos que recebemos, as narrativas da experiência são, sem dúvida, as mais fáceis de serem aceitas em nosso imaginário. “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorreram todos os narradores”, escreve Benjamin (1996, p. 198). Tais experiências narrativas são, muitas vezes, sistematizadas em ritos e rituais que se apresentam “em corpos, em performance de atores, em voz (palavras, murmúrios e cantos), em imagens ou canto, mais a marcação obrigatória – a partir do poder de um sacerdote, xamã, executivo moderno” (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 217). Ritos e rituais se colocam, assim, como narradores privilegiados para as diferentes formações sociais, ajudando a ancorar determinadas experiências e criar também identidades coletivas.

Os rituais são **narrativas** construídas por meio de elementos simbólicos (corporais, orais ou não orais) que são marcados pela repetição e pela **intenção retórica**. Em um primeiro enquadramento conceitual pode-se falar em narrativas da **experiência**. Estão presentes em todas as culturas, como processos de identificação e afirmação dessas culturas e de seus integrantes. Em um segundo enquadramento conceitual pode-se falar em memórias rituais. (NASSAR; FARIAS, 2018, p. 348, destaque dos autores).

A lógica ritual está baseada no que Todorov (2006) chama de a “eterna volta” (p. 180), em que a repetição serve para apagar as origens do rito e ressaltar seu conteúdo como uma regra que sempre existiu e, assim, dificultar seu questionamento. Este mecanismo de repetição, também abordado por Paulo Ricoeur (1980), cria a noção de destino comum (ditado pelo fato de todos estarmos indo em direção à morte³²), o que dá uma dimensão comunitária para o grupo. Vemos o funcionamento, aqui, de uma sobreposição do tempo narrativo, nos termos de Ricoeur, à percepção ordinária de tempo cronológico: diante de um fato narrativo consolidado, o tempo

³² O autor usa o termo “governated by the theme of being-toward-death” (p. 183).

cronológico perde sentido e a narrativa consegue se impor quase como obrigação, por isso a força do ritual como comunicação simbólica (TAMBIAH, 1979), como narrador.

O mecanismo de introjeção das narrativas no imaginário individual e coletivo, o que Moscovici chama de ancoragem e objetivação, no entanto, não é condicionado apenas por quem constrói a narrativa. O leitor da narrativa também tem papel ativo na seleção e interpretação da narrativa.

Paul Ricoeur (1980) fala da “configuração narrativa”, que seria a organização interna da narrativa, e da “refiguração narrativa”, que é justamente o poder da narrativa de reorganizar nossa experiência temporal, “transformando a orientação que se imprime à vida a partir desse momento” (BARBOSA, 2006, p. 144). Esta “refiguração” do real ressalta a importância do papel mediador exercido pela leitura. Ele compara, em *Tempo e narrativa* (1994), a vida humana com um texto, que só pode realmente expressar seus sentidos por meio da interpretação que o leitor dá a ele. “A questão da leitura e da compreensão do texto é, pois, uma espécie de metáfora na sua obra para todos os tipos de compreensão, incluindo a dos fenômenos sociais e culturais” (BARBOSA, 2006, p. 144).

Uma vez interpretado, o texto se projeta para além das intenções de seu autor, criando parâmetros para inovações narrativas na vida objetiva do leitor, simulando e criando narrativas da experiência. “No ato da leitura”, afirma Marialva Barbosa (2006), “se entrecruzam o ‘mundo do texto’ e o mundo do leitor” (p. 145). O mundo do texto, sempre fictício, se confunde com o mundo “real” do leitor, sendo capaz de moldar seu imaginário. Ali, não está apenas a voz do autor ou do narrador: as narrativas contêm toda uma gama de representações sociais, tradições, experiências compartilhadas.

Sem querer ir tão longe, eu prefiro dizer que aquilo que nós chamamos obra é a produção comum de um texto e de um leitor. De um lado, a obra afeta o horizonte de expectativa segundo o qual o leitor aborda o texto. De outro, essas esperas fornecem a chave hermenêutica do processo de leitura tal como ele se desenrola. (RICOEUR, 1990, p. 39-40).

As narrativas são, assim, formas de transmissão de experiências em um mundo dominado por representações sociais e que só pode ser percebido por meio dessas estruturas narrativas. Como explica o historiador Harari (2018), foi a própria capacidade de narrar que nos deu a vantagem evolutiva para predominar como espécie. A realidade narrativa criada é ancorada e objetivada no imaginário de determinados grupos, formando o que chamamos de

cultura e, também, as identidades coletivas. Nada surge do zero. Se a realidade é formada por narrativas sobrepostas ao “deserto do real”, identificar os fios narrativos determinantes do enredo de nossa realidade e os diversos pontos de vista dessa narrativa (personagens, narradores e plateia), assim como suas estruturas, pode nos ajudar a compreender como o mundo toma essa forma e nos auxiliar a interpretar as diversas guerras de narrativas presentes na contemporaneidade e sua evolução no tempo, incluindo os discursos dos presidentes do Brasil na Nova República.

3 PERTENCIMENTO E A FORMAÇÃO DA NARRATIVA DO ESTADO

Compreender a visão narrativa da realidade e como o real é ancorado e objetivado em nosso imaginário é fundamental para a compreensão dos entes abstratos que foram criados para governar a vida em nossa sociedade. O principal deles, ao menos desde o final do século XVII, é sem dúvida o Estado. A estrutura estatal estabelecida ao longo dos anos para separar a vontade do indivíduo de uma determinada vontade coletiva direcionou nossa interpretação da realidade, criando representações sociais que impunham leituras bastante particulares da organização social e política da humanidade e consolidou-se de tal forma que é praticamente impossível o exercício de refletir sobre o futuro sem considerar a sua existência.

O Estado Moderno é estruturado para responder a uma situação específica de instabilidade do poder na Europa, mas se tornou – sobretudo com a consolidação do Estado-nação – a principal força organizadora da coletividade humana, alterando as formas de pertencimento até então estabelecidas, quebrando os núcleos figurativos das identidades comunitárias e propondo a coincidência da comunidade política e cultural dentro das novas fronteiras nacionais. Entender a evolução narrativa do Estado e a criação das possibilidades de enredo apresentadas historicamente é importante nossa construção teórico-metodológica de análise da relação entre identidade e discurso institucional a partir da visão narrativa da realidade.

Antes de entrarmos no debate sobre o Estado propriamente dito, cabe uma reflexão sobre a formação de laços de pertencimento, aos quais se deu o nome de identidade. Interessa, neste

ponto, sobretudo a formação de identidades coletivas associadas ao território e como as fronteiras nacionais se tornaram referência dessa relação entre pertencimento e território.

3.1 O debate teórico sobre as identidades coletivas

Em qualquer debate relevante que se possa ter, ao menos nas ciências humanas, neste final dos anos 2010, muito provavelmente o termo identidade se fará presente. Ele aparece com frequência em discursos políticos, em causas ativistas, na arte, nos jornais e até mesmo nas diversas conversas cotidianas. Sua compreensão, no entanto, parece ser ainda um tanto controversa. Não há uma definição consensual na ciência e tampouco no senso comum do que exatamente se quer dizer com identidade, mas poucos questionam a importância do estudo desse fenômeno para a compreensão da sociedade contemporânea.

No livro *Handbook of Identity Theory and Research* (Schwartz et al., 2010), que reúne mais de quarenta especialistas para debater o tema, os organizadores partem de uma questão para tentar compreender o que é identidade: quem é você? Apesar de parecer uma pergunta simples, as possíveis respostas englobam toda a complexidade do próprio campo de estudo proposto pelo livro. Para tentar melhor desvendar o conceito, faz-se necessário conhecer as principais propostas teórico-metodológicas de abordagem da identidade para, posteriormente, reconectar o tema com nossa proposta de compreensão narrativa da realidade.

O campo de estudos de identidade sempre esteve dividido entre as diversas áreas de conhecimento, principalmente entre a psicologia e as ciências sociais. Para Anthony Giddens e Philip Sutton, em seu livro *Conceitos essenciais da Sociologia* (2016), a origem dos estudos identitários está no início do século XX, com os trabalhos de Charles Horton Cooley (1902) e sua teoria do “autoespelho” (*looking glass*) e George Herbert Mead (1934), pioneiro na visão de que o estudo do *eu* (*self*) não pode ser separado do estudo da sociedade. Algumas abordagens discursivas sobre a identidade remetem também ao trabalho de Wittgenstein (1922) e sua filosofia da linguagem. Porém, o autor mais referenciado como fundador dos estudos de identidade foi o psicanalista Erik Erikson e seu livro *Childhood and Society* (1950), no qual apresenta uma teoria da identidade que, apesar de generalista, foi o ponto inicial de muitas pesquisas no campo.

Erikson concentrou-se na identidade pessoal e em seus estágios de desenvolvimento, que se iniciam com uma confusão identitária – no qual o indivíduo não tem certeza do que quer e seu propósito no mundo – e chegariam a uma síntese, quando há um entendimento integrado de quem somos, crenças, preferências, gostos, escolhas etc., que harmonicamente dariam um sentido para o *eu* em direção ao futuro. Essa identidade, independente do estágio, estaria dividida em três camadas: a identidade do ego, mais profunda e de difícil acesso; a identidade pessoal, que é a que apresentamos a todos com que convivemos; e a identidade social, que seriam as “preferências vindas da solidariedade com os grupos ao quais pertence o indivíduo” (EHALA, 2017, p. 17).

Outros autores, como Constantine Sedikides e Marilynn Brewer (2001), também dividem a identidade em três níveis, mas com diferentes nomenclaturas em relação ao trabalho de Erikson: a identidade individual ou pessoal, que seria uma autodefinição identitária, incluindo valores, crenças, religião e padrões de comportamento; a identidade relacional, desenvolvida no relacionamento interpessoal e que definiria nossos papéis sociais como de crianças, pais, colegas de trabalho, consumidores etc.; e, por fim, as identidades coletivas, bastante parecidas com a identidade social de Erikson, definidas a partir de crenças, sentimentos e atitudes que resultam da identificação com determinado grupo ou grupos.

Segmentar a classificação do termo identidade ajuda, sem dúvida, a entender melhor o conteúdo e os processos relacionados a ela, mas não consegue esgotar a complexidade do fenômeno. Há, também, um debate sobre a existência de uma única identidade, como acreditava Erikson (1950), ou múltiplas identidades, como proposto por Rattansi & Phoenix (2005). Para os objetivos aqui propostos, adotaremos as múltiplas identidades por motivos metodológicos, já que o que realmente importa é entender que o conceito é sempre multifacetado e deve ser abordado dentro dessa complexidade intrínseca a ele. O que define a identidade como única ou múltipla é apenas o enfoque de pesquisa, os pontos de vista pelo qual o objeto será abordado. Enquanto a unidade identitária conforta a busca pelo *eu*, as múltiplas identidades parecem fornecer material para os estudos mais coletivos. Como explica Schwartz et al. (2010), uma pessoa pode ter dois aspectos de sua identidade em conflito, se o foco da análise está somente no indivíduo, ou duas identidades em conflito, se a abordagem considerar a interação deste indivíduo em sociedade, como na fenomenologia, por exemplo.

Tanto Erikson, como Sedikides, Brewer, Rattansi e Phoenix estão preocupados com a manifestação da identidade em cada pessoa, em seus comportamentos, seu auto entendimento, crenças e emoções, em uma abordagem que Martin Ehalá, em seu livro *Signs of Identity: the anatomy of belonging* (2017), chamou de “nível micro” (*micro-level*). Esta abordagem individualizada, que seria mais comum na psicologia social, inclui, além dos autores acima citados, outro expoente do campo de estudo das identidades, o psicólogo social polonês Henri Tajfel, conhecido por seu trabalho sobre preconceito e identidade social. É interessante notar que, para Tajfel (1978), a identidade coletiva é a parte do indivíduo que se desenvolve por seu contato com os diferentes grupos, mas é essencialmente mental e interior ao indivíduo, por isso está localizada no nível micro dos estudos de identidade.

Outro autor relevante para debater a identidade coletiva dentro da abordagem de nível micro é Marilyn Brewer (1991). Essa psicóloga americana propôs a “teoria da distinção ideal” (*Optimal Distinctiveness theory*, ODT), em que afirma existir um “ponto ótimo” entre distinção e identificação dentro das múltiplas identidades do indivíduo (EHALA, 2017, p. 23). Seria como se cada pessoa tivesse duas necessidades opostas: uma ligada à sua identidade individual, que buscaria a distinção, e outra relacionada a sua identidade (ou identidades) coletiva, que buscaria a identificação (GUINOTE, 1998). Para este trabalho, o interessante desta teoria é a existência de um ponto ótimo para a coexistência entre as identidades individuais e coletivas, o que significa, nas palavras de Ehalá (2017), que “se o grupo é muito pequeno, os membros precisam fazer contribuições significativas para manter o bem comum; se for muito grande, a confiança e a coesão são difíceis de serem alcançadas” (p. 23, tradução nossa)³³. Essa relação dialética entre ser igual e diferente e, portanto, a necessidade de ser as duas coisas ao mesmo tempo nos parece ser um bom ponto de partida para a compreensão dos conflitos e possibilidades de convivência entre as diferentes identidades do indivíduo.

Essas relações, sobretudo entre as diferentes identidades coletivas, podem ser mais ou menos complexas e o equilíbrio mais ou menos difícil de ser atingido, a depender da forma como elas se sobrepõem no indivíduo. Para tentar explicar melhor essa relação, a própria Brewer, em parceria com Sonia Roccas (2002), criou a “teoria da complexidade da identidade

³³ No original: “If the group is too small, members need to make significant contributions to maintain the common good; if it is too large, trust and coherence are hard to achieve” (EHALA, 2017, p. 23)

social” (*Social Identity Complexity Theory*), que tenta demonstrar como as pessoas administram suas múltiplas identidades coletivas. Para elas, as identidades coletivas podem se relacionar por interseção, dominância, compartimentalização ou fusão, o que varia de acordo com o contexto e a complexidade das relações estabelecidas pelo indivíduo dentro de cada grupo.

Em contraponto ao nível micro, Ehala (2017) apresenta a abordagem no nível macro (*macro-level*), que tenta explicar como os grupos entendem a si próprios, com foco na estrutura e no conteúdo identitário, além da relação entre as diferentes identidades na sociedade. Este tipo de abordagem, sem utilizar propriamente o termo “identidade”, data do início do século XX, como no caso das representações coletivas, de Durkheim, ou até mesmo do caráter nacional apresentado pelo alemão Wilhelm Wundt³⁴.

Dentre as teorias de abordagem generalista mais recente, Ehala (2017) destaca a teoria das crenças sociais (*theory of societal beliefs*), de Daniel Bar-Tal (2000). Para o autor, as sociedades seriam formadas pelo compartilhamento de uma identidade coletiva que seria consequência, por sua vez, do compartilhamento de crenças sociais (memória coletiva, tradição, cultura, valores e instituições sociais). Sua verdadeira contribuição para o campo, no entanto, está em tentar explicar como as crenças emergem e como elas geram a coesão dos grupos (EHALA, 2017). Para Bar-Tal, as crenças surgem nos indivíduos e são comunicadas para as pessoas com as quais elas convivem e, nessa interação, as crenças individuais vão se tornando coletivas. Uma vez coletivizadas, elas são categorizadas e buscam um consenso dentro do grupo do que cada uma dessas categorias deve significar, o que gera o que o autor chama de identidade compartilhada (*shared identity*). Essa identidade passa a ser o parâmetro para aquele grupo, o que o ajuda a excluir outras possibilidades de compreensão individual e coletiva, tornando aquela a única realidade possível, em um raciocínio que se aproxima muito ao apresentado pelos conceitos de ancoragem e objetivação de Serge Moscovici (2000), descritos no primeiro capítulo deste trabalho.

³⁴ O caráter macro de Wundt, por exemplo, estaria em sua visão de que a identidade coletiva não é exatamente a soma ou a média das vontades individuais, mas um fenômeno coletivo único, criado por ações recíprocas de todos os membros do grupo. Sua conexão com os indivíduos estaria em sua condição de existência a partir da interação dos mesmos individualmente, ainda que dentro do grupo (EHALA, 2017).

Uma abordagem parecida com a de Bar-Tal (2000), mas desenvolvida de forma paralela³⁵, é o Etno-Simbolismo (*Ethno-symbolism*) de Anthony Smith, Jonh Armstrong e Jonh Hutchinson (SMITH, 2009). Smith busca compreender a relação entre identidade nacional e pertencimento, identificando esse tipo de identidade coletiva como algo em constante transformação e construída a partir de elementos míticos, memória coletiva, símbolos, tradições e aspirações para o futuro. A identidade daria para esse coletivo uma espécie de estrutura ideológica compartilhada, com base na qual os membros do grupo enfrentam seus problemas cotidianos.

Por fim, Martin Ehalá (2017) apresenta as abordagens mistas (*two-level approaches*), em que o micro e o macro se somam para explicar o fenômeno da identidade. O próprio Gerg Herbert Mead (1934), citado por Giddens e Sutton (2016) acima, e sua teoria baseada no princípio de que a sociedade molda o *eu* que, por sua vez, molda o comportamento social, é classificado neste tipo de abordagem. Para os fins deste trabalho, no entanto, duas teorias nos parecem mais relevantes. A primeira é a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens (*structuration theory*). Giddens (1984) argumenta que os níveis micro e macro são duas partes interrelacionadas do mesmo fenômeno: “as estruturas sociais do nível macro são entidades abstratas que existem fora do tempo e espaço, mas são internalizadas nas memórias dos indivíduos e se manifestam em suas práticas diárias” (p. 25). Essa relação entre os níveis é sempre dinâmica e com possibilidades de mudanças de padrão de acordo com a variação do comportamento no tempo.

Outra abordagem mista interessante é o complemento proposto por Bar-Tal, em parceria com Ohad David, a sua própria teoria das crenças sociais, conhecida como abordagem sociopsicológica. David e Bar-Tal (2009) partem da teoria da identidade social proposta por Bar-Tal (2000) para o nível micro e argumentam que é no nível macro que as identidades são definidas como significados compartilhados entre grupos sociais, etnias ou nações (EHALA, 2017). Uma identidade coletiva seria “uma situação em que indivíduos de uma sociedade se identificam com o coletivo e são conscientes que outros membros também se identificam com esse mesmo coletivo”, afirmam David e Bar-Tal (2009, p. 361, tradução nossa). Neste ponto,

³⁵ Enquanto Bar-Tal (2000) trata do campo da psicologia social, Smith (2009) está localizado nos estudos das ciências sociais. Talvez por isso não tenha existido um diálogo mais intenso entre os dois autores.

os autores parecem concordar com a abordagem de Wundt e Durkeim, ao afirmarem que as identidades coletivas são mais do que apenas a soma das identidades individuais, mas – diferentemente daqueles – David e Bar-Tal analisam também as identidades individuais, por isso sua abordagem é enquadrada como de dois níveis.

Entender o debate teórico-metodológico sobre o pertencimento parece ser o caminho mais prudente para abordar um fenômeno complexo e controverso como é a identidade, ainda que de maneira relativamente superficial como aqui proposto. Apesar das diferentes abordagens, as teorias apresentadas parecem ser mais complementares do que conflitantes, apesar dos diferentes caminhos propostos.

Neste trabalho, compreenderemos a identidade como sendo múltipla, em um constante embate de narrativas dentro do indivíduo e nos diversos grupos que formam a sociedade. No equilíbrio entre o ser igual e diferente, como proposto por Brewer (1991), tendemos a concordar com Tajfel (1978) que as identidades coletivas também se manifestam nas individuais, mas – como argumentaremos mais adiante – acreditamos que exista certa independência das representações sociais que formam as identidades coletivas, estabelecida justamente nas interações entre os membros do grupo e entre os diversos grupos com os quais ele se relaciona. Essa relação entre as diversas identidades também se hierarquiza, com a predominância de umas sobre as outras. A identidade nacional, ao longo dos anos, sempre tendeu a uma tentativa de dominância, para usar o vocabulário proposto por Brewer e Roccas (2002). Pretende-se que a pessoa seja nacional de algum lugar *a priori*, o que acaba definindo parte representativa das identidades individual e coletiva das pessoas.

A compreensão da identidade aqui proposta pode, também, relacionar-se com a identidade do sujeito sociológico proposto por Stuart Hall (2001, p. 10). O autor define três diferentes concepções de identidade, relacionadas respectivamente: ao “sujeito do Iluminismo”, um conceito mais individualista de identidade, em que “o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa”; ao “sujeito sociológico”, que reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com outros indivíduos e mundos habitados por ele; e ao “sujeito pós-moderno”, que teria uma identidade maleável, facilmente adaptável aos diferentes sistemas culturais a que é submetida. Dentro do quadro apresentado, o sujeito do

iluminismo parece estar mais centrado no *eu*, em uma abordagem de nível micro, enquanto o sujeito pós-moderno lida com a parte do pertencimento que está na vanguarda das mudanças identitárias, tentando adaptar e absorver – ou refutar – os diversos discursos circulantes. É o estudo do sujeito sociológico que, para Hall, define a relação entre o indivíduo e a sociedade, por meio da absorção de valores e significados.

Assim, podemos afirmar, que este trabalho tende a uma abordagem de dois níveis da identidade, com o coletivo se manifestando e alterando as diversas narrativas de cada indivíduo. Porém, o lugar de fala proposto por este trabalho – da comunicação – define nosso foco nas identidades coletivas, até porque a visão narrativa da sociedade só pode ser manifestada na interação entre personagens, narradores e plateia. Faz-se necessário, portanto, a compreensão de como a visão narrativa da realidade influencia em nossa definição do que é a identidade, em geral, e a identidade nacional, em particular.

3.2 Narrativa e pertencimento

Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa* (1994), formula a possibilidade de uma identidade narrativa com uma reflexão sobre a coexistência da mudança e da permanência em um mesmo conceito. Essa tensão entre a continuidade e a mudança é que promoveria o desenvolvimento da própria identidade e, talvez como em Brewer (1991), estejamos sempre em busca de um ponto de equilíbrio entre os dois polos³⁶. Para Ricoeur, a mediação entre mudança e permanência da identidade é feita por meio da narrativa, que organiza as contingências da existência em um todo coerente por meio de uma dramatização³⁷ (*emplotment*) da mesma (CROWLEY, 2003). Para explicar sua visão sobre a identidade narrativa, Ricoeur (1991) recorre à leitura reversa do enredo da narrativa, propondo que a relação entre História (o que foi) e ficção (o que poderia ter sido) criam um cenário ideal para dar alternativas de reconstrução das identidades a partir de um dado presente. Essa (re)formulação da identidade, qualificada

³⁶ Vale ressaltar que uma comparação mais profunda entre a identidade narrativa de Paul Ricoeur e a teoria da distinção ideal de Brewer, apesar de tentadora, exigiria um mergulho nas duas teorias que não cabe neste trabalho.

³⁷ A palavra *plot*, em inglês, significa enredo e, portanto, *emplotment* seria algo como “enredarização”, o que seria um neologismo e, por isso, preferimos a palavra *dramatização*, no sentido de construir um arco dramático, o que parece contemplar o significado pretendido por Ricoeur.

agora como *narrativa*, se daria em três momentos sucessivos: um primeiro, em que a experiência de estar-no-mundo é semanticamente construída, ainda sem uma forma muito clara, chamada por ele de *prefiguração*; em seguida, passaríamos para a *figuração*, quando as limitações da experiência são selecionadas, moldadas e ordenadas dentro de um enredo narrativo; e, afinal, chegaríamos à *leitura dessa narrativa*, momento em que o *eu* passa a ter melhor entendimento da experiência humana no tempo, mediada pela narrativa (CROWLEY, 2003).

O entendimento proposto por Ricoeur é, na verdade, uma aplicação de sua visão narrativa da realidade ao conceito de identidade, propondo que a realidade é narrativamente construída a partir do presente. Essa realidade, no entanto, passa a ser não apenas uma forma de estar ou ver o mundo, mas também a realidade identitária de grupos e indivíduos, sujeitos às vontades interpretativas do agora. Como escreve Joe Candau, em seu livro *Memória e Identidade* (2012), “o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos” (p. 18). Ricoeur não está sozinho nessa forma de compreensão da identidade. Há, na literatura sobre identidade, certo consenso em relação a formação das identidades como uma construção social, podendo ser, portanto, desconstruídas e revisadas ao longo do tempo.

Se, como argumentamos acima, as identidades são construídas por narrativas, a forma como essas narrativas são disseminadas também ajuda a consolidar esta em detrimento daquela identidade. O sentimento de pertencimento está, assim, intimamente relacionado com as formas de comunicação que, até o século XIX, estiveram bastante determinadas pelas restrições de mobilidade. Presos ao mundo próximo, os laços de pertencimento estiveram historicamente relacionados ao território, sobretudo ao que Bauman (2003) chama de “comunidade de vida” (p. 17), em que os indivíduos compartilham suas vidas “de forma absoluta”.

Robert Redfield³⁸, um dos pioneiros dos estudos de agrupamentos humanos, classifica as comunidades como distintas de outros agrupamentos humanos, por ser visível onde ela

³⁸ O termo *comunidade* possui uma vasta literatura e autores muito complexos, como no caso de Redfield e Buber, por exemplo. Apesar de reconhecer os limites do debate aqui proposto que, de forma alguma, pretende abarcar toda a complexidade da filosofia em que cada um dos autores se enquadra, acreditamos que ele pode indicar caminhos interpretativos interessantes e que colaboram para a construção do arcabouço teórico de referência do que está proposto nesta tese.

começa e onde termina; por ser sempre pequena, com todos seus membros interagindo; e autossuficiente, pois “oferece todas as atividades e atende a todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela” (REDFIELD, 1971, p. 4). Teríamos, como explica Bauman (2003), uma clara divisão entre “nós” e “eles”, em um isolamento quase completo e uma densa rede de relacionamentos internos, algo que há tempos parece bastante pouco provável de ser encontrado. “Como ‘comunidade’ significa entendimento compartilhado do tipo ‘natural’ e ‘tácito’, ela não pode sobreviver ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente, estridente e vociferante” (BAUMAN, 2003, p. 17).

O filósofo austríaco Martin Buber, em seu livro *Sobre Comunidade* (2012), vai além em seu conceito ao afirmar que a ideia de comunidade, em que os indivíduos agem sob influência da vontade natural, é antagônica a própria ideia de sociedade, em que as ações são individualizadas e a tomada de decisão parte de uma vontade racional³⁹. Assim, essa comunidade de vida é, na verdade, apenas uma possibilidade narrativa – ainda que possa ter existido em algum momento, não está ao alcance da sociedade atual a não ser pela História ou pela ficção. O desejo de pertencimento passa a ser, na visão de Bauman (2003), uma “comunidade de destino”, em que as pessoas são “fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios” (p. 17).

A ideia de destino parece-nos apropriada para falar dessa comunidade ampliada que, de certa forma, é a única forma de comunidade que conhecemos. Ter um destino comum tende a ser um forte fator de criação de laços e pertencimento. Em termos filosóficos, encontramos a ideia de destino como fator marcante na lógica ritual de Todorov (2003) e, também, na teoria do tempo de Paul Ricoeur (1991), retomando e ampliando o conceito de repetição de Heidegger (2012), que é parte fundamental de seu raciocínio para a ideia de leitura reversa do tempo. É, também, a percepção – ou a construção – de um suposto destino comum um dos fatores primordiais da percepção de nacionalidade, como argumentam alguns autores que se

³⁹ É importante ressaltar, no entanto, que Buber (2012) defende a formação de uma “nova comunidade”, que conformaria a comunidade “pré-social” com a vida “pós-social”, baseada na “lei intrínseca da vida” e no “princípio criativo”, com “relações emanadas da livre-escolha das pessoas” (p. 17). Um tipo de comunidade semelhante às comunidades hippies dos anos 1970. Seria possível, também, fazer um paralelo a este conceito de comunidade anti-sociedade de Buber com o conceito de sociedade contra o Estado, de Clastres (1978), que abordaremos mais adiante.

debruçaram sobre o tema, como Ernest Gellner (1993), Benedict Anderson (2009) e Anthony Smith (1997).

Assim como nas análises das narrativas de ficção, podemos afirmar, a partir da reflexão acima, a importância do lugar – ou do território – como elemento constitutivo da narrativa da realidade. Nossa percepção do real, intermediada por uma estrutura narrativa, busca a territorialização das personagens, assim como tenta localizá-las no tempo. A narrativa, como afirma Ricoeur (1991), permite-nos a assimilação temporal da existência, mas é o território que nos traz parte importante da segurança do pertencimento para dentro de nossas próprias histórias de vida. Por isso a relevância da relação entre território, pertencimento e narrativa, sobretudo em sua versão predominante e mais poderosa: a identidade nacional.

3.3 Fronteiras do pertencimento: a formação do Estado Moderno

A realidade narrativa de um Estado – a que chamamos de narrativa de país – é, como vimos em Ricoeur, uma construção temporal, o resultado da experiência de um coletivo no tempo, um acumulado de eventos históricos, de sensações, de grandes líderes e personagens corriqueiros, de empresários, trabalhadores, conquistadores, desbravadores, de navegantes, bandeirantes e diplomatas (CARBONARO, 2015). Assim, pode-se afirmar, que é a narrativa que nos dá “os modelos de identidade” (BRUNER, 2001, p.11), que cria e recria os sentidos e significados do Estado, inventando, sugerindo, selecionando, impondo e excluindo o pertencimento dentro e fora de fronteiras delimitadas de forma relativamente aleatória. Assim, parece-nos importante, para os objetivos desta tese, conhecermos um pouco mais a fundo as origens e a consolidação da narrativa de país em nosso imaginário coletivo.

3.3.1 As fundações do pensamento político moderno⁴⁰

A narrativa do Estado moderno – que, traduzida para o ordenamento jurídico, delimita as fronteiras dos laços de pertencimento nacionais no século XIX – começa a florescer na

⁴⁰ Tomamos emprestado o nome deste item do livro de Skinner (1996), dado a centralidade de sua obra para o raciocínio aqui desenvolvido. Reconhecemos, no entanto, que há muitos outros autores que poderiam ser base para o debate aqui proposto.

Europa do final do século XIII, ganhando consistência somente no final do século XVI. É nesse período de trezentos anos que se formam gradualmente, sobretudo nas cidades⁴¹ da península itálica e na França, os principais elementos conceituais do que chamamos hoje de Estado moderno.

Para nos ajudar a compreender os elementos históricos da formação da narrativa que dá base e legitimidade para o Estado moderno, recorreremos a um dos mais importantes estudiosos atuais da filosofia política, o professor Quentin Skinner, sobretudo à sua obra *As fundações do pensamento político moderno* (1996). Nas palavras de Renato Janine Ribeiro, publicadas na orelha desta edição do livro, “sua novidade está em substituir o convencional resumo de doutrinas ou histórias pela reconstituição do processo pelo qual os pensamentos, dialogando entre si e com seu mundo, se constroem”. Assim, podemos dizer que Skinner colabora sobremaneira para que possamos compreender o caminho dos argumentos ideológicos e práticos que ajudam a consolidar a narrativa do Estado e, posteriormente, do Estado-nação.

A questão central para o pensador britânico é, sem dúvida, o embate entre *liberdade* e *segurança*. O conflito entre esses dois polos vai fomentar o desenvolvimento da filosofia política do pensamento moderno, com predominância de uma ou de outra ao longo dos séculos. Esse embate também está no cerne da separação da vontade do governante da vontade coletiva, consolidada em determinada ordem legal, o que dá legitimidade à entidade abstrata do Estado, embaralhando o jogo do pertencimento na Europa Ocidental nos séculos posteriores.

Skinner (1996) começa descrevendo a “nova e notável organização social e política no Norte da Itália”⁴² (p. 25), com a divisão da parte setentrional da península itálica em diversas cidades-república⁴³, já sem muitos vestígios do caráter feudal que ainda dominava boa parte da Europa ocidental. O bispo e cronista alemão do século XII Otto de Freising, citado por Skinner, ao descrever a região, afirmara que mal se pode encontrar um nobre ou rico-homem em todo o território adjacente a uma cidade que não reconheça a autoridade desta. A existência de repúblicas independentes, governadas mais pela vontade dos cônsules temporários (ou,

⁴¹ É importante destacar a importância de serem núcleos urbanos organizados e não zonas rurais, marcadas pelas relações feudais, onde nascem as teorias republicanas.

⁴² O próprio autor – ou talvez o tradutor do texto – optou por dizer “norte da Itália”, apesar de seu anacronismo histórico, já que a Itália só seria de fato Itália no século XIX.

⁴³ Skinner (1996) usa cidade-república como sinónimo de cidade-Estado.

posteriormente, dos podestà⁴⁴) do que dos príncipes, estava em conflito direto com a ideia de legitimidade absoluta da monarquia hereditária. A primeira cidade a ter um governo consular teria sido Pisa, já no ano 1085, seguida por Milão (1097), Arezzo (1098) e, a partir daí, teria se espalhado por todo o norte da península, chegando a Lucca, Bolonha e Siena por volta de 1125.

A aspiração por liberdade, que florescia na região então conhecida como *Regnum Italicum*, e sua independência *de facto* contrastavam com a submissão formal ao Santo Império Romano Germânico sobre a península, por um lado, e com a vontade de dominação do papado romano, por outro. É justamente se espremendo entre esses dois polos de poder, apoiando-se também na oposição entre os dois, que os pensadores das cidades-república vão desenvolver seu “vasto arsenal de armas ideológicas” (SKINNER, 1996, p. 28), com conceitos que serão a semente dos debates sobre a soberania popular, a separação Igreja e Estado e da autodeterminação dos povos⁴⁵, que se consolidariam nos séculos seguintes.

Outro ponto relevante – e, talvez, o que tenha maior efeito prático à época – foi o desenvolvimento de uma reinterpretação do direito romano para dar base legal à defesa das cidades-república contra o Império. Presente sobretudo na obra de Bartolo de Saxoferrato (1314-1357), essa interpretação propunha que as cidades sem uma presença direta do Imperador deveriam exercer seu próprio governo, já que na prática eram já *sibi principes* (príncipes de si mesmas). Esse argumento, relevante para a construção narrativa do Estado, dava às cidades argumentos para que se julgassem livres de qualquer interferência externa na gestão de seus negócios políticos internos, criando a base do que viria a ser o conceito de soberania, desenvolvido por Hobbes no século XVII.

Após quase duzentos anos se equilibrando entre o Sacro Império Romano Germânico e o Papado, a balança parece pender novamente para o polo da segurança no final do século XIII, e o desejo por paz e tranquilidade reduzem o ímpeto de liberdade. Em busca de maior estabilidade cívica e para combater as divisões internas⁴⁶, as cidades optam por abandonar suas

⁴⁴ O podestà foi, por um período, a maior autoridade civil dos núcleos urbanos da época.

⁴⁵ Para uma descrição mais detalhada desse processo veja Skinner (1996), Parte um: *As origens da renascença* (p. 25-87).

⁴⁶ A maior parte das divisões internas das cidades-república contém já o germe do que viria a ser fonte de revoluções futuras, o embate entre comerciantes – com dinheiro e sem poder – e a nobreza antiga – que lutava para manter seus privilégios. O maior exemplo é a constituição de Florença de 1293, que exclui totalmente a velha oligarquia do poder, e o movimento de 1287 em Siena, quando o povo toma o poder e instaura uma junta de governantes mercadores, que governam a cidade até 1355 (SKINNER, 1996, p. 46).

constituições republicanas e adotar o governo dos déspotas. A opção mais autoritária é logo acompanhada pelos intelectuais contemporâneos⁴⁷, que passam a legitimar o poder dos déspotas de suas cidades colocando a paz como valor político fundamental a ser defendido, mesmo que isso custe a liberdade.

A “brilhante chama de liberdade”, escreve Skinner (1996) lembrando a obra de Simonde de Sismondi, autor do século XIX, “não passou de um espetáculo de curta duração” (p. 45). No entanto, apesar da transição para o regime despótico ter acontecido sem grandes percalços na maioria das cidades da região, algumas como Milão, Pádua e sobretudo Florença resistiram fisicamente e ideologicamente. Os esforços militares de resistência foram acompanhados “pelo desenvolvimento de uma ideologia política que tinha em mira defender e realçar as virtudes distintivas da vida cívica republicana”, escreve Skinner⁴⁸ (1996, p. 49). Não por acaso, Florença será o centro da Renascença italiana, que aconteceria pouco tempo depois.

Dois grupos de ideia para a análise política estavam disponíveis para os defensores do governo republicano à época: a *retórica*, tópico fundamental nas universidades italianas desde sua fundação, no século XI; e a *escolástica*⁴⁹, que migrara da França para a Itália no final do século XIII. Essas duas correntes, cada uma a seu modo, promoveram e desenvolveram o debate em torno de temas que tinham a liberdade como conceito fundamental, defendendo que a paz poderia ser alcançada com a preservação da liberdade, sendo essencial para todo o embate ideológico que viria posteriormente.

Os estudiosos da retórica na península itálica tornaram-se especialistas na arte da escrita convincente e, assim, passam a ser conselheiros políticos na maioria das cidades. Sua influência intelectual é reconhecida em dois gêneros de pensamento social do período: as *crônicas da cidade*, que tentam construir uma nova forma de historiografia cívica⁵⁰, sem influência clerical; e nos *livros de conselhos*, que eram dirigidos aos governantes das cidades. Entretanto, foi a

⁴⁷ Ferreto de Ferreti (1296-1337) é, segundo Skinner (1996), o principal deles.

⁴⁸ Skinner (1996) lembra, no entanto, que a emergência dessa ideologia foi “bem pouco reconhecida pelos historiadores do pensamento renascentista” (p. 49), que geralmente localizam a ascensão dessas ideias na Florença do início dos Quatrocentos, no que ficou conhecida como “revolução humanista”.

⁴⁹ É importante ressaltar que a Escolástica não é apenas um “grupo de ideias”, mas um método de pensamento crítico teológico filosófico que, inclusive, tinha a retórica – junto com a gramática e a lógica – como parte fundamental de seu método, formando o Trivium.

⁵⁰ Uma famosa crônica é o Cerco de Ancona (1201/1202), em que se pode ver claramente o que Hobsbawm (2002) chama de invenção das tradições: “recorda a todos que são descendentes da nobreza de Roma” (SKINNER, 1996, p. 53).

emergência da corrente humanista dentro da retórica que marcou definitivamente a contribuição dos retóricos para a narrativa do Estado. O pensamento humanista deu caráter cada vez mais sistemático para as propostas e para a argumentação política em defesa dos valores da liberdade republicana e seria retomado com bastante energia pelos teóricos quatrocentistas.

Já a Escolástica italiana, que ganha corpo com a redescoberta de Aristóteles e seu sincretismo com o pensamento cristão nos séculos XII e XIII, tem a paz como objetivo central (principalmente nas relações políticas), mas tenta conciliá-la com as liberdades das cidades-repúblicas. Para eles, a discórdia civil promovida pelas facções era o principal problema para a conciliação entre liberdade e segurança. Sua principal contribuição para a narrativa do Estado está na defesa da independência política, do autogoverno e da soberania popular⁵¹: “afirmam que o povo pode desfrutar da paz e manter sua liberdade, desde que a defesa da paz seja assumida pelo próprio povo” (SKINNER, 1996, p. 86); essa corrente também teve forte influência sua aposta na eficiência das instituições, ao invés da virtude dos indivíduos como fizeram os retóricos.

O trabalho de Skinner nos permite identificar os caminhos que foram percorridos pelos teóricos até a chegada da renascença italiana, dando base para a ascensão do humanismo cívico e a defesa dos princípios das cidades-república da península. A retomada do humanismo na renascença não foi, como vimos, um acaso. Ela é decorrência direta das tradições intelectuais da península itálica, que já resgatavam alguns textos clássicos e questionavam a ordem imperial e religiosa que reinava à época. Entretanto, também não seria verdade afirmar que ela apenas deu continuidade a uma linha de pensamento que já vinha sendo gestada. Pode-se afirmar que, na Renascença, houve a formação de um pensamento novo, com a assimilação crítica da tradição intelectual anterior e a projeção de uma nova tradição que se inaugurava.

Alguns pontos parecem centrais para compreender o pensamento político da renascença italiana, com contribuições escolásticas e humanistas. Apesar de pouco lembrada, Skinner (1996) ressalta a contribuição da escolástica para o pensamento renascentista, com muitos teólogos e juristas escolásticos participando diretamente do debate e da defesa dos ideais republicanos. Os herdeiros da escolástica colocavam como “condição essencial para ter-se uma

⁵¹ As questões apresentadas por Skinner (1996) a partir do pensamento de Marsílio de Pádua (1275-1342) e Bartolo de Saxoferano (1313-1357) sobre como se pode assegurar que o governante seguirá a vontade popular são bastante interessantes para o debate sobre a soberania popular (p. 74-86).

vida cívica livre e feliz” a existência de “eficazes instituições cívicas”, que deveriam manter seu poder soberano “em mãos do conjunto inteiro dos cidadãos” (p. 171). Sua defesa das instituições cívicas, mas com poder residindo no conjunto da população terá bastante influência sobre os pensadores modernos.

Dentre os humanistas, pode-se afirmar que houve um desejo genuíno de defender e celebrar as liberdades “tradicionais” de Florença contra as constantes ameaças vividas pela cidade. Usando um termo já moderno⁵², poderíamos afirmar – como faz Skinner (1996) – que havia um “anseio patriótico” (p. 124) em muitos dos textos dos intelectuais renascentistas. E, talvez até mais importante, os humanistas desenvolveram certa hostilidade a alguns preceitos dos escolásticos: diferentemente destes, os humanistas leem os textos clássicos com o filtro do contexto em que foram escritos; dão maior pragmatismo ao pensamento filosófico, buscando seu uso prático; e, além de conhecer e estudar os problemas sociais e políticos, são muito mais propensos a ação em busca de soluções funcionais. “Com firme aversão às abstrações escolásticas, eles se empenharam mais e mais em sustentar que todo o conhecimento deve servir ‘para ser usado’” (SKINNER, 1996, p. 128). Desenvolvem, assim, um grande interesse pelas ciências da experiência e pelas artes plásticas. Sua grande contribuição, entretanto, foi a formação de uma doutrina política republicana no final da Renascença.

Uma das releituras mais interessantes apresentadas por Skinner (1996) é a da obra de Cícero, feita por Francesco Petrarca⁵³, e sua interpretação sobre o conceito de virtude ou, como à época, *virtù*. Cícero acreditava que toda educação deveria buscar a formação do homem virtuoso e que isso seria atingido pelo estudo da filosofia e da retórica. Petrarca, ao interpretar a obra de Cícero, subverte uma compreensão religiosa da virtude, muita influenciada pela obra de Santo Agostinho, de que a verdadeira virtude só Deus poderia possuir e que o homem teria, portanto, uma “natureza decaída” (p. 114). O que Petrarca e seus seguidores propõem é que a virtude não só estaria ao alcance do homem, mas que a busca por ela deveria orientar a educação e a vida deste homem. Ganha terreno, assim, uma leitura positiva da força criativa do homem, que seria capaz de controlar seu próprio destino.

⁵² A ideia de *pátria* como a conhecemos hoje é um termo tipicamente moderno.

⁵³ Francesco Petrarca (1304-1374) foi um intelectual humanista da época, considerado um dos precursores do idioma italiano moderno.

Capacidade criativa do homem veio a tornar-se uma das doutrinas mais influentes e ao mesmo tempo mais características do humanismo renascentista. Acima de tudo, contribuiu para se voltar maior interesse para a personalidade do indivíduo. O homem passou a sentir-se em condições de utilizar sua liberdade, de modo a fazer-se arquiteto e explorador de sua própria pessoa. Isso, por sua vez, permite compreender a maior complexidade psicológica que constatamos em boa parte da literatura quinhentista, assim como a paixão pela introspecção que mais tarde levaria Montaigne a dedicar toda a sua energia criativa ao estudo de sua própria natureza. A mesma perspectiva também ajudou a difundir uma nova concepção das relações do homem com seu ambiente. Começou a se desenvolver a ideia de que o homem pode usar suas forças para transformar o mundo físico (SKINNER, 1996, p. 119).

Essa confiança na engenhosidade humana ajudou a reconhecer o ser humano como indivíduo separado do todo coletivo, o que também vai marcar as teorias políticas modernas. A afirmação da capacidade humana diante da providência e da fortuna abre espaço para a construção de novas narrativas, liberta a imaginação social e política do homem das amarras da religião e da providência, permitindo o desenvolvimento de novas formas abstratas de organização social, como viria a ser o Estado-nação. Paralelamente, também abre espaço para efeitos negativos na sociedade, como o individualismo exacerbado, a falta de empatia social e para o uso da meritocracia radical, sem considerar a igualdade de oportunidades, o que a torna um instrumento de injustiça social.

Apesar da efervescência do pensamento republicano em defesa da liberdade, a segunda metade século XV viu a volta dos príncipes às cidades da península e, conseqüentemente, à adaptação do argumento intelectual, tendendo novamente para a defesa da paz em detrimento da liberdade. Era o começo do absolutismo na Europa e o início da consolidação do Estado como forma de organização política. O debate intelectual já está, em grande parte, dominado pelas reflexões sobre o Estado seja para justificar sua existência, questionar ou apoiar sua necessidade, refletir sobre as origens de seu poder, debater quais seriam suas atribuições, buscar a melhor forma de governo e a melhor forma de mudar esse governo, encontrar os limites das liberdades individuais e coletivas dentro do Estado, definir os limites da soberania desses mesmos Estados e como seriam divididas as terras dentro de suas fronteiras, com argumentos sobre a ideia de propriedade privada.

Os debates e a emergência da figura abstrata do Estado suscitam outra questão que será importante para a idade Moderna e para a evolução da narrativa do Estado: as relações de

pertencimento. Enquanto a ideia de Estado oferecia um lastro de pertencimento territorial, que ainda demoraria para se consolidar, havia uma força paralela de pertencimento espiritual que se acumulara por séculos, mas que encontra forte objeção neste momento. Com o Absolutismo estabilizando relativamente a luta política, os anseios por liberdade passam a se manifestar de forma mais contundente no governo das almas.

O movimento mais relevante nesse sentido foi, sem dúvida, o luteranismo. Deflagrado no início do século XVI, quando Lutero pregou as noventa e cinco teses na porta da igreja do Castelo, em Wittenberg (atual Alemanha), o movimento luterano conseguiu impor uma contranarrativa ao poder dominante da Igreja de Roma. Lutero questionou o poder de jurisdição papal sobre os assuntos religiosos, afirmando que a Igreja não poderia regular a vida cristã e que o indivíduo atingiria sua salvação de forma autônoma, e também sobre os assuntos temporais, dando maior legitimidade às monarquias absolutas europeias ao reafirmar a jurisdição do rei – também representante de Deus – perante seu território.

A quebra da narrativa predominante da Igreja foi um alento para alguns governantes do norte da Europa. Incomodados com a interferência da Igreja nos assuntos de seus reinos, muitos adotam, incentivam ou adaptam o protestantismo de Lutero em suas regiões para se verem livres da jurisdição da Igreja. Assim, a oposição ao papado termina com a apropriação dos poderes eclesiásticos pelas Coroas locais, com enérgica repressão a quem se opusesse à nova ordem estabelecida. “A principal influência da teoria política luterana nos primeiros tempos da Europa moderna se fez sentir no incentivo à emergência das monarquias absolutistas unificadas e na legitimação desses regimes”, escreve Skinner (1996), que complementa afirmando que até os “maiores defensores católicos do direito divino dos reis” (p. 393) acabam se utilizando dos argumentos de Lutero para sua legitimação⁵⁴. Os Estados absolutistas afirmam, mesmo em regiões que se mantêm fiéis à Igreja de Roma, sua jurisdição única sobre o território, negando o poder paralelo da Igreja e dando mais um passo na afirmação do conceito moderno de soberania.

Vale ressaltar que todos esses movimentos e embates, entre liberdade e segurança, entre Igreja e Estado ou entre pertencimentos, nunca são superados ou “vencidos” por completo. Tais

⁵⁴ Há, aqui, uma aparente contradição argumentativa, já que o Estado Alemão só se unificaria, de fato, no século XIX, e os pequenos reinos se utilizariam de sua relativa autonomia para se afastarem do poder papal.

movimentos carregam em si um acumulado de debates que faz avançar ou regredir as diversas posições sobre os mais variados temas. Seria ingenuidade imaginar que o Absolutismo que se instaurou na Europa pós-renascimento teria a capacidade – ou até mesmo a intenção – de negar todo o debate sobre as liberdades individuais e coletivas. Cabia ao Rei conformar os efeitos práticos dessas teorias a sua realidade de governo, impondo-se pela força física, econômica ou espiritual, enviando seus exércitos, cobrando impostos ou se colocando como o representante de Deus na Terra. Os governantes da época tiveram a virtude de aproveitar a oportunidade aberta pela perda de legitimidade da Igreja e, com habilidade, reafirmaram seu poder ao julgamento de todas as causas, eclesiásticas e temporais.

Nem todos governantes, no entanto, foram favorecidos pelos embates da Reforma e Contrarreforma. Em muitos locais, a começar pelo centro da Europa, a reação foi violenta e bastante severa, criando uma tensão que duraria toda a segunda metade do século XVI. Os embates entre protestantes e católicos teve, como consequência, o desenvolvimento de teorias ainda mais radicais, sobretudo sob a influência de Calvino e sua teoria da revolução. Apesar de adepto das ideias luteranas da não-resistência, Calvino adota posição bastante ambígua e abre diversas exceções baseadas no princípio de que a obediência a Deus está acima da obediência aos governantes, algo que já havia sido sugerido por Lutero por volta de 1530, momento em que muda seu entendimento sobre a resistência ao governante, abrindo a possibilidade uma resistência ativa aos tiranos que agissem contra o povo e, portanto, contra a vontade divina.

Assim como Lutero abre caminho para uma contestação mais geral do poder da Igreja, Calvino possibilita que se refute o poder do soberano. Alguns calvinistas mais radicais como Ponet, Goodman e Knox pregam abertamente uma teoria da revolução popular, invertendo a lógica da não-resistência. “Não dizem mais que serão condenados à danação eterna se resistirem às autoridades constituídas”, escreve Skinner (1996), “mas, pelo contrário, que serão condenados se não o fizerem, pois isso equivaleria a transgredir o pacto e aliança que (...) firmaram com Deus” (p. 512). A resistência, para eles, não é um direito, como apresentaria Locke anos depois, mas um dever religioso.

O século XVI, entretanto, não foi dominado totalmente pela ideologia absolutista e os embates religiosos. Paralelamente, ascendia outra corrente de pensamento: o Constitucionalismo. A teoria de que toda autoridade política é inerente ao povo e, portanto,

“todos os governantes devem sujeitar-se às censuras e destituições vindas de seus súditos” (FILMER, 1949, p. 54), expandiu-se de forma considerável no período, tendo relevante presença nos debates na Escócia, Holanda, França e, por fim, na Inglaterra, que seria a base para a “primeira onda de revoluções políticas bem-sucedidas na era moderna” (SKINNER, 1996, p. 394). A ideia central dos constitucionalistas⁵⁵ é que todo governante está sujeito a uma obrigação perpétua de governar “de modo justo e honesto, em conformidade com as leis da natureza e os costumes do país em questão” (SKINNER, 1996, p. 413). Assim, os constitucionalistas também fazem uma inversão na lógica até então predominante, afirmando que o governante, como parte da comunidade, é servo das leis, não seu senhor, cabendo ao povo até mesmo revogar leis injustas impostas pelo príncipe, desde que isso leve à estabilidade e ao bem comum.

A própria Contrarreforma católica, de certa forma, influenciou o constitucionalismo ao defender, como fizeram os jesuítas e dominicanos, que – na hierarquia das leis – é a lei humana que deve governar as repúblicas. Para eles, a lei máxima é a lei eterna, pela qual agiria Deus; logo depois, viria a lei divina, que Deus revela aos homens por meio das escrituras e pela qual a Igreja foi fundada; segue-se a lei da natureza, pela qual Deus criou o homem. Por fim, chega-se à lei humana – ou lei civil – que é criada pelo homem para governar as repúblicas que ele mesmo estabelece (SKINNER, 1996). Criam-se, assim, algumas premissas que serão usadas por filósofos como Locke, em *Segundo tratado sobre o governo civil* (1994), como a visão de que a razão também é parte da vontade de Deus e da ideia de perfeita liberdade dos homens antes da sociedade. Os teóricos da contrarreforma – dos quais Locke não é parte – negam, ao contrário dos luteranos, que a Igreja não possa ter nenhum tipo de jurisdição, afirmando que as causas espirituais devem ficar a cargo da mesma. Apesar de sua contribuição para o movimento constitucionalista, eles são um freio às ideias mais radicais de soberania popular e afirmam que “nunca se pode considerar um governante sujeito às leis da comunidade que governa” (SKINNER, 1996, p. 455). Este último argumento seria usado como arma ideológica por muitos reis absolutistas.

⁵⁵ Skinner (1996) fala da influência de Guilherme de Occam, Jean Gerson, Jonh Maxwell, do direito romano e dos novos Tomistas sobre os constitucionalistas (p. 391-449).

Por volta de 1560, no entanto, inspirados pelo embate entre católicos e protestantes franceses (conhecidos como huguenotes), diversos constitucionalistas passam a revalorizar uma ordem constitucional mais tradicional e menos absolutista, retomando uma prática humanista de não aplicação direta dos textos clássicos (no caso o direito romano) a um contexto totalmente diferente vivido na segunda metade do século XVI. Essa nova metodologia constitucionalista leva a um estudo mais aprofundado dos antigos costumes e constituições, sobretudo na França, e “o resultado foi uma tendência a apresentar as conclusões teóricas a que chegavam sob a forma de histórias nacionais” (SKINNER, 1996, p. 542).

Além da contribuição clara para a construção narrativa do que viriam a ser os Estados nacionais, este método também influenciou as primeiras obras de Jean Bodin, um dos grandes juristas da época e um dos formuladores do conceito de soberania. Bodin, no entanto, viria a ser um dos maiores defensores do absolutismo, escrevendo que somente uma monarquia forte e centralizada seria capaz da manutenção da paz política. O jurista, em *Os seis livros da República* (2017), escrito em 1576, defende que toda sociedade deve ter um soberano absoluto, que comanda sem ser comandado. Define, assim, a soberania como sendo “o mais elevado, absoluto e perpétuo poder sobre os cidadãos e súditos de uma república” (BODIN, 2017, p. 86), sendo ela absoluta – número de pessoas que detêm a soberania determina as formas de governo – e com caráter fundamentalmente legislativo, ou seja, o soberano tem o poder de impor leis aos seus súditos, mesmo que estes não tenham dado a ele seu consentimento. É interessante notar, na obra de Bodin, que ele não usa o termo Estado, mas sim República, apesar de sua visão de República ser bastante próxima do que viria a ser conhecido como o Estado moderno.

Pode-se afirmar, no final do século XVI, que o Estado havia se tornado o mais importante objeto de análise do pensamento político europeu. O caminho narrativo para que isso acontecesse, que tentamos descrever neste item do trabalho, passa por alguns pontos que poderíamos resumir, com a ajuda de Skinner (1996, p. 617-625), da seguinte forma: (i) separação da esfera política e da filosofia moral, baseada em Aristóteles e retomada pelos humanistas do século XVI; (ii) independência de cada reino ou cidade em relação a todo poder externo, que é inspirada na independência *de facto* das cidades da península itálica perante o Sacro Império Romano Germânico, mas que ganha conteúdo nos embates intelectuais entre liberdade e segurança ao longo do período, chegando ao conceito de soberania externa; (iii)

suprema autoridade em cada reino independente, sem que poderes externos possam legislar no interior de seu território, o que seria o conteúdo da soberania do Estado internamente; e (iv) a ideia de que a sociedade política existe apenas para fins políticos, o que busca a separação entre Igreja e Estado.

Já no início do século XVII, o termo “Estado” é aplicado nessa acepção moderna livremente e, como vimos em Moscovici (2000), o primeiro passo para assimilar o diferente é nomeá-lo. Até então, o termo Estado poderia se referir a dois conceitos distintos: o estado ou condição em que se encontra um governante (*status principis*) ou a condição em que se encontra um reino (*status regni*). Falta a essas duas definições a ideia de uma entidade abstrata, separada de governante e governados, que viria a se constituir como autoridade política suprema no interior de um território específico. “Com essa análise do Estado como um poder onipotente, porém impessoal”, conclui Skinner (1996), sobre as fundações do pensamento político moderno, “podemos afirmar que adentramos o mundo moderno: a teoria moderna do Estado ainda está por ser elaborada, mas tem agora seus alicerces assentados” (p. 625).

Entender as bases que foram utilizadas para a construção do arcabouço teórico do que Skinner (1996) chamou da teoria moderna do Estado é, para este trabalho, ponto central para a compreensão da evolução da narrativa de formação dos Estados nacionais. Foram as diversas tomadas de decisão, as guerras, os erros, os embates teóricos, as idas e vindas entre liberdade e segurança que estabeleceram o enredo para a própria narrativa da modernidade. Cabe, neste momento, compreender as ideias e personagens que ajudaram a construir essa teoria moderna do Estado, para – em seguida – podermos entender o mecanismo de formação do mito do Estado nacional.

3.3.2 A formação do Estado Moderno

Neste ponto do trabalho, inverteremos um pouco a lógica que utilizamos para descrever as bases do pensamento moderno. No ponto anterior (3.3.1), recorreremos a uma descrição de fatos e ideias de forma generalista, sem especificar muitas obras e autores, pois foi o conjunto delas que chegaram para os pensadores modernos como base para a evolução da forma de ver a organização social. O pensamento político moderno, no entanto, aparece para nós muito

marcado por um grupo de pensadores centrais para a compreensão das modalidades que constroem essa forma de pensar o mundo entre os séculos XVII e XIX. Isso não significa que a parte social e de contexto será ignorada, porém – com certo domínio do absolutismo como forma de governo – serão os pensadores clássicos que construirão essa narrativa. “A reflexão sobre o Estado moderno é, nos clássicos, o caminho de uma ampla reflexão sobre a gênese da sociedade moderna”, escreve Francisco Weffort, na introdução de *Os clássicos da política* (2001, p. 8). “Mais do que uma imagem restrita sobre a ordem política, eles nos oferecem, cada qual a seu modo, uma concepção sobre os indivíduos, a propriedade, a desigualdade, a religião, a moral etc.”, complementa o cientista política brasileiro.

Faremos, portanto, uma análise breve, mas necessária dos principais pensadores da modernidade⁵⁶ e sua íntima relação com a ideia de Estado na modernidade. A opção pelos clássicos não é mero acaso. Os pensadores reconhecidos como tal são aqueles que tiveram suas obras e ideias permanecendo no tempo, atravessando questionamentos e são “recebidas por nós como parte constitutiva da nossa atualidade” (WEFFORT, 2001, p. 8). Estamos certos de que o que apresentaremos é apenas um recorte de alguns desses pensadores, tendo muitas obras relevantes ficado fora desta seleção. Entendemos, todavia, que estão representados os principais pensadores que colaboraram para o enredo base para a formação da narrativa do Estado.

O primeiro clássico do pensamento político moderno que estudaremos – Nicolau Maquiavel – é, na verdade, anterior ao século XVII, tendo escrito suas obras na primeira metade do século XVI. Maquiavel⁵⁷, certamente, já é parte dessa nova perspectiva de entendimento da temporalidade e, por isso, se enquadra como um pensador moderno. Para Maria Tereza Sadek (2001), o autor quatrocentista “descortina um horizonte para se pensar e fazer política que não se enquadra no tradicional moralismo piedoso” (p. 24), o que reforça seu pioneirismo de afastamento do entendimento religioso da realidade política. Maquiavel, dentro de seu forte senso de realidade, busca uma resposta para a questão central à época: como estabelecer a ordem e instaurar um governo estável. Propõe, para isso, a busca por um equilíbrio entre a

⁵⁶ Para tal tarefa, nos apoiaremos na seleção de autores feita por Francisco Weffort, em seu livro *Os clássicos da política* (2001).

⁵⁷ Não temos a pretensão de apresentar de forma aprofundada o trabalho dos autores clássicos, apenas dar um panorama do pensamento político moderno, como forma de ilustrar questões que serão relevantes para a construção narrativa do mito do Estado nacional, que veremos mais adiante.

vontade do povo e das elites governantes por meio da República ou do Principado. Enquanto aquele seria a melhor opção de governo para tempos de estabilidade, este seria a melhor resposta para um Estado ameaçado. A ordem, por sua vez, deveria ser construída pelo homem para evitar o caos e a barbárie e, uma vez conquistada, não durará, pois ela estará sempre em constante ameaça. Essa dualidade é, ao menos em parte, creditada ao “instinto malévolo” (SEDEK, 2001, p. 19) do homem, como o próprio Maquiavel apresenta em *O príncipe* (2000).

Outra contribuição importante do autor está em sua obra sobre *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1994), quando Maquiavel discorre sobre a Política como resultado direto das ações concretas do homem, ainda que nem sempre feitas de forma racional, mas ela – a Política – não seria regida pelas mesmas regras da vida privada, reforçando a ideia da coisa pública. Como são as ações humanas que moldam sua vivência, o autor florentino também faz uma defesa do estudo da História como forma de evitar a repetição de erros do passado, colocando o homem como sujeito de seu destino. Este mesmo argumento também é utilizado por Maquiavel para negar o domínio absoluto da fortuna sobre a vida humana, dando nova significação para o poder que, além da força, também pode estar baseado na ação virtuosa do príncipe. A virtuosidade do príncipe, no entanto, se distancia da moral cristã, já que alguns vícios poderiam se tornar virtudes se eles forem indispensáveis para a salvação do Estado (SEDEK, 2001).

A obra de Maquiavel, além de suas claras contribuições para a definição de Estado, é também um marco importante na secularização da temporalidade, como apresenta John Pocock, em seu célebre livro *The machiavellian moment* (1975). Essa visão secularizada do tempo afasta a visão transcendental e religiosa da política e, como vimos em Ricoeur (1991), alterar a percepção temporal é, também, alterar a percepção narrativa da realidade. A visão secularizada do tempo na política obriga os governantes a confrontar as contingências dos arranjos institucionais e a buscar espaços de ação dentro deles, sem poder recorrer a fontes extraterrenas de legitimidade; assim como dá ferramentas para os governados questionarem ações contra o que entendem como sua vontade coletiva. Essa visão secular da temporalidade ainda demoraria para ser predominante no conjunto social, mas a destreza da obra de Maquiavel abre espaço para uma reinterpretação da própria ação política e, conseqüentemente, para reflexões tipicamente modernas sobre o Estado.

Pode-se dizer, portanto, que até o século XVI, “as artes de governar” – como propõe Michel Senellart (2006) – partiam de um conceito moral de poder, sobretudo da moral religiosa, que era organizadora da temporalidade política. Maquiavel se torna um clássico por seu pioneirismo na proposta de ruptura com as doutrinas políticas tradicionais, afastando a moralidade cristã da figura do Príncipe e transformando o objeto da arte de governar. “O príncipe maquiaveliano não dirige mais, ele domina. Ele reina num mundo sem objetivos, entregue às relações de força”, escreve Senellart (2006, p. 21). Neste momento, a antiga problemática do governo como direção da sociedade é substituída por uma lógica de busca pelo poder por meio de uma tecnologia da dominação. O próprio Maquiavel (1994) desmistifica a retórica do bem comum e do interesse público, tidos como principais objetivos do governo até então, ao afirmar que “governar é fazer que os súditos não tenham condições de nos prejudicar e nem sequer de pensar nisso” (p. 557).

O autor italiano, no entanto, continua a identificar governo como sinônimo de Estado, o que só será rompido com Thomas Hobbes. Somente com o filósofo inglês é que a evolução conceitual do século XVI “vai culminar numa articulação clara entre poder soberano e governo” (SENELLART, 2006, p. 35). Pela centralidade dos conceitos apresentados por ele para a compreensão do Estado moderno, faz-se necessário uma reflexão um pouco mais longa sobre este autor.

Thomas Hobbes viveu um conturbado período da história inglesa. Inserido no contexto da grande Revolução Inglesa do século XVII, que começa com a Revolução Puritana (1640) e termina com a Revolução Gloriosa (1689). O autor inglês, sobretudo em sua principal obra, *O Leviatã* (1651)⁵⁸, tentou encontrar respostas aos diversos temas que pairavam sobre a reflexão política da Inglaterra da época, rompendo com a tendência até então predominante de identificar Governo e Estado. Governar deixa de ser o fim último do poder público e se diferencia do poder da soberania, que Hobbes localiza na figura do Leviatã, ou do Estado.

Ao propor essa separação, Hobbes buscava um argumento convincente para o embate teórico que se apresentava à realidade inglesa do século VII, sobretudo na fase da Guerra Civil (1640/46) entre o Parlamento e o Rei, entre 1642 e 1649. O embate gerou um intenso debate teórico em torno da questão da soberania e de quem seria sua sede legítima. Os realistas

⁵⁸ O ano referenciado é o de sua primeira publicação. Para este trabalho, usamos uma edição publicada em 2003.

localizavam a soberania na própria figura do Rei, defendendo que ela deveria pertencer ao cargo de soberano, exercido para o bem do povo que o institui. Alguns autores, como Henry Parker, contemporâneo de Hobbes, defendem que a sociedade política organizada é o próprio Parlamento, sendo ele quem deveria ter o direito legítimo da soberania, agora impessoalizada. Outros, sobretudo após o fim da guerra, vencida pelo Parlamento, queriam uma soberania diretamente ligada ao povo. Estes ficaram conhecidos pejorativamente como *levellers*⁵⁹. Segundo esta vertente, o Parlamento não substitui o povo, ele deve apenas espelhá-lo, sendo a soberania pertencente aos representados, não aos representantes.

Aparentemente, Hobbes não é simpático a nenhuma das três tendências apresentadas acima. Ele nega a ideia de soberania popular, seja por meio dos representantes ou dos representados, ao refutar a ideia de sociabilidade do homem natural e ao situar a formação da sociedade no contrato, o que implica que não há um bem ou interesse comum capaz de unir os homens no *estado natural* (FRELLER, 2011). O contrato de cada um com todos não forma um povo, capaz de articular-se independentemente, mas sim o Estado, ao qual pertence a soberania absoluta.

Hobbes absorve a necessidade de uma soberania impessoalizada, distante do Rei. Ao invés de buscar essa impessoalidade na coletividade do povo, o filósofo a afasta de “qualquer ser existente na natureza, sejam os governantes ou o conjunto de membros da comunidade” (FRELLER, 2011, p. 53), tornando-a totalmente abstrata. Assim, Hobbes também justifica sua ideia de soberania indivisível e inalienável, abstrata e absoluta, o que está no centro de sua filosofia política e civil. O soberano, seja ele uma pessoa ou um conjunto de pessoas, possui todo o poder e não pode ser questionado. “Sendo uma total abstração, o Estado concebido dessa forma só pode agir por meio de sua representação por uma pessoa natural única com poder indivisível e acima das leis” (FRELLER, 2011, p. 60). Para Hobbes, o Estado é a causa da sociedade, que sem ele seria apenas uma guerra de todos contra todos e, por isso, a segurança do povo é o seu grande objetivo (HOBBS, 2003).

A questão que se coloca, no entanto, é de como uma entidade abstrata seria capaz de exercer algum poder real sobre a sociedade. Para Skinner (2004), o debate gira em torno da ação atribuída. As pessoas representadas seriam incapazes de agir como sujeitos fora de sua

⁵⁹ Niveladores, em tradução livre.

forma de pessoas naturais; assim, a pessoa artificial do Estado é representada por um ator, o soberano, que atua em seu nome. Quando o conjunto de pessoas atribui voluntariamente a função de representação do Estado a um soberano, realiza duas ações simultâneas: forma o Estado, por meio de um contrato de cada um com todos, e autoriza o soberano a agir em nome desse Estado. Dessa maneira, as ações do soberano – ou do Estado – são as próprias ações dos que por ele são representados, o que restringiria o questionamento à ação do soberano, já que seriam ações da própria pessoa natural representada.

Hobbes, por meio da visão que nos oferece Skinner, apresenta o Estado como uma pessoa puramente artificial, que não é nem o povo, nem o soberano, mas algo que está acima, o Leviatã, detentor da soberania. “A representação é uma condição necessária não só para a criação do Estado, mas também para que este seja capaz de ação” (FRELLER, 2011, p. 55). O Estado hobbesiano, assim, só pode ser um Estado absoluto, porque ele só existe se sua soberania e poder forem indivisíveis. Se os homens criam o Estado para proteger cada um do outro, qualquer divisão na soberania resultaria no fim pacto e, portanto, do próprio Estado. Nas palavras de Hobbes (2003): “pois em que consiste dividir o poder de uma república senão em dissolvê-lo? Uma vez que os poderes divididos se destroem mutuamente uns aos outros” (p. 276). Não importa se exercido por uma única pessoa ou por uma assembleia que o represente, o exercício da soberania deve se dar por uma vontade única.

Por outro lado, essa visão de soberania também coloca o soberano acima da lei, já que estas só são obrigatórias por existir um poder coercitivo acima delas, o que não existe no conceito de Estado de Hobbes. Freller (2011) resume assim a questão do poder soberano no autor inglês: “Assim, Hobbes entende por poder absoluto o poder indivisível e acima das leis (portanto ilimitado) de uma única pessoa, e demonstra ser essa a única forma pela qual um Estado, devido a sua condição abstrata, pode agir e exercer poder” (p. 56). Há, neste conceito hobbesiano, uma clara diferenciação do entendimento de soberania apresentado até este momento.

A evolução do conceito de soberania até Hobbes, começa já na passagem do século XII para o XIII. Como vimos acima, até o século XII, o a concepção do poder do rei era ministerial, sendo a ele confiado o poder por Deus, como se fosse um ministro da Igreja. Assim, o soberano deveria colocar-se a serviço do governo das almas, com o político sendo absorvido pelo

espiritual. O rei, como diz Senellart (2006, p. 41), “mais governa do que reina, já que seu título depende da retidão de seus atos”. Entre o final do século XII e o início do XIII, com o desenvolvimento das grandes monarquias e a redescoberta de Aristóteles, o conceito de soberania adquire relativa autonomização em relação ao mundo espiritual, com o regime (*regimen*) se confundindo com o próprio reino (*regnum*). “Esse momento em que o *regimen* se liberta de todo horizonte teológico e adota como fim, numa espécie de dobra circular sobre si, a condição de seu exercício – o poder –, marca a passagem da arte medieval de governar à tecnologia moderna do governo” (SENELLART, 2006, p. 42). O auge deste período é mostrado com destreza por Maquiavel, como tentamos demonstrar acima. O autor fiorentino rejeita o finalismo do *regimen* cristão, altera a percepção da temporalidade, mas ainda não separa o governo do Estado.

Somente no século XVII, com Hobbes, é que a transição se completa, com o reino secular se tornando predominante sobre o *regimen* religioso. Este momento marca a passagem da função governamental como determinante dos limites do poder para a teoria da subordinação à instituição do poder soberano. Como escreve Senellart (2006), o “governo não é mais a razão de ser do poder público nem a forma mesma de sua manifestação. Ele se torna uma função deste, essencial, sem dúvida, mas distinta do aparelho solene da soberania” (p. 42). O estabelecimento, feito por Hobbes em *O Leviatã*, de uma soberania separada dos fins éticos do *regimen* faz com que o governo deixe de ser um “vetor de aperfeiçoamento moral dos homens” ou “a sede de uma luta permanente pela dominação” (SENELLART, 2006, p. 43), passando a soberania a ser objeto das disputas de poder. As finalidades governamentais deixam de ser em interesse do bem comum ou da vontade única do príncipe, e passa a ser sobre as necessidades do Estado.

A “arte de governar”, escreve Senellat (2006, p. 35), “diz respeito, não à criação do Estado (...), mas à sua conservação”. Se o Estado puramente artificial de Hobbes existe para proteger cada um e a todos, em última instância, da morte e, ao mesmo tempo, se legitima pela transferência dos direitos de todos à pessoa do soberano, sua conservação é exatamente a conservação da sociedade. Na lógica de soberania inaugurada do século XVII, o soberano adquire independência para exercer suas funções seculares e se vê subordinado à lógica do

Estado, adquirindo – pela teoria hobbesiana – a função não mais de salvar, mas de proteger a sociedade.

As práticas do governo passam a ser vistas, desde então, em termos da vontade do Estado, por isso está desassociada do debate sobre as boas e as más formas de governo, como postulado por Aristóteles. “A arte de governar está inteiramente na capacidade de fazer-se obedecer” (SENELLART, 2006, p. 37). Hobbes, em *O Leviatã* (2003), escreve

A prosperidade de um povo governado por uma assembleia aristocrática ou democrática não vem nem da aristocracia nem da democracia, mas da obediência e concórdia dos súditos; assim como também o povo não floresce numa monarquia porque um homem tem o direito de governá-lo, mas porque ele lhe obedece. Retirem seja de que Estado for a obediência (e consequentemente a concórdia do povo) e ele não só não florescerá, como a curto prazo será dissolvido (p. 202).

Assim, a soberania hobbesiana descrita por Skinner (2004), está intimamente ligada à figura do Estado, em uma esfera totalmente autônoma da pessoa do governante e dos governados, por isso é impessoal e abstrata. A representação dessa soberania, na figura do soberano, exige – como dito anteriormente – uma postura acima das leis e com poder absoluto. Por outro lado, o total depósito da soberania nas mãos de um soberano é, para o contemporâneo e crítico de Hobbes James Harrington⁶⁰, uma exacerbação do poder pessoal do soberano, a serviço de seus arbítrios e interesses pessoais. Na visão de Freller (2011), Hobbes, na verdade, abarca as duas concepções. Hobbes constrói uma soberania impessoal, baseada na figura abstrata e artificial do Estado, mas a coloca sob o governo de um (ou de um conjunto de pessoas), o que abriria espaço para o arbítrio pessoal e os caprichos do soberano, como será possível observar na história dos séculos seguintes.

A soberania hobbesiana, portanto, depende da existência de uma figura abstrata e puramente artificial, como afirma como afirma Skinner (2004), sendo impossível de se verificar na realidade concreta. Isso faz com que o *Leviatã* de Hobbes seja, na verdade, apenas uma formação mental, uma representação da união entre cada um e todos, feita por meio de um contrato. Essa representação se dá como um processo narrativo que concretiza o Estado como signo linguístico (mesmo que em um sistema semiológico segundo, como apresentado a seguir),

⁶⁰ Harrington dedicou uma obra à crítica das teorias de Hobbes, *The Commonwealth of Oceana and a System of Politics*, escrita em 1656. A principal crítica de Harrington não está, porém, na criação de uma soberania absoluta, mas em sua não subordinação às leis.

e se conecta com a teoria de Roland Barthes (2010) sobre o mito, criando um modelo de deslocamento de significados que será bastante útil para a concretização do Estado nacional.

Hobbes cria uma teoria que responde às necessidades de seu tempo de forma original e transformadora, distanciando-se tanto das correntes mais conservadoras, que buscavam o reestabelecimento da soberania real, quanto dos mais revolucionários, que queriam uma soberania popular, cumprindo o que promete na dedicatória de *O Leviatã*: “apertado entre aqueles que de um lado se batem por uma excessiva liberdade, e do outro por uma excessiva autoridade, é difícil passar sem ferimento por entre as lanças de ambos os lados” (2003, p. 3). Diante da realidade que se apresentava para Hobbes no contexto da Guerra Civil e da Revolução Inglesa do século XVII, pode-se afirmar que o autor estabelece uma lógica mítica interna ao seu texto para justificar um conceito de soberania que, por um lado, rompe com os paradigmas anteriores (indo além, inclusive, de Maquiavel), mas que por outro pretende conservar a soberania distante do povo.

Pouco tempo depois, mas ainda sob influência do mesmo contexto histórico, outro pensador contratualista surgiria para criar uma alternativa em defesa da liberdade ainda no século XVII: John Locke. Embora diversos pensadores afirmem que Locke não escreveu sua obra em resposta a Hobbes (DUNN, 1969; LASLETT, 1988), a comparação entre os dois pensadores é inevitável e até mesmo didática para a construção da narrativa filosófica que construiria as fundações e condições de legitimidade da ordem política moderna.

As quatro décadas que separam os dois pensadores e os contextos que encontram durante a produção de sua obra parecem ter marcado a produção de ambos autores. Enquanto Hobbes (1588-1679) publica sua principal obra, *O Leviatã*, durante a Guerra Civil inglesa, em 1651, John Locke (1632-1704) já vivencia o final do conturbado período. A “Revolução Gloriosa” (1688-89) marcaria a vitória do Parlamento e o colapso da monarquia absoluta na Inglaterra, tão defendida por Hobbes. Em 1689, o Parlamento publicaria a Declaração de direitos (*Bill of Rights*), que limitava o poder dos monarcas e garantia o direito do Parlamento a eleições livres e a legislar; proibia o rei de suspender o Parlamento, criar novos impostos ou convocar o exército sem a aprovação dos parlamentares. Também foi aprovada, no mesmo ano, a Lei de Tolerância, que garantia a liberdade de cultos (VÁRNAGY, 2006). É neste contexto, em que o conceito de liberdade parece predominar sobre a segurança, que Locke publica suas

duas principais obras: os *Dois tratados sobre o governo civil* e *Ensaio sobre o entendimento humano*, ambas em 1689.

A principal defesa da liberdade de Locke deriva de sua visão do estado de natureza. Enquanto Hobbes fala de “guerra de todos contra todos”, Locke acredita em um estado de natureza com os “homens vivendo juntos segundo a razão, sem um superior comum na terra com autoridade para julgar entre eles” (LOCKE, 1994, p. 40). Como escreve Várnagy (2006), o princípio de liberdade e de igualdade derivados dessa visão de Locke vão ter forte influência na filosofia política moderna. O problema, para Locke, é que, na ausência de um juiz, as possíveis disputas serão sempre vencidas pelo mais forte, o que nem sempre será o mais justo. As injustiças poderiam levar o homem a um estado de guerra, o que os convenceria da importância de estabelecer uma sociedade civil e política, em que o governo exercerá o posto de juiz e garantirá os direitos naturais de cada um à vida, à liberdade e à propriedade privada. Essa passagem para a sociedade civil também se dá por um contrato entre os indivíduos, que poderão revogá-lo se os governantes não cumprirem seu compromisso de proteção aos direitos naturais.

Sua visão da propriedade como direito natural é outro ponto de bastante influência, sobretudo para estabelecer as bases da moral burguesa e capitalista, com grande ascensão sobre o que viria a ser o Estado-nação. Locke defende a existência da propriedade privada no estado de natureza do homem e, portanto, antes do contrato que estabelece a sociedade civil. “Como a preservação da propriedade é o objetivo do governo, e a razão por que o homem entrou em sociedade”, escreve Locke (1994), “o poder supremo não pode tirar de nenhum homem qualquer parte de sua propriedade sem seu próprio consentimento” (p. 73). Esse será seu principal argumento para eliminar qualquer intromissão dos governantes na propriedade privada, estabelecendo, inclusive, o direito de herança e ao acúmulo de riqueza.

Deriva de seu conceito de propriedade, também, a valorização do trabalho, que marcaria a mentalidade burguesa em contraponto com os privilégios da aristocracia. Para Locke (1994)

Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade (p. 42).

Assim, Locke se consolida como um dos fundadores do liberalismo ao defender o direito de propriedade de maneira ampla – a vida, a liberdade e os bens – e, também, por propor a ideia de um governo que se limite à defesa dessa propriedade ampla, interferindo o mínimo possível na vida daqueles que ele representa. Isso significa que, em governos tirânicos, o pacto seria quebrado pelo governo, o que autorizaria os indivíduos a exercer seu direito de resistência. A dissolução do governo, no entanto, não implicaria a dissolução da sociedade, mas uma reformulação do pacto com um novo governo, capaz de atender às necessidades naturais do homem.

Locke é considerado, também, um dos fundadores do empirismo moderno, com sua tese da *tábula rasa*⁶¹. Ao contrário do que propunha Descartes (1596-1650), Locke não acredita em um conhecimento inato ao homem. Para ele, todo conhecimento é derivado da experiência, o que teria forte influência em filósofos como Berkeley e Hume, além de estar na base do pensamento que estabeleceria o domínio técnico-científico sobre o qual falamos no primeiro capítulo desta tese.

A obra de Jonh Locke é, sem dúvida, uma das mais influentes sobre o pensamento moderno. Sua sugestão de separação dos poderes, entre legislativo e executivo, teve grande influência nos escritos de Montesquieu; suas ideias de “autoridade política” e “liberdade natural” aparecem amplamente nos artigos dos enciclopedistas do século XVIII; e as declarações dos direitos do homem, tanto nos EUA (1787) quanto na França (1789), têm inspiração direta nos *Dois tratados* (VÁRNAGY, 2006). Indiretamente, podemos afirmar que Locke dá subsídios para a defesa da liberdade de maneira geral: liberdades civis e individuais, tolerância religiosa, liberalismo econômico e a defesa dos direitos naturais, que evoluíram para os direitos humanos.

Jonh Locke, com sua ideia de Estado Liberal, e Hobbes, com a ideia de soberania ligada à figura abstrata do Estado, fornecem a base para o que seria a base para o Estado moderno⁶².

⁶¹ A teoria de Locke diz respeito apenas ao ser humano recém-nascido, sem um conhecimento anterior, intrínseco a ele. Esta teoria não tem relação com as ideias de *tábula rasa* de que falam os intérpretes do Brasil, sobretudo relacionando a ideia do gosto pela novidade desenvolvido no Brasil, e que impediria a formação de uma tradição intelectual crítica e consciente.

⁶² É interessante notar que a Paz de Westphalia (1648), acordo que colocou fim à Guerra dos Trinta Anos, é tradicionalmente reconhecida nos estudos de Relações Internacionais como o ponto de fundação do sistema internacional baseado em estados soberanos. No entanto, como argumenta Croxton (1999), não há nada na letra do acordo que possa estabelecer isso de fato. Houve um acordo entre Estados, mas a ideia de soberania

A partir do século XVIII, veremos esses conceitos serem aprimorados e desenvolvidos para, então, chegarmos à Revolução Americana e a Revolução Francesa, que consolidam a narrativa do Estado moderno e acrescentam um novo elemento de pertencimento, a ideia de Estado-nação. Antes de chegarmos ao final do século XVIII, porém, faz-se necessário passar, ainda, por três pontos importantes: a questão do funcionamento dos regimes políticos em Montesquieu, a crítica radical do absolutismo político e as bases democráticas em Rousseau e, por fim, a defesa da República representativa nos federalistas estadunidenses.

O Barão de Montesquieu (1689-1755), apesar de ser parte da nobreza da França, foi um grande crítico da monarquia absoluta e, inspirado nos eventos ocorridos na Inglaterra no século XVII, adotou uma postura liberal para sua análise dos regimes políticos. Montesquieu, como aponta Althusser (1972), tem o mesmo projeto dos filósofos que o antecederam – “edificar a ciência política” (p. 22) –, mas não tem o mesmo objeto, “uma vez que se propõe fazer a ciência, não da sociedade em geral, mas de todas as sociedades concretas da história” (p. 22). Ele não está em busca da essência que define a sociedade, mas de descobrir as leis que regem essas sociedades.

Seu conceito de lei, expresso no início de *O espírito das leis* (2010)⁶³, é bastante interessante e relevante para a ciência política. “As leis, em seu significado mais extenso”, afirma Montesquieu (2000), “são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas; e, neste sentido, todos os seres têm suas leis” (p. 11). O autor, assim, rompe com a tradicional submissão da política à teologia, que vinha sendo gestada há muitos séculos, aproximando a política das ciências empíricas (ALBUQUERQUE, 2001). Com isso, Montesquieu contribui decisivamente para a adoção do conceito de lei científica nas ciências humanas, o que faz com que Renato Janine Ribeiro afirme, na apresentação da uma edição da Martins Fontes de *O*

internacional não foi uma ideia que foi construída e, depois, aplicada aos acordos internacionais. Ela foi, na verdade, consequência de fatos históricos que foram aos poucos reconhecendo o princípio da soberania entre Estados e gradualmente (e narrativamente) sendo aceita como a realidade. Novas interpretações, como de Osiander (2001) e Jesus (2010), apontam para uma visão mais crítica, afirmando que os tratados de Westphalia apenas confirmaram a existência de uma ordem cooperativa de entidades autônomas, com soberanias ainda bastante relativizáveis, sendo assim um grande mito dos estudos de Relações Internacionais. No entanto, o próprio contexto da Guerra dos 30 anos, o vocabulário e os argumentos utilizados à época parecem justificar que, naquele momento, começava a se consolidar o Estado da forma como reconhecemos hoje.

⁶³ A primeira edição do livro foi publicada em 1747.

espírito das leis (2000), que é este o primeiro livro a de fato dar um tratamento à política como ciência.

O objeto de Montesquieu, no entanto, é mais restrito do que as leis que regem as relações entre os homens em geral. O que ele trata são as leis positivas, criadas pelo homem para reger a relação entre os homens, em sua relação com as coisas mundanas, como o comércio, o clima, as dimensões do Estado, as relações de classe etc. (ALBUQUERQUE, 2001). A observação e análise dessas relações e sua busca pela estabilidade do regime levam Montesquieu a um interesse particular não na existência propriamente dita das instituições políticas, mas na maneira como elas funcionam. O que ele busca é a natureza⁶⁴ – quem detém o poder e exerce sua vontade dentro do governo – e o princípio do governo⁶⁵, seu modo de funcionamento ou, dito de outra forma, como o poder é exercido.

Para aprofundar mais seu estudo, Montesquieu viaja à Inglaterra para analisar seu sistema bicameral. Sua conclusão, apresentada também em *O espírito das leis*, é a famosa divisão dos poderes. Ao contrário do que se sugere o senso comum, Montesquieu não fala em uma divisão equipotente dos poderes, mas – como sugere Althusser (1972) e Albuquerque (2001) – de uma correlação de forças entre os poderes que gere os freios e contrapesos que encontramos na teoria liberal de separação dos poderes. Esta forma de leitura atualiza e dá contemporaneidade à teoria de Montesquieu, já que ela apontaria para “a necessidade de arranjos institucionais que impeçam que alguma força política possa *a priori* prevalecer sobre as demais” (ALBUQUERQUE, 2001, p. 138).

Enquanto Montesquieu busca o equilíbrio, baseado na cientificidade das leis, Rousseau radicaliza seu pensamento ao propor o exercício da soberania pelo povo como condição primeira para sua libertação, com uma forte crítica ao absolutismo e à desigualdade social. Rousseau é, sem dúvida, o maior precursor do pensamento democrático moderno e, de certa forma, o principal inspirador ideológico da Revolução Francesa de 1789.

⁶⁴ Montesquieu (2000) divide a natureza do governo em: monarquia, governo de um só, por meio de leis fixas e instituições; República, com o governo do povo no todo ou em parte (república aristocrática); e no despotismo, em que a vontade de uma só pessoa governa (ALBUQUERQUE, 2001).

⁶⁵ O princípio da monarquia é, para Montesquieu (2000), a honra; da República, a virtude; do despotismo, o medo.

O grande tema para Rousseau (1712-1778) é a liberdade. Já na abertura de *O contrato social* (2002)⁶⁶, o autor afirma: “o homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros. De tal modo acredita-se o senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravo que eles” (p. 10). Rousseau passa, então, a questionar como o homem passou de seu estado de liberdade para a servidão, mas sem dar uma resposta clara⁶⁷. O que ele oferece, em troca, “são as condições de um pacto legítimo, através do qual os homens, depois de terem perdido sua liberdade natural, ganhem, em troca, a liberdade civil” (NASCIMENTO, 2001, p. 195).

Esse *pacto social*, que asseguraria a liberdade civil, tem como condição fundamental a igualdade entre as partes contratantes. Se todos alienarem todos seus direitos à comunidade como um todo, o contrato formará um corpo soberano que poderá, da maneira mais justa possível, determinar a forma de distribuição das riquezas. Sendo o povo agente ativo, quem determina as leis, e passivo, quem obedece a essas mesmas leis, estariam – para Rousseau – formadas as condições para a liberdade civil. “Um povo, portanto, só será livre quando tiver todas as condições de elaborar suas leis num clima de igualdade”, afirma Nascimento (2001) sobre a liberdade civil em Rousseau, “de tal modo que a obediência a essas mesmas leis signifique, na verdade, uma submissão à deliberação de si mesmo e de cada cidadão, como partes do poder soberano” (p. 196).

O corpo político que se forma a partir do contrato social deve ser, na visão de Rousseau, estendido às instituições e à estrutura política em funcionamento. Só assim estará garantida a vontade legítima do povo na execução das funções do corpo administrativo do Estado, que é apresentado por ele no livro III do *Contrato Social* como subordinado ao soberano e limitado pelo poder do povo. Assim, as formas de governo de Montesquieu, para Rousseau, perdem importância, já que, independente de qual for, a soberania deve estar nas mãos do povo e a máquina pública deve sempre seguir sua vontade, apesar de fazer uma ressalva quanto a tendência – em qualquer regime – do governo agir como poder máximo, subjugando a soberania popular. O mesmo raciocínio é utilizado pelo pensador em sua reflexão sobre a representação

⁶⁶ *O contrato social* foi publicado, pela primeira vez, em 1762.

⁶⁷ Vale ressaltar a importância do influente trabalho de Etienne de La Boétie, *Discurso sobre a servidão voluntária* (2009), publicado pela primeira vez em 1563, para a compreensão da tese de Rousseau. Apesar de sido escrito no século XVI, o trabalho mantém sua atualidade por ter sido pioneiro em afirmar a permanência da dominação invisível exercida pelos poucos que detêm o poder sobre a grande massa da população, que, na maioria das vezes, aceita pacificamente ser dominada.

no governo, em que reafirma a necessidade de que sejam trocados com frequência os governantes, dada sua tendência de representar a si mesmos, não a vontade do povo.

A questão da representatividade é central, também, nos textos dos Federalistas, publicados em 1788 por Alexander Hamilton (1755-1804), James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1829) utilizando o codinome *Publius*⁶⁸, com o intuito de fomentar a ratificação da Constituição estadunidense de 1787 pelos Estados daquele país. Sua principal missão era questionar a maioria dos argumentos de intelectuais como Maquiavel, Hobbes e Montesquieu, para os quais um governo popular não seria possível em um vasto território como o dos Estados Unidos, sobretudo em tempos que os valores comerciais já se sobrepujassem à vontade coletiva. Propõe-se, assim, a criação de uma república democrática representativa.

A inovação institucional seria uma resposta moderna e republicana para males da própria república, buscando combater as facções – como vimos no debate sobre Maquiavel – e, ao mesmo tempo, evitar a tirania da maioria. Os Federalistas queriam demonstrar, por meio de seus textos, que a nova Constituição oferecia meios para a coordenação dos interesses conflitantes de uma República de grande extensão territorial, o que deveria ser feito por uma representação bicameral, sendo os cidadãos representados na Câmara dos deputados e os Estados no Senado. O voto popular elegeria representantes das mais diversas facções, que teriam que se coordenar para conseguir governar o país juntamente com o Poder Executivo e sob a vigilância do Poder Judiciário. Uma proposta nova, com uma nova forma de governo, uma mescla de um governo confederado e nacional, existindo uma soberania que é popular, mas compartilhada entre o governo central e os Estados, com controles bem definidos para quem detém o poder. O problema da formação de um governo, como adverte Madison na carta nº 51 (LIMONGI, 2001), está na dificuldade de “primeiro habilitar o governante a controlar o governado e, depois, obrigá-lo a controlar-se a si mesmo” (p. 268).

Os Federalistas seguiram, assim, as máximas do pensamento liberal e constitucional, inovando e dando praticidade para a teoria da separação dos poderes de Montesquieu, negando

⁶⁸ A autoria dos artigos viria à tona alguns anos depois, com a morte de Hamilton, que teria deixado uma carta confessando a autoria de parte dos textos. Uma divergência entre a carta de Hamilton e Madison quanto a autoria de alguns artigos causou grande polêmica à época, mas a maioria dos intérpretes divide os 85 artigos da seguinte maneira: 51 de autoria de Hamilton, o idealizador da empreitada, 29 para Madison e 5 para Jay, que teve sua colaboração prejudicada por problemas de saúde (LIMONGI, 2001).

a necessidade da virtude dos cidadãos para a implementação das democracias – como propõe Rousseau – e defendendo que a liberdade do homem está na preservação de seus direitos, sobretudo o de propriedade, influenciados por Locke. Defender o direito de propriedade era, para Madison (“O Federalista” nº 10), o principal motivo da existência de facções dentro das sociedades, por isso a necessidade de se construir um governo limitado e controlado, que assegure uma esfera própria para o livre desenvolvimento dos indivíduos, mas garanta o direito de propriedade e de atividade econômica (LIMONGI, 2001).

A importância dos Federalistas para este trabalho, além de sua contribuição teórica, é a praticidade que dão a teses que eram muito mais especulativas até este momento. Com a independência dos Estados Unidos, em 1786, estava aberta a temporada de experimentações do Estado moderno: primeiro na antiga colônia britânica e, depois, na Europa revolucionária da primeira metade do século XIX. Este exercício de passagem da teoria à prática dos conceitos da filosofia política trouxe um novo elemento, que já estava sendo gestado desde o início do nosso percurso pelo embate entre liberdade e segurança, a nação.

A tentativa que fizemos de reforçar a importância dos eventos políticos e intelectuais para a definição das bases da narrativa do Estado moderno – arriscaríamos dizer, na definição de Bobbio e Bovero (1996), uma análise histórica, ainda que superficial, da filosofia política – é fundamental para a compreensão do mito do Estado-nação, que veremos a seguir. Partimos do pensamento que emergira nas Repúblicas da península itálica para subsidiar a compreensão de um novo mundo que surgira na Idade Moderna, sobretudo após as revoluções inglesas do século XVII. O que nos interessava, aqui, era mostrar as bases para o surgimento da nação como parâmetro de pertencimento, por isso o recorte da Idade Moderna.

Certamente, filósofos como Kant e Burke, que também são do final do século XVIII, poderiam figurar neste trabalho. No entanto, como define Weffort (2001), seus pensamentos já estavam muito mais ligados à sociedade que viria depois da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, junto com outros como Hegel, Tocqueville, Stuart Mill e Karl Marx, uma sociedade em que o Estado nacional já era uma realidade a ser consolidada. Como a análise dessa realidade narrativa está fora do escopo deste trabalho, decidimos por não os incluir nestas páginas. No entanto, é neste momento de transição que surge o Estado-nação, baseado em uma narrativa

mítica de identificação com a ideia de comunidade expandida e ao qual dedicaremos nossas próximas reflexões.

3.4 A rede simbólica da identidade nacional

A análise da evolução do pensamento sobre o que significa o Estado e como as narrativas sobre ele são construídas, de acordo com as necessidades do momento em que as teorias são elaboradas, nos ajuda a compreender a origem e as fontes de legitimação narrativa desse tipo de organização social e política na sociedade ocidental. É, sobretudo, no embate entre liberdade e segurança que emergem os principais argumentos para uma nova forma de relacionamento e pertencimento dentro dos diversos territórios europeus, o que viria a formar a rede simbólica da identidade nacional.

Em busca de liberdade em relação ao Sacro Império Romano Germânico, as Repúblicas da península itálica criaram argumentos pela autonomia administrativa e subsidiaram todo um debate sobre a autoridade da jurisdição do Império sobre sua região. O Estado laico começa a surgir justamente a partir do questionamento da jurisdição da Igreja de Roma sobre os reinos do centro da Europa, tanto a jurisdição material quanto espiritual, o que acaba criando novas interpretações da fé cristã e um poder cada vez mais absoluto dentro das fronteiras que se delimitavam. O próximo passo, gestado em paralelo, é a separação da figura do governante do Estado que ele governa, o que vemos claramente no conceito de soberania de Hobbes.

Uma vez independente do Rei, a figura abstrata do Estado passa a ser um debate cada vez mais aprofundado entre intelectuais dos séculos seguintes, seguindo um jogo de poder que se estabelecia dentro da sociedade europeia entre a aristocracia e a burguesia. Enquanto aquela tentava se equilibrar em uma narrativa que havia predominado por muitos anos, do direito divino e da legitimidade pela posse de terras, esta se alternava entre a tentativa de pertencer à velha aristocracia, por meio da compra de títulos de nobreza, e novos argumentos que questionavam a legitimidade da centralidade do poder real e colocavam a soberania cada vez mais nas mãos do povo.

Como em todo embate prolongado, existem épocas de conciliação. Fortalecida e enriquecida com a revolução comercial que começara ainda no século XV, a classe dos

comerciantes dá dinamismo ao capitalismo da época e faz frente à economia quase estática que existia, controlada pela nobreza. A aristocracia, que controlava de fato a arrecadação de impostos e o Estado, vê com bons olhos o crescimento do comércio dentro de seu território e, aliando-se à burguesia comercial nascente, promove algumas reformas que também ajudariam a fortalecer o Estado enquanto entidade abstrata. Importantes mudanças foram feitas, sobretudo ligadas ao território, para facilitar a cobrança de impostos e facilitar o comércio, como a delimitação das fronteiras e a unificação de pesos e medidas.

Assim, o mundo que era predominantemente rural começa a ver um incipiente conflito com o meio urbano. As relações feudais de servidão foram desfazendo seus vínculos políticos, o que fez surgir uma pequena classe de agricultores independentes e uma enorme massa de proletários rurais. O comércio passa a ser uma constante na vida de muitas pessoas, o que fomenta o crescimento das manufaturas. As monarquias absolutas tentam se adaptar: surgem as monarquias esclarecidas, que fomentam a arte e a produção intelectual. No geral, no entanto, a velha sociedade absolutista parece não conseguir se adaptar às diversas mudanças que aconteciam no mundo e agarram-se a seus privilégios. O rápido e robusto crescimento das relações comerciais, paralelamente, dava ainda mais força para a classe emergente, a burguesia.

As classes, como o Estado, também são um fenômeno histórico, formadas por um acumulado de crenças e circunstâncias, por um conjunto de representações sociais (MOSCOVICI, 2010) que se materializam na realidade como grupo. A classe, como define Thompson (1987), “é uma relação, e não uma coisa” (p. 11). Assim, podemos afirmar que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si” (p. 10), geralmente contra os que possuem interesses divergentes. A questão do pertencimento à burguesia, opondo-se aos privilégios da aristocracia e do clero, vai se tornando cada vez mais forte ao longo dos embates narrativos com a nobreza.

No final do século XVIII, portanto, a narrativa do novo grupo de poder finalmente parece contaminar o coletivo da população e, por uma série de fatores políticos e econômicos, eclodem as duas revoluções que marcariam uma mudança

crucial nas formas de legitimidade e pertencimento do Estado: a Revolução Americana (1776) e, principalmente, a Revolução Francesa, de 1789. Apesar de seu crescente poder econômico, a ascendente burguesia não havia conseguido se consolidar como um importante ator de poder político, o que abre espaço para sua radicalização no discurso e na ação. Ao tomar o poder, tanto os colonos norte-americanos quanto a burguesia francesa deveriam buscar formas diferentes de governo e organização social para satisfazer as angústias e questionamentos que moveram o coletivo social para a revolução. O arsenal ideológico⁶⁹ disponível era, ao menos no que tange ao Estado, o que apresentamos acima. Restava ao novo grupo construir sua legitimidade no poder.

A legitimidade, embora não tenha uma definição consensual nas ciências sociais (FONSECA, 2004, p. 137), pode ser entendida como “o reconhecimento por parte dos sujeitos de uma sociedade sobre o direito de seus governantes exercerem o governo da sociedade”, como explicam Andrew Edgar e Peter Sedgwick (2003, p. 189). Assim, buscar a transformação para obter mais legitimidade é sempre ambíguo, já que “a estabilidade do que não se conhece é sempre hipotética” (FONSECA, 2004, p. 139). A burguesia precisou, portanto, legitimar-se perante o povo para poder ser reconhecida como nova fonte do poder, mas as transformações ocorridas pelas revoluções trouxeram instabilidade suficiente para que essa legitimidade demorasse em chegar.

Fez-se necessária uma delicada e trabalhosa reconstrução da narrativa, buscando uma “narrativa institucional”, como explica Nassar (2013), que fosse “um relato central, agregador de grande conhecimento, referencial e definitivo” (p. 12). Assim, a legitimidade do novo grupo no poder deveria se ancorar no que Lyotard (1991) chama de “metarrelato” (p. 16), ou, neste trabalho, “metanarrativa” (NASSAR, 2013), que “têm a característica de serem grandes esquemas conceituais abstratos que visam a ligar as narrativas conceituais e os atores sociais na perspectiva histórica ampla”, como explica Pedro Fernando Bendassolli (2007, p. 229-230). A metanarrativa nacional, como um esquema conceitual abstrato ou uma “narrativa da narrativa”, para retomar a definição de Gérard Genette (1996, p. 227), deve englobar a multiplicidade de narrativas dos diversos narradores que pretende representar e formar um discurso que tenha

⁶⁹ O Iluminismo, movimento intelectual que resume o que chamamos de “arsenal ideológico” dos revolucionários é bem mais amplo do que os autores aqui apresentados, mas passa também por autores como Locke, Montesquieu e Rousseau.

certa hegemonia, ainda que em um ambiente de constante embate narrativo (CARBONARO, 2015).

Na prática, a nova estrutura de poder vai buscar sua legitimidade em dois pontos centrais: por um lado, um aparato burocrático impessoal, que visa criar as bases de uma continuidade social e política, que permite o pleno desenvolvimento das atividades econômicas e dá certa previsibilidade para o sistema de poder dominante; por outro, a formatação de um sentimento de pertencimento forte e duradouro, que se convencionou chamar de identidade nacional. Enquanto o primeiro se consolida na relação diária entre a burocracia e o cidadão, nos serviços oferecidos, nos direitos e obrigações de cada indivíduo transformado em nacional; o pertencimento é cooptado pelo mito nacional, que estava sendo gestado na modernidade, mas que só se torna o novo mote de fidelidade e subordinação no século XIX.

O Estado, como aparato burocrático, se reproduz no tempo e no espaço por meio das diversas atividades cotidianas daqueles que estão confinados em suas fronteiras. São essas diversas micronarrativas que ajudam a consolidar a metanarrativa do Estado como instituição acima das outras, como escrevem Gupta e Sharma (2009), estabelecendo os limites entre o público e o privado (que, veremos, encontra problemas até hoje no Brasil) e, também, criando e recriando as diversas representações sociais sobre si mesmo, moldando narrativas e criando pertencimento que se projetam na metanarrativa nacional. Pertencimento e aparato burocrático são, por essa perspectiva, complementares, sendo este artefato da racionalidade na relação indivíduo e Estado, enquanto aquele é parte de nosso aparato simbólico e, para este trabalho, consequência do mito que se cria na ligação entre Estado e nação.

3.4.1 Pertencimento e o mito nacional⁷⁰

O uso da palavra nação sempre foi ligado à elite europeia, seja ela cultural ou política, ao longo da Idade Média. Sua aproximação com o povo – palavra que até então era utilizada

⁷⁰ Esta parte do trabalho é parte da pesquisa iniciada por este pesquisador na dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP em 2015, com o título *Narrativas brasileiras: identidade e discurso diplomático no governo Lula* (CARBONARO, 2015).

para designar pessoas comuns, das classes mais baixas – se deu pela primeira vez na Inglaterra do século XV, como apresenta Liah Greenfeld (2018), uma das maiores estudiosas de nacionalismos da atualidade. As disputas pelo trono inglês na segunda metade do século, entre 1455 e 1487⁷¹, conhecidas como A Guerra das Rosas, teriam deixado a família real inglesa sem herdeiros homens para assumir o trono, abrindo espaço para que um parente distante de Lancaster tomasse o comando do país, Henrique VII. A necessidade de formar uma nova aristocracia fez com que o rei recrutasse pessoas comuns para a nobreza, abrindo espaço para uma inovação que buscava legitimar a nova situação de poder, aproximando a noção de povo (pessoas comuns) com a de nação (elite)⁷², mas prevalecendo a ideia de nação como algo que pertence a todos. Este, para Greenfeld, teria sido a primeira ocorrência da junção de dois elementos que se naturalizaria somente séculos depois, após a Revolução Francesa de 1789.

O conceito de nação, apresentado por Greenfeld em seu clássico *Nationalism: five roads to modernity* (1992), ainda não era sinônimo, entretanto, de uma confluência entre as comunidades políticas e culturais. Isso implica dizer que a nação, na forma como vista por Greenfeld, ainda está incompleta como estrutura de pertencimento, pois lhe faltaria o lastro territorial, que só seria criado por sua ligação à forma de poder então dominante, criando o Estado-nação. Além disso, concordamos com Smith (1997), que afirma que a ideia de nação, no século XIX, implica que a comunidade política se reconheça como parte de uma comunidade, nos moldes como apresentamos no debate sobre identidade, no início deste capítulo, o que não temos como afirmar que aconteceu na Inglaterra do século XV.

A tensão que se coloca em um momento de transformação como o final do século XVIII é, sem dúvida, também uma tensão identitária. Como vimos com Ricoeur (1994) e Brewer (1991), a identidade narrativa se desenvolve entre a vontade de continuidade e a expectativa de mudança, momento em que se faz necessária a formação de um novo arco dramático. Neste

⁷¹ A Batalha de Stoke Field, em 16 de junho de 1487, é considerada a última batalha da Guerra das Rosas.

⁷² Marilena Chaui, em *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2012), apresenta outra versão sobre o significado de nação e povo. Para a filósofa brasileira, o termo nação passou a ser usado pela Igreja, no final da Antiguidade e início da Idade Média, para designar os pagãos e distingui-los do “povo de Deus”. Assim, enquanto *povo* significava um grupo organizado institucionalmente, *nação* significava apenas um grupo de descendência comum. Adotamos a visão de Greenfeld por questões de afinidade teórica e por ser esta a base de sua divisão de nacionalismos, que utilizaremos mais adiante para verificarmos a criação de narrativas nacionais, sobretudo no Brasil. Reconhecemos, entretanto, que não há consenso quanto a origem do termo antes de ele se ligar ao Estado, formando o conceito de Estado-nação.

ponto da história, assim como em toda revolução bem-sucedida, os laços de pertencimento estão em suspenso e a tensão entre a permanência e a mudança certamente marcam muitas das relações que se estabelecem no início do século XIX. Para avançar em seu projeto de consolidação do poder, a burguesia opera uma leitura reversa da História, selecionando fatos, exacerbando conquistas, “inventando” tradições e propondo um novo roteiro para o pertencimento de seus nacionais.

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM; RANGER, 2002, p. 9).

Um dos passos iniciais dessa proposta narrativa que se criava foi mudar o entendimento do próprio termo *nação*. Assim, como apresenta Bobbio (1998), foi durante a Revolução Francesa que aparece, pela primeira vez, o conceito de *nação* como coincidência entre comunidade cultural e política⁷³. Porém, o esse conceito de *nação* só se consolidaria em meados do século XIX, com o fim do ciclo revolucionário europeu⁷⁴, iniciado em 1789⁷⁵. O embate com a aristocracia (1820 e 1830) e, posteriormente, aliando-se a ela para combater o povo, em 1848, ajudou a legitimar a nova posição social da burguesia, que passou a criar sua própria versão da história, encadeando os fatos de forma que parecesse natural sua ascensão como liderança do Estado-nação que surgira, apresentando sua emancipação como classe social como se fosse a emancipação de toda humanidade (CARBONARO, 2015).

⁷³ Ainda que outro sentido para o termo – aplicado também a comunidades políticas que não coincidem com as fronteiras estatais, como a *nação curda* no Oriente Médio ou a *nação basca* nos Pirineus – tenha encontrado sobrevida paralelamente ao reforço do Estado-nação, é este último que se fixa no imaginário coletivo como narrativa dominante.

⁷⁴ É interessante notar que, nas duas primeiras ondas revolucionárias após a Revolução Francesa (1820 e 1830), a burguesia luta ao lado do povo contra a aristocracia que se restabelecia no poder. Já em 1848, no movimento que ficou conhecido como *a primavera dos povos*, o povo luta por melhores condições de vida e liberdades democráticas contra uma aliança da burguesia e aristocracia, que saem vitoriosas.

⁷⁵ O período entre 1789 e 1848 é chamado, pelo historiador Eric Hobsbawm de a era das revoluções. Logo após a Revolução de 1789, a França passa por uma fase conturbada, que terminaria com a ascensão de Napoleão Bonaparte (1799) e a disseminação das ideias revolucionárias por toda Europa. A derrota de Napoleão, em 1815, trouxe de volta a aristocracia para o poder no continente europeu, mas o cenário era completamente diferente. A tentativa de impor novamente a glorificação da fé, o autoritarismo e o tradicionalismo geraram uma série de ondas revolucionárias entre 1820 e 1848, que acabariam reacomodando as forças e consolidando a burguesia no poder.

A narrativa do Estado-nação passa a ser o grande molde identitário, sendo causa e consequência da rede simbólica da identidade nacional que se formava paralelamente a ela. Retoma-se a ideia de comunidade, agora ampliada; do território – agora nacional – como elemento constitutivo das identidades coletivas; e se constrói a ideia de um destino comum, todos fatores que serão decisivos para moldar o que Benedict Anderson (2009) chama de “condição nacional” (p. 28). A nação, do ponto de vista da burguesia, seria concebida como “um grupo de pessoas unidas por laços naturais e portanto eternos”, como escreve Bobbio (1998, p. 796), o que tornaria o Estado-nação uma consequência natural e irresistível da história europeia.

O sentimento que se cria é de pertencimento a uma comunidade ancestral, adormecida por anos e despertada das trevas da Idade Média pela criação da narrativa do Estado Nacional. No lugar de burgueses, proletários e padres, cria-se o francês, o italiano, o alemão, ligados, sobretudo, ao território. Apesar de, à primeira vista, até parecer uma comunidade democrática, em que os diferentes tipos sociais se unem sob a aura da nacionalidade, essa uniformização cultural pressupõe a imposição de uma determinada narrativa – geralmente ligada à cultura erudita – sobre uma infinidade de outras pequenas narrativas de culturas populares preexistentes, utilizando-se da educação oficial e servindo-se da instrumentalização do Estado para garantir sua prevalência (CARBONARO, 2015).

A nação é, portanto, uma entidade ilusória, que só existe enquanto narrativa, criando e recriando personagens, estabelecendo e esquecendo as memórias que lhe forem convenientes, desenhando símbolos, bandeiras, mapas e o que for necessário para, nos termos de Moscovici (2010), ancorar e objetivar uma nova situação de poder. Como escreve Anthony Smith (1997), “as nações definem, em primeiro lugar, um espaço social definido, dentro do qual os seus membros devem viver e trabalhar, e demarcam um território histórico, que fixa a comunidade no tempo e no espaço” (p. 30). Podemos dizer, portanto, como afirma Lilia Moritz Schwarcz (2009) na apresentação do clássico de Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas*, que “mais do que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções” (p. 10).

Em busca de legitimar-se no poder, a burguesia criou e implementou um novo modelo político que estabelecia e garantia a sua legitimidade. Sua articulação foi tão bem costurada,

que a narrativa se incorporou ao imaginário coletivo de forma que, mesmo que atualizada em suas bases de legitimidade, o Estado-nação ainda segue como parâmetro de organização social e dividindo todo o planeta.

Os pequenos grupos comunitários e a ideia de compartilhamento cultural que eram presentes no imaginário coletivo, como vimos acima, são, agora, ampliados para todo território do Estado-nação que acaba de se formar. Benedict Anderson (2009) escreve que a nação “é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (p. 34). Vemos, aqui, o princípio de nação citado por Greenfeld (1992; 2018) que surgira no século XV, que tentara equiparar elite e povo em um único conceito. Porém, o pensamento de Bauman (2003) nos ajuda a compreender o problema prático de tal afirmação: a comunidade “é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (p. 9). Aspirando à comunidade, abrigamo-nos sob a proteção do Estado, agora nacional, que oferece também a sensação de liberdade individual, reforçando a importância dessa narrativa tão presente no percurso intelectual do pensamento ocidental.

Conectar conceitos e ideias desconexas nunca é tarefa rápida e fácil. Nas sociedades políticas, como vimos no debate sobre as ideias renascentistas e modernas, essa sempre foi tarefa dos intelectuais, seja para justificar a busca pela liberdade republicana ou governos despóticos. São eles que oferecem o que Skinner (2003) chamou de “arsenal ideológico” (p. 28) para conformar – ou questionar – as mudanças de rumos da política, tanto na “reinscrição dos desenraizados” ou na “orientação do trabalho dos legisladores”, como mostra Edward Said (2005, p. 94). Assim, a formação do pensamento moderno caminhou para a construção de uma narrativa que justificasse, no início do século XIX, “a substituição de um mosaico de comunidades locais pelo novo e estreitamente integrado sistema do Estado-nação, da ‘sociedade imaginada’” (BAUMAN, 2003, p. 113-114).

Construir o Estado moderno consistia em substituir as velhas lealdades à paróquia, à vizinhança ou à corporação de artesãos por novas lealdades ao estilo do cidadão para com a totalidade abstrata e distante da nação e das leis da terra. As novas lealdades, diferentemente das antigas já obsoletas, não podiam se fundar em mecanismos espontâneos e corriqueiramente seguidos de auto-reprodução; tinham que ser cuidadosamente planejadas e

meticulosamente instiladas num processo de educação organizada de massa (BAUMAN, 2003, p. 114).

Governantes e governados se engajaram para tonar esse compartilhamento cultural comunitário e, assim, poder chamá-lo de nacional. Como vimos em Moscovici (2010; 2012), nomear e categorizar são os primeiros passos para a naturalização do diferente. Com a burocracia estabelecida – jurisdição legal, social e econômica – e delimitada nas mesmas fronteiras da cultura, agora comunitária e nacional, a ideia de nação como sinônimo de coincidência das comunidades cultural e política pôde ser ancorada na rede simbólica da sociedade da época, o que permitiu que se materializasse em monumentos, imagens cartográficas, hinos nacionais, Isso permitiu que fossem popularizados e cristalizados no imaginário coletivo, potencializados pelo desenvolvimento da estrutura e das novas tecnologias de comunicação.

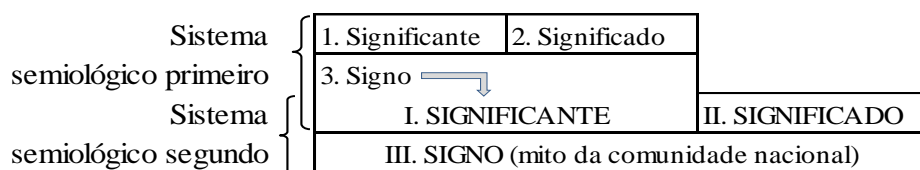
O que vemos, aqui, é a formação de um conjunto de mecanismos mentais que vão condicionando a leitura do real para naturalizar o Estado-nação, tornando tangível ideias que não faziam parte do imaginário coletivo até então. Como argumentamos a partir de Moscovici (2007), o mecanismo de ancoragem transforma algo que é estranho e perturbador em algo aceitável, em um primeiro momento, e normal, logo em seguida, assim que o novo conceito encontra a categoria adequada para se ancorar. A nação, da forma como se apresenta nesse momento histórico, encontra, com a ajuda dos intelectuais e da comunicação, abrigo no conceito de comunidade ampliada, e o mecanismo de objetivação – ou materialização – ajuda a ligar a nação, agora fixada em nosso imaginário, à realidade, o que dá concretude à ideia. Podemos afirmar, portanto, que a narrativa de país que se forma é um conjunto de representações sociais compartilhado dentro de determinado território que, quando naturalizada, surge para nós como parte da realidade.

O conjunto das representações sociais forma, assim, uma rede simbólica que se sobrepõe ao real, isola campos de sentido e cria significados. O real, então, só é percebido por meio de símbolos e, já distorcido, passa a determinar o que percebemos como realidade. As representações sociais são, para Moscovici, a formação mental de uma ideia a partir de um processo narrativo que é, também, comunicacional e discursivo. Como aponta Carbonaro (2015), esse processo se concretiza em outra ideia, a de signo, ainda que em um sistema

semiológico segundo (BARTHES, 2010), para depois conectar as representações sociais de Moscovici com a ideia de realidade narrativa de Paul Ricoeur e a teoria de Roland Barthes sobre o mito.

Pode-se afirmar, dentro dessa perspectiva, que há, na estrutura narrativa formada pelo mecanismo associativo das representações sociais da nação, a formação do mito nacional, nos moldes apresentados por Barthes (2010). Há um signo (comunidade), formado em um sistema semiológico primeiro⁷⁶, pela associação entre significante e significado⁷⁷. Esse signo (comunidade), se tornaria o significante de um segundo sistema semiológico, associando-se a um novo significado (a ideia de Estado-nação) para formar um novo signo (o mito da comunidade nacional), como na Tabela 1.

Tabela 1 – A formação do mito de Barthes em seu sistema semiológico segundo⁷⁸



* Tabela baseada no modelo de Barthes (2010, p. 137)

O mecanismo da formação do mito, proposto por Barthes, nos permite compreender o percurso narrativo de formação do mito nacional: um conjunto de representações sociais ligadas a determinada comunidade imaginada, traduzidas em signo no sistema semiológico segundo de Barthes como comunidade nacional. O mito, segundo a teoria proposta por Barthes (2010), é um sistema particular, que se constrói a partir de uma cadeia de sentidos – semiológica – que já existe antes dele, por isso um “sistema semiológico segundo” (p. 205).

⁷⁶ Barthes (2010) refere-se ao primeiro sistema semiológico como “sistema linguístico, a língua (ou os modos de representação que lhe são comparados)”, ao qual ele chamou de “linguagem-objeto”, já que “é a linguagem de que o mito se serve para construir o seu próprio sistema”, que seria o sistema semiológico segundo (p. 206).

⁷⁷ O significante é a imagem acústica, uma sequência de fonemas que remetem ao significado, que é o conceito ou ideia de alguma coisa (SAUSSURE, 1993, p. 80).

⁷⁸ Tabela criada por Barthes (2010, p. 137) e adaptada por Carbonaro (2015, p. 34).

O que é signo (isto é, a totalidade associativa de um conceito e de uma imagem) no primeiro sistema transforma-se num simples significante no segundo. (...) o mito apenas considera uma totalidade de signos, um signo global, o termo final de uma primeira cadeia semiológica. E é precisamente esse termo final que vai se transformar em primeiro termo ou termo parcial do sistema aumentado que ele constrói. Tudo se passa como se o mito deslocasse de um nível o sistema formal das primeiras significações (BARTHES, 2010, p. 205).

A ideia de mito de Barthes, baseada na estrutura da linguagem e em sua percepção, parece-nos bastante adequada para apresentar um conceito que é apenas uma narrativa, sem um lastro em experiências. Para o leitor da narrativa mitológica, o mito aparece como “uma totalidade inextrincável de sentido e forma” e ele acaba vivendo o mito “como uma história simultaneamente verdadeira e irreal” (BARTHES, 2010, p. 220)⁷⁹. O objetivo do mito não é esconder significados, mas deformar a sua percepção no segundo sistema semiológico: afastado de sua raiz de significado do primeiro sistema, a percepção do mito é como se ele fosse parte da realidade. Assim, o mito transforma um fato pontual, localizado historicamente em um determinado tempo e lugar, em algo natural, como se ele sempre estivesse existido, como “se a imagem provocasse *naturalmente* o conceito e o significante *criasse* o significado” (2010, p. 223)⁸⁰, colaborando para a percepção de destino comum e, como diria Paul Ricoeur, alterar a percepção temporal de quem vive o mito nacional. “O que leva à naturalização do mito é a tentação de observá-lo como um sistema indutivo, não um sistema semiológico” (CARBONARO, 2015). Barthes (2010), afirma que o leitor do mito vê, onde existe apenas um processo de equivalência, um processo causal: o significante e o significado mantêm, para ele, relações naturais (p. 223). Não perceber a ideia de comunidade nacional como um mito é o primeiro passo para sua naturalização como único destino possível da humanidade no início da Idade Contemporânea. Como mito, no entanto, ele consegue se atualizar no tempo, mudando suas bases de legitimidade e permanecendo como metanarrativa dominante ao longo dos anos.

A compreensão do grupo de elementos de construção do mito nacional ajuda no entendimento de como o conjunto de representações sociais é enraizado em nosso imaginário para formar a narrativa nacional. Por meio do monopólio da violência que possui em seu território, o Estado-nação desloca significados e separa os sentidos que lhes são mais

⁷⁹ Barthes (2010) fala apenas da absorção do mito em uma sociedade, não em relação ao mito nacional.

⁸⁰ Destaque do próprio Barthes (2010).

convenientes, impõe regras e formas de comportamento que possibilitem a reprodução de seu modelo no tempo, cria e recria a narrativa mitológica da nação para acelerar a reprodução do mito nacional (CARBONARO, 2015).

A força da estrutura do mito nacional aqui proposta está no fato de ele ser intrínseco a sua narrativa, o que o naturaliza também como História, diferente das propostas de mito mais comuns, que geralmente o definem como “narrações que tentam exprimir dimensões divinas ou sobrenaturais no entremeio da abordagem racional, buscando ser mais agradáveis e utilizando um discurso que dispensa demonstração” (COGO: NASSAR, 2011). Não que o mito mágico não seja também localizado no segundo sistema semiológico de Barthes, nem que contestamos a definição de autores clássicos do tema, como Joseph Campbell (1997) e Mircea Eliade (1972), do mito do Estado em Ernst Cassirer (2003) ou até mesmo o mito da nação cívica (YACK, 1998). O que queremos, na verdade, é tentar demonstrar que a visão narrativa da realidade nos leva a admitir que os mitos são parte até mesmo das estruturas que costumamos chamar de racionais, como o próprio Estado-nação. O mito, aqui proposto, tem sentido mais antropológico – como “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUI, 2012, p. 9) – do que etimológico, no sentido de “narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*)” (CHAUI, 2012, p. 9).

Esta é a beleza e o perigo da visão narrativa da realidade: partindo de premissas sem base no real, podemos construir grandes castelos de areia, que irão ruir à medida em que possamos verificar a ausência de fundação em suas construções. Isso também não quer dizer que ela não se manifeste concretamente em nossa vida cotidiana, quer dizer apenas que essa narrativa só existe porque o coletivo da humanidade assim o quis em um determinado momento e, sem refletir sobre sua origem, o reproduz no tempo como se fosse a única alternativa possível. Mitos como o nacional vinculam o presente a um determinado passado que, por não ser assimilado criticamente, nunca pode ser superado e acaba se repetindo no presente, em um mecanismo que Marilena Chauí (2012) chamou de *mito fundador*⁸¹.

⁸¹ O mito fundador “é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUI, 2012, p. 9). Neste sentido, Chauí (2012) classifica o mito fundador como um mito também

Os sistemas semiológicos de Barthes (2010) e sua proposta de mito nos permitem avançar um pouco mais, aprofundando nosso olhar sobre o mito nacional e tentando encontrar, em sua própria estrutura, os espaços para a absorção de novos significados que ajudam a criar sua estrutura mítica. Se retomarmos a Tabela 1 (p. 86), podemos observar um espaço semântico entre o que é dito e o que, de fato, a nação representa. Justamente nesse espaço que se formam o que Genette (1972) chamou de figuras narrativas

Vemos que aqui, entre a letra e o sentido, entre o que o poeta escreveu e o que ele pensou, se estabelece uma separação, um espaço, e como todo espaço, esse também possui uma forma. Chamamos essa forma uma figura e haverá tantas figuras quantas formas forem encontradas para o espaço formado entre a linha do significante (...) e a do significado (...), que é evidentemente apenas um outro significante dado como literal (GENETTE, 1972, p. 199).

Uma leitura concomitante do mito de Barthes e das figuras de Genette nos permite fazer um paralelo entre os dois conceitos, localizando as figuras de Genette como elemento central na passagem do primeiro para o segundo sistema semiológico de Barthes. Genette (1972) credita às figuras formadas entre os “signos virtuais” (equivalente ao segundo sistema semiológico) e os “signos reais” (primeiro sistema semiológico) a tarefa de estabelecer sua “equivalência semântica” (p. 200) na estruturação da narrativa. No caso das narrativas de país, o espaço figurativo se formaria por meio da contraposição da ideia de comunidade e de Estado-nação, entre a identificação solidária e espontânea e a comunidade nacional imaginada, ainda que essas diferenciações, já naturalizadas, sejam praticamente imperceptíveis para os indivíduos (CARBONARO, 2015). O próprio Genette reconhece que “a figura não é, pois, nada mais que a sensação de figura, e sua existência depende totalmente da consciência que o leitor toma ou não da ambiguidade do discurso que lhe é proposto” (1972, p. 207).

As figuras de Genette são, portanto, condições necessárias do cenário narrativo – ou diegese⁸² – que possibilita a identidade nacional. São elas que ligam as dimensões semânticas

psicanalítico, pois “como impulso à repetição de algo imaginário”, ele “cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela” (p. 9), o que parece bastante adequado à visão de mito proposta neste trabalho.

⁸² Segundo o *Oxford Dictionary of Literary Terms* (BALDICK, 2008, p. 90), a diegese é a realidade própria da narrativa, da história (*story*) contada pelo narrador. O tempo e o espaço da diegese, que definem o cenário narrativo, são aqueles vividos pelos personagens da trama, com os limites que lhes são dados pelo narrador, e independem da forma como ela é narrada ou lida.

da nação aos sentidos da narrativa da identidade coletiva que buscaremos encontrar nos temas para análise do discurso dos presidentes da República.

Para melhor compreender as figuras de Genette e sua função na estruturação do mito nacional, recorreremos a outro campo epistemológico, o da semiótica francesa. Alguns autores desse campo, sobretudo da “semiologia da conotação”, como apresenta Denis Bertrand (2003), que propõe um embate entre signo e significação no nível discursivo do texto, constituindo uma dualidade de níveis entre a tematização e a figurativização, sobretudo a partir da obra de Greimas, mas também em Courtés, Portier, entre outros autores (FIRMO; BATISTA, 2009). Para o Bertrand (2003), essa teoria propõe que “o sentido e o valor são literalmente filtrados e selecionados pelos crivos conotativos de leitura, significações secundárias que ocupam o primeiro plano na comunicação social” (p. 14), o que levaria a um distanciamento do signo e uma aproximação da significação. Assim, teríamos um nível temático, de natureza conceitual e ligada ao signo, que parte das abstrações e ações simbólicas; e um nível figurativo, que se referiria ao mundo natural, real ou construído.

Poderíamos afirmar, assim, que as figuras narrativas de Genette, em uma aproximação com a semiologia greimasiana, se formam no nível temático – que classifica e ordena a realidade – mas se manifestam no nível figurativo do discurso, que conteria os temas materializados, quando as figuras de conteúdo se tornariam figuras de superfície⁸³ (FIRMO; BATISTA, 2009). Visto dessa maneira, pode-se depreender que, neste trabalho, o mito nacional é constituído no nível temático, pois é ali que a narrativa organiza, ordena e classifica a realidade do Estado-nação e, também, onde se formam as figuras narrativas que definem a brasilidade, que buscaremos analisar nos discursos presidenciais. A materialização dessas figuras – seu nível figurativo – se dá nos próprios discursos que serão analisados. Essa passagem de um nível ao outro é feita, ao menos em parte, na inserção do discurso presidencial em uma lógica midiaticizada⁸⁴ (HEPP, 2014; HJARVARD, 2012). A partir dessa transição que

⁸³ As figuras de superfície são as manifestações visíveis da figurativização do discurso.

⁸⁴ A *mediatização*, no sentido que lhe é dado pelo dinamarquês Stig Hjarvard (2012), é definida como um processo pelo qual a sociedade está submetida ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Para ele, esse processo é caracterizado por uma integração da mídia às operações de outras instituições sociais que, em suas interações com a sociedade, assumem a própria lógica dos meios de comunicação, que passam a ser determinantes na construção de inúmeras narrativas, incluindo a narrativa nacional. A *mediatização*, como afirma Andreas Hepp (2014), refere-se não só à inter-relação entre as mudanças entre mídia e comunicação, mas também entre “cultura e sociedade” (p. 45). A *mediatização* ocorre quando a observação da interface entre atividade social e meios de

analisaremos a figurativização dos temas da narrativa identitária brasileira nos discursos presidenciais, buscando revelar suas estratégias para o rearranjo constante da narrativa do mito nacional.

A narrativa de país seria, nesta visão, um encadeamento de figuras temáticas, uma sequência de figuras narrativas que cria “um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso” (BERTRAND, 2003, p. 153), o que nos remete à rede simbólica formada pelas representações sociais de Moscovici. As figuras de Genette (e sua figurativização) funcionam, no discurso, como o elo entre o denotativo e o conotativo, entre o real e o percebido como realidade, o que nos permite dizer que elas são – do ponto de vista da teoria da narrativa – o que as representações sociais são para a teoria de Moscovici (CARBONARO, 2015).

O grupo de imagens que reproduz um complexo de ideias, formando o núcleo figurativo de Moscovici (como vimos acima), poderia, portanto, ser redefinido como um sistema de figuras narrativas encadeadas, formado no nível temático e naturalizando ideias e agregando imagens da narrativa de país. Tal núcleo figurativo é, portanto, exatamente o que se convencionou chamar de identidade nacional: um conjunto de representações sociais traduzidas em enunciados narrativos que, quando figurativizados, se materializam em discursos.

Uma vez estabelecida, a identidade coletiva nacional tenta se equilibrar entre os iguais, “irmãos” nacionais, e o diferente, agora materializado no estrangeiro; e ganha tanta proeminência que passa a ser, em pouco tempo, razão para viver ou morrer, como nos muitos conflitos que explodem na segunda metade do século XIX e, de certa forma, nas duas grandes guerras que marcam o século XX. O nacionalismo, que surge como um conceito revolucionário de autodeterminação dos povos, transforma-se em uma força conservadora junto com a estabilização da burguesia no poder, colocando *o outro* – o não-nacional – como elemento a ser combatido na dramatização que liga a mudança e a permanência da identidade narrativa proposta por Ricoeur. Com a ideia de um inimigo comum, também fica facilitada a percepção de um destino comum para todos aqueles que estão em determinado território, reforçando o

comunicação se torna necessária para a própria compreensão dessa atividade, o que não quer dizer que suas consequências possam, a partir disso, ser classificadas como positivas ou negativas. A midiatização, mesmo que indireta, institucionaliza as lógicas sociais e traz consigo dispositivos ligados tanto à narrativa do governo quanto da sociedade e da identidade de um país, por isso a importância de entender seu papel na rede simbólica da identidade nacional.

mito da comunidade ampliada e a necessidade de pertencimento ao território delimitado pelas fronteiras.

Esse embate narrativo que envolve a identidade nacional faz com que seu núcleo figurativo nunca seja consensual e esteja em constante embate na sociedade. As tensões constantes em torno do que significa ser nacional de determinado país criam as formações discursivas⁸⁵ – em termos foucaultianos – que são agrupamentos que vão direcionar as reflexões sobre a organização política, social e identitária em determinado território.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Tais formações discursivas serão orientadas pela mesma “vontade de verdade” seguidas pelo que, no início deste trabalho, chamamos de sistema coletivo de apreensão da realidade. Essa vontade de verdade tende, com o tempo, a eliminar os contradiscursos – ou as contranarrativas – “em prol da hegemonia de um discurso abrangente”, como descreve Mayra Rodrigues (2012, p. 12). Assim sendo, a narrativa nacional tende a expulsar não somente o estrangeiro das fronteiras concretas de nosso universo, nas palavras de Moscovici (2010), mas também as propostas identitárias alternativas, em um ciclo que se reforça ainda mais a ideia de homogeneidade da identidade nacional, garantida pela permanência de seu núcleo figurativo.

A identidade coletiva ligada à nação não é, porém, estática, pois não são estáticas as narrativas construídas a partir delas. A força dessa narrativa – e do mito nacional – está justamente em se adaptar às transformações que lhe são propostas, alterar as imagens e ideias a sua volta, sempre alternando e absorvendo os discursos circulantes de seu tempo. É isso que torna a metanarrativa nacional “fundamentalmente multidimensional”, como afirma Anthony

⁸⁵ As formações discursivas, trabalhadas por Foucault em *A arqueologia do saber* (2008), dizem respeito à concepção do discurso como modo de organizar a experiência humana em linguagem, o que fornece ao indivíduo os parâmetros do que seria ou não reconhecível como conhecimento. Elas não são, portanto, parte da estrutura do discurso, como os elementos de análise de Gérard Genette (1996) e Barthes (2010).

Smith (1997, p. 29) e corrobora Stuart Hall, em seu livro *Identidade Cultural e pós-modernidade* (2011)

As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. (...) Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos — “um sistema de representação cultural”. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da “ideia” da nação tal como representada em sua cultura nacional (p. 48).

Podemos afirmar, portanto, que a visão narrativa da realidade estabelece um enredo para as identidades do sujeito e, também, dos grupos, sendo essencial para a compreensão da identidade ligada à nação. Esta, por sua vez, deriva da ideia de mito nacional, formado por uma série de representações sociais criadas e compartilhadas em um grupo delimitado territorialmente pelas fronteiras do Estado, sendo reproduzida no tempo por formações discursivas que, apesar de se atualizarem no tempo, mantém sempre o mesmo núcleo figurativo, determinante para a identidade nacional.

3.5 O mundo do Estado-nação

A rede simbólica que sustenta a narrativa de país, criada para legitimar o Estado-nação, não se manifesta da mesma maneira em todos os locais – e nem poderia. Em busca de legitimidade, cada grupo de poder territorialmente delimitado pelas fronteiras nacionais encontra diferentes caminhos para reescrever seu passado. O fenômeno do nacionalismo, que se expande rapidamente e atinge praticamente todo o planeta em meados do século XX, tem caras diferentes e graus diferentes de comprometimento, a depender do percurso narrativo – e, portanto, comunicativo – encontrado para sustentar o novo Estado-nação.

Um primeiro tipo de nacionalismo, de acordo com Liah Greenfeld (2018), é o nacionalismo individualista. Derivado do nacionalismo inglês, com raízes no século XV, este nacionalismo se desenvolve a partir da identificação da palavra *nação* (elite) com o *povo*, como vimos acima, o que dá dignidade e orgulho à nova identidade que se formara. Este nacionalismo desenvolve uma narrativa que torna a liberdade e a igualdade necessidades humanas e se institucionaliza nas democracias liberais, caracterizadas por defender as liberdades individuais acima de qualquer outro valor. O conjunto de representações sociais desenvolvidas a partir de

então sustentam, até hoje, diversos dos valores defendidos por políticos de todo mundo, mas que vemos manifestado, sobretudo, na sociedade estadunidense e, com uma seletividade narrativa bastante interessante, no discurso econômico neoliberal.

Outro tipo de nacionalismo, desenvolvido principalmente na França revolucionária, foi o nacionalismo coletivista. Ao contrário do anterior, este nacionalismo se apoia não em uma identificação entre elite e povo, mas na constituição de ambos como agentes históricos coletivos que seriam diferentes e bastante independentes da soma dos indivíduos⁸⁶. Como resultado, Greenfeld (2018) afirma que o nacionalismo coletivista “tende a produzir democracias autoritárias, mais do que liberais, porque alguém deve intuir a vontade e os interesses da nação e *impô-los* à população”⁸⁷. O autoritarismo dessas democracias viria de um predomínio imposto pela elite cultural local, que se autoneomeia intérprete dos interesses coletivos e determina os rumos da sociedade. Como consequência desta visão de nacionalismo, teríamos o voto censitário, as restrições de educação e renda para cargos eletivos e uma série de fatores que são bastante presentes na história brasileira.

Os nacionalismos coletivistas podem ser de dois tipos, cívicos ou étnicos (GREENFELD, 2018). O tipo de nacionalismo depende muito de quais os elementos disponíveis para a construção do mito nacional. Em territórios em que o Estado se desenvolve com base em uma cultura nacional, no idioma, valores econômicos e políticos dos quais a população passa a se orgulhar, teríamos o nacionalismo cívico. Nos locais em que o principal argumento era uma herança biológica, independente da vontade individual, este seria um nacionalismo étnico. Já o nacionalismo individualista será sempre cívico, já que na narrativa da herança biológica não há espaço para particularidades individuais.

Tradicionalmente, o nacionalismo cívico é menos chauvinista, estando aberto a todos aqueles que querem ser parte da nação em questão. Foi assim no princípio da sociedade criada nos Estados Unidos, que receberam ondas de imigrantes que logo se tornaram estadunidenses e ajudaram a moldar a nacionalidade daquele país. Outro caso de nacionalismo cívico, porém coletivista, foi a França: o problema “racial” não estava colocado para aquela nação e a religião

⁸⁶ Em termos identitários, esta visão parece se aproximar da teoria de Durkheim (1978) e David e Bar-tal (2009) sobre a formação das identidades coletivas apresentados acima.

⁸⁷ No original, em inglês: “tend to produce authoritarian, rather than liberal, democracies, because someone must divine the will and interests of the nation and dictate them to the populace” (GREENFELD, 2018).

estava excluída do jogo político por lei, imigrantes eram recebidos de braços abertos, desde que aderissem aos valores da liberdade, igualdade e fraternidade.

O grande exemplo de nacionalismo étnico é, para Greenfeld (2018), a Alemanha nazista. Sua definição de nacionalidade estava sobretudo no sangue ariano, que não pode ser adquirido ou perdido em vida, o que faz nacionalismo sinônimo de raça. É interessante notar que, uma vez que a narrativa nacional não incorpora um passado cultural glorioso, há o desenvolvimento de certo sentimento de inferioridade, como aponta Greenfeld (2018). Esse sentimento estaria na raiz do ressentimento coletivo que, no caso alemão, se manifestou como um agressivo sentimento contra o *outro*, o estrangeiro e, sobretudo, contra os judeus⁸⁸. No equilíbrio entre o igual e o diferente no jogo da identidade, os argumentos biológicos de igualdade só se sustentam narrativamente exacerbando a diferença com os outros, traduzidos na xenofobia, no ódio ou na violência.

Esse sentimento de inferioridade em relação às nações estabelecidas não é exclusividade do nacionalismo étnico. Desenvolvidos distantes do centro que se consolidava na cultura ocidental, os nacionalismos periféricos também poderiam se enquadrar no mesmo esquema mental que levou os alemães a desenvolverem uma identidade autodepreciativa, ainda que suas consequências sejam bastante diferentes. A própria Alemanha, por sua unificação tardia como Estado nacional⁸⁹, desenvolveu sua narrativa de país em busca de ser parte do centro de poder. Caso parecido ocorreu com a Rússia czarista. Ao longo do século XVIII, a elite russa fez grande esforço para se adaptar às tendências que vinham do centro europeu, sobretudo da França, adotando ideias iluministas, principalmente no reinado da “déspota esclarecida” Catarina, a grande, entre 1762 a 1796. Contemporânea dos nacionalismos francês e estadunidense, buscam novamente o modelo ocidental como inspiração no século XIX, o que ajuda a criar uma

⁸⁸ Greenfeld (2018) apresenta um argumento de difícil verificação na prática e, certamente, este só poderia ter sido o caminho por um conjunto de fatores que determinariam os rumos do Estado alemão nas décadas de 1930 e 1940. Também é preciso ressaltar que a animosidade contra o povo judeu não foi uma invenção alemã, estando presente em diversos momentos da história europeia. Adotamos o sentimento ressentido da identidade periférica de que fala Greenfeld, mas com ressalvas quanto à forma que ele se manifesta nas ações coletivas de determinada população, que será definido pela narrativa nacional que for criada a partir dele.

⁸⁹ A unificação alemã só se deu em 1871, após a Guerra Franco-Prussiana.

narrativa nacional ressentida e instável, com consequências até em sua identidade contemporânea⁹⁰ (GREENFELD, 2018).

Regiões como a América Latina, que se tornaram independentes da metrópole no mesmo período em que se consolidava o Estado-nação na Europa, também poderiam ser incluídos nessa espécie de nacionalismo periférico⁹¹. Após quase três séculos de troca entre as identidades europeias, indígenas e africanas (no caso particular do território brasileiro), surgia um fato novo, um Estado independente que, dado o contexto, deveria desenvolver uma identidade própria e nacional, capaz de criar identificação coletiva e pertencimento suficiente para que seus habitantes tivessem orgulho e, eventualmente, dessem suas vidas para defender a pátria. Tendo, também, o modelo europeu como inspiração, mas sem os mesmos subsídios para reconstruir suas narrativas nacionais, as identidades criadas poderiam ser chamadas de ressentidas, assim como as russas e alemãs no século XIX.

Radcliffe e Westwood (1996), em suas reflexões sobre a formação dos Estados-nação na América Latina, argumentam que a nacionalidade da região foi proposta – ou imaginada – por três projetos diferentes e muitas vezes conflitantes: projetos intelectuais, militares e políticos. Tais propostas estão inseridas no mesmo debate que marcara os conflitos europeus, com acirrados debates em torno dos rumos que a sociedade deveria tomar, ora tendendo para a liberdade, ora para a segurança coletivas. Apesar da heterogeneidade das propostas, a América Latina é certamente marcada por um nacionalismo coletivista, dominado pelas elites que pretendiam um nacionalismo cívico, ainda que os preconceitos da época e a escravidão, principalmente no Brasil, criavam circunstâncias para o desenvolvimento de um nacionalismo étnico paralelo.

Algumas propostas, mais do que outras, vão encontrando seus caminhos narrativos, reformulando representações sociais que outrora foram negadas – como as identidades indígenas em muitos países andinos – e rescrevendo a cada nova circunstância seus passados, escolhendo novos heróis e buscando novos consensos coletivos para suas identidades nacionais.

⁹⁰ O livro *O fim do homem soviético* (2016), de Svetlana Aleksievitch, prêmio Nobel de literatura em 2015, mostra um bom panorama da identidade russa contemporânea.

⁹¹ É interessante notar que até mesmo como os que eram contrários à fragmentação das colônias espanholas na América, como Simon Bolívar descreve em sua Carta da Jamaica, de 1815, buscavam certa unidade nacional para o território, mas de forma ampliada. Segundo a visão deste trabalho, esta visão poderia certamente ter se consolidado como a visão narrativa predominante, caso tivesse sido implementada.

A absorção de identidades nativas à lógica do Estado é, no entanto, bastante controversa, sobretudo se considerarmos as reflexões feitas por Pierre Clastres em *A sociedade contra o Estado* (1978)⁹². O antropólogo francês defende a ideia de que a necessidade do Estado é uma invenção do mundo ocidental moderno, que vê a formação dessa determinada forma de organização social como uma evolução natural do homem, da mesma forma como critica Bobbio (1998). Assim, ver a sociedade indígena como uma sociedade *sem Estado* é, em si, um julgamento de valor e, como tentamos argumentar ao longo deste capítulo, parte de uma narrativa socialmente construída para justificar a existência do Estado, em primeiro lugar, e do Estado-nação, posteriormente. Sobre as sociedades primitivas, Clastres (1978) escreve

Elas demonstram uma capacidade de satisfazer suas necessidades pelo menos igual àquela de que se orgulha a sociedade industrial e técnica. Isso equivale a dizer que todo grupo humano chega a exercer, pela força, o mínimo necessário de dominação sobre o meio que ocupa. Até agora não se tem conhecimento de nenhuma sociedade que se haja estabelecido, salvo por meio de coação e violência exterior, sobre um espaço natural impossível de dominar: ou ela desaparece ou muda de território (p. 133; 134).

A concepção de uma sociedade sem Estado parece bastante estranha para todos nós que vivemos imersos nos conceitos do nacionalismo e da modernidade. No entanto, ela é apenas uma construção narrativa que se desenvolve paralelamente e com argumentos de dramatização, no conceito de Ricoeur, que possibilitam outros arranjos nas relações sociais. A própria percepção de tempo e espaço das sociedades indígenas é diferente, assim como sua percepção das necessidades cotidianas, de onde vem o preconceito desenvolvido nos tempos coloniais de que o índio é preguiçoso⁹³, por exemplo.

Caso interessante – ainda que muito diferente do apresentado por Clastres e bem mais próximo dos nacionalismos europeus – trazido por Greenfeld (2018) é o nacionalismo chinês⁹⁴. Seu passado imperial e o orgulho nacional desenvolvido ao longo dos anos, mas que só

⁹² Vale ressaltar que as sociedades nativas presentes nos Andes e na América Central desenvolveram sua própria cultura política, diferente dos indígenas que viviam nas florestas, aos quais se refere Clastres (1978).

⁹³ Clastres (1978) argumenta que, além da necessidade do Estado, a sociedade ocidental possui outro axioma, que surge como imperativo categórico: a necessidade de trabalhar. O antropólogo argumenta que essas sociedades desconhecem a imposição do trabalho pela força e, por isso, só trabalham no limite de suas necessidades. A ideia de sociedade indígena é o que os ocidentais chamariam de economia de subsistência, demonstrando até certo desprezo pelo trabalho e uma valorização do lazer como forma de vida.

⁹⁴ Este trabalho não se propõe a analisar a evolução do pensamento nacional fora do quadro ocidental. Não por preconceito ou por uma suposta irrelevância, mas por uma opção metodológica, já que o objetivo final é analisar os discursos presidenciais no Brasil, um país que é fruto da cultura política ocidental.

popularizaria de fato entre a população nos últimos 30 anos, possibilitaram a ascensão de um nacionalismo que, apesar de periférico, não tem o Ocidente como modelo. Com uma organização social e cultural bastante diferente, a China desenvolve também um modelo econômico próprio e encontra um caminho de rivalizar com as democracias ocidentais sem se submeter totalmente ao seu jogo de poder. Diferentemente dos latino-americanos ou dos russos, os chineses se reconhecem como parte de uma outra civilização e, portanto, não invejam os países desenvolvidos do Ocidente e, assim, não possuem o sentimento de inferioridade que marcou a formação das narrativas periféricas que abordamos anteriormente. Isso coloca o país asiático no centro do debate sobre o futuro do nacionalismo contemporâneo, sobretudo por seu sucesso econômico e político, que o credencia como um modelo alternativo de nacionalismo disponível como aparato ideológico que pode potencialmente ser seguido.

O debate sobre o nacionalismo chinês está conectado com a recente ascensão dos nacionalismos em todo o mundo. No entanto, tendemos a concordar com o que diz Greenfeld (2018) de que direcionar o olhar para o nacionalismo, neste momento, é – ao menos em parte – desviar o foco de seu ponto principal. A autora argumenta que a visão de que os movimentos conservadores e autoritários que ascenderam recentemente são nacionalistas parte de uma leitura superficial do mundo em que vivemos e da visão de que o nacionalismo surge das profundezas da natureza humana, que tenderia à defesa dos seus irmãos nacionais quase que naturalmente. Pois, se a realidade é narrativamente construída e o Estado-nação baseado em um mito, nada é parte da natureza humana, a não ser, talvez, seus instintos de sobrevivência. Faz-se necessária a compreensão de que os valores de liberdade, igualdade e fraternidade, a democracia representativa como a conhecemos – e defendemos – nos dias de hoje, nossa forma de organização social e política são todas construídas a partir do nacionalismo. Até mesmo o socialismo, que buscava uma internacionalização do ideal comunista, mostrou-se bastante nacionalista na prática, como vimos na URSS e no caso Chinês. É claro que o mundo está em constante mudanças e novos espaços de poder, com “fluxos informativos” e “redes digitais” que não reconhecem fronteiras e o poder do Estado (ROZA; CARBONARO, 2018), mas não parece estar no horizonte próximo o fim do Estado como conhecemos. Esse fenômeno de identificação do nacionalismo com os movimentos recentes é uma clara demonstração de como

as representações sociais do nacionalismo estão naturalizadas no coletivo social e como a identidade nacional é dada como natural, uma demonstração da força de sua narrativa.

Para aprofundar e compreender a ascensão desses movimentos políticos, devemos retirar a fumaça do nacionalismo de nossas reflexões e buscar as raízes práticas nas quais se baseiam suas narrativas. Muitas delas certamente se alimentam dos discursos nacionalistas de outrora, o que aumenta a sensação de que o problema seria o nacionalismo. Porém, assim como na Alemanha nazista, o nacionalismo serve tanto a um jogo de poder quanto à construção de uma narrativa legitimadora do Estado que se pretende criar. O nacionalismo está sendo usado como parte da dramatização narrativa dos que se sentiram excluídos por muito tempo das decisões coletivas de suas sociedades, e o problema parece estar muito mais na manipulação das representações sociais que já estão dentro do núcleo figurativo da identidade nacional – mesmo que seja de elementos que foram escamoteados ao longo da história – do que de fato em ser nacionalista ou não.

No caso do Brasil, acreditamos que a análise de conteúdo dos discursos presidenciais, em busca de suas propostas identitárias, seja um possível caminho para tentar entender o jogo de manipulação das representações sociais coletivas do que significa ser brasileiro. Antes de poder chegar aos discursos, no entanto, precisamos refletir sobre a invenção da nação brasileira, o que nos propomos no próximo capítulo.

4 A INVENÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Paralelamente às grandes movimentações na Europa e à independência dos EUA⁹⁵, as outras colônias da América também se agitavam. A invasão napoleônica à Península Ibérica, em 1807, causou impacto irreversível no mundo colonial americano⁹⁶. Napoleão interferiu diretamente na coroa espanhola e, por fim, nomeou seu irmão, José Bonaparte, como rei da Espanha. Questionando a autoridade do novo rei e aproveitando o momento de incertezas, as

⁹⁵ Além de ter sido o primeiro local que consolidara a ideia de República na modernidade política e materializara uma lista de direitos aos seus cidadãos, a independência das 13 colônias americanas da Grã-Bretanha simbolizou o fim da situação colonial como algo permanente (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

⁹⁶ O Haiti, que proclama sua independência em 1804 após uma revolta de escravos iniciada em 1791, não se enquadra nesta mesma narrativa, sendo caso único e específico em suas particularidades regionais. No entanto, a revolta escrava bem-sucedida e a formação da primeira república de africanos fora da África seriam um fantasma permanente na construção narrativa brasileira, constantemente evocada na política nacional do Império.

colônias espanholas revoltaram-se contra a coroa e proclamam sua independência⁹⁷. Em terras brasileiras, o poder instaurado também tinha sua legitimidade questionada constantemente, em movimentos mais ou menos engajados na ideia de separação do reino português.

Cogitado por muitas vezes em Portugal⁹⁸ e incentivado por seu grande aliado do momento, a Grã-Bretanha, D. João VI finalmente aceita transladar a corte para o Brasil para evitar a capitulação diante do exército napoleônico que ameaçava suas fronteiras. “Não eram indivíduos isolados que fugiam às pressas, e sim a sede do Estado português que mudava de endereço”, escrevem Schwarcz e Starling (2015, p. 163). Era preciso movimentar todo o aparato administrativo e burocrático da corte, “seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, arquivos e funcionários” (p. 163). A corte chegaria a Salvador em 22 de janeiro de 1808, após longos 54 dias no mar, e somente em 8 de março daquele ano desembarcaria no Rio de Janeiro. Assim se completaria a inversão no Império português, com a colônia se tornando o centro de todo poder da dinastia Bragança.

A presença da família real marcou profundamente a formação de uma identidade própria no território brasileiro. O colono português em “condição americana”, como descreve István Jancsó em *Brasil: a formação do Estado e da Nação* (2003), tinha sua imaginação condicionada a uma forte ligação com Lisboa, referência burocrática e ideológica que a fidelidade à casa de Bragança unia. Apesar dos trezentos anos de colônia, os laços de pertencimento com o território brasileiro eram ainda frágeis e, quando manifestados, pareciam aceitar sua subordinação à identidade europeia. Mesmo com a crise do Antigo Regime, os questionamentos pareciam muito mais direcionados ao aparato burocrático-administrativo do que, de fato, à autoridade do rei ou à condição de súdito português, fator determinante para a formação das representações sociais ligadas ao núcleo figurativo da identidade.

A presença da família real em território colonial quebra o equilíbrio político entre as regiões luso-americanas, instaura novas hierarquias entre os espaços sociais e obriga todos a se subordinarem ao Rio de Janeiro. Por outro lado, a mudança é motivo de orgulho para a

⁹⁷ Ao contrário do que aconteceria com a colônia portuguesa na América, o domínio espanhol se fragmentou em muitos novos Estados, em um debate que seria crucial para a narrativa de centralização do poder e busca por segurança no princípio da história brasileira.

⁹⁸ As historiadoras Lília Schwarcz e Heloisa Starling, em *Brasil: Uma biografia* (2015), datam de 1580, quando a Espanha invadiu Portugal, a primeira sugestão de mudar a corte para o Brasil.

identidade do colono “em condição americana”. Afinal, agora era da colônia que se controlava o vasto império português, com a abertura dos portos, a autorização da publicação de periódicos, a criação da imprensa régia e, principalmente, com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815.

A condição *americana*, que antes de sua instituição [do Reino Unido] expressava apenas um predicado genérico distinguindo, em conjunto, portugueses da Bahia, de Pernambuco ou de São Paulo dos de Portugal, encontrou no recém-criado Reino do Brasil a referência palpável da sua politização. O novo reino transformara, ainda que apenas no plano simbólico, um conglomerado de capitanias atadas pela subordinação ao poder de um mesmo príncipe numa entidade política dotada de precisa territorialidade, e de um centro de gravidade que, além de sê-lo do novo reino, era-o, também, de todo o império (JAMCSÓ, 2003, p. 26).

Orgulhosos de estarem nesta terra e com um novo referencial simbólico que lhes conferiam certo pertencimento, os colonos reforçam as diversas representações sociais que já estavam circulando em território brasileiro e ganham confiança na autoafirmação de suas raízes coloniais. Como afirma Jamcsó (2003), o Reino do Brasil “definia seus contornos como comunidade politicamente imaginável” (p. 27), dando subsídios para a formação da identidade nacional.

Foi necessária, porém, uma ruptura com Portugal, em 1822, para que a identidade brasileira pudesse ser, finalmente, almejada narrativamente pelos, agora sim, brasileiros. O momento, escreve Caio Prado Jr. (2010), “marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova” (p. 9). Ainda segundo Caio Prado, o momento nos oferece uma síntese do que foi a colônia e, ao mesmo tempo, uma “chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele” (p. 9).

Criou-se no plano das realizações humanas algo de novo. Este ‘algo de novo’ não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente, uma certa ‘atitude’ mental coletiva particular (PRADO JR, 2010, p. 10).

Mesmo ainda sob forte influência portuguesa⁹⁹, com representações sociais muito ligadas à antiga metrópole, e um rei português (D. Pedro I), a comunidade política brasileira que, antes, era apenas um desejo de alguns, agora ganha contornos de um Estado. Pode-se afirmar, portanto, que este é o momento de fundação da nacionalidade brasileira, mesmo que a nação demoraria a se consolidar. A fundação, escreve Marilena Chauí (2012), “pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar” (p. 9-10). A síntese de que fala Caio Prado servirá, então, de alicerce para a narrativa que se reorganizará a partir da independência. Este momento de formação, apesar de intimamente ligado às bases coloniais e já com certa “atitude mental coletiva”, ainda levaria algum tempo para consolidar seu elemento comunitário.

4.1 Os nacionalismos brasileiros

Uma vez proclamada a independência, coube às elites locais estabelecer as bases do novo Estado que surgiria¹⁰⁰. A opção por uma monarquia constitucional, diferente das repúblicas vizinhas, tinha como principal argumento a manutenção da unidade territorial e, assim, evitar a fragmentação que os vice-reinos espanhóis tinham experimentado. No entanto, ela também serviria como motivo de orgulho aristocrático e como forma de manutenção dos privilégios dos detentores do poder, interessados em implementar seu modelo de Estado e de nação.

O nacionalismo brasileiro nascia coletivista, seguindo os tipos de nacionalismos propostos por Liah Greenfeld (2018), com um claro predomínio da elite no comando da narrativa nacional. Apesar das instabilidades que marcam o I Reinado e o Período Regencial, a elite brasileira conseguiu garantir a unidade territorial, massacrou os movimentos sediciosos e impôs seu modelo ao novo território, criando à força o Estado-nação brasileiro e plantando raízes autoritárias que frutificariam em nossa identidade.

⁹⁹ “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora verdadeiramente traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida”, escreve Sérgio Buarque de Holanda (2016, p. 15), que complementa: “podemos dizer que de lá [de Portugal] veio a *forma* atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (p. 15).

¹⁰⁰ Como alerta José Murilo de Carvalho (1997), a tese de unidade das elites, presente, por exemplo, em Raymundo Faoro (2001), é de difícil comprovação prática. No entanto, acreditamos que haja certa convergência de interesses que acabam predominando narrativamente no país. Como destaca Florestan Fernandes (1976), é em torno do Estado que as classes dominantes se unificam para que seus interesses pudessem ser universalizados.

Esse predomínio da elite e o orgulho aristocrático não conseguiram eliminar o ressentimento típico dos nacionalismos periféricos¹⁰¹. Tendo a Europa, em um primeiro momento, e os EUA, logo depois, não apenas como espelho, mas como a materialização de um futuro que estaria próximo, a narrativa da identidade nacional é criada com base nessa contradição autodepreciativa: um sentimento nacional incipiente e uma pretensão intelectual europeizante, o local em choque direto com o universal sem que aquele possa, de fato, ser parte deste. Esse sentimento, que havia sido gestado nas narrativas sobre o território brasileiro na literatura de viagem durante três séculos¹⁰², é a figura narrativa mais presente nos *intérpretes do Brasil* e elemento central nos estudos do Pensamento Político Brasileiro, como ressaltam Lynch (2016), Lustosa (2004) e Brandão (2005). Voltaremos ao tema mais adiante.

Neste momento, cabe ressaltar que a mistura entre a identidade ressentida e o autoritarismo com que o Estado-nação se impõe sobre o restante da sociedade faz com que o nacionalismo coletivista aqui desenvolvido crie duas ramificações, ainda dentro da proposta de nomenclatura de Greenfeld (2018), ambas dominadas e controladas pela elite. Por um lado, há a proposta de construção de uma comunidade política e cultural dentro das novas fronteiras brasileiras, com um nacionalismo cívico, ainda que coletivista, que recebe de braços abertos imigrantes europeus e até japoneses, como os que chegaram no final do século XIX, mas que era essencialmente um nacionalismo branco. Este seria a materialização do Estado liberal pretendido, o “passado” dos Estados europeus que seriam parte do futuro comum daqueles que eram incluídos dentro desse nacionalismo que se formava. Esta era a narrativa que o Brasil da elite projetava como autoimagem e, ao mesmo tempo, como gostaria de ser reconhecida; é onde se forma o mito nacional pretendido pela classe dominante. Os políticos mais prudentes do império “não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão”, como descreve Sérgio Buarque de Holanda (2016, p. 328), que complementa: “e assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem em um mundo ideal

¹⁰¹ Seguindo a tese de Caio Prado Jr. (2010), o próprio “sentido da colonização” (p. 29), a forma de inserção da colônia brasileira no sistema internacional, sempre voltada para fora e nunca para as necessidades locais, ajudou a formar esse sentimento desfavorável ao orgulho nacional.

¹⁰² A contradição central, nas narrativas de viagem, é a existência uma natureza fértil e exuberante nas mãos de colonos degradados e pouco afeitos aos modos de vida dos europeus (FRANÇA, 2012).

de onde lhes acenava os doutrinadores de seu tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia” (p. 328).

Paralelo a ele, estaria uma estrutura que, para a narrativa central, seria apenas política e econômica, mas nunca deveria ser cultural. Formava-se, assim, um nacionalismo étnico com a missão de excluir o negro da reflexão coletiva da nação brasileira, ainda que ele fosse parte do Estado¹⁰³. Aparentemente, na mentalidade das elites brasileiras do século XIX, esta seria apenas uma narrativa provisória, que existiria até que o país ganhasse os contornos modernos necessários para se inserir na “harmonia da civilização”, para usar um termo de Mário de Andrade¹⁰⁴. Teríamos, assim, no século XIX, em um ambiente ainda muito agrário e dominado pelo campo, duas camadas de nacionalismos coletivistas convivendo no Brasil. O cívico, entre a elite e os brancos pobres, que se relacionavam sobretudo por um vínculo social específico, o favor; e o étnico, nas relações da sociedade civil com os escravos, excluídos da narrativa da comunidade cultural, em uma relação dada por meio da violência¹⁰⁵. Enquanto o projeto cívico garantia que o jogo de poder das elites fosse preservado, mantendo privilégios e comprometendo a distinção entre o público e o privado, o projeto étnico perpetuava o preconceito e a exclusão por cor da pele, com efeitos cruéis e duradouros no imaginário coletivo brasileiro.

As duas narrativas, que se pretendiam paralelas, se cruzam no final do século XIX, com o fim do regime escravagista. Vemos, neste momento, uma sobreposição do nacionalismo coletivista cívico sobre o étnico, agora impossibilitado por lei, mas que sobrevive como conjunto de representações sociais e, inclusive, segue forte no núcleo figurativo da identidade nacional brasileira em pleno século XXI. Almejando ser parte do liberalismo europeu ou estadunidense, o projeto étnico é escamoteado para que o país pudesse se incluir – ao menos narrativamente – no arco dramático dos modernos e “civilizados” Estados-nação ocidentais.

¹⁰³ Interessante a tese de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (2016), que fala da ausência de orgulho de raça dos portugueses, o que teria, inclusive, favorecido a miscigenação na colônia. Poderíamos deduzir, assim, que o racismo contra o negro teria se desenvolvido não em oposição a uma “raça” dominante, como no caso alemão, mas como estrutura social. Este ponto, no entanto, carece de maior aprofundamento, para o qual recomendamos o livro *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* (2012), da antropóloga Lilia Schwarcz.

¹⁰⁴ É curioso o caso dos indígenas no debate sobre as duas formas de nacionalismos que se formam no Brasil recém independente. Talvez por sua falta de força narrativa dentro dos centros de poder, ele parece excluído desse arco dramático e surge apenas como instrumento romântico de reconstrução de um passado idílico nacional.

¹⁰⁵ Voltaremos a este debate sobre as relações da elite com brancos livres e escravos mais adiante neste trabalho.

Essa sobreposição narrativa, imposta de forma autoritária, atualiza o mito nacional e o joga para um terceiro sistema semiológico¹⁰⁶, como se estivesse criando um novo mito fundador. Assim, o signo mítico do Estado-nação criado pela narrativa predominante, o Estado nacional branco, localizado no segundo sistema semiológico de Barthes, é esvaziado de seu conteúdo étnico (com ajuda da igualdade jurídica) e embutido finalmente com o sentido de uma comunidade ampla, que incluiria a todos dentro daquele território delimitado. Forma-se um novo presente para, a partir daí, reescrever novamente o passado.

Os negros, recém incluídos na narrativa nacional, no entanto, continuam excluídos da sociedade brasileira: em primeiro lugar, com o sentimento de alijamento do mito originário do Estado brasileiro, por não serem o outro desejado, os “civilizados” europeus; somado a ele, o sentimento de exclusão por não serem brancos, dentro do novo mito nacional que se articulava. Direcionados e condicionados pelas representações sociais e as figuras narrativas formadas entre os sistemas semiológicos estruturantes dos mitos nacionais, a elite continua a olhar para os europeus como seu futuro¹⁰⁷; os negros, por sua vez, passam a olhar os brancos como seu destino, não como cor da pele, mas como condição social de inclusão, o que nunca aconteceria de fato, apesar dos muitos avanços que vivemos nas últimas décadas¹⁰⁸. “Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder” (SCHWARCZ, 2019, p. 19).

Não pretendemos, nesta tese, analisar quais as figuras narrativas que estariam em cada um desses intervalos semiológicos. Este seria tema para um trabalho a parte. Porém, parece-nos bastante intuitivo pensar que o mito da democracia racial¹⁰⁹, por exemplo, é formado entre

¹⁰⁶ O próprio Barthes (2010) prevê a existência de inúmeros sistemas semiológicos, operando na mesma lógica mítica que a passagem do primeiro para o segundo sistema.

¹⁰⁷ Sérgio Buarque (2016) destaca a característica da burguesia lusitana que, pela facilidade de ascensão social, tinha aspirações e atitudes de nobreza, o que dava a ela o desejo de ser parte dessa nobreza e não, como seria o caminho do liberalismo democrático como ideologia burguesa, a vontade de desenvolver uma estrutura ideológica própria. Isso mostra que a forma mental de admiração e imaginação do futuro em outro lugar era parte da formação da própria identidade portuguesa, absorvida e atualizada na colônia.

¹⁰⁸ O mito, como vimos em Barthes (2010) e como também mostra o trabalho de Lévi-Strauss, tem a capacidade de se reproduzir no tempo, contra argumentos racionais e documentos que buscam negá-lo. Afinal, como escreve Schwarcz (2019), “muitas vezes é mais cômodo conviver com uma falsa verdade do que modificar a realidade” (p. 19).

¹⁰⁹ O termo, como explica Lilia Schwarcz em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019, p. 17), foi cunhado pelo antropólogo Artur Ramos, mas popularizado por Gilberto Freyre. Ainda segundo Schwarcz (2019, p. 18), o termo

o segundo e o terceiro sistema semiológico de Barthes. Ao tentar absorver a questão étnica no mito cívico da nação brasileira e apagar a questão racial de sua significação, naturaliza-se o preconceito, que se apega apenas ao aspecto de classe, muito melhor adaptado à conjuntura do capitalismo burguês ao qual nossa narrativa nacional aspirava¹¹⁰. Partido desde o início, o mito nacional se reproduz no tempo em busca de uma conciliação, sem nunca a encontrar de fato. As questões de classe, se sobrepondo narrativamente aos preconceitos de cor, marcam as relações de pertencimento, são figurativizadas em um outro preconceito que se quer, agora, apenas social e se manifesta na carência de ações para transformar a realidade concreta dos excluídos. Presos em uma narrativa mítica e elitizada de inclusão nacional (nunca realizada), nossa identidade ressentida não tem forças para combater os privilégios naturalizados e, com a certeza de um futuro promissor, excluimos a radicalização popular como alternativa.

Na ótica do embate crucial da modernidade, entre liberdade e segurança, a opção brasileira parece ter sido sempre pela segurança. No início, para a manutenção das fronteiras, para evitar a “haitização” das revoltas de escravos¹¹¹, mas que depois se desdobra em prevenir insurreições populares e manter a ordem e o progresso. A narrativa do país do futuro¹¹² e a consequente “hipertrofia do horizonte” resultou, como afirma Lynch (2016), “numa atrofia do peso conferido ao espaço das experiências”¹¹³, negando possíveis construções críticas anteriores, renovando a eterna busca por novidades (que nunca estão aqui, mas sempre em outro lugar), colaborando para que a parte estruturante da narrativa nacional não se alterasse substancialmente ao ponto de alterar as relações entre os agentes e, ao fim, as próprias estruturas sociais.

“mito da democracia racial” teria sido citado pela primeira vez por Florestan Fernandes em sua investigação, financiada pela Unesco sob influência do conceito de Freyre, que tentaria provar a inexistência do preconceito com base na cor da pele no Brasil.

¹¹⁰ Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo* (2010), fala que a diferença de raça vem “se não provocar (...) ao menos agravar uma discriminação já realizada no campo social” (p. 272). Não pretendemos, neste trabalho, debater quem é causa e quem é consequência. Acreditamos na existência de ambos, sendo o preconceito social presente até mesmo na relação entre a elite e o branco pobre ao longo do século XIX. O que buscamos é ressaltar a mudança de categoria pretendida pela narrativa da República, o que teria ajudado a criar o mito da democracia racial e, ao mesmo tempo, ainda trazendo uma afirmação de Caio Prado Jr. (2010) contribuído para “elevar e reforçar as barreiras que separam as classes” (p. 272).

¹¹¹ Apesar de, muitas vezes, ocultada na história nacional, as revoltas escravas eram constantes, como mostra o livro *Brasil: uma biografia* (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

¹¹² Stefan Zweig escreveu, em 1941, *Brasil, país do futuro* (2006), obra que certamente colaborou para popularizar o termo no imaginário coletivo nacional.

¹¹³ Ressaltamos a importância das narrativas da experiência no capítulo 2, item 2.3, deste trabalho.

A consolidação do núcleo figurativo da identidade nacional brasileira se deu, portanto, em um ambiente de disputas constantes, mas com predomínio da elite sobre as demais classes. Com a nação marcada por “heterogeneidades estruturais, desigualdades entranhadas e existência de grupos sociais com restritas possibilidades ou capacidades de secretar as instituições e valores” (BRANDAO, 2005, p. 255), coube aos ricos proprietários e à ascendente burguesia urbana¹¹⁴ moldar narrativamente os nacionalismos que seriam predominantes no país. Quando da proclamação da República (1889), um ano após a libertação dos escravos, Portugal já havia deixado de ser uma referência de pertencimento, e as questões brasileiras já eram tema recorrente da literatura e dos intelectuais da época¹¹⁵. Passemos, neste momento, a ver mais de perto as reflexões feitas pelos intérpretes sobre alguns temas que são causas ou consequências desses nacionalismos e que formarão as figuras narrativas que usaremos para analisar os discursos presidenciais.

4.2 A rede simbólica da identidade nacional brasileira

Tendo os nacionalismos e os mitos nacionais brasileiros como base, o que se propõe, neste ponto do trabalho, é uma reflexão sobre a manifestação da rede simbólica da identidade nacional na realidade brasileira; um breve debate, a partir dos *intérpretes do Brasil*, sobre as raízes da metanarrativa nacional. Assim, tentaremos apresentar alguns temas fundamentais que formam as figuras narrativas da brasilidade para, ao final, compreender melhor as escolhas feitas para aplicação no próximo capítulo.

Não pretendemos, no entanto, propor qualquer tipo de conclusão sobre a identidade nacional. Pesquisar e encontrar “os sentidos da história do processo civilizador do Brasil”, nas palavras de Carlos Guilherme Mota (2009, p. 13), exigiria tempo e dedicação incompatíveis com os objetivos aqui pretendidos. Como ensina Sérgio Buarque de Holanda¹¹⁶, no prefácio à

¹¹⁴ Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (2016), defende a tese de que a burguesia urbana só consegue, de fato, se desenvolver no Brasil com o fim da escravidão, em 1888.

¹¹⁵ A nascente brasilidade, no entanto, absorvera muito da identidade portuguesa e era uma continuidade da identidade do português em “condição americana”, mas agora reconstruía sua narrativa para se abrigar cada vez mais.

¹¹⁶ Não se tem a pretensão, de forma alguma, de estabelecer qualquer tipo de paralelo entre o renomado autor e o narrador desta tese.

segunda edição de seu livro *Visão do Paraíso*¹¹⁷ (1998), é preciso ter “ambições menos espetaculares e pretensões mais comedidas” (p. 9). Assim, o que importa não são as conclusões, mas os questionamentos, “as diferentes vias do possível, os encaminhamentos capazes de iluminar os caminhos”, como escreve Eduardo Portella, na abertura do livro *Interpretação do Brasil* (2015, p. 12), de Gilberto Freyre.

A análise crítica do passado, com o objetivo de melhor compreensão de suas influências sobre o presente, ajuda a desvendar o arco dramático formador da narrativa nacional e, apesar de seu caráter relativamente determinista, a identificar padrões de conduta, traços de identidade que relacionem comportamentos sociais e estruturas vigentes. São eles que formam o núcleo figurativo da identidade nacional e, na proposta deste trabalho, serão analisados nos discursos presidenciais. O debate sobre a identidade nacional, portanto, não é uma preocupação meramente acadêmica. Ele transcende os limites da universidade e permeia toda a narrativa de um país. O poder público estabelecido trabalha questões de identidade o tempo todo, seja para sua manipulação, em nome de um projeto de poder, seja para a formulação de políticas públicas que estreitem os laços entre governo e sociedade (CARBONARO, 2015). “As interpretações acadêmicas e políticas”, ressalta Gelson Fonseca (2004), “devem somar-se para a compreensão mais completa do modo como a sociedade se vê e dos rumos que pretende seguir” (p. 253). Essa é a modalidade de imaginação sociológica que nos interessa nos *intérpretes do Brasil* e à qual procuramos relacionar com o discurso dos presidentes da República.

Existem, hoje, dois campos distintos e complementares com foco nos estudos do pensamento brasileiro. O primeiro, conhecido como Estudos Brasileiros (ou *Brazilian Studies*), é mais sistêmico, sendo mais comum e aceito em institutos de estudos brasileiros fora do país. Seria um campo “amplo e eclético”, nas palavras do brasilianista Anthony Pereira (2012, p. 19, tradução nossa), e “de difícil definição”, segundo o professor Vinicius Mariano de Carvalho (2016, p. 344), mas que tentaria reunir acadêmicos de diversas áreas para realizar pesquisas conjuntas e tentar encontrar uma forma brasileira de pensar as ciências e a sociedade¹¹⁸. Mais estabelecido na Academia brasileira, o outro campo é conhecido como estudos do Pensamento

¹¹⁷ Sérgio Buarque comenta, na passagem do livro, sobre as afirmações de Charles L. Sandord sobre as visões do paraíso.

¹¹⁸ Este trabalho, de certa maneira, tenta dar uma pequena contribuição do campo comunicacional para os Estudos Brasileiros, sobretudo por meio dos estudos da narrativa de país.

Político Brasileiro (PPB), que procura organizar e sistematizar o que Gildo Marçal Brandão chamou de “linhagens do pensamento político” (2005), o que parece bastante útil para os objetivos aqui propostos.

Os estudos do Pensamento Político Brasileiro, como é conhecido na ciência política, teve outros nomes ao longo das investigações acadêmicas e obras não vinculadas à Academia. Em artigo publicado pela Revista Brasileira de Ciência Política, Lynch (2016) elenca alguns nomes que se referem ao campo: pensamento social brasileiro, pensamento político-social brasileiro, pensamento político e social brasileiro, história das ideias políticas no Brasil, interpretações do Brasil etc. Independente do nome dado ao campo, o estudo da comunidade política brasileira organizada possui alguns autores que buscaram compreender como e porquê, em sentido amplo e com pretensões totalizantes, foram produzidos os sentidos que definem a representação cultural de nosso país, aos quais chamamos de *intérpretes do Brasil*. Cada um a sua maneira e com diferentes pontos de vista, esses intérpretes tentaram influenciar o processo político de alguma forma e, assim, colaboraram para consolidar algumas representações sociais em nosso núcleo figurativo, além de criar outras representações, em uma relação dialética entre obra e sua manifestação na realidade simbólica do país.

Antes dispersas entre as diversas disciplinas, alguns acadêmicos fizeram esforços para consolidar o campo na Academia brasileira, tentando mostrar linhas de continuidade e rupturas entre os diversos intérpretes e tentar fornecer hipóteses de pesquisas para serem empiricamente testadas. Três estudiosos se destacam na tentativa de compilar as ideias contidas no Pensamento Político Brasileiro: nos anos 1960 e 1970, Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier e, a partir dos anos 2000, Gildo Marçal Brandão (LYNCH, 2016)¹¹⁹. Esses autores

¹¹⁹ Devemos reconhecer, no entanto, que muitos outros autores fizeram este esforço, embora os três citados sejam os mais reconhecidos por terem feito um estudo abrangente do campo. Vale mencionar os esforços de Guerreiro Ramos, com obras como *Esforços de teorização da realidade brasileira politicamente orientados de 1870 aos nossos dias* (1955) e os três primeiros estudos, segundo Lynch (2016), sobre Pensamento Político Brasileiro orientados por critérios específicos das ciências sociais: *A ideologia da jeunesse dorée* (1955), *O inconsciente sociológico* (1956) e *A ideologia da ordem* (1961). Também poderíamos citar Costa Cruz, com *Contribuição à história das ideias no Brasil* (1956); Djacir Menezes, com *O Brasil no pensamento brasileiro* (1957); ou, dentro dos estudos marxistas no Brasil, *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, de Dante Moreira Leite (1954); *Ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*, de Néelson Werneck Sodré (1961); e *Ideologia da cultura brasileira*, de Carlos Guilherme Mota (1977). Isso sem citar as obras de juristas e filósofos como Vamireh Chacon, Néelson Saldanha e João Camilo de Oliveira Torres, todos com obras publicadas nos anos 1960; e outros autores como Afonso Arinos de Melo Franco e Jarbas Medeiros, nos anos 1970, e até mesmo Vicente Barreto e Antônio Paim, anos 1980 (LYNCH, 2016).

organizaram o campo, propondo classificações e chaves de compreensão das diversas interpretações do Brasil e, assim, a narrativa da identidade nacional brasileira. Mesmo concordando com Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2015) que a questão da identidade não é algo que deve estar em constante debate¹²⁰, algumas questões permanecem inquietantes em nossa história. Isso não ocorre por um olhar preso ao passado, “são as relações sociais e políticas em curso na sociedade brasileira que nos interpelam constantemente a voltar às interpretações de que fora objeto no passado”, como explica André Botelho (2011a, p. 16).

O eixo temático central do Pensamento Político Brasileiro é, como afirmamos acima, a questão do descompasso entre as pretensões intelectuais da elite brasileira, que se via europeia, e a realidade brasileira, presa às questões particulares do país. Essa contradição seria, se tomarmos intérpretes como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, por exemplo, consequência da divisão internacional do trabalho e do papel que o Brasil ocupava enquanto colônia de exploração. O “sentido da colonização”¹²¹, de que fala Caio Prado Jr. (2010, p. 17), teria imposto restrições à formação autônoma da sociedade brasileira. Por um lado, a administração colonial não permitia o desenvolvimento de uma intelectualidade local e, quem tinha recursos para isso, educava seus filhos na Europa e buscava a “cultura” no velho continente, relegando à colônia brasileira apenas a exploração da terra e da gente. Por outro lado, a arcaica estrutura econômico-social herdada da colônia – escravista e voltada para a exportação – não combinava com a pretensão ideológica moderna, adquirida pelos jovens colonos, agora brasileiros, no contato com o “arsenal ideológico” que produzira as revoluções na Europa.

Desde o princípio, o Estado brasileiro, em sua busca pela construção da nação, é estabelecido sobre uma contradição fundamental, que marcaria profundamente a consolidação da nacionalidade brasileira. “A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição

¹²⁰ Lília Schwarcz e Heloisa Starling (2015), para ilustrar essa situação, escrevem: “a concordar com esse bordão, seríamos o país do imprevisto que dá certo, e também por aí se explicaria o provérbio (que mal esconde a certeza) ‘Deus é brasileiro’” (p. 17).

¹²¹ Em seu *Formação do Brasil Contemporâneo* (2010), Caio Prado Jr. defende a existência de certo “sentido da colonização”, percebido “no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais” (p. 19) que constituem um país em um longo período de tempo. No caso brasileiro, esse “sentido” seria a organização da colônia em função dos negócios coloniais portugueses, baseado no tripé escravidão, monocultura e latifúndio, e que estaria inserido como parte da reprodução mundial do capital. Para Caio Prado Jr., sem a compreensão desse “sentido” não se poderia entender o Brasil que surge após a independência.

milenar, é”, como escreve Sérgio Buarque de Holanda no primeiro parágrafo de *Raízes do Brasil* (2016), “o fato dominante e mais rico em consequências” (p. 39). Quer-se ser cada vez mais brasileiro, mas todos os modelos são europeus; a cultura está na Europa, mas a cultura europeia não pode ser a nossa (CARBONARO, 2015). Como equilibrar-se, para usar uma imagem de Gilberto Freyre¹²², entre Europa e Brasil se “de um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país”, como afirma Joaquim Nabuco (1970, p. 48), político e intérprete do Brasil do final do século XIX e início do XX. Nabuco, ainda em seu livro *Minha formação* (1970), complementa, em trecho que se tornou um clássico dos estudos brasileiros

As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Ápia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre. No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*¹²³, como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem (NABUCO, 1970, p. 48).

A “velha tragédia de Joaquim Nabuco”, como define o jovem Carlos Drummond de Andrade em carta a Mário de Andrade, escrita em 1924 (SANTIAGO, 2003, p. 57-59) – ou “moléstia de Nabuco”, como responde Mário de Andrade (p. 70)¹²⁴ –, traduz o mesmo sentimento manifestado por Sérgio Buarque de Holanda (2016), ao afirmar que somos “desterrados em nossa terra” (p. 39)¹²⁵. Assim, a formação do nacionalismo brasileiro é marcada

¹²² Gilberto Freyre apresenta, em *Casa Grande e Senzala* (2006), a ideia de um Brasil construído em um equilíbrio de antagonismos:

¹²³ O termo *squatters* significa “uma pessoa que vive em um prédio vazio sem permissão” ou seria “alguém que, no passado, ocupou terra que não o pertencia oficialmente para agricultura”, segundo o *Cambridge Dictionary on-line*. O sentido utilizado por Nabuco parece estar mais próximo desta segunda definição. Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/dictionary/british/squatter?q=squatters> (consultado em 25/07/2020).

¹²⁴ O livro de Salviano Santiago (2003) é uma coletânea de cartas entre dois dos maiores nomes da literatura nacional. O tema da formação acompanha muitas das correspondências, como a que o jovem Drummond, então com 22 anos, escreve fazendo diversos questionamentos ao já consagrado Mário de Andrade, nove anos mais velho. Andrade critica em Drummond a falta de “espírito de mocidade brasileira” (p. 50) e pede que ele “devote-se ao Brasil” (p. 51), assim como ele o fez. Drummond – que, posteriormente, viria a ser o grande poeta brasileiro do século XX – defende-se dizendo que ainda não é “suficientemente brasileiro” e que se sente como “um exilado” em um país que “não tem atmosfera mental” (p. 56), seguindo até confessar sofrer da “tragédia de Joaquim Nabuco” (p. 57-59). Militante das causas brasileiras, Mário responde relacionando o sentimento ao qual Drummond se refere à descoberta da doença de Chagas e o define como a “moléstia de Nabuco” (p. 70), defendendo o abasileiramento do Brasil como remédio. “Quando realizarmos o nosso acorde”, escreve Mário de Andrade, “então seremos usados na harmonia da civilização” (p. 70).

¹²⁵ O trecho completo de Sérgio Buarque (2016) é ainda mais esclarecedor dessa relação: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de

profundamente por esse sentimento de não pertencer – ao menos simbolicamente – ao território, o que gera uma grande contradição identitária, já que as identidades nacionais dependem fundamentalmente do território para se consolidar. “Não é mero acaso que num país com passado colonial, como o Brasil, a formação seja um tema recorrente”, ressalta Bernardo Ricupero (2011, p. 24), que complementa: “Ele [o tema da formação] indica a preocupação com o estabelecimento de um quadro social mais autônomo, nacional, que se contraporía à situação anterior de subordinação colonial” (p. 25).

O mito nacional inicia seu percurso narrativo – ou seu arco dramático – a partir de uma herança colonial, com forte influência da identidade lusitana na construção de nossas próprias representações sociais nacionais, mas tendo essa contradição como elemento central. Assim como na Europa, pretende-se um Estado Liberal¹²⁶, mas a realidade apresenta um quadro político-social arcaico e patriarcal, absorvido pelo trabalho escravo. Seria como se o Estado liberal burguês, no Brasil, fosse jogado para o segundo sistema semiológico de Barthes, sendo esvaziado de seu sentido original, racional, e tornando-se apenas o significante desse segundo sistema. Seu novo sentido seria dado pelas relações de mandonismo e clientelismo¹²⁷ que já dominavam a política local desde a colônia, formando um novo signo, um mito, uma espécie de Estado liberal patriarcal¹²⁸, em que a racionalidade e o interesse público são substituídos pelo capricho e o interesse pessoal, o que, quando figurativizado, teria grande influência na

civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (p. 39).

¹²⁶ O Estado Liberal é um modelo de Estado que tem sua capacidade de atuação limitada pelos direitos civis e políticos dos indivíduos, conhecidos na historiografia dos direitos humanos como “direitos de liberdade” ou direitos humanos de primeira geração. Segundo Portela (2011), são direitos que tem o indivíduo como titular e, por isso, são “oponíveis perante o Estado, que deve restringir sua intervenção na vida social para assegurá-los” (p. 692). Eles incluem os direitos à vida, à liberdade (de expressão, de reunião, de ir e vir etc.), à segurança e à propriedade, além dos direitos políticos.

¹²⁷ Mais adiante, nesta tese, apresentamos estes conceitos a partir do que escreve José Murilo de Carvalho (1997; 2011).

¹²⁸ Enquanto o Estado Liberal reforça a individualidade do indivíduo, o patriarcalismo reforça o coletivo de base familiar e afetiva, subordinado à autoridade paterna, que concentra o poder em suas mãos. No Brasil rural, “quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia” (DAMATTA, 1987, p.125). O conceito da família patriarcal no Brasil, que incluía escravos, como os agregados, amigos e parentes, foi tão marcante que teria predominado em toda vida social, com “sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 2009, p. 82). O debate sobre o papel da família patriarcal na formação do Estado brasileiro também está presente em Gilberto Freyre (2006), Darcy Ribeiro (2006), Raimundo Faoro (2001) e muitos outros *Intérpretes do Brasil*. Por aqui, teríamos a pretensão de um Estado Liberal, que dá forma às instituições, mas uma realidade patriarcal, que lhe dá o conteúdo.

predominância da elite sobre a narrativa nacional, corroborando a definição coletivista do nosso nacionalismo (CARBONARO, 2015). Neste mito do Estado liberal patriarcal brasileiro, vale lembrar, não existe lugar para o negro.

O embate em torno da narrativa brasileira se concentra, neste momento, tanto na formação da nação brasileira, tentando acomodar uma realidade local miscigenada em um ideal de nação branca e elitizada; quanto na formação do Estado brasileiro, em um debate sobre o tipo de instituição e de divisão regional que seriam mais adequadas para a realidade nacional, o que dividiu a elite entre liberais e conservadores ao longo do período Imperial. Influenciando-se mutuamente e mesclando-se em muitas obras, essas dimensões política e cultural marcariam toda a narrativa nacional no século XIX, sempre agindo sob os efeitos da moléstia de Nabuco.

4.2.1 Estado e nação na rede simbólica da identidade nacional

A experiência intelectual de formação da nação brasileira encontra, no século XIX, dois pontos principais de apoio: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado para construir uma história nacional, e o Romantismo literário, que estrutura uma base simbólica para a nacionalidade¹²⁹. O IHGB foi criado em 1838 para dar materialidade ao projeto de construir a história brasileira de forma sistemática, para “pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação” (GUIMARAES, 1988, p. 6). Seu objetivo principal era “estruturar e justificar uma nova nação” (SCHWARCZ, 2019, p. 13), criar uma narrativa para “produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras”, como destaca Manoel Salgado Guimarães (1988, p. 6), ao mesmo tempo em que pudesse inserir o país em uma tradição de civilização e progresso. “A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia” (GUIMARAES, 1988, p. 8).

¹²⁹ Lilia Schwarcz, em *As barbas do imperador* (1998), destaca a participação do monarca no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, e no Romantismo brasileiro, em busca de uma unidade cultural que poderia favorecer a consolidação do vasto e diverso território nacional. Dom Pedro II incentivou, também, artistas plásticos, dando importante impulso à Academia Imperial de Belas Artes, e a ciência, patrocinando diversas pesquisas sobre o Brasil.

A estabilização do Império e a ascensão de D. Pedro II ao trono, a partir da década de 1840, também deu novo impulso ao instituto. O imperador brasileiro passa a ser seu protetor direto e a financiar estudos que pudessem dar ao país um caráter de um Estado “iluminado, esclarecido e civilizador” (GUIMARAES, 1988, p. 10). Consolidava-se, assim, uma estrutura de pensamento que colocava a nação brasileira como representante da civilização do Velho Continente no novo mundo e excluía deliberadamente os que não são portadores da civilização: índios e negros. “O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência que o conceito se propunha no espaço europeu” (GUIMARAES, 1988, p. 7). Este é o projeto do nacionalismo cívico brasileiro, elitista e excludente desde seu princípio, mas que se ancorou no imaginário coletivo nacional e se materializou em diversas formas estruturantes das relações sociais do país.

Para cumprir sua missão, em 1844, o IHGB abriu um concurso público para propostas sobre “como se deve escrever a história do Brasil”. Como mostra a antropóloga Lilia Schwarcz (2019), “tratava-se de inventar uma nova história *do e para* o Brasil” (p. 13)¹³⁰. O vencedor do concurso foi, ironicamente, um estrangeiro: o naturalista Karl Von Martius (1794-1868). Apesar de sua visão de superioridade branca, condizente com a proposta do IHGB, Martius ficou conhecido por propor, pela primeira vez, que a brasilidade reside na miscigenação das três raças, o que seria consolidado anos mais tarde, por Gilberto Freyre. “O português se apresenta como mais poderoso e essencial motor”, escreve Martius (1956), “mas também de certo seria um grande erro para com todos os princípios da Historiografia pragmática se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados” (p. 442). Por fim, o autor deixa ainda mais clara sua visão de superioridade da raça portuguesa: “o sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver pequenos afluentes das raças índia e etiópica” (p. 443).

O IHGB cumpriu firmemente o papel para o qual foi criado, tratando de dar suporte histórico e científico a um determinado Brasil, divulgando uma história grandiloquente e patriótica, mesmo que, por vezes, tivesse que sacrificar a pesquisa mais descomprometida para eleger textos que funcionavam como propaganda do Estado. Formava-se, assim, “um certo Brasil, uma determinada utopia, com a qual convivemos até os dias de hoje como se fosse realidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 19). A narrativa mitológica do um Estado liberal patriarcal

¹³⁰ Destaques da autora.

branco brasileiro é um ótimo exemplo de manipulação do tempo histórico e rearranjo dos fatos para, a partir do presente, moldar um passado que justifique as estruturas de poder daquele momento.

Outro ponto importante para a consolidação da nação brasileira foi a literatura que, assim como a formação da sociedade brasileira, ganha corpo em 1822, com a independência, mas se fortalece somente no fim do I Reinado e a volta do “príncipe português” (D. Pedro I) para a Europa. Juntamente com o movimento histórico do IHGB, houve um esforço sistemático da literatura nacional para a construção de um conjunto de visões que pudessem dar ao Estado seu caráter comunitário nacional, ainda que segregado. Sua preocupação central era dar ao Brasil uma versão diferente da Europa, mas que pudesse ter legitimidade perante a civilização europeia. Antonio Candido, em sua *Formação da literatura brasileira* (2009), localiza os primeiros lampejos literários de esboço nacional com os arcadistas Tomás Antônio Gonzaga e Basílio da Gama, na segunda metade do século XVIII, mas nossa tradição literária só teria se estruturado de fato com o Romantismo, no século XIX.

Absorvidos pela periferia, os temas do Romantismo europeu – revolucionário e crítico ao sistema – são adaptados à realidade nacional e se tornam instrumentos de construção da nacionalidade. Mesmo sob influência europeia, temas brasileiros, com linguagem própria, começam a surgir na literatura nacional. José de Alencar, em *O Guarani*, retrata o índio como protagonista da nação, ainda que de forma bastante estereotipada¹³¹; outros autores românticos produziram romances históricos, regionalistas e urbanos. Apesar de estar clara a influência e a relação com a cultura europeia, esse conjunto de obras conseguiu, ainda na visão de Antonio Candido (2009), produzir uma síntese do que seria o Brasil até aquele momento. O próprio Machado de Assis (1959), em seu texto *Instinto de nacionalidade*, publicado em 1873, reconhece como “primeiro traço” da literatura nacional “certo instinto de nacionalidade” e, indo além, chama o movimento de “esta outra independência”, que não seria feita em um dia, mas “pausadamente, para sair mais duradoura”, construída pelo acúmulo de muitas gerações, que “trabalharão para ela até perfazê-la de todo”. Como descrito por Carbonaro (2015), porém, o tema central ainda não era a interpretação do Brasil, mas sua formação. “Como no resto da

¹³¹ Outro bom exemplo está em *Iracema* (1867), livro e personagem de José de Alencar que representaria a América e morreria para que a nova nação perpetuasse por meio de seu filho, um mestiço.

América, tratava-se mesmo de fazer com que a independência política fosse seguida pelo que alguns chamam de emancipação mental” (RICUPERO, 2011, p. 21).

O paralelo entre a formação da literatura e da sociedade brasileiras é bastante elucidativo dos movimentos que construíram o caráter nacional. Não à toa, as obras de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade e tantos outros autores figuram frequentemente nesse tipo de estudo. O processo de formação, que nos remete ao termo alemão *bildung*¹³², é sempre dialético na integração entre sujeito e sociedade, por isso é fundamental nos debates sobre identidade, incluindo a identidade nacional. Esse processo se dá pela incorporação crítica do passado, ainda que sempre narrativamente acessado pelo presente e se projete na esperança de futuro. Para a formação de um sistema literário, segundo Antonio Candido (2009), faz-se necessário um conjunto de obras, que sejam debatidas por uma sociedade civil relativamente consolidada, capaz de produzir uma continuidade entre seus autores, que, por sua vez, devem estudar e incorporar dialeticamente a tradição anterior – como fez Machado de Assis¹³³ – para produzir uma síntese que supere suas contradições. O que Candido (2009) propõe é a necessidade de um adensamento das relações entre obras, autores e leitores, com a verificação crítica do passado, o que só seria possível em um processo de formação da cultura nacional (CARBONARO, 2015).

Pode-se dizer, portanto, que a nação brasileira se forma ao final do século XIX, ainda que mantenha seu aspecto mítico, ressentido, excludente e racista. “A penosa construção de nós

¹³² O conceito de *bildung*, desenvolvido na Alemanha no final do século XVIII e início do XIX, é um processo dialético de constituição de uma identidade, necessário para criar pertencimento para um sujeito que nasce sem vínculo com a sociedade – momento de transição em que o homem se torna “sem lugar”. Esse processo de formação pressupõe uma busca de si mesmo, tendo em vista a integração do sujeito com a nova sociedade, a sociedade burguesa pós-Revolução Francesa, por meio do acúmulo de experiências e da alteridade (o embate com o outro). Esse sujeito, no entanto, não pode se formar sem que a própria sociedade se forme: quando o sujeito se forma é sinal de que a cultura se formou.

¹³³ Machado de Assis realiza, em sua obra, uma grande síntese do momento de formação da literatura nacional (CANDIDO, 2009). Ele teria incorporado, em larga escala e de forma crítica, seus antecessores e rompe conscientemente, pela primeira vez, o ritmo descontinuado de nossa vida intelectual. Abordando diversas contradições estruturais brasileiras, suas obras conseguem sintetizar bem o local e o universal, sobretudo nos cinco romances da maturidade (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*), que possuem forte intencionalidade histórica. Antonio Candido (2009) aponta que, nesse momento, a literatura se forma, mas não a sociedade, por isso a dificuldade de compreensão de suas obras à época. Machado foca suas obras maduras no século XIX para mostrar as contradições herdadas da colônia e renovadas no século XIX; demonstra certo pessimismo para o futuro brasileiro, que tenderia a renovar constantemente suas contradições.

mesmos se dá na dialética entre o não ser e o ser o outro”, escreve o crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes (1973, p. 58). No embate entre “o não ser e o ser o outro”, conseguimos construir um passado idílico, repleto de harmonia, mas que não funcionaria para todos os brasileiros. Quando da refundação do mito nacional, no terceiro sistema semiológico de Barthes, a contradição do mito fundador da nacionalidade se exacerba ainda mais, tentando naturalizar estruturas de mando e de obediência, com reflexos no conjunto de representações sociais de auto identificação dos brasileiros, nossa identidade nacional.

O problema, para alguns Estados recém-independentes do Novo Mundo como o Brasil, era que a rede simbólica estava ainda muito frágil e artificial. Tobias Barreto, filósofo e escritor brasileiro, afirmou, em 1877, que “entre nós, o que há de organizado é o Estado, não é a nação” (LIMA, 2009, p. 108), demonstrando a necessidade de vínculo entre as duas partes para se formar a identidade nacional. “O Estado”, diz Anthony Smith (1997), “era a condição necessária e a matriz para a gestação das lealdades nacionais” (p. 81). Como toda construção narrativa e simbólica, o mito nacional se materializa na realidade, criando uma estrutura burocrática que serve ao jogo de poder instaurado e se presta a dar suporte para a construção da narrativa oficial. O principal embate que se dá, neste campo, ainda no século XIX, é sobre a natureza das instituições que deveriam ser implementadas no novo Estado brasileiro. Na contradição entre as ideias que ajudavam a consolidar novos Estados-nação pelo mundo e a realidade nacional, os políticos brasileiros se dividem em liberais e conservadores, sendo estes contrários – ou menos afeitos – à implementação direta das instituições liberais e favoráveis à centralização do poder, enquanto aqueles defendem a possibilidade da coexistência de um sistema enrijecido pela escravidão e relações clientelistas com as instituições liberais, em um Estado que deveria também dar mais espaço para as oligarquias regionais.

O que nos interessa, no entanto, é o que está por trás desse debate sobre as instituições brasileiras. O jogo que se trava, afinal, é onde se deve localizar a soberania do novo Estado brasileiro e, neste ponto, parece que liberais e conservadores concordam que ela deve estar no poder instaurado, ressaltando o caráter coletivista de nosso nacionalismo. Este era formado por diversas forças políticas: os liberais, de um lado, os conservadores, do outro, e o imperador ao centro, com a função de dar equilíbrio aos poderes por meio de seu Poder Moderador. Como afirma Maquiavel em *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1994), a Política é

resultado direto das ações dos homens e, na maioria dos Estados que se formavam no século XIX, sobretudo os de nacionalismo coletivista, era a elite detentora do poder quem tinha capacidade de ação política. Assim, mesmo com suas divisões internas, a elite brasileira é quem determina os rumos do Estado com pouco espaço para as vontades coletivas da sociedade civil.

Pode-se afirmar, portanto, que a elite brasileira opera na própria lógica do príncipe maquiaveliano, impondo uma tecnologia de dominação que teria como objetivo “fazer com que os súditos não tenham condições de nos prejudicar e nem sequer de pensar nisso” (p. 557), conforme afirma Maquiavel (1994). Isso não significa, no entanto, que a soberania ainda seja confundida com a figura desse mesmo príncipe. Como em Hobbes, a soberania nacional é abstrata e localizada no conjunto de elementos que compõem o poder nacional ao longo do Império brasileiro. Seria como se o conjunto de pessoas que viviam no território brasileiro tivessem atribuído voluntariamente à elite nacional o exercício da soberania, formando o Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, elegendo a elite governante como representante de sua vontade coletiva. Entretanto, como discutido no ponto 3.3.2, o próprio conceito de soberania em Hobbes está baseado em um outro mito, o mito do Leviatã.

O Estado brasileiro nasce com a pretensão de um Estado liberal, mas sem ter incorporado a visão do liberalismo, não do liberalismo proposto por Jonh Locke. O filósofo inglês vê como problema fundamental para o homem em estado de natureza a falta de um juiz que seja justo, para evitar a predominância do mais forte. Este seria o fundamento do contrato entre os homens para a vida em sociedade. O que vemos, no Brasil, é justamente um sistema feito sob medida para que a vontade do mais forte sempre prevaleça, em uma cruel estrutura social que está baseada no sistema escravista, em um primeiro momento, mas que se consolida em um Estado patriarcal e patrimonial, marcado por relações de mandonismo e clientelismo que se desdobram em uma violenta sociedade, em que privilegiados se encastelam em busca de segurança enquanto os mais pobres lutam por sua sobrevivência.

No debate sobre o Estado moderno, a experiência brasileira mostra que os arranjos mais diversos são possíveis e, mais uma vez, justifica o porquê de o Estado-nação ter como base um mito. Somente uma estrutura mitológica seria capaz de dar praticidade à lógica de dominação que se impõe com a formação dessa nova modalidade de governo e sociedade. Este mito, no entanto, não possui a mesma estrutura em todas as sociedades. Ele é fruto da experiência de

cada localidade, com seu jogo de poder particular, que cria diferentes conjuntos de representações sociais que se manifestam em identidades também muito díspares, ainda que todas recebam o nome de identidade nacional. Dar o mesmo nome a relações tão diferentes é, também, uma forma de consolidar a realidade de poder local em contato com o universal. Se o mundo todo agora se divide em Estados nacionais, por que nós seríamos diferentes? Assim, ainda no século XIX¹³⁴, todos são enquadrados como Estados nacionais, modernos e liberais, ainda que estruturalmente tenham particularidades que afastariam algumas realidades dessa modalidade de organização social. Como é de praxe nos mitos, eles acabam se materializando e se adaptando às realidades pretendidas, vão se moldando dentro do conjunto de representações para de fato parecerem o que querem parecer e, hoje, não há como questionar a divisão global em Estados-nação.

Retomando o debate sobre a formação do Estado brasileiro no século XIX, seria um equívoco afirmar, no entanto, que o aparato burocrático estaria desassociado da sociedade, como fazem Wanderley Guilherme dos Santos (1978) e Bolívar Lamounier (1977). O Estado só existe se vinculado à ordem social¹³⁵ (RICUPERO, 2011, p. 40), mesmo que seja para agir contra ela. A divisão entre Estado e sociedade é, também, fundamental para compreender o debate entre liberais e conservadores no Brasil, como ressalta Sallum Jr. (2011). O jurista e ensaísta Oliveira Vianna identifica essa divisão como sendo dos idealistas constitucionais, os liberais, e os idealistas orgânicos, conservadores. Gildo Marçal Brandao (2005) explica que, para os primeiros, a forte presença do Estado “sufoca e fragmenta” a sociedade, já os segundos afirmam o “caráter inorgânico da sociedade” e, por isso, defendem um Estado forte “que a tutele e agregue” (p. 248). Brandao ressalta, no entanto, que ambos veem o Estado como central na formação da sociedade brasileira.

Dentro de suas “linhagens do pensamento”, Brandão (2005) identifica como idealistas orgânicos o político do século XIX Paulino Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, além do próprio Oliveira Vianna e o escritor e jornalista Azevedo Amaral. Estes acreditariam que o

¹³⁴ Os territórios coloniais, que só completariam seu processo de independência nos anos 1970, certamente estão fora deste quadro descrito.

¹³⁵ A oposição entre Estado e sociedade em Santos (1978) e Lamounier (1990), assim como o vínculo entre eles descrito por Ricupero (2011), refere-se à realidade brasileira no século XIX, mas demonstra também as diferentes visões dos autores.

Estado deveria se ajustar à realidade brasileira, impor sua autoridade e ser seu grande articulador para evitar a temida fragmentação do território. Oliveira Vianna, comentando sobre a colônia em *Populações Meridionais do Brasil*¹³⁶ (2012), localiza a força motriz de nossa história no “clã rural”, um grupo social “que se constitui, desde o primeiro século, no campo, em torno e sob a direção suprema do grande proprietário de terra” (p. 210). Assim, ao redor da grande propriedade e tendo a escravidão como elemento disciplinador da mão de obra, estabelece-se um padrão patriarcal de mando, estando os homens brancos e livres dependentes deste para se articularem socialmente. Estas relações, segundo Vianna, não permitiram desenvolver a solidariedade necessária para a formação da nação no Estado recém independente, cabendo à Coroa ser este elemento articulador. Seria o imperador o único capaz de garantir a unidade nacional contra os particularismos locais, garantindo maior liberdade dentro do Estado que se formara. Este, segundo Brasílio Sallum Jr. (2011), é o centro da crítica de Vianna aos liberais, que queriam simplesmente importar instituições construídas em outras realidades para o país, o que só tornaria o Brasil refém dos poderes locais e de seus interesses privados.

Já Tavares Bastos, no Império, Rui Barbosa, na República Velha, e Raymundo Faoro, mais recentemente, seriam representantes do idealismo constitucional, ainda segundo Brandão (2005). Desta perspectiva, aponta Sallum Jr. (2011), o Estado não seria a solução para a falta de organicidade da sociedade brasileira, mas sim o problema. Seria necessário diminuir o peso do Estado sobre a sociedade para que ela pudesse desenvolver o associativismo, a representação política livre, a opinião pública e as liberdades individuais. Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*¹³⁷ (2012) localiza a soberania do Estado, na colônia, no estamento burocrático, no que seria um Estado tipicamente patriarcal¹³⁸. Diferentemente de outros intérpretes, Faoro vê os donatários das capitanias, proprietários de terra e bandeirantes como agentes da Coroa portuguesa, embora não sejam funcionários. O estamento burocrático teria privilegiado, ao longo da colônia, os comerciantes portugueses, tendo os proprietários ascendido ao poder somente após 1808, com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro. Assim, a nação brasileira teria se manifestado em poucos momentos e, por isso, estaria sufocada pelo peso do Estado. O

¹³⁶ Sua primeira publicação data de 1912.

¹³⁷ Primeira edição publicada em 1957.

¹³⁸ Falaremos mais sobre o conceito de patriarcalismo adiante neste trabalho.

período da República Velha teria sido uma pequena manifestação da sociedade civil, logo controlada pelo golpe varguista de 1930.

Como se pode notar, as duas vertentes do pensamento apresentadas estão fortemente vinculadas a uma visão em que o Estado determina os rumos da sociedade, não seu contrário. Nem teria como ser diferente. A deficiente formação da nacionalidade brasileira parte do mito nacional brasileiro, fraturado entre o nacionalismo cívico e étnico, mas que se pretende comunitário e inclusivo. Somente sendo dirigido do alto, imposto de forma autoritária, é que a ilusão da nação brasileira, cívica e branca, poderia sobreviver. Devemos, então, buscar compreender qual o percurso narrativo que forma esta elite e dá a ela mecanismos para sustentar o mito nacional fraturado ao longo do Império e, quando ele estava por ruir, se rearticular para propor uma nova interpretação do mito sem fazer a necessária assimilação crítica do passado para então projetar a nação brasileira no futuro. O que se logrou fazer foi reinventar – ou reimaginar, para usar o termo de Benedict Anderson – uma nação idílica, agora incluindo todos aqueles que estavam em seu território, para garantir aos privilegiados se não os mesmos privilégios, ao menos privilégios parecidos, conservando muitas estruturas sociais arcaicas, ainda que sobre bases mais modernas.

4.2.2 A formação da elite brasileira

Apesar da afirmação de Raymundo Faoro sobre o estamento burocrático, a maioria dos *intérpretes do Brasil* identifica a formação de uma elite local quase independente da metrópole, sobretudo nos primeiros 150 anos da colonização. Além da falta de recursos de Portugal, que ainda não havia encontrado metais valiosos em sua colônia americana, o reino viveu uma situação inusitada entre os anos de 1580 e 1640, com a União Ibérica. A quase ausência do Estado português no continente americano possibilitou a concentração de poder nas mãos de poucos produtores, que tentam viabilizar a empresa colonial com grandes plantações, trabalho escravizado e monocultura para exportação, gerando a concentração de terras, capital e poder político nas mãos de um reduzido número proprietários. Essa foi a realidade da produção de açúcar nos séculos XVI, XVII e XVIII, sobretudo no litoral de Pernambuco e da Bahia, mas a mesma lógica pode também ser observada na expansão do café no Rio de Janeiro e São Paulo,

no século XIX, já que o modelo era parte, como vimos em Caio Prado Jr., do próprio “sentido da colonização”.

Cria-se, na colônia, o que a antropóloga Lilia Schwarcz (2019) chama de “aristocracia meritória”, com títulos de nobreza concedidos por serviços prestados à Coroa portuguesa ou obtidos por meio de pagamento, mas que nunca eram hereditários. Sem ligações reais com a fidalguia lusitana, a elite local vivia apenas uma pretensão de nobreza, já que a maioria dos colonos era formada por cristãos novos, comerciantes e imigrantes com recursos suficientes para empreender nas “terras virgens” da colônia. Apesar de ser apenas uma “pretensão”, os grandes proprietários viviam como verdadeiros nobres: administrando os negócios da família, usam escravizados para todo tipo de serviço braçal, seus filhos e agregados ocupam cargos na administração pública e, dada a lógica de seus relacionamentos, levam a família para dentro da máquina do governo (SCHWARCZ, 2019).

Agregados em torno do chefe da família, geralmente conhecido por alguma história edificante e reconhecido como um *pai*, bondoso com os próximos, severo com quem não faz parte do círculo, sobretudo com os escravos. Assim se estrutura a sociedade patriarcal brasileira, com o *pai* concentrando o poder de mando dentro da família, com as mulheres cumprindo papéis secundários e o respeito às hierarquias como parte da ética do relacionamento doméstico. Esta família, por sua vez, é compreendida como a família estendida – ou “família alargada”, nas palavras de Freyre (2006) –, com inúmeros agregados, parentes e criados, além dos escravos, como dependentes e obedientes do poder de mando deste *pai*. O chefe da família é, também, quem dialoga com o poder colonial e a quem é delegado a função de representação da metrópole na colônia, o que expande seu poder para além das cercas de sua propriedade. A família patriarcal torna-se, assim, a formação básica das elites brasileiras¹³⁹ até o final do século XIX, estendendo seu poder a vários pontos das relações com as comunidades locais.

¹³⁹ A maioria dos intérpretes reconhece a importância da família patriarcal para a formação do brasileiro, tendo mais ou menos peso, a depender do autor. Gilberto Freyre (2006), por exemplo, coloca a família patriarcal como unidade elementar para a compreensão do Brasil, assim como Oliveira Vianna (2002), apesar de preferir o termo “clã rural” para descrever o tipo de relação estabelecida. O maior defensor da unidade familiar rural como centro da colônia é Nestor Duarte (1966), que defende a existência de um “feudalismo atípico” na colônia, com propriedades rurais autossustentadas e alheias ao governo colonial.

A família biológica constituía o núcleo do latifúndio rural, e os senhores muitas vezes educavam os filhos homens de olho na perpetuação de seu poder. Não são abusivas as históricas domésticas que narram como, com um pouco de “sorte”, um filho ia parar no comércio, outro no direito e outro ainda entraria para o sacerdócio, garantindo-se dessa maneira o controle sobre todos os braços da atividade. Já as filhas eram logo pensadas como moeda para trocas e alianças com outros poderosos locais. Casamento consistia, portanto, numa espécie de estratégia que garantia bons dividendos caso se encontrassem pretendentes igualmente poderosos (SCHWARCZ, 2019, p. 45).

A partir da família patriarcal, tudo no campo era negócio. Títulos de nobreza, proteção, postos em cargos públicos e, como descrito acima, até mesmo os casamentos. A fidelidade ao seu poder era a principal exigência dos chefes locais, que estendiam seu domínio para os trabalhadores que viviam nas redondezas, pequenos roceiros e homens brancos livres que, com mercado de trabalho limitado, dependiam dos senhores para praticamente qualquer atividade. Estabelece-se, assim, uma relação básica entre senhores e o restante da sociedade livre, os homens brancos e pobres¹⁴⁰. Sem oportunidades reais de trabalho para a ascensão social prometida pelo liberalismo, aqueles que ocupam o lugar da classe média, entre senhores e escravos, criam seus relacionamentos por meio do favor, como descrevem Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwarz – apesar de suas visões não coincidentes sobre o assunto¹⁴¹ (BOTELHO, 2011b). O arbítrio dessa relação, que se constitui como “mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade” (SCHWARZ, 1977, p. 16), é a materialização – ou objetivação – da representação social que naturaliza as relações irracionais como base da sociedade brasileira, distante da racionalidade que se pretende na condução das relações sociais modernas e favorável ao estabelecimento do mandonismo.

Se, com os brancos livres e pobres, a relação se estabelecia pelo favor, a violência é a forma de relação com os escravizados (SCHWARZ, 1977). A colonização portuguesa, como explica Luiz Felipe de Alencastro em *O trato dos viventes* (2000), é fundada no escravismo, tendo as relações entre os livres e escravizados deixado profundas marcas nas representações

¹⁴⁰ O exemplo clássico da elite brasileira da época e suas relações com as outras classes, em nossa literatura, é o personagem Brás Cubas, de Machado de Assis, utilizado por Roberto Schwarz (1977) para descrever tanto as relações de favor quanto de violência, que veremos a seguir.

¹⁴¹ Maria Sylvia de Carvalho Franco vê o *favor* como o principal fator de negação do reconhecimento dos direitos sociais dos homens livres pobres na ordem escravocrata. As ideias de Roberto Schwarz não são contrárias à de Franco, mas têm seu foco no papel do *favor* como “mediador quase universal das relações sociais” (BOTELHO, 2011b, p. 426).

sociais do brasileiro. Excluídos das possibilidades de pertencimento pelo nacionalismo cívico branco, como vimos, os negros escravizados lutam diariamente pela sua liberdade, com revoltas tão constantes que fez popularizar, em determinado momento de nossa história, os manuais de castigos e condutas, que davam dicas de como castigar e instruções para manter a “boa paz” por meio da violência, se não física, simbólica. “Castigos eram considerados, pois, atos administrativos de manutenção da ordem, mas igualmente como mais um momento de apresentação pública do poder do senhor, que nessas ocasiões confirmava seu arbítrio e mando”, como apresenta Lilia Schwarcz (2019, p. 49). A violência, traduzida no medo e na autoridade, constituía parte indissolúvel das relações sociais da colônia brasileira. Certamente, algumas interpretações do Brasil, como a de Gilberto Freyre, colaboraram para ofuscar a importância do debate sobre a violência nas relações sociais brasileiras, como escreve Ricupero (2011)

Talvez se possa afirmar que Gilberto Freyre, mais do que qualquer outro autor, tenha contribuído para a formulação de uma ideologia que, como tal, ajuda a encobrir muito da violência que caracteriza a escravidão e continua a permear as relações raciais no Brasil. Por outro lado, e de maneira complementar, essa ideologia também auxiliou, como não era possível antes, os brasileiros a elaborarem a imagem que gostam de ter de si mesmos (p. 99).

Entre a violência e a miscigenação, Gilberto Freyre é um dos autores mais polêmicos entre os intérpretes. Freyre ressalta a docilidade herdada pelo povo brasileiro na relação com o negro, mas também revela a crueldade da miscigenação forçada, dos estupros cotidianos, dos filhos bastardos dos senhores da Casa Grande com mucamas e mulheres da Senzala. Assim, as “zonas de confraternização” entre raças, de que fala Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (2006, p. 7), se dava entre “vencedores e vencidos”, o que seria um dos fatores para o “equilíbrio de antagonismos” (RICUPERO, 2011, p. 84). Freyre descreve a família patriarcal de que falamos acima como unidade elementar da formação nacional, em uma visão de que a sociedade é que cria bases para o Estado, sendo a relação entre senhor e escravo o antagonismo “mais geral e o mais profundo”¹⁴² (FREYRE, 2006, p. 116).

¹⁴² Jessé de Souza, em *A elite do atraso* (2017), parece concordar com Freyre quanto a relevância da escravidão para a formação do caráter nacional. Já Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (2016), parece ter na herança portuguesa a chave para sua explicação da nacionalidade.

A sociabilidade conflituosa da relação entre brancos e negros no Brasil tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente – nas palavras de Jessé de Souza (2017) – “porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada” (p. 9), ao menos não com a devida profundidade que mereceria. Quando termina a escravidão e o mito nacional é refundado, ainda a partir da elite, o racismo havia se transformado em ciência (também importada da Europa), com as teorias do darwinismo social e do branqueamento da população. O liberto é abandonado a sua própria sorte, sem estrutura para o convívio social, que lhe foi tolhido por anos no cativeiro, com uma baixíssima autoestima e em uma ordem social competitiva para a qual ele não foi treinado e nem ao menos conhecia, como ressalta Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1958). “Não houve investimentos na formação dessas pessoas recém-libertas ou em sua capacitação para competir no mercado de empregos” (SCHWARCZ, 2019, p. 178).

Sem a importância econômica de seu trabalho, tornam-se invisíveis sociais de fato e seguem sofrendo a violência repressora, classista e racista, do Estado brasileiro. Abandonado por quem o escravizou por séculos, o homem negro tem dificuldades em competir com o branco europeu recém chegado, educado na ética do trabalho, e a mulher negra só encontra a inclusão nos serviços domésticos, o que viria a ser uma grande marca da sociedade brasileira. Para suportar o trauma da violência no cativeiro, o negro é obrigado a abdicar da sua própria vontade e, quando é jogado no mercado de trabalho, primeiro não encontra vagas destinadas a ele, fruto do preconceito, e, nos poucos postos que lhe são destinados, precisa enfrentar os fantasmas de gerações desumanizadas pela escravidão.

O pouco de cidadania que foi permitida aos negros, na Primeira República, seria marcada pela diferença: incluídos como cidadãos de segunda classe, excluídos do voto (por serem analfabetos, em sua maioria) e sem acesso a direitos, por não terem relações de compadrio com a elite. Os marcadores sociais da diferença, segundo o Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, destacada por Schwarz (2019), “categorias classificatórias compreendidas como construções sociais, locais, históricas e culturais”, portanto pertencem à ordem das representações sociais de Moscovici, mas também “exercem uma influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais” (p. 175). A

inclusão nestes moldes gera certa insatisfação em quem tem o privilégio de ter sido incluído antes, que julgam os “diferentes” como “menos legítimos” de estarem em determinados lugares físicos ou para ocuparem certos lugares sociais.

A pobreza estrutural que afeta os libertos leva muitos à criminalidade, outros não conseguem se adaptar ao mercado competitivo e são tachados de vagabundos, enquanto alguns conseguem se ajustar em atividades corriqueiras no comércio ou na nascente manufatura brasileira. Enquanto lutam por um espaço nesta nova sociedade que lhes é oferecida, os desajustes da formação coletiva da mentalidade brasileira associam aos traços culturais e comportamentais do negro sempre o que é tosco, reproduzindo e ampliando a situação de exclusão. Cria-se, assim, a ideia do “pobre honesto” e do “pobre delinquente”, o que acaba diminuindo a solidariedade horizontal de classe. Essa pobreza acentua a falta de oportunidade e diminui ainda mais a possibilidade de colocação no mercado, em um círculo vicioso que parece nos afetar até hoje. Associado ao negro por sua condição de pobre, o branco que não é parte da elite vê o preconceito racial se somar a um preconceito social, tornando-se ele também um elemento invisível da sociedade.

Esse conjunto de representações sociais centenárias foram certamente atualizadas, mas não abandonadas pela sociedade brasileira. A história brasileira é cheia de perseguições às referências negras da nossa brasilidade, seja ao samba, aos cultos das religiões de matriz africana ou ao funk carioca, como vemos hoje em dia. A mestiçagem, no entanto, é parte da imagem que gostamos de ter de nós mesmos e, assim, o mito nacional – que, como vimos, também se atualiza no tempo – inclui e até se orgulha dos ritmos, da culinária e celebra a presença do negro nos lugares a ele determinado, como nos esportes e na música, por exemplo. No entanto, trazendo novamente um trecho do livro *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), de Lilia Schwarcz, a sociedade aceita, “mas desenvolve um racismo dissimulado, cuja prática inclui o ato de delegar à polícia o papel de performar a discriminação” (p. 178). A intolerância decorrente deste comportamento, como afirma a antropóloga, “fragiliza nosso estado democrático de direito, que pede respeito entre ideias, experiências, práticas, opções e costumes diferentes” (p. 220). Assimila-se a cultura, mas se exclui as pessoas.

Se, como afirma a sociologia de Max Weber, “a vida social se desenvolve em meio à escassez de bens e que os agentes sociais lutam por sua apropriação” (SALLUM JR., 2011, p.

192), a forma com que a elite brasileira se apropriou dos bens e impôs uma estrutura de dominação entre ela e os outros elementos do sistema social justificam a desigualdade estrutural existente em nossa sociedade. Para Weber, no entanto, as relações de dominação se desenvolveriam sob o amparo de um Estado racional, o que garantiria relativa estabilidade para os dois lados. Para o pensador alemão, o Estado moderno, apesar de se formar pela dominação, só se formaria de fato com uma dominação consentida, ou seja, dentro da racionalidade do Estado. Este tipo de relação demoraria para se consolidar no Brasil. Favor e escravidão não estavam no rol de relações sociais estruturantes do Estado racional. O que se forma, desde a colônia, mas que invade a República e chega aos nossos dias, em diversas formas, é uma relação social contaminada que se materializa no que José Murilo de Carvalho (1997) chamou de *mandonismo e clientelismo*.

O exercício do poder é característica comum a todas as sociedades, mas as condições históricas determinam estruturas sociais diferentes, o que também altera a forma de aplicação desse poder. A família patriarcal brasileira estabelece na grande propriedade e na localidade em que atua, sobretudo durante a colônia, um poder de mando que, mesmo privado, estabelece uma estrutura oligárquica e personalizada de poder em toda sociedade. Geralmente, quem manda controla o acesso aos bens escassos de que fala Weber e, assim, exerce um domínio pessoal e arbitrário sobre quem está em sua esfera de influência. Os mandões abusavam das narrativas da experiência para consolidar seu mando local, em um teatro de poder que justificava e reforçava sua condição de titular do poder na região. Os rituais públicos de demonstração do poder, com senhores desfilando com seus escravos de traje completo em pleno verão nordestino, eram normais e, muitas vezes, cotidianos (SCHWARCZ, 2019). Em sua relação com a comunidade local, como mostra Sérgio Buarque de Holanda (2016), levava a intimidade familiar para o coletivo, contaminando todas as relações pelo ambiente doméstico.

O *mandonismo*, como afirma José Murilo de Carvalho (1997; 2011), torna-se sistêmico com a proclamação da República. A “política dos estados”, introduzida pelo presidente Campos Sales, vincula os coronéis locais aos governadores e estes, por sua vez, ao presidente, criando um sistema de dominação política que se materializa na preservação de privilégios da elite. Essa nova forma de mando, que conecta o localismo dos mandonismos regionais em um grande

sistema nacional, foi definida por Victor Nunes Leal (2012)¹⁴³ como *coronelismo*. Este sistema se criou durante a República Velha (1889-1930) e encontrou seu final com a centralização do poder com o golpe do Estado Novo, em 1937. Apesar de ainda ser muito utilizado para descrever as relações políticas após 1937, seguimos a precisão conceitual de José Murilo de Carvalho (2011) que descreve o “coronelismo urbano” como *clientelismo*. O clientelismo é uma “prática universal, presente no mandonismo, no coronelismo e mesmo em formas democráticas de exercício do poder”, escreve José Murilo (2011, p. 388). A diferença é que, no mandonismo, o clientelismo era puramente de natureza privada¹⁴⁴ e, hoje, ele é totalmente baseado em recursos públicos o que colocaria o Estado como patrão e o eleitor, como cliente.

Se as práticas de mando foram se atualizando no tempo, duas coisas permanecem presentes em todas as fazes da história brasileira: o domínio de um tipo específico de grupo social, que chamamos neste trabalho genericamente como elite, e uma invasão do domínio público pelo privado¹⁴⁵. “O embaralhamento entre público e privado como marca da sociedade, do Estado e cultura política formados no Brasil desde a colonização portuguesa”, escreve André Botelho (2011b), “constitui uma das construções intelectuais mais recorrentes no seu pensamento social” (p. 420). O reconhecimento de uma sobreposição do privado sobre o público está em diversos *intérpretes do Brasil*, apesar de seu diferente sentido político.

Gilberto Freyre, por exemplo, não condena totalmente a hipertrofia do privado em sua obra e, apesar das críticas e ressalvas do autor, mostra uma perspectiva positiva quando à miscigenação promovida pela família patriarcal na época colonial. Caminho contrário é seguido por Oliveira Vianna e Sérgio Buarque. Para o primeiro, em *Populações Meridionais do Brasil* (2002), é a estrutura fundiária e a predominância do clã rural, que se projeta sobre o incipiente Estado colonial, que perpetuam a sobreposição da ordem privada nos órgãos públicos brasileiros. A “anarquia branca” (p. 211), privada, se apropriaria dos órgãos públicos e os torna

¹⁴³ Victor Nunes Leal publicou sua tese pela primeira vez em 1948, mas ganharia mais proeminência somente em 1975, com a publicação de *Coronelismo, enxada e voto*. Este texto é referenciado nesta tese por meio de sua republicação, pela Editora Companhia das Letras, em 2012.

¹⁴⁴ Apesar de sua influência na administração colonial, a maioria dos recursos utilizados para preservar seu poder de mando eram dos próprios fazendeiros, segundo José Murilo de Carvalho (2011). Já no coronelismo, usa-se cada vez mais o patrimônio público como instrumento de poder.

¹⁴⁵ Entende-se como privado tudo aquilo que está associado a princípios particularistas, às emoções pessoais, ao que Moscovici (2010) chamou de “universo consensual”; em oposição, como público, entendemos tudo que está associado a princípios impessoais e universais, que opera dentro do “universo reificado” de Moscovici.

ineficientes, reforçando a necessidade de busca, no caso dos não proprietários, por proteção daqueles que promovem a anarquia¹⁴⁶. Para quebrar essa lógica, que invade também a República, Vianna propõe – como vimos – a solução de um Estado forte e centralizador, capaz de corrigir os rumos da sociedade brasileira, ainda que de maneira autoritária. Já Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (2016), nega o espaço de confluência de Freyre e a solução autoritária de Vianna, compreendendo a ascensão do privado sobre o público como um legado cultural da colonização portuguesa.

Para Sérgio Buarque (2016), a invasão do público pelo privado pode ser entendida como a apropriação do Estado pela ideia de família patriarcal. O problema estaria no fato de que “o Estado não é ampliação do círculo familiar”, e que, pelo contrário, “não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição” (p. 245). O argumento de Sérgio Buarque parece ir ao encontro do que vimos no debate intelectual de formação do Estado moderno, que buscava separar a vontade particular do príncipe da vontade do coletivo, por isso esse Estado se tornara uma entidade abstrata que detém a soberania. “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade” (p. 245), defende Holanda (2016). No Brasil, no entanto, esta separação está longe de ser praticada e o que vemos é o desenvolvimento da *cordialidade*, uma “forma de sociabilidade que transpunha para o público os valores, paixões e as práticas particularistas próprias ao mundo privado” (BOTELHO, 2011b, p. 424). Tal cordialidade é o resultado direto, para Sérgio Buarque (2016), do modelo fornecido pela vida doméstica, aplicado obrigatoriamente a “qualquer composição social entre nós” (p. 253). Assim, nossa grande contribuição para a civilização seria a cordialidade, “daremos ao mundo o ‘homem cordial’”¹⁴⁷ (p. 254), nas palavras de Sérgio Buarque.

¹⁴⁶ Pode-se notar certo diálogo com a lógica do favor de que falam Maria Sylvia e Roberto Schwarz.

¹⁴⁷ Como em destaque na nota do texto de Sérgio Buarque de Holanda (2016, p. 265), a expressão “homem cordial” é do escritor Ribeiro Couto, em carta escrita a Alfonso Reyes, que a colocou em sua publicação *Monterrey*. Vale ressaltar, como também faz a nota, que a palavra “cordial” deve ser tomada em seu sentido etimológico, como derivado do coração. O sentido de “cordial” não pode ser confundido com aquele dado por Cassiano Ricardo em *Marcha para o oeste*, de 1940, que acabou cristalizando a expressão como algo positivo, como algo relacionado à bondade.

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (HOLANDA, 2016, p. 254).

Avesso aos formalismos e ao convencionalismo social, o homem cordial trata a todos com o espírito doméstico, sempre em sentido contrário à racionalidade do Estado e da sociedade civil. Assim, os rituais públicos são marcados por quebras de protocolo e tentativas de impor algum tipo de convívio mais familiar. Quem obedece sente-se próximo de quem manda, acolhido na família e na intimidade de fachada promovida pelo ritual¹⁴⁸. Essa proximidade é um dos fatores fundamentais para a operação da lógica do favor, sobretudo em sua faceta de mediador das relações sociais entre homens livres pobres e elite, na ordem escravocrata. Para justificar a obediência, o autor também usa a cordialidade, mas agora em sua versão de *solidariedade cordial*, uma das consequências das características descritas acima. Sérgio Buarque de Holanda (2016) aponta para o desenvolvimento de uma “autarquia do indivíduo” (p. 54), uma exaltação extrema da personalidade que não tolera compromissos, mas que se desdobra em uma renúncia da personalidade diante de um “bem maior”. O brasileiro, nesta visão, seria afeito a obedecer, desde que por uma causa “nobre”, e não causaria estranheza, portanto, que esta tenha sido a principal relação política estabelecida no Brasil até a proclamação da República. “A vontade de mandar e a disposição de obedecer para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares” (HOLANDA, 2016, p. 54).

O Estado criado por essa solidariedade cordial, tão propícia para as práticas de mandonismo, coronelismo e clientelismo, é o Estado *patrimonial* ou, como prefere José Murilo de Carvalho (1997)¹⁴⁹, uma burocracia patrimonial. O poder privado, patrimonial, se alia ao

¹⁴⁸ Este tipo de comportamento “de fachada” combina bem com a ideia de mito de Barthes (2010). A partir do momento em que o comportamento se reproduz de forma acrítica na sociedade, significa que a ideia de intimidade “natural” do brasileiro está mitificada, embutida de um significado que não lhe pertence de forma automática.

¹⁴⁹ José Murilo de Carvalho (1997) aponta a Estado patrimonial como o Estado de Raymundo Faoro, com um estamento burocrático que se torna independente do Rei e conduz a colonização, um estamento que separaria a elite do povo, o Estado da nação e, assim, impediria o desenvolvimento do capitalismo industrial e da democracia representativa. Este tipo de unidade é, para José Murilo, de difícil comprovação. Para o autor, o que parece mais próximo da realidade é a existência de uma burocracia patrimonial, em que o poder privado (patrimonial) se alia

poder público, a burocracia, para dominar o poder. O que se estabelece é uma relação viciada entre sociedade e Estado, em que o bem público é apropriado pelo poder privado. “Ou, dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocadamente, de que o Estado é bem pessoal, ‘patrimônio’ de quem detém o poder” (SCHWARCZ, 2019, p. 65). Estava formada a base para o desenvolvimento da política de conchavos que atende ao interesse de determinados grupos, em detrimento de algum senso de coletividade cívica. Essa frouxidão das instituições, como chama Sérgio Buarque de Holanda (2016), e a cordialidade das relações tiram parte importante da racionalidade do Estado e o personaliza no universo consensual de Moscovici (2010), o que faz com que ele deixe de atender aos interesses públicos e, portanto, perca sua própria função institucional de entidade abstrata capaz de separar os interesses públicos dos privados.

Este debate perpassa muitos dos intérpretes, além dos já mencionados: Antonio Cândido, em *Dialética da malandragem* (1998), fala da dialética da “ordem e da desordem”, em que tudo varia, ao mesmo tempo, lícito e ilícito. Essa estrutura complexa transmutaria a intimidade em moeda corrente, levando a uma grande acomodação geral, dissolvendo extremos e solapando o significado da lei e da ordem. Em *Carnavais, malandros e heróis* (1997), Roberto DaMatta¹⁵⁰ analisa o uso da expressão “sabem com quem está falando?” como um rito de autoridade em que uma norma privada seria aplicada para a manutenção da hierarquia social, reforçando práticas como o nepotismo no interior do Estado, por exemplo. Isso criaria, no Brasil, um sistema que DaMatta chama de “pessoas”, regido pelo sentimento, não de “indivíduos”, que seriam regidos pela racionalidade¹⁵¹, o que parece ter forte diálogo com o mundo dominado pelo doméstico de Sérgio Buarque.

ao governo (burocracia) para dominar o poder, o que parece mais condizente com a evolução do Estado brasileiro, sobretudo após a proclamação da República. Essa expressão foi cunhada por Fernando Uricechea em 1978 e tomada emprestada por José Murilo.

¹⁵⁰ DaMatta, em *Carnavais, malandros e heróis* (1997), faz uma espécie de sociologia dos ritos brasileiros, que seriam estruturas sociais que tornariam o Brasil o que o país de fato é.

¹⁵¹ Faz-se necessário, porém, fazer uma ressalva. A racionalidade pretendida pelo Estado moderno não é a racionalidade técnica, que desumaniza as relações e coloca o dinheiro no centro da abstração humana, mas uma racionalidade que, de fato, coloca o ser humano e o bem-estar coletivo como objetivo primordial da sociabilidade. Da mesma maneira, quando falamos de “regidos pelo sentimento” não queremos dizer que o sentimento deve estar excluído do pensamento humano ou das relações sociais estabelecidas. Como se tem discutido muito, sobretudo na Comunicação Organizacional, ver o ser humano como objetivo central de qualquer tipo de construção narrativa significa ser, ao mesmo tempo, racional – no sentido de usar todos os recursos possíveis para buscar o bem-estar coletivo – e emocional, já que a empatia é parte de qualquer reflexão que coloque o ser humano no centro de sua abstração.

O que importa, como ressalta José Murilo de Carvalho (1997), não é detectar a existência dessas estruturas de mando que, ao priorizar o privado, esquece-se do interesse pelo coletivo, da virtude cívica e dos princípios básicos do exercício da vida pública. Todos reconhecemos isso na realidade política nacional. Porém, o importante é esclarecer a natureza dessa dominação para, assim, poder encontrar caminhos para superá-la. O percurso aqui proposto tenta mostrar que, no Brasil, o caminho de evolução das relações político-sociais não foi igual ao que houve na Europa, com debates sobre contratualismo, representação de interesses, partidos políticos, liberalismo e democracia, apesar de sua pretensão narrativa em sê-lo. O que vimos foi a predominância do patrimonialismo, do mandonismo, coronelismo e do clientelismo, que vai, mais tarde, abrir espaço para o corporativismo e o populismo, com efeitos muito mais duradouros que os intérpretes da primeira metade do século XX poderiam imaginar. Essa forma “autoritária e personalista de lidar com o Estado”, escreve a Schwarcz (2019), “como se ele não passasse de uma família generosa, cujo guia é um grande pai, que detém o controle da lei, bondoso com seus aliados, mas severo com seus oponentes, os quais são entendidos como inimigos” (p. 87) é uma herança pesada de nossa história que ainda enfrentamos no presente.

As interações sociais brasileiras, que se refletem em construções narrativas que dão sentido à nacionalidade e ao pertencimento, contaminadas pelo privado, dificultam ou distorcem a formação de uma “esfera pública” que possa ser um espaço privilegiado para o debate dos assuntos públicos e, assim, ser intermediadora na relação entre sociedade e Estado, como afirma Jürgen Habermas (2003). Sem uma esfera pública autônoma, também fica prejudicada a formação de uma opinião pública como força social capaz de pressionar o governo na realização dos interesses coletivos. Para Habermas (2003), existem dois caminhos para a definição de um conceito de opinião pública. O primeiro envolve as interfaces entre sociedade e governo, demonstrando a relação entre micro e metanarrativa: a opinião pública refletiria as aspirações dos indivíduos; o governo as absorveria e as transmitiria para suas práticas. O outro percurso proposto remete aos teóricos do liberalismo, ao afirmar que são os formadores de opinião – incluindo a imprensa e os comunicadores em geral – que influenciam um público passivo. Citando os liberais John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, Habermas conclui que a evolução da esfera pública, ao contrário do que acreditavam os pensadores

liberais, não resultou em uma soberania da opinião pública, mas apenas tornou o espaço público mais amplo, principalmente pela atuação dos meios de comunicação (HABERMAS, 2003), demonstrando o papel central da narrativa – e de sua natureza comunicacional – na formação das metanarrativas nacionais.

A impossibilidade da formação de uma esfera pública autônoma nas estruturas de poder estabelecidas em nosso país pode ser entendida como um dos fatores da permanência de estruturas clientelistas. Teríamos, assim, uma República em que os valores republicanos teimariam em não se concretizar para a maioria da população. Desde os debates sobre as cidades-república da península itálica, como proposto por Skinner (1996), os valores que conhecemos como *republicanos* partem de um princípio básico de separação da vontade do governante da vontade do coletivo da população, com o objetivo de preservar os interesses de todos e os proteger do arbítrio da vontade individual daqueles que detém o poder. O próprio Estado, como figura abstrata, surge para cumprir esse objetivo, como vimos em Hobbes e Locke, por exemplo.

Seu desenvolvimento, no contexto da formação do Estado moderno europeu (modelo adotado para o brasileiro), leva a uma preocupação cada vez maior com a proteção do indivíduo perante os sistemas de poder estabelecidos. Assim, Montesquieu tenta demonstrar a importância da cientificidade das leis, no sentido de terem uma linha racional em sua formação, conectada com as necessidades sociais daquele determinado local; e Rousseau, em busca de assegurar a liberdade civil, propõe a ideia de uma soberania popular radical que, de certa maneira, recoloca a ideia de democracia no centro do debate. No Brasil, a democracia teria sido implementada em terreno pedregoso, dificultada por relações viciadas na política e uma cidadania precarizada. Em nossa primeira experiência republicana, ainda bem pouco democrática, além dos diversos problemas estruturais que relatamos na relação com os escravos libertos e o difícil acesso aos direitos para grande parte da população, decidimos pela manutenção do perfil oligárquico do poder, sustentado pelo coronelismo e práticas como o voto censitário. Só para se ter uma ideia, em 1910, com aproximadamente 22 milhões de pessoas, apenas 627 mil brasileiros podiam

votar, cerca de 2% da população. Este cenário variaria pouco ao longo da República Velha, chegando a algo em torno de 3% da população em 1920¹⁵² (SCHWARCZ, 2019).

Sérgio Buarque (2016) acreditava que o desenvolvimento capitalista levaria a uma diminuição da presença do privado na vida pública brasileira. No entanto, como nos lembra Florestan Fernandes (1976), o desenvolvimento industrial e o fortalecimento da burguesia brasileira não foram suficientes para quebrar totalmente essa estrutura de poder¹⁵³. Assim, a burguesia brasileira teria absorvido os valores da oligarquia, agregando-se à antiga elite agrária em torno do Estado. Fernandes (1976), analisando as revoluções burguesas em países periféricos e dependentes, afirma que “o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia” (p. 292, destaque do autor). Assim como Caio Prado Jr. (2010) e Celso Furtado (2003), Florestan insere o Brasil na divisão internacional do trabalho ao afirmar que a dependência do centro capitalista e a apropriação de parte do lucro gerado no país pelas matrizes desse centro, diminui as possibilidades de distribuição de renda e favorece o acúmulo de riquezas e poder na classe dominante, criando um “modelo autocrático-burguês”, como descreve o autor em *A revolução burguesa no Brasil* (1976).

Ao contrário do chavão corrente, as burguesias não são, sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, meras “burguesias compradoras” (típicas de situações coloniais e neocoloniais, em sentido específico). Elas detêm um forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa. Torna-se, assim, muito difícil deslocá-las politicamente, através de pressões e conflitos mantidos “dentro da ordem”; e é quase impraticável usar o espaço político, assegurado pela ordem legal, para fazer explodir as contradições de classe, agravadas sob as referidas circunstâncias (FERNANDES, 1976, p. 296).

Esse mecanismo de acumulação de poder e riquezas reforça os sistemas clientelistas que falamos acima, com a elite disposta a utilizar seu domínio sobre o Estado para garantir interesses materiais privados e fins políticos particularistas. Em momentos de esgarçamento do

¹⁵² O alcance do voto foi aparentemente solucionado pela Constituição Federal de 1988 e, hoje, o Brasil conta com quase 150 milhões de cidadãos aptos a votar, o que representa algo em torno de 67% da população (SCHWARCZ, 2019)

¹⁵³ É curioso notar que muitos imigrantes se tornam parte dessa elite nacional ainda nos anos 1920, mas logo se adaptam à realidade de poder nacional. A grande contribuição dos imigrantes seria justamente para o movimento operário, como vimos já na organização dos trabalhadores na segunda década do século XX.

tecido social, este predomínio operou o que alguns chamam de *modernização conservadora*. O termo surge dos trabalhos de Moore (1975), para descrever uma situação específica de desenvolvimento na Alemanha e Japão, que teriam desembocado na construção das sociedades autoritárias daqueles países, protagonistas da II Guerra Mundial (1939-1945). No Brasil, segundo Pires e Ramos (2009), o conceito surge, pela primeira vez, com Alberto Passos Guimarães (1977) para designar apenas o aspecto econômico da atualização tecnológica que se processava no campo brasileiro. Para Guimarães, a modernização era sinônimo de novas tecnologias e a parte conservadora estava referida ao caminho da modernização, que não passava pela reforma agrária. No sentido que pretendemos neste trabalho, o termo *modernização conservadora* aparece na obra *As ligas camponesas* (1982) de Fernando Antônio Azevêdo. O autor usa o termo para diferenciar a burguesia revolucionária, nas clássicas revoluções burguesas, da burguesia reacionária, presente na modernização brasileira. Assim, apesar de fazer sua revolução e atualizar as bases da economia brasileira, a burguesia tupiniquim aliou-se às velhas oligarquias dominantes e promoveu uma “modernização conservadora, através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo transformações pelo alto” (p. 24). A modernização conservadora é mais uma forma de descrever a situação que se perpetua no país, cristalizando representações sociais que marcam nossa identidade coletiva. A questão central que se impõe é, sem dúvida, a manutenção dos privilégios da elite, por um lado, e da cidadania precária do povo brasileiro, apesar dos diversos momentos de modernização que se operam.

4.2.3 A cidadania precarizada no Brasil

A questão da cidadania costuma ser desdobrada em três tipos de direitos: civis, políticos e sociais, como descreve José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil* (2002). O primeiro conjunto seria formado pelos direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, muito relacionados com a teoria de John Locke. Por um olhar mais recente, eles também englobariam o direito de ir e vir, de escolher o trabalho, a liberdade de manifestação do pensamento, de associação, de opinião etc., que poderiam ser resumidos na existência de uma justiça independente e acessível a todos, tendo a liberdade individual como

fundamento básico. Os direitos políticos estão relacionados com a representatividade na administração pública e incluiria o direito de votar e ser votado, mas também de demonstrações políticas e de formação de partidos. Esses são, portanto, dependentes da existência dos direitos civis para ter algum significado e, por sua vez, estão baseados na ideia de autogoverno e representatividade. Por fim, os direitos sociais, são os direitos que garantem ao cidadão a participação na distribuição da riqueza coletiva. Geralmente, são classificados como o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, saúde, aposentadoria etc. São direitos baseados na justiça social. A cidadania só está completa na existência e acesso aos três tipos de direito.

No Brasil, sem um processo político clássico de desenvolvimento econômico e social, os direitos foram sendo incluídos à medida em que a sociedade organizada exigia do sistema político algum tipo de concessão, o que sempre foi feito na base da modernização conservadora. A construção de direitos está ligada diretamente à formação do Estado nacional, já que ela tem origem na própria organização social e política derivada de sua formação. Por aqui, a construção da narrativa nacional que temos acompanhado neste capítulo forma, paralelamente, uma cidadania desequilibrada. Como mostra Carvalho (2002), a independência trouxe direitos civis só na lei, restritos pela herança colonial da escravidão, da grande propriedade rural e do Estado comprometido com o poder privado. Na República Velha, os principais avanços foram decorrentes de um incipiente movimento operário, que lutava sobretudo por direitos civis: organização, manifestação, direito à greve, limite na jornada de trabalho, descanso semanal e férias; além de alguns direitos sociais, como seguro contra acidentes de trabalho e aposentadoria. Ainda assim, direitos civis e políticos seguiam bastante precários, e os direitos sociais estavam ainda mais distantes de se concretizar. Para citar um exemplo, ressaltado por Carvalho (2002), a primeira Constituição Republicana retira do Estado a obrigação de fornecer a educação primária, que havia sido incluída na Constituição de 1824. Até 1930, “quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim”, afirma Carvalho (2002, p. 83), que complementa: “o povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata” (p. 83).

Em um dos momentos em que o tecido social se esgarça, o ano de 1930 tornou-se um divisor de águas na história brasileira dos direitos. No campo das elites, uma burguesia

ascendente toma o poder em conluio com parte da velha elite rural, alijada das principais posições do poder político. No campo dos direitos, há uma verdadeira aceleração das transformações, sobretudo nos direitos sociais. Alternando momentos de maior ou menor espaço para os direitos políticos e civis¹⁵⁴, Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e uma vasta legislação trabalhista, que seria completada em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Pode-se dizer que grande parte dos direitos trabalhistas e previdenciários que temos, até hoje, derivam deste período. A ênfase nos direitos sociais, muitas vezes em detrimento dos políticos e civis, serviu bem à política populista de Vargas, lhe trouxe bastante popularidade e garantiu a ele influência política no período posterior.

Já os direitos políticos demorariam um pouco mais para encontrar espaço e somente após 1945¹⁵⁵, com o fim do Estado Novo (1937-1945), o voto popular teria peso significativo na escolha dos rumos do país, crescendo em extensão e acompanhado de maior lisura no processo eleitoral (CARVALHO, 2002). A Constituição de 1946 assegurou os direitos sociais do período anterior, assim como trouxe de volta os direitos civis e políticos ao menos em termos legais. O Período Democrático (1945-1964) seria de forte fortalecimento da sociedade civil, que lutou pela permanência dos direitos sociais (que não evoluíram muito no período), enquanto ampliava seu campo de participação política. O governo de João Goulart (1961-1964) opta por uma solução não negociada com as elites para as suas reformas de base, o que acaba por aprofundar as divergências sociais no período.

O Golpe civil-militar de 1964 inauguraria um período de fortes restrições aos direitos dos cidadãos brasileiros, com a cassação de mandatos políticos, restrição das liberdades de expressão, manifestação e imprensa, ausência de julgamentos justos e uma série de arbitrariedades registradas largamente pela historiografia. Cabe ressaltar, porém, que o Governo Militar combinou a restrição dos direitos civis e políticos com a manutenção do voto, ainda que

¹⁵⁴ Entre 1937 e 1945, é sempre bom ressaltar, o Brasil passa por um período de ditadura civil, com apoio militar, comandada por Getúlio Vargas.

¹⁵⁵ O fim da II Guerra Mundial e o fato de o Brasil ter lutado contra sistemas autoritários criou um ambiente em que a busca por mais espaços democráticos parecia inevitável.

ele fosse sem seu sentido de escolha livre, e a expansão de alguns direitos sociais¹⁵⁶ (CARVALHO, 2002). Ensaios de retorno dos direitos civis e políticos foram vistos ao longo da Ditadura brasileira, mas eles só seriam mesmo retomados a partir de 1979, com a Lei da Anistia e o fim do bipartidarismo, com as eleições diretas para governadores e para o Congresso, em 1982, e a eleição indireta para presidente, em 1985.

Com a Nova República e a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986¹⁵⁷, o Brasil parecia pronto para um novo pacto social. Após anos de repressão e cidadania precária, o debate político, amadurecido nas articulações de resistência ao regime e na campanha das diretas, parecia pronto para mais um rearranjo das relações sociais no Brasil. Este foi o clima da Constituição de 1988: com ampla consulta a especialistas e setores organizados e representativos da sociedade, o documento tinha como preocupação central a garantia dos direitos dos cidadãos (CARVALHO, 2002). O texto constitucional reconhece o direito das minorias, tenta levar a cidadania a todos e tenta atacar alguns problemas estruturais da sociedade brasileira. O acordo social que está por trás da constituição possui, para Schwarcz (2019), duas missões básicas: “criar instituições sólidas o bastante para suportarem crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiro” (p. 232). O que está em jogo, portanto, é consolidar as bases para a afirmação da democracia. Alguns pontos relevantes neste sentido são a ampliação do direito ao voto aos analfabetos; a igualdade entre homens e mulheres; a expressa condenação da tortura e do racismo; a garantia de autonomia intelectual, artística, científica e de comunicação; define o fim da censura de natureza política, ideológica e artística; e estabelece a liberdade de consciência, de pensamento, de crença, de convicção filosófica e política.

Fica claro, mesmo em uma análise superficial do texto constitucional, o pacto social que estava sendo buscado naquele momento. Há uma deliberada vontade de inclusão dos excluídos na cidadania brasileira, com a manifestação de diversos temas que criaram a Constituição *cidadã*. No entanto, o próprio tamanho do texto constitucional reflete a necessidade de

¹⁵⁶ A unificação e à universalização da previdência, criação do Fundo de Assistência Rural, tentativa de reformas na saúde, fortalecimento das universidades federais e tentativa de criar um sistema educacional unificado, dentre outras ações poderiam ser citadas.

¹⁵⁷ Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte só começariam, porém, em 1987 e a promulgação do texto se daria em 1988.

expressar na letra da lei o maior número possível de direitos, para evitar retrocessos, ainda que isso criaria outros problemas estruturais na aplicação da mesma. De qualquer forma, houve “um sólido compromisso democrático em vários níveis das relações sociais, bem como estabeleceu políticas maduras de defesa dos direitos humanos” (SCHWARCZ, 2019, p. 233), assim como uma atenção redobrada às minorias, com mecanismos e instrumentos legais para garantir a participação política direta. No embate da modernidade entre segurança e liberdade, a Constituição amplia em muito o lugar da liberdade, em um país sempre marcado pela segurança.

4.3 Figuras narrativas da brasilidade

O que parece resumir nossa nacionalidade é o que Sérgio Buarque de Holanda (2016) chamou de “bovarismo”. O conceito, inspirado na personagem Madame Bovary, de Gustave Flaubert, expressa “um sentimento de insatisfação com a realidade, uma tendência à romantização e à idealização”, explica Holanda (2016, p. 291). Não querendo mergulhar na realidade, escamoteamos a escravidão no primeiro mito nacional e preferimos forçar instituições inadequadas na esperança de que a realidade se adequasse a elas. O mesmo mecanismo é repetido no segundo mito nacional, desta vez tentando incluir o negro na nacionalidade, mas pela porta dos fundos. Mais uma vez, para não ter que enfrentar a crueza da realidade dos fatos, romantizamos a miscigenação na ideia de democracia racial, mantendo preconceitos e privilégios, reforçando a opção nacional pela segurança – em detrimento da liberdade – e contando com certa passividade da população, imposta pelo medo e a desesperança de um sistema político, social e até jurídico construído para que sempre o mais forte vença.

É neste contexto autoritário, que se equilibra entre o não ser ou ser o outro, que tenta naturalizar uma hipertrofia do horizonte, como se o país estivesse predestinado a ser “do futuro”, que nasce um sentimento salvacionista, em que sempre esperamos algo mágico para nos salvar. Este sentimento está na raiz dos golpes militares da Proclamação da República, de Vargas e de 1964; está no discurso de uma suposta ignorância do povo na hora do voto, como se somente a elite intelectual pudesse salvar o país escolhendo melhor os candidatos; nas famílias políticas que se perpetuam no poder, pendurando amigos e parentes pela administração

pública, como se fossem os únicos capacitados a ocupar esses cargos; e, como vimos, está no centro do sentimento da elite brasileira, seja ela rural ou burguesa, que acredita ter sido escolhida (talvez pelo próprio Deus, também brasileiro) como operadora da soberania nacional e, portanto, a única capaz de dar um rumo para o país, ainda que este destino teime em nunca chegar.

Acostumados à lógica da família patriarcal, ao pai bondoso com os amigos e severo com os adversários, vistos como inimigos, nos acostumamos a uma estrutura que impede a cidadania plena de florescer por aqui e torna a democracia um grande mal-entendido, como aponta Sérgio Buarque de Holanda (2016). Com o favor, naturalizamos relações sociais baseadas no puro arbítrio do mandão; com a violência da escravidão, aprendemos a obedecer no chicote ou a conviver com estruturas opressoras a serviço da exclusão social até a tornar parte de nossas relações sociais. O mandonismo e o clientelismo, aliás, servem-se da arbitrariedade e da violência para a manutenção de seus privilégios e das estruturas de poder, empurrando o racismo para debaixo do tapete, impedindo a esfera pública de cumprir seu papel e criando uma opinião pública fragilizada, facilitando momentos de modernização conservadora e cristalizando o Estado como um ambiente tomado pela lógica doméstica. Tudo em nome de uma aparência moderna e desenvolvida, em busca de uma aprovação internacional, para finalmente sermos aceitos na harmonia da civilização.

Como descreve Marilena Chauí (2013), o autoritarismo e a violência são estruturantes da forma de organização e das atitudes do brasileiro, criando uma sociedade que se imagina pacífica – talvez pelo próprio bovarismo – mas que é, na verdade, pacificada. O próprio descaso com as instituições, a permanência das desigualdades sociais brutais, os contrastes entre condomínios luxuosos e milhares de moradores de rua e a própria indiferença do mercado financeiro com a realidade nacional são, para Chauí, marcas da violência intrínseca à nossa sociedade. A filósofa ainda lista cinco formas como escondemos a brutal realidade de nós mesmos: primeiro, pela *exclusão*, em que sempre a violência é cometida pelo outro, de onde vem a ideia de “homens de bem”, por exemplo; a segunda, seria pela *distinção*, compreendendo os episódios de violência e as incoerências sociais como desvios que serão logo superados, já que o brasileiro é sempre festivo e “cordial” (no senso comum, não no sentido de Sérgio Buarque), o que não combinaria com comportamentos violentos; a terceira forma seria a

jurídica, que relega aos ditos “marginais” a pecha de violentos e arruaceiros, já que a paz e a civilidade são parte do caráter nacional; a forma *sociológica*, entendendo a violência como algo vindo de fora para dentro, ou de baixo para cima, nunca sendo do núcleo de nossa convivência, mesmo que as estatísticas mostrem, por exemplo, que a maioria dos estupros no Brasil aconteçam dentro do núcleo familiar; e, por fim, a *inversão*, que coloca sempre culpa o violentado pela violência, como se a culpa fosse de apanhar fosse do casal gay que “ousou” andar de mãos dadas pela av. Paulista.

O que vemos, portanto, é uma sociedade oligárquica, hierarquizada, autoritária e, por isso, violenta. Apesar dos claros avanços que vimos na cidadania, ainda não fomos capazes de desnaturalizar questões de nossa narrativa nacional, que insistem em permanecerem fortes no núcleo figurativo da identidade nacional. Das diversas soluções propostas, Darcy Ribeiro (2006) talvez seja o que mais contesta essa estrutura elitista da sociedade nacional, apostando na fusão das raízes brasileiras, não mais em um equilíbrio de antagonismos, como em Freyre (2006). Essa fusão parece, também, se aproximar da proposta de Antonio Candido (2009) de assimilação crítica do passado, para compreender o presente e projetar um futuro que seja, de fato, algo diferente do anterior. A questão é que a opção pela segurança, com ordem, progresso e coerção, parece ainda estar desequilibrada com a liberdade para grande parte da população.

Esse conjunto social que tentamos apresentar, entre o bovarismo e o familismo brasileiro, parece ter, como grande pano de fundo, uma questão de *autoestima*, traduzida no que apresentamos como a “moléstia de Nabuco”, que direciona o imaginário brasileiro para um embate constante entre o local e o universal. Nelson Rodrigues (1995), em texto intitulado *A vaca premiada*¹⁵⁸, afirma que “o brasileiro tornou-se um Narciso às avessas, que cospe na própria imagem” (p. 23), não reconhecendo em si nenhum potencial de alta civilização. A “moléstia de Nabuco” tem forte diálogo com a ideia de *economia e desenvolvimento*, que está em constante busca do país do futuro, do sonho da riqueza, mas que sempre esbarra na questão da *cidadania*, precarizada e marcada pela desigualdade social. Latente no dia a dia do brasileiro, sobretudo nas grandes cidades, este parece ser um fator que, quando encarada de frente, desnaturaliza a ideia de civilização no Brasil. No entanto, elitistas e bovaristas que somos, sem encontrar uma solução em casa para os problemas nacionais, buscamos uma validação externa,

¹⁵⁸ Texto publicado originalmente em 23 de janeiro de 1968 e republicado na coletânea *A cabra vadia* (1995).

uma posição de destaque entre as nações globais e, por isso, também selecionamos a categoria *Brasil no mundo*.

São justamente estes quatro temas¹⁵⁹ em disputa que buscaremos analisar, ainda que brevemente, no próximo capítulo, a partir do pensamento político e social brasileiro presentes no debate dos *intérpretes do Brasil*. A estrutura social, como vimos, cria e recria representações sociais que reproduzem o mito ao longo da história, atualizado pelos discursos circulantes, mas sempre mantendo parte dele em seu núcleo figurativo. A narrativa de país, assim, assume duas funções básicas: perpetuar as relações que mantêm essa estrutura e, ao mesmo tempo, justificar os comportamentos que emanam dela, naturalizando-os. Entendendo a Constituição de 1988 como um pacto social que cristalizou muitos dos desejos do coletivo brasileiro após os anos da Ditadura, compreender como os presidentes trabalharam esse conjunto de representações do brasileiro é crucial para compreender o próprio jogo de poder, colaborando para uma análise crítica do passado para, quem sabe, contribuir com uma melhor compreensão do conturbado presente em que vivemos.

5 A NARRATIVA BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DA NOVA REPÚBLICA

A complexidade da rede simbólica da identidade nacional é bem maior do que poderia mostrar uma rápida análise dos *intérpretes do Brasil*. Porém, conhecer alguns traços identitários da brasilidade nos ajuda a identificar parte das narrativas que direcionam a compreensão de uma visão de Brasil pretendida pelos discursos presidenciais. No espaço formado entre o primeiro e o segundo sistema semiológico, no caso do primeiro mito nacional, ou entre o segundo e o terceiro, no segundo mito nacional, cristalizam-se figuras narrativas que são centrais para a compreensão do Brasil e do povo formado a partir desses mitos da nacionalidade. São essas figuras, cristalizadas no núcleo figurativo formado pelo sistema de representações sociais da identidade coletiva brasileira, que apontamos nos discursos presidenciais para, em

¹⁵⁹ Não pretendemos, de forma alguma, esgotar todas as figuras narrativas da brasilidade que podem estar expressas nos discursos políticos selecionados.

seguida, tentar compreender como as políticas e estratégias do poder público estabelecem um projeto de nação.

Tais figuras não são estáticas e, como vimos, se atualizam no tempo para sustentar a existência do mito. São formações discursivas, no sentido que lhes atribui Foucault (2008), que dão regularidade à narrativa, que permitem que a mensagem seja maleável o suficiente para se adaptar aos discursos circulantes, mas que mantenham certa regularidade que lhe dê legitimidade histórica. Assim, o que pretendemos neste ponto do trabalho é apontar caminhos de como, a partir de uma visão narrativa da realidade, o percurso teórico proposto para a formação do Estado-nação, em geral, e da rede simbólica nacional, especificamente, se manifesta nos discursos presidenciais em seu primeiro ano de mandato. Apesar de necessitar maior aprofundamento, acreditamos que o percurso proposto poderá contribuir para revelar qual o projeto de Estado e de nação pretendido por cada um dos mandatários, quais representações mentais, ideológicas e discursivas pretendem reforçar perante a população em busca de legitimidade e voto. O que buscamos é tentar identificar como os projetos políticos de atualização do núcleo figurativo da identidade nacional do Brasil após a redemocratização dialogam com a Constituição de 1988.

O debate proposto sobre a nacionalidade brasileira mostrou alguns traços marcantes de nossa formação histórica que foram cristalizados, ignorados ou combatidos na Constituição Federal de 1988. Não à toa este foi o momento escolhido para o recorte temporal deste trabalho, que analisará os discursos dos 10 presidentes que ocuparam o posto mais alto da República após a promulgação do texto constitucional. Após 20 anos de Regime Militar (1964-1985), a sociedade brasileira se mobilizou para eleger uma Constituinte e firmar um pacto social que pretendia levar o país rumo ao desenvolvimento em um ambiente democrático e republicano, livre das amarras autoritárias do período anterior. Como escreve o historiador Boris Fausto (2009), “as atenções e as esperanças do país voltaram-se para a elaboração da nova Constituição” (p. 524) e conseguiu refletir “o avanço ocorrido no país especialmente na área de extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias” (p. 525). No entanto, ela não conseguiu alterar toda a estrutura de poder que dominara o país por anos: manteve intocada a estrutura agrária, manteve os analfabetos inelegíveis – embora tenha dado a eles o direito a voto – e derrubou a jornada de trabalho de 40 horas (SCHWARCZ;

STARLING, 2015). Ainda assim, inaugurou um período consistente e duradouro de liberdades políticas e de solidez da democracia e, acima de tudo, consolidou no imaginário coletivo uma narrativa de como o brasileiro se imaginava e, talvez, de como ele gostaria de ser.

5.1 Enfoque de pesquisa

Assim como a visão narrativa da realidade, que é um pressuposto teórico deste trabalho, o próprio método de pesquisa que realizamos foi se moldando à percepção resultante da interação entre o indivíduo pesquisador e sua experiência com o tema, em uma abordagem que se aproxima da *grounded theory*. Esta metodologia de pesquisa indutiva, busca, a partir de um problema geral, construir o método à medida em que as evidências vão emergindo e se somando no próprio desenrolar da pesquisa (PINTO; SANTOS, 2012). O pesquisador, neste tipo de estudo, não tem uma teoria definida previamente para ser aplicada; ele deve entender determinada situação a partir da análise do fenômeno, na tentativa de elucidar porque esses comportamentos se desdobram desta ou daquela maneira.

O livro fundador desta teoria é o *The Discovery of Grounded Theory*, publicado por Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss em 1967. À época, a tradição de pesquisas qualitativas perdia espaço na Academia, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, e a *grounded theory* “representou uma reação e se estabeleceu como uma alternativa à hegemonia da lógica hipotético-dedutiva dos trabalhos de orientação positivista nos estudos sociológicos” (Pinto; Santos, 2012). Os pesquisadores, para Glaser e Strauss, estavam mais preocupados em comprovar conceitos teóricos já existentes do que com a realidade de fato, o que poderia levar o pesquisador a “se tornar doutrinário” e “não conseguir enxergar além dos limites do arcabouço teórico que escolheu” (GLASER; STRAUSS, 1967, p. 46). Tentou-se, dessa maneira, desenvolver uma teoria que “ao invés de ‘forçar’ pressuposições ou categorias/conceitos teóricos pré-existente, ou seja, de tomar a teoria como ponto de partida”, como em outros métodos, deveria “procurar conceber uma teoria fundamentada em dados a partir e representativos da realidade dos sujeitos estudados, ou seja, tomar a construção teórica como ponto de chegada” (Pinto; Santos, 2012). É uma teoria formal – ampla, geral e com a pretensão de ser generalizável – e substantiva, que tenta refletir sobre a complexidade da vida social.

Este trabalho foi construído a partir de uma visão narrativa da realidade, que pressupõe uma observação da realidade para tentar delimitar os componentes que direcionam nossa percepção do real, ao qual Moscovici chamou de representações sociais. A partir de sua relação com a construção narrativa, definida como objeto comunicacional, do estabelecimento da ideia de pertencimento e, posteriormente, de construção do Estado-nação, buscou-se uma teoria que pudesse abarcar todo esse ambiente relacional. Por isso a identificação desta tese com a *grounded theory* que, como alerta Pinto e Santos (2012), são pesquisas “específicas, limitadas em seu escopo, ricas em detalhes e aplicáveis apenas dentro dos limites de um dado contexto social”, o que requer uma atenção especial em sua capacidade de generalização para outros estudos.

A relação proposta pela *grounded theory* entre a parte teórica e empírica é, no entanto, dialética: ainda que se possa afirmar, no caso deste trabalho, que a teoria emergiu da observação dos textos, a análise serve também para comprovar a teoria apresentada. Não se propõe a pura e simples aplicação dos métodos de Glaser e Strauss (1967), mas uma análise que se identifica com a *grounded theory* e também se utiliza de outras ferramentas teórico-metodológicas para suas reflexões. Este trabalho propõe, como método, uma hermenêutica baseada na visão narrativa da realidade. A partir desse exercício hermenêutico é que definimos um contexto para a análise do corpus proposto. Em busca das figuras narrativas no discurso presidenciais do período selecionado, foi feita uma pesquisa descritiva e um estudo qualitativo dos textos selecionados, o que também se aproxima da proposta de Glaser e Strauss.

A pesquisa descritiva, primeira fase do procedimento de análise utilizado, busca descobrir a frequência com que determinado fenômeno ocorre, sua natureza e características, além de sua relação com outras manifestações semelhantes, “correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49). O estudo qualitativo, por sua vez, permite uma análise mais profunda dos dados sem rejeitar, no entanto, a quantificação, que serve de base para a análise qualitativa.

Esta tese está baseada na análise de três discursos de cada um dos dez mandatos presidenciais que representaram o país desde a eleição de 1989, a primeira eleição direta do Brasil após a redemocratização e a aprovação da Constituição de 1988, em um total de 30 discursos. Em busca de momentos de síntese das propostas identitárias de cada um deles,

selecionamos três discursos relevantes em seu primeiro ano de governo e em momentos que cumpriam a mesma formalidade: o discurso de posse perante do Congresso Nacional, geralmente feito no primeiro dia do mandato¹⁶⁰; o discurso apresentado como introdução ao documento que oficializa a abertura da Sessão Legislativa, conhecida como *Mensagem ao Congresso Nacional*¹⁶¹; e o discurso de abertura Sessão anual da Assembleia Geral das Nações Unidas, sempre feitas pelo presidente da República ou por seu Ministro das Relações Exteriores.

O que se buscou, em cada um desses discursos, é observar e descrever as manifestações de identidade presentes nos textos que pudessem, dentro do quadro teórico apresentado, se relacionar com alguns aspectos da brasilidade. Buscou-se nos textos marcadores que colaborassem para a identificação de temas que formam o núcleo figurativo da identidade nacional brasileira e que ocupam o espaço das figuras narrativas. As referências escolhidas ajudam a formar o conjunto de temas da identidade brasileira como, por exemplo, referências às conquistas de cidadania da Constituição de 1988; à atenção dada ao crescimento econômico e o desenvolvimento do país como forma de superar a condição de país subdesenvolvido; ao papel desempenhado pelo Brasil ou esperado de nosso país pela comunidade internacional; ou eventuais marcadores que possam trabalhar a autoestima do brasileiro, dentro do principal paradigma da identidade nacional.

Para realizar a análise dos dados e poder observar, descrever, classificar e interpretar a realidade pretendida, foi utilizada a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). A análise de conteúdo é, para a autora, um conjunto de instrumentos metodológicos que ajudam a revelar pontos de intersecção entre discursos variados, o que permite a descoberta de significados ocultos e a realização de inferências que nos levaram à reflexão teórica do trabalho, como propõe a *grounded theory*. A partir do conteúdo analisado, buscou-se as inter-relações entre os conceitos da brasilidade e os temas apresentados nos discursos. Para isso, recorreu-se ao

¹⁶⁰ O discurso selecionado não é o discurso feito à nação, na Esplanada dos Ministérios, mas o feito em ocasião da obtenção do título de Presidente da República, concedido pelo Congresso Nacional.

¹⁶¹ O envio de uma mensagem e do plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias, é de competência privativa do Presidente da República, conforme o Art. 84, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. Ela pode, no entanto, ser apenas entregue ou lida em plenário, de acordo com a vontade do mandatário da República.

programa de suporte à pesquisa chamado MAXQDA¹⁶², que auxilia na organização e categorização do conteúdo analisado.

5.2 Metodologia de pesquisa

Os procedimentos metodológicos organizam e dão coerência para o estudo, uma vez que explicitam as escolhas do pesquisador e esclarecem o percurso de análise empírica escolhido por ele, sendo cruciais para a compreensão dos resultados apresentados. Este trabalho explora o método qualitativo de análise – inspirado na *grounded theory* – e faz uma pesquisa descritiva. Para a coleta de dados, optou-se por uma pesquisa documental e por uma amostra não probabilística, uma vez que ela foi selecionada por conveniência e julgamento deste autor.

A análise de categorias criadas a partir dos discursos selecionados se encaixam, segundo Selltiz et al (1975)¹⁶³, no tipo de pesquisa descritiva. A partir da frequência das categorias encontradas, tentou-se classificar as relações entre o discurso oficial e a identidade nacional. O método de pesquisa realizado, a partir da descrição do fenômeno, pode ser definido como qualitativo, uma pesquisa que, diferentemente da pesquisa quantitativa, “não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados” (GODOY, 1995, p. 58). Questões de identidade coletiva e suas inter-relações com outras áreas são demasiadamente subjetivas e dependentes do contexto para serem puramente quantificadas, por isso a opção por privilegiar uma pesquisa qualitativa, mas estudos como este podem se apoiar também em dados quantitativos, como complemento à análise.

O material analisado¹⁶⁴ foi selecionado por uma pesquisa documental, com a coleta de fontes primárias, os discursos dos presidentes. A pesquisa documental, para Oliveira (2011), “vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico” (p. 39), podendo o pesquisador tirar suas próprias conclusões das análises. A seleção dessas fontes primárias foi feita por critérios determinados por este pesquisador, o que caracteriza a amostra como não

¹⁶² O MAXQDA é um software que suporta métodos de pesquisa qualitativos e mistos. Ele permite que você reúna, organize e analise conteúdos de entrevistas, discussões em grupo, pesquisas, áudio, mídia social e páginas web. Para mais informações acesse <https://www.maxqda.com/brasil>

¹⁶³ Selltiz et al (1975) divide os estudos quanto ao seu tipo em três classificações: exploratório, descritivo e de causalidade.

¹⁶⁴ As referências dos discursos estão no apêndice deste trabalho.

probabilística (MATTAR, 2001). Apesar do risco de contaminação dos resultados desse tipo de amostragem, como alertam Aaker, Kumar e Day (2004), não se encontrou outra forma de selecionar os discursos se não pela escolha do pesquisador, claro que de acordo com alguns critérios, que serão explicitados a seguir. Pode-se dizer, assim, que a opção pela pesquisa documental levou à escolha da amostra não probabilística para esta pesquisa

5.2.1 Seleção dos discursos e caracterização da amostra

O corpus selecionado para análise tenta refletir pontos de inflexão da estratégia que buscariam implementar os presidentes, em momentos formais que se repetem em todas as legislaturas. Não se pretende, no entanto, analisar a implementação desses projetos, já que isso exigiria outro tipo de abordagem e estaria fora do escopo desta tese. O primeiro grupo de textos são representados pelo discurso de posse, momento de apresentação de fato de um projeto para o país. Muitas vezes emocionado, o discurso é um bom momento para identificar os traços ideológicos e as preferências da presidência para aquele mandato. Já os textos apresentados como introdução da *Mensagem ao Congresso* representam o detalhamento do projeto, descrito no restante do documento, e dão mais consistência ao projeto apresentado na posse, agora mais condizente com a realidade e os planos de implementação da política pretendida. Por fim, os discursos feitos na abertura do debate da Assembleia Geral das Nações Unidas “costumam apresentar discursos abrangentes, em que a avaliação da situação internacional figura como pano de fundo para a enunciação da visão brasileira do mundo e para a apreciação das principais questões internacionais” (CORRÊA, 2007, p. 22).

Apesar da regularidade dos momentos formais, nem todos os presidentes seguiram as datas estabelecidas para os discursos selecionados. Dos 10 presidentes do período selecionado, entre 1990 e 2019, dois deles foram eleitos Vice-presidentes – Itamar Franco e Michel Temer – o que modifica as datas dos discursos, mas permanecem os momentos em que são feitos. Nestes dois casos, selecionou-se o discurso de posse no momento do afastamento do presidente em exercício, Collor e Dilma respectivamente, não o momento após a conclusão do processo de impeachment e a oficialização da cassação do mandato; a mensagem enviada ao Congresso

na primeira abertura da Sessão Legislativa com este presidente empossado; e o primeiro discurso feito na Assembleia Geral da ONU após o ato da posse mencionado acima.

Assim, analisamos três discursos do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992)¹⁶⁵, em 1990; o discurso de posse do presidente Itamar Franco (1992-1994), em 1992, sua Mensagem ao Congresso, em fevereiro de 1993, e o discurso de seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na ONU, no mesmo ano. No caso do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), todos os discursos selecionados foram feitos no primeiro ano de cada mandato, 1995 e 1999, sendo os dois discursos da ONU feito por seu Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Os seis discursos selecionados dos dois mandatos do presidente Lula (2003-2010), também no primeiro ano de cada legislatura, foram feitos por ele mesmo, assim como os selecionados da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). O presidente Michel Temer (2016-2018), que assumiu a presidência de forma temporária em maio de 2016, fez neste ano seu discurso de posse e na ONU, mas somente em 2017 temos sua primeira Mensagem ao Congresso. Já o atual presidente Jair Bolsonaro fez seus três discursos no ano de 2019, ano em que tomou posse de seu mandato.

A restrição da amostra, com foco no primeiro ano de governo, se deu por dois motivos principais: primeiro, pela vontade de atualizar o debate sobre propostas identitárias vindas de presidentes eleitos, dado o peso das transformações pretendidas pelo governo de Jair Bolsonaro. Com a tese sendo finalizada neste início de 2020, o primeiro ano de governo de Bolsonaro já é um fator de restrição natural da amostra. O segundo fator é que se pretende analisar as propostas de modificação, não sua implementação, por restrições metodológicas. Geralmente, efeitos de discursos precisam ser analisados por uma combinação de pesquisas quantitativas e qualitativas, debatidas e reanalisadas ao longo do tempo, o que seria outra proposta de trabalho. Cabe ressaltar, também, que não analisamos as contranarrativas, sempre presentes. Os projetos de identidade concorrentes, se assim podemos definir, poderiam ser representados pelo principal candidato de oposição, por exemplo. No entanto, optamos por não fazer este contraponto e deixar para futuros pesquisadores a missão de verificar e comparar os dados desta pesquisa com análises das contranarrativas.

¹⁶⁵ As datas entre parênteses representam o tempo de mandato de cada presidente.

5.2.2 Técnica de análise de dados

Os dados selecionados serão analisados segundo o que Laurence Bardin (2011) chama de organização categorial¹⁶⁶, em que se realiza uma análise temática a partir da divisão do conteúdo em “rubricas ou classes” (BARDIN, 2011, p. 117). O pesquisador deve estabelecer estruturas analíticas próprias, as categorias, que reúnam “elementos semelhantes extraídos do conteúdo sob títulos genéricos – autônomos, porém inter-relacionados” (RIBEIRO, 2014, p. 108), para que as informações se organizem em temas comuns, a partir de critérios determinados.

Para Bardin (2011), a categorização é uma classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo critérios previamente definidos. Esse reagrupamento pode ser feito por critérios semânticos (categorias temáticas), por critérios sintáticos (verbos, adjetivos etc.) ou critérios expressivos (perturbações da linguagem). Para que se possa inferir resultados de maneira coerente a partir das categorias selecionadas, a autora estabelece alguns critérios como a definição clara dos códigos de classificação da categoria, para garantir que cada elemento exista em apenas uma categoria, e certa homogeneidade na organização, para garantir a exclusão mútua entre as categorias (CARBONARO, 2015).

A autora francesa também divide a análise de conteúdo em três fases distintas: a “pré-análise”, quando se organiza o material que será estudado (neste caso, a seleção dos discursos diplomáticos), a “exploração do material”, feita pela divisão do conteúdo em categorias (feita, neste trabalho, por meio do MAXQDA), e o “tratamento dos resultados”, momento em que se expõem as inferências e a interpretação dos resultados.

5.2.3 Categorias de análise

O discurso político é um ambiente privilegiado para a manifestação de vontades de verdade, tendo a capacidade de determinar, para nós, o que é aceito como realidade. Sua posição

¹⁶⁶ Para Bardin (2011), os dados analisados pelo método da análise de conteúdo podem ser divididos em: avaliação, enunciação, expressão e categorial.

de poder e legitimidade estabelece no imaginário coletivo para qual destino comum queremos caminhar como comunidade nacional, condicionando a autopercepção do *eu* e do grupo, colaborando para dramatização de nossas narrativas identitárias. Esses discursos são parte crucial da construção do acumulado histórico da nação no tempo, por isso são determinantes para a narrativa de país. Ainda que restrito ao primeiro ano de governo e com apenas três discursos de cada um dos 10 presidentes, acreditamos que esta análise ajude a elucidar projetos que tentam reforçar ou transformar o núcleo figurativo da identidade nacional, em um jogo que move as peças dos fundamentos de legitimidade do próprio Estado, como aparato burocrático, e da nação, como elemento central do pertencimento no mundo contemporâneo.

A seleção de momentos formais, sempre rituais, nos ajuda a identificar os estímulos que reforçam ou refutam determinados grupos de representações sociais que serão ancorados e objetivados em nossas narrativas nacionais. O conjunto de figuras narrativas manipulado por projetos de poder em constante disputa, ainda que muitas vezes entre grupos restritos, criam arcos dramáticos que moldam e modificam os fios narrativos que serão determinantes na construção de nossa percepção da realidade e, assim, de nós mesmos. Cabe ao leitor da narrativa identificar também no poder público um criador de narrativas e, dessa maneira, passar a assimilar criticamente as vontades de verdade de seu tempo que tentam se impor como as únicas de fato verdadeiras.

Sem a pretensão de sermos exaustivos e listar todas as figuras narrativas que constituem os mitos nacionais brasileiros, selecionamos quatro que parecem ser representativas o suficiente para analisarmos os objetivos identitários dos presidentes da República que assumiram o poder após a promulgação do texto constitucional de 1988: *autoestima, economia e desenvolvimento, cidadania e Brasil no mundo*. Com essas quatro categorias, tentaremos identificar e relacionar as manifestações discursivas dos projetos de identidade dos diferentes governos, compreendidas como parte de políticas e estratégias narrativas do poder público que estabelecem um projeto de nação para o Estado brasileiro. Optou-se por apresentar, em primeiro lugar, as categorias mais relacionadas com o Estado brasileiro, *economia e desenvolvimento e cidadania*, para depois apresentar as categorias mais relacionadas com a ideia de nação, *Brasil no mundo e autoestima*.

5.2.3.1 *Economia e desenvolvimento*

O papel dos temas *economia e desenvolvimento*, agregados neste trabalho em uma única categoria, marcou o debate sobre os rumos da nação por muitos anos. Caio Prado Jr., Celso Furtado e até mesmo Fernando Henrique Cardoso, um dos autores dos discursos selecionados, foram grandes debatedores das causas e fundamentos das estruturas internas e externas que determinariam ou não o desenvolvimento econômico brasileiro. O desenvolvimento como vetor está presente há muitos anos e dialoga diretamente com a ideia de “país do futuro” no imaginário coletivo brasileiro. Apesar de sua presença histórica, a promessa de se alcançar o desenvolvimento só havia estado tão presente no imaginário coletivo brasileiro nos anos 1970, época do “milagre econômico” e em que o questionamento da realidade não era parte do cotidiano nacional. Soma-se a isso a triste realidade vivida pelo país na década de 1980, conhecida como a década perdida, com uma forte dívida externa, hiperinflação e desequilíbrio crônico das contas públicas, temos um tema que certamente seria central para o debate político no Brasil dos anos 1990.

A forma isolada como a economia aparece, em um primeiro momento, e o desenvolvimento como condição para a resolução dos problemas sociais parecem muito próximos de uma estrutura autoritária e elitista de poder, bem aos moldes do que vimos no capítulo anterior. Ninguém discute a importância do desenvolvimento econômico para o bem geral do país. No entanto, a ideia de que temos que “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”, como afirmava o ex-Ministro da Fazenda Delfim Netto (1967-1974), parece permanecer como estrutura mental dos governantes do país, sem que mudanças nas estruturas de privilégios pudessem ser uma alternativa para abrir espaço para os investimentos sociais, por exemplo.

Além da estrutura elitista do discurso econômico, em um embate de modelos e soluções para combater os problemas estruturais do país bastante similar aos do século XIX, pode-se afirmar que a centralidade do Estado na tomada de decisão também é uma constante na definição dos rumos do país. Como no debate sobre os liberais e conservadores do Império, a grande presença da categoria *economia e desenvolvimento* nos discursos presidenciais ainda parece muito marcada pelo papel determinante do Estado na articulação da sociedade brasileira. Ao contrário do que pode parecer, em um primeiro momento, não tratamos aqui da presença ou

não do Estado brasileiro na economia nacional, que estaria relacionado com a capacidade do mercado de se autorregular e, portanto, parte de uma outra discussão. O debate da centralidade do Estado deve estar focado em seu papel de inibidor da autonomia da esfera pública e, portanto, do fortalecimento da sociedade civil na determinação dos rumos do país.

A categoria *economia e desenvolvimento* pretende-se, portanto, muito mais ligada ao aparato burocrático do Estado, do que ao debate da nação. No entanto, ela é, também, um elemento de perpetuação das estruturas de mando e obediência que sobreviveram ao texto constitucional de 1988. É interessante notar que não existe uma contranarrativa de fato a esta categoria, uma vez que grupos políticos distintos possuem projetos políticos diferentes, mas todos eles valorizam muito a economia. Poderiam existir modelos que subvertessem a lógica do Estado patriarcal brasileiro e combatessem de fato os privilégios, ampliando e dando autonomia à esfera pública. O que observamos é uma variação na intensidade da independência desse discurso, hora mais centrado em temas puramente econômicos, hora vinculados ao social, mas sem que de fato as estruturas de poder sejam realmente alteradas.

Todos os trechos selecionados para esta categoria estão relacionados com economia ou desenvolvimento, seja em termos como inflação, dívida externa, déficit governamental, seja em planos econômicos e de reformas que estivessem vinculadas à economia.

Tabela 2 – Exemplos de trechos categorizados como *economia e desenvolvimento*

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
1990	Fernando Collor de Melo Discurso de posse	A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta anti-inflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição.
1995	Fernando Henrique Cardoso Mensagem do Congresso	A esta altura, sete meses após o seu lançamento, não cabem dúvidas sobre a eficácia do Plano Real do ponto de vista do controle da inflação e seus efeitos positivos em relação ao desempenho da economia.
2015	Dilma Rousseff Discurso na ONU	O Brasil no entanto não tem problemas estruturais graves, nossos problemas são conjunturais. E diante dessa situação estamos reequilibrando o nosso orçamento e assumimos uma forte redução de nossas despesas, do gasto de custeio e até de parte do investimento. Realinhamos preços, estamos aprovando medidas de redução permanente de gastos.

5.2.3.2 Cidadania

A categoria *cidadania* é, talvez, a mais interessante das quatro selecionadas. O equilíbrio tênue entre os direitos civis, políticos e sociais no Brasil, como vimos, nunca foi fácil, alternando momentos com maior ênfase em um ou outro grupo de direitos, mas sem de fato conquistarmos uma cidadania para todos os cidadãos, como vimos com José Murilo de Carvalho (2002). A forte restrição dos direitos no período da Ditadura Militar (1964-1985) e o engajamento da sociedade civil na reconstrução da democracia brasileira criaram um texto constitucional com capacidade não apenas de proteger os direitos aos quais o país aspirava, mas abriu a possibilidade para interpretações que ampliariam gradativamente o acesso à cidadania pelas minorias e excluídos. Claramente, a Constituição Federal de 1988 deu mais autonomia à esfera pública, o que fortaleceu a opinião pública capaz de exercer pressão sobre o poder e de fato impor conquistas importantes como a manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS), o aprofundamento do acesso às universidades, as cotas para portadores de deficiência no mercado de trabalho etc.

Ainda assim, como vimos na análise da categoria anterior, o texto constitucional não foi capaz de alterar de uma vez por todas as estruturas de poder e muitos marcadores sociais da diferença continuam presentes em nossa comunidade nacional. As conquistas sociais são vistas, algumas vezes, como ilegítimas pelo grupo dos privilegiados que haviam conquistado determinados direitos antes, como dissemos no debate sobre a inclusão dos negros na sociedade brasileira do século XX. Paulo Guedes, Ministro da economia do governo Bolsonaro, por exemplo, em resposta a uma pergunta sobre a alta do câmbio, ressaltou um forte marcador social da diferença ao afirmar que “não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Vamos importar menos, fazer substituição de importações, turismo. [Era] todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada”¹⁶⁷. A frase infeliz do Ministro combina bastante com algumas outras muito ouvidas no Brasil, antes da crise econômica que atingiu o país em 2015, que dizia que os aeroportos estavam parecendo

¹⁶⁷ Frase dita em palestra proferida pelo Ministro no Seminário de Abertura do Ano Legislativo da Revista Voto, no dia 12 de fevereiro de 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/domestica-ia-para-disney-com-dolar-barato-diz-guedes-uma-festa-danada.shtml?origin=folha> (acessado em 25/07/2020).

rodoviárias, como se somente um determinado grupo de brasileiros estivesse autorizado a frequentar aeroportos ou a viajar para a Disneylândia, em Orlando, nos Estados Unidos.

Esta categoria representa, portanto, o diálogo do discurso político com questões de direitos sociais, econômicos e políticos, relacionados à democracia, educação, acesso a serviços públicos, transparência e muitos outros temas que estão relacionados não só à sociedade civil organizada, mas à própria organização política brasileira, no respeito à oposição ou ao equilíbrio de poderes na República nacional. Da mesma maneira que *economia e desenvolvimento*, esta categoria também se ampara no aparato burocrático do Estado, buscando separar o público do privado e garantir acesso igualitário a todos os cidadãos aos direitos estabelecidos pelo texto constitucional. Sua contranarrativa é a própria organização social e política brasileira que, como vimos, ainda é marcada pelo clientelismo, pela invasão do público pelo privado e pela prevalência das relações cordiais no sentido que lhe confere Sérgio Buarque de Holanda. O mais interessante é notar que, muitas vezes, posições contra algumas formas de direito se dão no campo da nação, do simbólico, evocando a religião ou a tradição, reforçando a falta de racionalidade das relações entre o Estado e sua população ou, como diria Roberto DaMatta (1997), reiterando uma sociedade de pessoas, contaminada pelo doméstico, ao invés de uma sociedade de indivíduos autônomos e capazes de fazer suas próprias escolhas.

Os códigos utilizados nesta categoria são, portanto, aqueles que estão relacionados a algum dos direitos que mencionamos ou a questões que levem a sua ameaça ou preservação, como desigualdade social, corrupção, direitos humanos, questões de segurança pública, educação, pesquisa científica, garantia da democracia, equilíbrio dos poderes, relacionamento com a oposição etc.

Tabela 3 – Exemplos de trechos categorizados como *cidadania*

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
1992	Itamar Franco Discurso de posse	Conclamo, portanto, a todos os Ministros para que exerçam extrema vigilância na proteção do interesse público. Todos os negócios do Estado têm de ser analisados à exaustão a fim de se evitar qualquer prejuízo ao bem comum.
2003	Lula Discurso na ONU	O diálogo democrático é o mais eficaz de todos os instrumentos de mudança. A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário.
2017	Michel Temer Mensagem ao Congresso	Obra coletiva que envolve, necessariamente, União, Estados e Municípios. Estamos fortalecendo o espírito federativo. Políticas que atendam aos anseios dos brasileiros demandam, na diversidade que é nossa marca, a convergência de propósitos e de ações dos entes federados. Somos todos agentes públicos a serviço do cidadão.

5.2.3.3 Brasil no mundo

O papel que o Brasil ocupa no sistema internacional sempre foi importante para nossos nacionais. Seja na contradição fundamental do mito fundador do país, em busca de uma modernidade que não era permitida pelo sistema escravista, seja na ideia de almejava um futuro como na Europa ou na América do Norte, buscar uma inserção autônoma ou a validação de ações nacionais no plano internacional sempre foi parte da forma como o brasileiro se colocou no mundo. Esta é uma categoria que dialoga diretamente com a hipertrofia de futuro que mencionamos acima, presente em muitos dos *intérpretes do Brasil*.

Desde o descobrimento, o Brasil foi visto como “paraíso terreal”¹⁶⁸, nas palavras de Holanda (1998), “debuxado por numerosos cartógrafos, afincadamente buscado pelos viajantes e peregrinos, pareceu descortinar-se, enfim, aos primeiros contatos dos brancos com o novo continente” (p. X¹⁶⁹). Assim nasce o mito de um Brasil como terra prometida, como um “país que, indubitavelmente, está destinado a ser um dos mais importantes fatores do desenvolvimento futuro do mundo”, como escreve Stefan Zweig, em seu livro *Brasil, país do*

¹⁶⁸ Sergio Buarque de Holanda (1998) usa o termo no sentido de um paraíso na Terra.

¹⁶⁹ Citação feita no *Prefácio à segunda edição*, cuja numeração de páginas está em numeral romano.

futuro (2006, p. 13). O livro de Zweig, publicado pela primeira vez em 1941, certamente colaborou para a popularização do termo que deu título à obra no imaginário coletivo brasileiro. Ainda que, como afirmam Schwarcz e Starling (2015), o Brasil tenha sido “para uns, breve paraíso; para outros, inferno sem fim; para outros, ainda, espécie de purgatório na Terra” (p. 19), o otimismo – outro traço do caráter nacional – faz com que se olhe “o país como uma aposta positiva de longo prazo”, (BOMENY, 2009, p. 346), como fazia Darcy Ribeiro (CARBONARO, 2015).

A ideia de um futuro promissor do país está, também, diretamente relacionada com a categoria da *economia e desenvolvimento*. Afinal, somente com o desenvolvimento do país seria possível uma inserção autônoma como pretendida e, assim, superaríamos finalmente a moléstia de Nabuco. Este é, ao menos em parte, o espírito do livro *Formação Econômica do Brasil* (2003), de Celso Furtado, que acredita que a industrialização induzida pelo Estado seria capaz de levar o Brasil ao desenvolvimento. De qualquer maneira, seja como paraíso na Terra ou como país próximo de chegar ao sonhado desenvolvimento, a ideia de um país articulado no cenário internacional sempre figurou como parte central de superação da contradição fundamental relatada pelos intérpretes e, assim, o Brasil poder se inserir finalmente na harmonia da civilização.

Esta é uma das categorias mais consensuais ao longo da história brasileira, tendo o desejo de inserção internacional de forma autônoma e independente permanecido relativamente estável até mesmo durante a Ditadura Militar. Entre 1964 e 1985, manteve-se, em linhas gerais, a orientação de política externa formulada no Governo Jânio Quadros e mantida por João Goulart, a Política Externa Independente (PEI). A PEI tinha como conceito a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a defesa da paz e do desarmamento e a desideologização da política externa, o que permitia algumas aproximações pouco convencionais, como uma política africana, a missão comercial à União Soviética e a oposição às sanções contra Cuba no âmbito Organização dos Estados Americanos (OEA), propostas pelos Estados Unidos em 1962. Apesar de seu alinhamento ideológico com o bloco ocidental e sua política interna conservadora, Jânio Quadros deu liberdade para seu chanceler Afonso Arinos criar uma política externa inovadora, pois estava convencido que esta poderia ser a melhor forma de utilizar a diplomacia como instrumento de desenvolvimento nacional. Ao assumirem o poder, após um curto período de

alinhamento automático com os Estados Unidos no governo Castello Branco (1964-1967), os militares reforçaram as ideias da PEI com a Diplomacia de Interesse Nacional¹⁷⁰, no governo Médici (1969-1974), e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico¹⁷¹, do governo Geisel (1974-1979), reforçando aproximações que, posteriormente, seriam chamadas de Sul-Sul, sobretudo na gestão do chanceler Azeredo da Silveira à frente do Itamaraty (1974-1979).

Em linhas gerais, nove dos dez presidentes analisados seguem este modelo de inserção internacional, pendendo mais para um grupo ou outro de países, mas seguindo os preceitos de inserção internacional determinados no artigo 4º da Constituição Federal de 1988¹⁷². A única exceção é o Governo Bolsonaro que, em seu primeiro ano de governo, optou por uma política externa alinhada aos interesses estadunidenses e em defesa dos valores da sociedade ocidental, cristã e conservadora, como reitera o Ministro Ernesto Araújo¹⁷³ em suas intervenções. Esta é, talvez, a única contranarrativa que poderíamos citar a esta categoria, mas ainda é cedo para tentar analisar seus efeitos sobre as figuras narrativas da brasilidade, sobretudo sobre a moléstia de Nabuco. Nesta categoria, portanto, buscamos selecionar todos os trechos que estivessem ligados a um posicionamento autônomo brasileiro no mundo ou a uma tentativa brasileira de validar sua presença como ator importante do cenário das relações internacionais.

¹⁷⁰ A Diplomacia do Interesse Nacional, comandada pelo chanceler Mário Gibson Barbosa, representou a retomada da política africanista, sobretudo após 1973, quando o Brasil deixa de apoiar a política colonialista de Portugal e repudia a repressão dos lusitanos na África. Houve, também, uma aproximação maior com os países árabes, devido ao aumento de importância do petróleo no cenário internacional.

¹⁷¹ O Pragmatismo Responsável buscou ativamente maior protagonismo para o Brasil nos organismos internacionais, incrementou a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento mútuo, baseada em princípios de respeito à soberania e à autodeterminação dos povos e de repulsa ao colonialismo e à discriminação racial. O chanceler Azeredo da Silveira, a partir desses princípios, aprofundou as relações brasileiras com a África ainda mais, ao reconhecer a independência de países como Guiné-Bissau (1974) e, principalmente, Angola (1975). Houve, também, uma continuidade nas relações com os países árabes, com a instalação de um escritório da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em Brasília e uma cooperação com alguns Estados árabes para prospecção de petróleo. Em 1974, o Brasil também retomou suas relações com a República Popular da China e se afasta de Taiwan. Em 1978, assina o Acordo Quadro de Cooperação Multilateral na Amazônia com todos os países da bacia hidrográfica do Rio Amazonas (Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Suriname e Guiana).

¹⁷² Este artigo da Constituição Federal trata dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil e contém, em seu parágrafo único, o seguinte texto: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”, o que ressalta claramente a intenção do constituinte em valorizar a identidade latino-americana no país.

¹⁷³ Os discursos do Ministro estão disponíveis em Itamaraty.gov.br.

Tabela 4 – Exemplos de trechos categorizados como *Brasil no mundo*

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
1999	Fernando Henrique Cardoso Discurso de posse	O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros. Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado.
2011	Dilma Rousseff Mensagem ao Congresso	Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo. Nossa participação nas Forças da ONU – especialmente na Missão para a Estabilização do Haiti – é emblemática do nosso compromisso com a paz e a estabilidade democrática.
2019	Jair Bolsonaro Discurso na ONU	Nas questões do clima, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, e em tantas outras, tudo o que precisamos é isto: contemplar a verdade, seguindo João 8,32: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”.

5.2.3.4 Autoestima

A autoestima está relacionada a uma crença em si mesmo, em seus valores, ideias e possibilidades que surgem do contexto em que você está inserido. Esta categoria está, assim, ligada a todas as outras, no sentido de que a superação das contradições da sociedade brasileira, seja ela econômica, social, política ou de inserção no mundo, todas afetam a autoavaliação que temos de nós mesmos, como nacionais do Brasil. A ideia de um Brasil grande, de um futuro promissor, apelos de patriotismo, busca de um Brasil novo, uma esperança renovada a cada nova eleição, todos são fatores que podemos colocar como parte de uma estratégia de aproximação entre governante e governados.

Melhorar a autopercepção do brasileiro pode ser o remédio para a moléstia de Nabuco e uma forma de superar o “bovarismo” de que fala Sérgio Buarque de Holanda. Novamente voltamos à questão do conflito entre o local e o universal, tendo os discursos presidenciais tentado dar os “pretextos pessoais ou históricos”, tão buscados por Nelson Rodrigues (1995, p. 23), para podermos reafirmar a nossa autoestima como brasileiros. O grande problema é que, ao se fazer presente no discurso político e não se realizar na prática, o que parecia ser um ganho

de autoestima se torna uma crítica ainda maior. Por isso a descrença das instituições políticas parece uma constante na política nacional. Sem enfrentar seus problemas estruturais, nunca vamos superar as angústias que nos impedem o orgulho nacional sem ressentimento.

Para entender a questão da autoestima no Brasil dos últimos anos, a pesquisa de campo feita pela antropóloga Lucia Scalco e cientista social Rosana Pinheiro-Machado (2018) sobre consumo popular e política na última década (2009-2019) na região de Porto Alegre parece indicar um dos possíveis caminhos de análise. As pesquisadoras defendem no artigo que a inclusão social e financeira dos anos que ocorrera nos anos do governo Lula (2003-2010), com foco no acesso a direitos, universidades, crédito e bens materiais, trouxe uma considerável melhora na autoestima e no orgulho – que elas chamam de autovalor – das classes populares brasileiras. Estas, por meio do consumo, conseguiram vencer diversos dos marcadores de diferença presentes na sociedade brasileira. Assim, esta foi a época em que, segundo o Ministro Paulo Guedes, as empregadas iam à Disneylândia, em que muitos puderam andar pela primeira vez de avião e os jovens da periferia andavam orgulhosos pelos Shopping Centers do país, em um movimento que ficou conhecido como *rolezinho*¹⁷⁴. O consumo, então, “passou a ser um meio fundamental de reconhecimento, visibilidade e cidadania entre as camadas populares”, lutando contra o ressentimento e desafiando o monopólio simbólico do consumo da elite, mas também desarticulando as bases coletivas da atuação da esquerda nas periferias. A metáfora do novo Brasil, escrevem Pinheiro-Machado e Scalco (2018), era “o autovalor do pobre e o recalque das elites”.

Em 2014, quando a crise econômica e política atingiu o país, se agravando ainda mais no ano seguinte, o resultado imediato foi a degradação do poder de compra das populações periféricas, o que atingiu o ponto central da recente conquista de autoestima deste grupo. Sem acesso aos bens, que modificavam suas representações sociais e se concretizavam na conquista de novos bens simbólicos, parte da narrativa que havia sido construída e que lhes traziam o autovalor também se foi. O problema, como explicam Pinheiro-Machado e Scalco (2018), não foi exatamente a inclusão pelo consumo, mas foi “a soberba da confiança de que só ela bastaria sem mexer de forma profunda na estrutura da desigualdade social”. Sem a articulação de base

¹⁷⁴ O nome e as atitudes desses centros de compras em relação ao jovem de periferia, muitas vezes não permitindo o acesso deles aos estabelecimentos, mostravam que as conquistas ainda eram muito frágeis e que os marcadores sociais da diferença não haviam sumido de nossa sociedade.

que havia sustentado as esquerdas por muito tempo e, agora, também sem a autoestima gerada pelo consumo, a fidelidade eleitoral não se manteve e, na região pesquisada por elas, todos os bairros tiveram maioria de votos para a candidatura de Bolsonaro, nas eleições de 2018. Em um momento o sistema político brasileiro estava afundando na corrupção, tendo o Partido dos Trabalhadores como centro dessa narrativa, sobretudo na mídia hegemônica, a promessa de acabar com “tudo que está aí” parecia uma solução interessante para as classes populares.

Em um país em que a ideia de um futuro brilhante é parte da própria identidade nacional, a autoestima parece ser crucial para a conquista do eleitor. Porém, como tentamos demonstrar, ela só se sustenta sobre bases reais de transformação social, tendendo a erodir junto com as motivações que a sustentaram durante determinados períodos. Esta é a relevância de identificar essa categoria nos discursos políticos.

Tabela 5 – Exemplos de trechos categorizados como *autoestima*.

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
1990	Fernando Collor Discurso de posse	A palavra de ordem do meu governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, a plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil.
2007	Lula Discurso de posse	O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população. Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.
2019	Jair Bolsonaro Mensagem do Congresso	Falo, ainda, da resistência de um povo, de uma Nação. O Brasil resistiu a décadas de uma operação cultural e política destinada a destruir a essência mais singela e solidária de nosso povo, representada nos valores da civilização judaico-cristã. Esse processo começou pela dominação cultural nos espaços de formação e informação, passou pela ocupação do poder nas estruturas públicas e instituições e, por fim, chegou ao próprio Governo. O Estado foi assaltado.

5.3 Análise e interpretação dos resultados

A partir da teoria e dos procedimentos metodológicos apresentados, pretende-se, nesta parte do trabalho, apresentar uma análise dos resultados encontrados na categorização dos discursos, feita com auxílio do software MAXQDA¹⁷⁵. Como descrito no *enfoque de pesquisa*, foram selecionados 30 discursos dos últimos 10 presidentes brasileiros, incluindo o atual mandatário, Jair Bolsonaro.

5.3.1 Resultados das análises

Os discursos presidenciais foram lidos e categorizados dentro dos quatro temas descritos: *economia e desenvolvimento*, *cidadania*, *Brasil no mundo* e *autoestima*. Nesta parte do trabalho, apresenta-se as ocorrências dos códigos selecionados para identificar cada uma delas, de acordo com os índices pré-selecionados. Os resultados serão apresentados juntamente com sua interpretação.

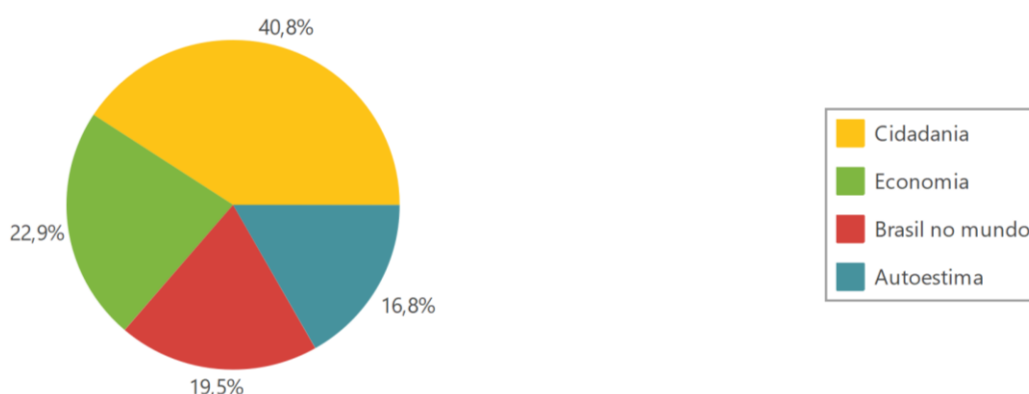
Foram encontrados, no total, 990 códigos de identificação. Cada uma das quatro categorias representa um grupo de ideias traduzidas em um vocabulário específico que faz alusão àquela categoria, independentemente de sua extensão no texto. As referências, no entanto, foram feitas por assuntos, não podendo se repetir em um mesmo parágrafo, nem o mesmo trecho conter duas categorias, apesar de termos aceitado mais de uma categoria por parágrafo, quando não superpostas. Segundo Laurence Bardin (2011), este processo de seleção dos índices classifica-se como um recorte pelo significado, o que está dentro do que a autora defende que deve ser a análise de conteúdo. Os diversos códigos de identificação formam um conjunto de índices com referência a conteúdos similares que, quando agrupados, compõem as categorias.

O código com maior presença é *cidadania*, com um total de 404 referências, 40,8% do total, e presença em todos os discursos analisados. Com quase metade das referências, *economia e desenvolvimento* aparece com 227 referências (22,9%) e em 29 discursos, seguido por *Brasil*

¹⁷⁵ O uso de programas de suporte à pesquisa permite uma categorização não manual, mas não exclui a leitura cuidadosa dos textos.

no mundo, com 193 referências (19,5%) encontradas em 27 discursos e *autoestima*, com 166 referências (16,8%) e, apesar de ser a quarta em números, esteve presente nos 30 discursos analisados. Veja a distribuição percentual das categorias na Tabela 6.

Tabela 6 – Porcentagem de referências por categoria



A predominância da *cidadania* já era esperada, pois os índices que a identificam são mais genéricos e incluem questões bastante relevantes para a sociedade brasileira, como segurança pública, desigualdade social, educação e pesquisa científica, corrupção e direitos humanos, por exemplo. Além de em maior número, é também encontrada em todos os discursos dos dez presidentes e com a maior porcentagem por governo, como podemos ver na Tabela 7. Com uma orientação mais voltada para o social, os dois governos do presidente Lula e da presidente Dilma ficam acima da média nesta categoria, que é de 41% das referências. É interessante notar que o primeiro ano do segundo governo Dilma, em 2015, muito marcado pelos protestos de 2013 e 2014, é o grupo de discursos em que a *cidadania* aparece com mais força, com 53% das ocorrências. Outro ponto a ser destacado é o governo Temer que, logo após o impeachment de Dilma, tem um total de 49% desta categoria, mesmo não sendo identificado como um governo de orientação para o social; e o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso que, em meio à crise econômica que afetava os países do sudeste asiático e a Rússia, é o grupo de textos com menos menção a esta categoria.

Tabela 7 – Quantidade e percentual de cada categoria dividida por governo

	Cidadania		Economia		Brasil no mundo		Autoestima	
Collor	44	34%	26	20%	41	31%	20	15%
Itamar	23	38%	9	15%	14	23%	14	23%
FHC 1	37	39%	22	23%	15	16%	22	23%
FHC 2	39	31%	38	31%	20	16%	27	22%
Lula 1	38	44%	11	13%	17	20%	20	23%
Lula 2	43	42%	27	26%	17	17%	16	16%
Dilma 1	48	44%	26	24%	21	19%	15	14%
Dilma 2	79	53%	43	29%	18	12%	9	6%
Temer	28	49%	14	25%	10	18%	5	9%
Bolsonaro	25	34%	11	15%	20	27%	18	24%

Surpreende, de certa maneira, o relativo equilíbrio entre as três outras categorias. A categoria *economia e desenvolvimento*, com uma pequena vantagem sobre as outras duas em número de citação, poderia ter sido bem mais recorrente, dado o espaço que ocupa na mídia e nos discursos circulantes dessas três últimas décadas. Além do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, como citamos acima, a categoria ganha destaque no segundo Governo Dilma, com 29% das citações. Já os governos do presidente Itamar Franco (15%), o primeiro mandato de Lula (13%) e o governo Bolsonaro (15%), dão pouco destaque ao tema nos discursos selecionados.

As categorias *Brasil no mundo* e *Autoestima* são as menos citadas, o que também era previsível. O discurso que busca posicionar o Brasil na comunidade internacional, seja para mostrar sua grandeza ou para validar suas ações, ocupa um lugar relativamente secundário na agenda nacional. Havia um receio, no início desta pesquisa, que a seleção dos discursos de abertura da Sessão anual da Assembleia Geral das Nações Unidas pudesse desequilibrar a balança entre as categorias, supervalorizando a presença do Brasil no mundo. No entanto, a leitura dos discursos mostra que temas internos também são muito comuns neste tipo de texto, praticamente equilibrado com as referências à categoria *cidadania*, como demonstrado na Tabela 8. Merece destaque o governo Collor, com mais de 10 pontos percentuais acima da média dos presidentes, e o governo Bolsonaro, com 8 pontos acima. O ano de 1990 marcou a reinserção do Brasil no mundo democrático, o que contaminou os discursos da época. Já o ano de 2019 é marcado por uma virada na política nacional e uma proposta de modificação da

inserção do Brasil na comunidade internacional, como vimos na descrição da categoria *Brasil no mundo*. Pouco afeita às relações internacionais e em meio a uma crise de legitimidade interna, mesmo após sua reeleição, o segundo mandato da presidente Dilma é o que menos faz menção a esta categoria em seu primeiro ano de governo. Já as referências à *autoestima* são bastante equilibradas entre os presidentes, com uma média de 17% das citações. Os dois destaques principais são o segundo governo Dilma e o governo Temer, com apenas 6% e 9% das referências nesta categoria.

Tabela 8 – Quantidade e percentual de cada categoria dividida por tipo de discurso

	Cidadania		Economia		Brasil no mundo		Autoestima	
Discursos de Posse	195	27%	227	32%	193	27%	97	14%
Msg. ao Congresso	116	42%	102	37%	27	10%	32	12%
Discurso na ONU	93	34%	41	15%	106	38%	37	13%

Ao olharmos a divisão de categorias por tipo de discurso, no entanto, podemos observar uma divisão mais clara dentre as categorias. A *economia e desenvolvimento* prevalece nos discursos de posse (32%), com um equilíbrio entre *cidadania* e *Brasil no mundo*. Nas mensagens enviadas ao Congresso Nacional, que devem conter todos os programas de governo, é clara a predominância da *cidadania*, com 42% das referências, e da *economia e desenvolvimento*, com 37%. As categorias *Brasil no mundo* e *autoestima* ficam bem abaixo, com 10% e 12%, respectivamente. Já nos discursos feitos nas Nações Unidas, há um equilíbrio entre *cidadania* (34%) e *Brasil no mundo* (38%). É interessante notar, também, a regularidade da categoria *autoestima*, girando em torno dos 13% nos três grupos de discursos.

A variação dos números nas tabelas, sobretudo na Tabela 7, demonstra que as variáveis são muito dependentes de seu contexto imediato, não possibilitando grandes considerações a partir dos números. Uma análise qualitativa, no entanto, permite que observemos o que não está na análise quantitativa dos números, que é o tom e as formas como são colocadas as diversas questões analisadas. Em alguns momentos, as categorias aparecem de forma negativa, propondo o inverso do que a categoria poderia supor. A Tabela 9 contém trechos dos discursos de posse em que o presidente cita a oposição ou o governo anterior.

Tabela 9 – Trechos em que os discursos citam a oposição ou se referem ao governo anterior

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
1999	Fernando Henrique Discurso de posse	Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que temos divergências, em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.
2011	Dilma Discurso de posse	Mais uma vez, estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte e do meu Governo discriminação, privilégios ou compadrio. A partir deste momento, sou a Presidenta de todos os brasileiros.
2019	Jair Bolsonaro Discurso de posse	A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso. A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história. Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história. Um capítulo no qual o Brasil será visto como um país forte, pujante, confiante e ousado

Sem citar diretamente a oposição, o presidente Jair Bolsonaro não manifesta, como os outros presidentes, sua vontade de trabalhar com a oposição para a construção de um Brasil melhor, como fazem os outros presidentes. Outro ponto interessante é a proposta de uma cidadania seletiva, propondo uma união dentro de parâmetros que não englobam toda a cidadania brasileira, restringindo a participação da nação brasileira a quem respeitar “nossa tradição judaico-cristã (...), conservando nossos valores”, além do “compromisso de colocar o Brasil acima de tudo”, o que pode até ser visto como uma frase patriótica, e “Deus acima de todos”, o que fere claramente a separação entre Igreja e Estado. Não é uma questão da necessidade de não religião dos líderes da República. São poucos os discursos selecionados que não mencionam Deus. Porém, apenas nos discursos do presidente Bolsonaro observados uma vontade deliberada de agir em nome de Deus no governo da coisa pública. Há, também, um ataque deliberado ao antigo governo e uma falta de respeito à oposição, o que também não é observado em nenhum outro discurso. Em discurso nas Nações Unidas, por exemplo, Bolsonaro afirma que o Brasil esteve “próximo do socialismo” e que os governos anteriores tentaram

“destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica”.

Vale ressaltar que, apesar de fora do hábito dos discursos presidenciais, não se pode afirmar qual efeito este tipo de abordagem terá no núcleo figurativo da identidade nacional. O que podemos afirmar, no entanto, é uma mudança clara na estratégia identitária do presidente Bolsonaro, se comparado aos outros presidentes. Uma análise qualitativa dos discursos nos permite afirmar que, entre 1990 e 2016, os projetos identitários variaram muito pouco. Sejam governos mais orientados por políticas de mercado ou por discursos mais sociais, todos eles seguem de perto os preceitos definidos na constituição, com respeito ao jogo democrático de poder e às opiniões contrárias. O que observado no atual governo é algo novo, em que as bases dos discursos não são os valores escritos no texto constitucional, mas uma série de preceitos que dialogam muito mais com um conjunto de valores externos ao que apresentados pelos *intérpretes do Brasil*. A inspiração religiosa do discurso, por exemplo, é apresentada em sentido contrário ao que é hoje utilizado pelo governo, não conseguindo criar raízes nem mesmo no Brasil colônia, como fonte identitária, como descreve Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (2016). Há, no entanto, um ponto que parece bastante ligado aos debates da nacionalidade brasileira, mas também com sinal contrário às pretensões da Constituição de 1988, que seria a valorização da família acima dos valores da cidadania.

Faz-se necessário, neste momento, reconhecer as limitações das análises aqui propostas. Foram poucos os discursos analisados, diante da complexidade dos projetos identitários, o que certamente restringe a capacidade de generalizações para além das aqui apresentadas. Isso não quer dizer que as inferências realizadas não sejam corretas. Pode-se afirmar, portanto, que todas as reflexões feitas neste capítulo são válidas apenas para a amostra considerada, devendo o leitor levar isso em consideração antes de realizar qualquer inferência relacionada a fontes externas a este trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma visão narrativa da realidade, as discussões propostas neste trabalho tentaram estabelecer um quadro teórico-metodológico de referência para análises das relações entre identidade e discursos institucionais, de forma geral, e entre identidade nacional e os discursos presidenciais, especificamente. Observamos o papel central da narrativa na construção da rede simbólica da identidade ligada ao Estado-nação e demonstramos como ela é primordial para o estabelecimento da própria legitimidade do Estado como entidade abstrata detentora da soberania, formando o tipo de organização que rege nossa percepção da realidade.

Como não poderia deixar de ser, esta tese também é uma construção narrativa, contaminada pela visão de seu autor, por um lado, e pela própria arco dramático da História e Política ocidental, que direcionam nosso olhar para determinadas estruturas ideológicas, teóricas e metodológicas, encadeando os fatos para que façam sentido para o leitor final desta narrativa. A partir deste percurso determinado de formação do pensamento moderno e de construção do Estado-nação, excluimos todas as outras possibilidades de formação das unidades políticas que regem nosso mundo hoje, dando prioridade para uma visão eurocêntrica e excludente por princípio. Mais adiante, a micronarrativa do autor, sua visão de mundo, se mescla com a metanarrativa proposta pelo Pensamento Político Brasileiro e pelos *Intérpretes do Brasil*, consolidadas pela Academia, para apresentar uma realidade que será, posteriormente, tida como a única possível para a análise dos discursos.

Sendo o próprio conhecimento parte de uma narrativa construída historicamente, selecionada por determinados atores sociais em detrimento de outros, esta contradição primordial permeia toda produção do conhecimento e não tivemos a pretensão de fugir dela. Conhecer os limites da produção acadêmica é um primeiro passo para a justificar: ainda que seja uma narrativa e, portanto, uma construção simbólica e distante do real (como apresentamos no capítulo 2), seu estabelecimento como ciência exige um método, uma validação coletiva que o torna parte da vontade de verdade de nosso tempo, estabelece vínculo com as representações sociais aceitas como realidade pelo coletivo da qual fazemos parte e, por fim, torna esta narrativa um trabalho aceito como acadêmico.

Como proposta teórica, o trabalho aqui apresentado também tentou cumprir seu papel de reforçar e dar subsídio para o uso da narrativa como método de pesquisa em comunicação. Cada vez mais presente em trabalhos acadêmicos do campo comunicacional, uma reflexão mais profunda sobre a construção narrativa da realidade nos ajuda a compreender as origens de conceitos que, naturalizados, são utilizados por muitos pesquisadores para justificar suas hipóteses. A conexão da narrativa com as teorias do Estado e da nação, por sua vez, pode ser vistas como uma contribuição do campo comunicacional para os Estudos Brasileiros, com possibilidades de expandir esses conhecimentos para outras áreas, já que o campo é interdisciplinar por natureza.

A construção narrativa aqui proposta apresenta um Estado-nação construído com base no mito nacional, que se apropria do sentimento comunitário para fazer coincidir suas fronteiras políticas e culturais. No caso brasileiro, somos um país formado na contradição entre sua realidade escravocrata e a pretensão liberal que predominava no debate à época, vivendo a ilusão de dois nacionalismos paralelos: um cívico e branco; outro étnico e criado à medida para excluir o negro da formação nacional pretendida. Sem enfrentar sua contradição fundamental, atualizamos o mito nacional para acomodar a população preta, agora liberta, em um quadro que ainda se quer burguês e liberal, mas que manteve o racismo, a exclusão e os privilégios de classe praticamente intocados. O resultado é a perpetuação, ainda que atualizada em diversos momentos, de um Brasil desigual e de cidadania precária, um país elitista e com um sistema político e social estabelecido para proteger os privilégios a todo custo. Apresenta-se sempre um discurso modernizador, mas sem nunca deixar de ser conservador.

A Constituição de 1988 foi um momento de tentativa de ruptura dessa lógica. Ainda que não revolucionária, o que seria impossível no contexto de mais uma modernização conservadora que vivemos na redemocratização dos anos 1980, o texto tentou enfrentar diversos dos problemas da cidadania brasileira, incluir minorias e atacar, ao menos em parte, alguns privilégios da elite do país. Em termos narrativos, pode-se dizer que foi o estabelecimento de um pacto do que queríamos ser como coletivo nacional, visando a construção de um país mais justo e que poderia, finalmente, cumprir seu destino de grandeza, dentro do que ficou conhecido nos estudos sobre Brasil como a “hipertrofia do horizonte”, ou

ao menos diminuir a gritante desigualdade social e econômica que se observava no interior de nossa sociedade.

Tendo como base esse acordo coletivo nacional, tentamos demonstrar – ainda que com limitações – as relações entre os discursos presidenciais e seus projetos de identidade. Pode-se afirmar, a partir das análises apresentadas, que, ao longo das três décadas desde a posse do primeiro presidente eleito, em 1990, todos mandatários da República manipularam as representações sociais do brasileiro, mas sem atacar diretamente seu núcleo figurativo, consolidado na Constituição. Os limites desta tese não permitiram reflexões mais profundas sobre cada um dos discursos, o que certamente será uma possibilidade de pesquisa futura. A tendência de seguir o acordo coletivo de 1988, no entanto, parece ter mudado com o governo de Jair Bolsonaro, sobretudo pela forma como o pensamento é estruturado. Não há grandes rupturas presentes nos discursos em si, o que demonstra certo respeito às instituições, mas há indícios de uso dos conceitos ali estabelecidos para traçar um rumo diferente daquele apontado pela carta constitucional.

Pode-se dizer que o percurso teórico e metodológico, definidos antes mesmo da eleição de Jair Bolsonaro, pareceram não ser suficientes para alcançar todo o projeto identitário do atual presidente. Diferente dos presidentes anteriores, que mantinham certo padrão entre pronunciamentos oficiais e não oficiais, os discursos oficiais de Bolsonaro são muito mais comedidos do que suas declarações espontâneas à mídia ou seu comportamento nas redes sociais digitais. Ainda assim, nota-se claramente a diferença de tom entre este e os outros nove presidentes que, somados ao contexto geral, deixa claro sua intenção de romper com o núcleo figurativo das representações sociais que formam o tecido social brasileiro.

Ainda que o texto constitucional tenha consolidado um determinado projeto de país que reconhecia a diversidade e as diferenças como algo presente e que se pretendia naturalizado na sociedade brasileira, os desdobramentos recentes mostram também seus limites. Talvez por um esgotamento dessas conquistas, ou por uma confluência de fatores internos (crises econômica, social e política) e externos (a ascensão das direitas radicais pelo mundo), o coletivo nacional sentiu a necessidade de ir além do pacto proposto no final dos anos 1980, embarcando em um projeto que, embora seja ainda cedo para saber onde chegará, já podemos afirmar que certamente vai de encontro ao estabelecido em 1988. Não falamos aqui do texto em si, que já

sofreu e tem seus mecanismos de alteração consagrados nele mesmo, mas sim do espírito que regeu sua elaboração e a construção narrativa da realidade que ele propunha, a que chamamos anteriormente de pacto coletivo nacional.

Este espírito certamente não está presente no governo atual. Após um primeiro ano de governo em que se flertou com o AI-5¹⁷⁶ (BOLSONARO, 2019; GUEDES, 2019b), o próprio presidente da República compartilhou mensagens convocando pessoas para um ato que atacava diretamente os poderes Legislativo e Judiciário (BOLSONARO, 2020a). Fica claro, com estes atos e o acúmulo de declarações que espantam todos os que defendem a democracia, como o Governo Bolsonaro se aproxima do autoritarismo e despreza o jogo democrático de poder. O personagem Jair Bolsonaro parece encarnar um tipo ideal de homem cordial: avesso às formalidades naturalmente, simulou até uma mesa de café da manhã para se mostrar *um homem simples* (FROTA, 2020); avesso à impessoalidade, que não sabe lidar com a burocracia racional do Estado; em quase 30 anos no Congresso Nacional, Bolsonaro aprovou apenas dois projetos; tem um claro gosto pelo mando, mas também uma inclinação por obedecer ordens ou seguir um grande líder, como tem demonstrado ao transmitir ao vivo sua própria imagem assistindo a discursos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (BOLSONARO, 2020b); e, principalmente, deixa a ética do privado contaminar todas as relações públicas, articulando para proteger seus filhos de acusações de corrupção ou tentando os nomear a cargos sem nenhuma preparação, desrespeitando a coisa pública em nome de interesses personalistas. A intimidade forçada, também típica da solidariedade cordial de Sérgio Buarque, aparece até mesmo em sua relação com a religião, pregando “Deus acima de tudo”, mas defendendo o uso de seu apartamento funcional para “comer gente” (BOLSONARO, 2018).

Nota-se, portanto, que a estratégia do governo Bolsonaro de transformação da identidade nacional, mesmo se não for bem sucedida, certamente terá impacto no núcleo figurativo da autopercepção do brasileiro, valorizando elementos antes pouco ressaltados. Essa forma “autoritária e personalista de lidar com o Estado”, como escreve a Schwarcz (2019),

¹⁷⁶ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados (CPDOC FGV). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> (consultado em 27/07/2020)

“como se ele não passasse de uma família generosa, cujo guia é um grande pai, que detém o controle da lei, bondoso com seus aliados, mas severo com seus oponentes, os quais são entendidos como inimigos” (p. 87) é uma forte herança de nossa história que ainda enfrentamos no presente e está, agora, sendo novamente reforçada em nosso núcleo figurativo.

A questão que se coloca à sociedade brasileira – e que vai além do escopo deste trabalho – é quais serão os desdobramentos dessa proposta para a sociedade brasileira no médio e longo prazos. Se consolidado, o projeto identitário do novo grupo de poder exigirá certamente um novo pacto social. Se derrotado nas urnas, seus efeitos ainda permanecerão vivos e desafiando o núcleo figurativo da identidade brasileira por muito anos, sem que possamos prever os efeitos dessa permanência para o tecido social do país.

O percurso teórico proposto mostrou a construção de mitos nacionais que se perpetuam no tempo e se materializam no espaço. Ainda que seja difícil pensar em uma sociedade sem contradições identitárias, faz-se necessário revisitar e reavaliar os mitos nacionais apresentados ao longo deste trabalho, desconstruir o racismo e a violência estrutural da sociedade brasileira, ampliar os espaços e o alcance da cidadania e, principalmente, combater os privilégios de classe consolidados por anos em nosso país. Apesar dos debates que seguem em aberto sobre o Brasil, acreditamos que tentar entender os nacionalismos e os mitos nacionais que moldaram nossa narrativa, observando como o arco dramático da rede simbólica da identidade nacional se materializa e se reproduz ao longo de nossa história, pode ser um caminho para a transformação social. Toda narrativa de país e seu percurso de legitimação é manipulado pelo jogo de poder para poder moldar sua burocracia e seus laços de pertencimento. Compreender os mecanismos que dão base para esta narrativa, a partir de uma visão comunicacional, é, talvez, a maior contribuição deste trabalho para o campo.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude (Org.). **Prácticas sociales y representaciones**. CDMX: Ediciones Coyoacán, 2001.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- AGOSTINHO, Santo. **As confissões**. São Paulo: Edameris, 1964.
- AKER, David.; KUMAR, Vinay.; DAY, George. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ALBUQUERQUE, J.A.G. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- ALTHUSSER, L. **Montesquieu, a Política e a História**. Lisboa: Ed. Presença, 1972.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ASSIS, Machado de. **Machado de Assis**: crítica, notícia da atual literatura brasileira. São Paulo: Agir, 1959, p. 28 - 34: Instinto de nacionalidade. (1ª ed. 1873).
- AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BADIOU, Alain. **O século**. São Paulo: Ed. Ideias e Letras, 2007. Primeira edição em 2005.
- BALDICK, Chris. **Oxford dictionary of literary terms**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BARBOSA, Marialva. O filósofo do sentido e a comunicação. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, jan./jun. 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAR-TAL, D. **Shared beliefs in a society: social psychological analysis**. Thousand Oaks: Sage publications, 2000.
- BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- BARUSCH, A.S. Refining the Narrative Turn: When does story-telling become research? Gerontological Society of American, San Diego, n. 16, 2012.

- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Ed. Relógio d'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: **Obras Escolhidas**, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BODIN, Jean. **Os seis livros da República**. São Paulo: Ícone, 2017.
- BOLSONARO, Eduardo. Clã Bolsonaro inflama temor de contágio de protestos do Chile, mas chance é mínima. **El País**, 01 de novembro de 2019. Brasil. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/10/31/politica/1572556692_705186.html>. Acesso em: 02/03/2020.
- BOLSONARO, Jair. Bolsonaro diz que usou auxílio-moradia para 'comer gente'. **Band Notícias**, 12 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000895436/bolsonaro-diz-que-usou-auxilio-moradia-para-comer-gente-.html>>. Acesso em: 02/03/2020.
- BOLSONARO, Jair. Limite a Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 26 de fevereiro de 2020a. Editorial. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/02/limite-a-bolsonaro.shtml>. Acesso em 02/03/2020.
- BOLSONARO, Jair. Bolsonaro assiste a fala de Trump por uma hora, elogia absolvição e diz não bajular presidente dos EUA. **G1**, 06 de fevereiro de 2020b. Disponível em: <g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/06/bolsonaro-assiste-a-fala-de-trump-por-1-h-elogia-absolvicao-e-diz-nao-bajular-presidente-dos-eua.ghtml>. Acesso em: 02/03/2020.

BOMENY, Helena. Aposta no futuro: o Brasil de Darcy Ribeiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTELHO, André. Prefácio. In: RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011a.

BOTELHO, André. Público e privado no pensamento social brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.). **Agenda Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011b.

BRAGA, Maria Lucia Santaella. As três categorias peircianas e os três registros lacanianos. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, vol. 10, n. 2., 1999.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, pp. 231-269, 2005.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BREWER, M. B. The social self: On being the same and different at the same time. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 17, n. 5, p. 475-482, 1991.

BRUNER, Jerome. A construção narrativa da realidade. **Critical Inquiry**, The University of Chicago Press, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991.

BRUNER, Jerome. A interpretação Narrativa da Realidade. In: **A Cultura da Educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRUNER, Jerome. Life as narrative. **Social Research**, The Johns Hopkins University Press, vol. 54, n. 1, p. 11-32, 1987.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Editora Pensamento, 1997.

CANDAU, Joe. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: **O discurso e a cidade**. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1998.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. São Paulo: Editora Fapesp, 2009.

CARBONARO, Gustavo. **Narrativas brasileiras**: identidade e discurso diplomático no governo Lula. 2015. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARR, David. Narrative and the Real World: An Argument for Continuity. **History and Theory**, Wiley for Wesleyan University, vol. 25, n. 2, pp. 117-131, 1986.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, clientelismo, coronelismo: uma discussão conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Jose Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo e República. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.). **Agenda Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

CARVALHO, Vinicius Mariano de. Brazilian Studies and Brazilianists: Conceptual remarks. **BRASILIANA– Journal for Brazilian Studies**. V. 5, n.1, p. 344-366, Nov, 2016.

CASSIRER, Ernst. **O mito do estado**. 2003

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAUI, M.; ROCHA, A. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CITELLI, Adilson et al. (Org.). **Dicionário de Comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

COGO, R.; NASSAR, P. A história e a memória na comunicação organizacional: um estudo da narrativa da experiência para atratividade dos públicos. **Rev. Inter. de Com. Midiática**, Santa Maria, v.10, n.19, sem. 2011, E-ISSN 2175-4977.

COOLEY, C.H. **Human Nature and the Social Order**. New York: Scribner's, 1902.

CORRÊA, Luis Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CROWLEY, Patrick. Paul Ricoeur: the Concept of Narrative Identity, the Trace of Autobiography. **Paragraph**, Edinburgh, v. 26, n. 3, p. 1-12, nov. 2003.

CROXTON, Derek. The Peace of Westphalia of 1648 and the Origins of Sovereignty. **The International History Review**, London, v. 21, n. 3, p. 569-591, 1999.

DAVID, O.; BAR-TAL, D. A sociopsychological conception of collective identity: The case of national identity as an example. **Personality and Social Psychology Review**, Washington, v. 13, n. 4, p. 354-379. 2009.

DAMATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes. **Pensando a família no Brasil: da colônia a modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p.115-136.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo. Brasiliense. 1966.

DUNN, Jonh. **The political thought of John Locke**. New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1969.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1978.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. **Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2003.

EHALA, Martin. **Signs of Identity: the anatomy of belonging**. New York: Routledge, 2017.

ELÍADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo, Perspectiva: 1972.

ERIKSON, E. H. **Childhood and society**. New York: Norton, 1950.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1958.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FILMER, Sir Robert. **Patriarcha**. Oxford: ed. Laslett, 1949.

FIRMO, Lúcia M.; BATISTA, Maria de Fátima B. de Mesquita. Percursos temáticos e figurativos em textos de Mário Quintana. **Acta Semiotica Et Lingvistica**, v. 14, ano 33, n. 2, p.142-151, 2009.

FISHER, W. R. The Narrative Paradigm: In the Beginning. **Journal of Communication**, v. 35, n. 4, p. 74-89, dec. 1985.

FONSECA, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

FRELLER, Felipe. Da pessoa abstrata do Estado ao governo dos homens: Estado e soberania na obra de Thomas Hobbes. **Revista Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 1, p. 44-61, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. São Paulo: ed. Global, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FROTA, Alexandre. Lives de Bolsonaro com café da manhã simples eram 'armadas', diz Frota. **IstoÉ**, 28 de fevereiro de 2020. Brasil. Disponível em: <istoe.com.br/lives-de-bolsonaro-com-cafe-da-manha-simples-eram-armadas-diz-frota>. Acesso em: 02/03/2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GENETTE, Gérard. **Figuras**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1972.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega. 1996.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

GIDDENS, A. **The constitution of society**: outline of the theory of structuration. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1984.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory**. Chicago: Aldine, 1967.

GODELIER, Maurice. **The mental and the material**. Nova Iorque: Verso, 2011.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 75-90, jul./set., 1995.

GOODSON, I.; GILL, S. The Narrative Turn in Social Research. **Counterpoints**, v. 36, p. 17-33, 2011.

GREENFELD, Liah. **Nationalism**: five roads to modernity. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

GREENFELD, Liah. The world nationalism made. **American Affairs**, v. II, n. 4, p. 145-159, 2018.

GREIMAS, A. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1976.

GUEDES, Paulo. Doméstia ia para Disney com dólar barato, ‘uma festa danada’, diz Guedes. **Folha de S. Paulo**, 12 de fevereiro de 2020. Mercado. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/domestica-ia-para-disney-com-dolar-barato-diz-guedes-uma-festa-danada.shtml?origin=folha>. Acesso em: 02/03/2020.

GUEDES, Paulo. Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do Governo Bolsonaro. **El País**, 26 de novembro de 2019. Brasil. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html>. Acesso em: 02/03/2020.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUINOTE, Ana. Percepção de variabilidade de grupo: Modelos de compreensão, resultados empíricos e tendências actuais. **Psicologia**, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 273-291, jun. 1998.

GUPTA, A.; SHARMA, A. **The anthropology of the state**: a reader. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HEIDEGGER, Martin. **O ser e o tempo**. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos mediatizados: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. p. 45-64. 2014.

HJARVARD, Stig. Mediação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, jan./jun. 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSAWM, Eric.; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

JAMCSÓ, István. **Brasil**: a formação do Estado e da Nação (1780-1850). São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

JESUINO, Jorge Correia. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, A.; SANTOS, M.; Trindade, Z. (Org.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

JESUS, Diego Santos Vieira de. O baile do monstro: o mito da paz de vestfália na história das relações internacionais modernas. **História**, Franca, v. 29, n. 2, p. 221-232, Dec. 2010.

KELLOGG, Robert; SCHOLLES, Robert. **A natureza da narrativa**. São Paulo: McGraw-Hill Brasil. 1977. Primeira edição em 1966.

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Brasília: LGE Editora, 2009.

LAHLOU, Saadi. Difusão das representações e inteligência coletiva distribuída. In: ALMEIDA, A.; SANTOS, M.; Trindade, Z. (Org.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**, tomo III: O Brasil republicano, vol. 2. São Paulo: Difel, 1977.

LASLETT, P. **Locke's Two Treatises of Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIMONGI, F. P. "O Federalista": remédios republicados para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994

LUSTOSA, Isabel. Caminhos e descaminhos do pensamento brasileiro. **Hist. cienc. Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 183-187, Apr. 2004.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Rev. Bras. Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 75-119, Apr. 2016.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.

MAQUIAVEL, N. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: Ed. da UNB, 1994.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Marin Claret, 2000.

MARR, Wolfgang Leo. Ação Comunicativa. In: **Dicionário de Comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTIUS, Karl Philip V. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista de História de América**, n. 42, pp. 441-458, dez. 1956 (org. 1844).

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

MATRIX. Lana Wachowski; Lilly Wachowski. Burbank (EUA), 1999.

MEAD, G. H. **Mind, Self and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MONTESQUIEU, C. S. **O espírito das leis**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes. 2012.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência Brasileira. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac, 2009.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores. 1970.

NASCIMENTO, M. M. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

NALLI, Marcos. Paul Ricoeur leitor de Husserl. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 29, n. 2, p. 155-180, 2006.

NASSAR, P.; FARIAS, L.A. O tempo não nos pertence. **Revista Organicom**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 11-13, 2014.

NASSAR, P.; FARIAS, L.A.; POMARICO, E. Narrativas rituais: uma aproximação entre comunicação e antropologia. In: SCHEID, D.; MACHADO, J.; PÉRSIGO, P. (Org.). **Tendências em comunicação organizacional**: temas emergentes no contexto das organizações. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2019.

NASSAR, Paulo. **Brasil e Itália, a imagem recíproca**. Relatório técnico das atividades de pesquisa de pós-doutorado realizado no exterior, tendo como referência a Libera Università di Língua e Comunicazione (IULM) de Milão, Itália, sob supervisão do professor Stefano Rolando. 2013.

NASSAR, Paulo; FARIAS, L. A.. Memória, identidade e as empresas brasileiras: a difícil metamorfose. In: FILGUEIRA, João; PEIXINHO, Ana Teresa (Orgs.). **Narrativas Mediáticas e Comunicação**: Construção da Memória como Processo de Identidade Organizacional. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

OSIANDER, A. Sovereignty, International Relations, and the Westphalian myth. **International Organization**, v.55, n.2, p.251-287, 2001.

PEREIRA, Anthony. Brazilian studies then and now. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. v. 1, n.1, p. 3-21, Sept. 2012.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. **CADERNOS IHU IDÉIAS** (UNISINOS), v. 16, p. 3-15, 2018.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 411-423, jul-set, 2009.

PINTO, Marcelo de Rezende; SANTOS, Leandro Lemos Silveira. A Grounded Theory como abordagem metodológica. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 417-436, jul./set. 2012.

POCOCK, J.G.A. **The machiavellian moment: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition**. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PROPP, Vladimir. **As raízes históricas do conto maravilhoso**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RADCLIFFE, S.; WESTWOOD, S. **Remaking the Nation: Place, identity and politics in Latin America**. London: Routledge, 1996.

RATTANSI, A.; Phoenix, A. Rethinking youth identities: Modernist and postmodernist frameworks. **Identity**, London, v. 5, n. 2, p. 97–123, 2005.

REDFIELD, Robert. **The little community and Peasant Society and Culture**. Chicago: University of Chicago, 1971.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Emiliana Pomarico. **Micronarrativas como estratégia de comunicação interna**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Renato J. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

RICOEUR, Paul. Mimêsis, référence et refiguration dans Temps et récit. **Études Phénoménologiques**, Bruxelles, n. 11, t. 6, 1990.

RICOEUR, Paul. Narrative Identity. **Philosophy Today**, London, v. 35, n. 1, p. 73-81, 1991.

RICOEUR, Paul. Narrative Time. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 7, n. 1, p. 169-190, 1980.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011.

RIMMON-KENAN, Shlomith. **Narrative Fiction: contemporary poetics**. Londres: New Accent, 1983.

ROCCAS, S; BREWER, M. Social identity complexity. **Personality and Social Psychology Review**, v. 6, n. 2, p. 88-106, 2002.

RODRIGUES, Mayra. Ao abrigo dos discursos circulantes. **Revista Rumores**, São Paulo, v. 12, n. 2, ano 6, p. 4-17, jul./dez. 2012.

RODRIGUES, Nelson. **A cabra vadia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ROSSUM-GUYON, Françoise. **Categorias da Narrativa**. Lisboa: Vega. 1986.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. Ridendo Castigat Mores, 2002.

ROZA, E.; CARBONARO, G. Netativismo: problematizando o mito do Estado-nação nas redes digitais. **Lumina**, v. 12, n. 3, p. 60-73, 30 dez. 2018.

RUDRUM, David. Narratology. **The Literary Encyclopedia**, London, 2002.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *fortuna*, o intelectual de *virtù*. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES GOMES, Paulo Emílio. Cinema: trajetória no subdesenvolvimento. **Argumento: revista mensal de cultura**, Rio de Janeiro, ano 1. v. 1, out. 1973.

SALLUM JR., Brasílio. Estado e sociedade: uma relação problemática. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.). **Agenda Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

SANTIAGO, Salviano. **Carlos & Mário: correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade**. São Paulo: Bem-te-vi, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. **The words**. New York: Braziller, 1964.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. Apresentação. In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZ, S.J. et al. (Org.). **Handbook of Identity Theory and Research**. New York: Springer, 2010.

SEDIKIDES, C.; BREWER, M. B. **Individual self, relational self, collective self**. Philadelphia: Psychology Press, 2001.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EDPV-EDUSP, 1975.

SEHELLART, Michel. **As artes de governar**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. **Visions of politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SMITH, A. **Ethno-symbolism and nationalism: a cultural approach**. London and New York: Routledge, 2009.

SMITH, Anthony D. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TAJFEL, H. Social categorization, social identity, and social comparison. In: Tajfel, H. (ed.). **Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations**. London: Academic Press, 1978.

TAMBIAH, S.J. **A Performative Approach to Ritual**. London: The British Academy and Oxford University Press, 1979.

- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. In: BORON, A. **Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- VIEIRA, André Guirland. Do conceito de estrutura narrativa à sua crítica. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n.3, p. 599-608, 2001.
- WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. **Critical Inquiry**, The University of Chicago Press, vol. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.
- WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. London: Routledge, 1922.
- YACK, B. The Myth of the Civic Nation. In: BEINER, R. **Theorizing Nationalism**. New York: State University of New York Press, 1998.
- ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- ZWEIG, Stefan. **Brasil, um país do futuro**. Porto Alegre: L&PM EDITORES, 2006.

APÊNDICE

DISCURSOS DO PRESIDENTE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)

COLLOR, Fernando. **Discurso de posse no Congresso Nacional**, em 15 de março de 1990. Brasília: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/discurso-de-posse/posse-collor.pdf/view>> (consultado em 21/07/2020).

COLLOR, Fernando. **Discurso pronunciado por ocasião da abertura do debate geral da XLV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**, em Nova Iorque, EUA, no dia 24 de setembro de 1990. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1990. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/88.pdf/view>>(consultado em 21/07/2020).

COLLOR, Fernando. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1991. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-primeira-sessao-legislativa-ordinaria-da-49a-legislatura-1991/mensagem-ao-congresso-nacional-1991-parte-1>> (consultado em 21/07/2020).

DISCURSOS DO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO (1992-1994)

FRANCO, Itamar. Discurso de posse no Congresso Nacional, em 29 de dezembro de 1992. In: BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra do Presidente**. Os discursos de posse, de Deodoro a Lula. Brasília: Ed. Lavra Palavra, 2008 (p. 366-367). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91988>> (consultado em 21/07/2020).

FRANCO, Itamar. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1993. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-itamar-franco-1993/view>> (consultado em 23/07/2020).

AMORIM, Celso. Discurso pronunciado por ocasião da abertura do debate geral da XLVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 27 de setembro de 1993. In: CORRÊA, Luiz Felipe Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007 (p. 581-590). Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=474&search=Brasil+e+as+Na%C3%A7%C3%B5es+Unidas> (consultado em 23/07/2020).

DISCURSOS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – 1º MANDATO (1995-1998)

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1995. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>> (consultado em 23/07/2020).

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1995. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/mensagens-ao-congresso/mensagens-presidenciais>> (consultado em 23/07/2020).

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso pronunciado por ocasião da abertura do debate geral da L Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1995. In: CORRÊA, Luiz Felipe Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007 (p. 581-590). Disponível em:

<http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=474&search=Brasil+e+as+Na%C3%A7%C3%B5es+Unidas> (consultado em 23/07/2020).

DISCURSOS DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – 2º MANDATO (1999-2002)

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1999. Disponível em:

<http://funag.gov.br/biblioteca/download/636-Discursos_FHC.pdf> (consultado em 24/07/2020).

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1999. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/mensagens-ao-congresso/1999>> (consultado em 24/07/2020).

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso pronunciado por ocasião da abertura do debate geral da LIV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1999. In: CORRÊA, Luiz Felipe Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007 (p. 581-590). Disponível em:

<http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=474&search=Brasil+e+as+Na%C3%A7%C3%B5es+Unidas> (consultado em 23/07/2020).

DISCURSOS DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – 1º MANDATO (2003-2006)

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2003. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>> (consultado em 24/07/2020).

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2003. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/mensagens-ao-congresso/2003>> (consultado em 24/07/2020).

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso pronunciado por ocasião da abertura da LVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 2003. In: CORRÊA, Luiz Felipe Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007 (p. 581-590). Disponível em:

<http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=474&search=Brasil+e+as+Na%C3%A7%C3%B5es+Unidas> (consultado em 23/07/2020).

DISCURSOS DO PRESIDENTE LUIZ IGNÁCIO LULA DA SILVA – 2º MANDATO (2007-2010)

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso de posse no Congresso Nacional. In: FOLHA, **Veja a íntegra do discurso de posse do presidente Lula**, 1º de janeiro de 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88185.shtml>> (consultado em 23/07/2020).

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2007. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/mensagens-ao-congresso/2007>> (consultado em 24/07/2020).

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso pronunciado por ocasião da abertura da LVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**, 2007. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/25-09-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-62a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view>> (Consultado em 24/07/2020).

DISCURSOS DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF – 1º MANDATO (2011-2014)

ROUSSEFF, Dilma. Discurso de posse no Congresso Nacional. In: SENADO, Agência. **Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse**, 1º de janeiro de 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>> (consultado em 24/07/2020).

ROUSSEFF, Dilma. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/mensagem-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-2010-2016/mensagem-ao-congresso-nacional-2011.pdf>> (consultado em 24/07/2020).

ROUSSEFF, Dilma. Discurso pronunciado na abertura da LXVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 21 de setembro de 2011. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>> (consultado em 24/07/2020).

DISCURSOS DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF – 2º MANDATO (2015-2016)

ROUSSEFF, Dilma. Discurso de posse no Congresso Nacional. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso**. Agência Câmara de Notícias, 1º de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/448217-integra-do-discurso-de-posse-da-presidente-dilma-rousseff-no-congresso/>> (consultado em 24/07/2020).

ROUSSEFF, Dilma. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2015. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/mensagem-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-2010-2016/mensagem-ao-congresso-nacional-2015.pdf>> (consultado em 24/07/2020).

ROUSSEFF, Dilma. Discurso proferido na abertura da LXX Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, 2015. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11918-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-da-abertura-da-septuagesima-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-28-de-setembro-de-2015>> (consultado em 24/07/2020).

DISCURSOS DO PRESIDENTE MICHEL TEMER (2016-2018)

TEMER, Michel. Discurso de posse no Congresso Nacional. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de estado**. Brasília, 12 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14020-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-brasilia-12-de-maio-de-2016>> (consultado em 24/07/2020).

TEMER, Michel. Discurso proferido na abertura da LXXI Assembleia Geral das Nações Unidas. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-senhor-presidente-da-republica-michel-temer-durante-abertura-do-debate-geral-da-71a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua>> (consultado em 24/07/2020).

TEMER, Michel. Mensagem ao Congresso Nacional. Abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/mensagem-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-2017.pdf>> (consultado em 24/07/2020).

DISCURSOS DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO (2019-)

BOLSONARO, Jair. Discurso de posse no Congresso Nacional. In: VEJA, Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro>> (consultado em 24/07/2020).

BOLSONARO, Jair. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2019/02/04/mensagem-presidencial>> (consultado em 24/07/2020).

BOLSONARO, Jair. Discurso proferido na abertura da LXXIV Assembleia Geral das Nações Unidas. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas**, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>> (consultado em 24/07/2020).